

LITERATURA E LINGUÍSTICA:

Práticas de interculturalidade no Mato Grosso do Sul

Marcos Lúcio de Sousa Góis
Paulo Sérgio Nolasco dos Santos
(Organizadores)



Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Foto de capa: Pôr-do-sol na fronteira sul-mato-grossense,

fotografia de Marcelo Lima

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

802 Literatura e linguística: práticas de interculturalidade no Mato Grosso do
L776 Sul. / Organizadores: Marcos Lúcio de Sousa Góis, Paulo Sérgio
Nolasco dos Santos. – Dourados : Ed. UFGD, 2011.
336p.

ISBN
978-85-61228-77-4

1. Mato Grosso do sul – Aspectos literários. 2. Literatura. 3.
Linguística. 4. Línguas e linguagem. I. Góis, Marcos Lúcio de Sousa. II.
Santos, Paulo Sérgio Nolasco dos.

Tal como a nação, a região também é uma tradição inventada. [...] A força mobilizadora dessas construções simbólicas não repousa no fato de serem elas verdadeiras ou falsas, mas no fato de serem eminentemente sociais. [...] os intelectuais, artistas e escritores desempenham um papel determinante no trabalho simbólico de formulação da região e na ruptura do desconhecimento que encapsula os espaços periféricos, contrariando o processo de homogeneização por meio da ênfase nas particularidades locais.

SENA, Custódia. *Interpretações dualistas do Brasil*.

the 1990s, the number of people in the world who are undernourished has increased from 600 million to 800 million (FAO 2001).

There are a number of reasons for this increase. One of the main reasons is the increase in the world population. The world population has increased from 5 billion in 1987 to 6 billion in 2000, and is projected to reach 9 billion by 2050 (FAO 2001). This increase in population has led to an increase in the demand for food, which has led to an increase in the number of people who are undernourished.

Another reason for the increase in the number of people who are undernourished is the increase in the number of people who are living in poverty. The number of people who are living in poverty has increased from 1 billion in 1987 to 1.5 billion in 2000, and is projected to reach 2 billion by 2050 (FAO 2001). This increase in poverty has led to an increase in the number of people who are undernourished.

A third reason for the increase in the number of people who are undernourished is the increase in the number of people who are living in rural areas. The number of people who are living in rural areas has increased from 2 billion in 1987 to 3 billion in 2000, and is projected to reach 4 billion by 2050 (FAO 2001). This increase in rural population has led to an increase in the number of people who are undernourished.

There are a number of ways in which the number of people who are undernourished can be reduced. One of the main ways is to increase the production of food. This can be done by increasing the number of people who are working in agriculture, by increasing the number of people who are working in food processing, and by increasing the number of people who are working in food distribution.

Another way to reduce the number of people who are undernourished is to increase the number of people who are living in poverty. This can be done by increasing the number of people who are working in the private sector, by increasing the number of people who are working in the public sector, and by increasing the number of people who are working in the non-profit sector.

A third way to reduce the number of people who are undernourished is to increase the number of people who are living in rural areas. This can be done by increasing the number of people who are working in agriculture, by increasing the number of people who are working in food processing, and by increasing the number of people who are working in food distribution.

There are a number of challenges that must be overcome in order to reduce the number of people who are undernourished. One of the main challenges is the increase in the world population. The world population is projected to reach 9 billion by 2050, which will lead to an increase in the demand for food.

Another challenge is the increase in the number of people who are living in poverty. The number of people who are living in poverty is projected to reach 2 billion by 2050, which will lead to an increase in the number of people who are undernourished.

A third challenge is the increase in the number of people who are living in rural areas. The number of people who are living in rural areas is projected to reach 4 billion by 2050, which will lead to an increase in the number of people who are undernourished.

There are a number of ways in which these challenges can be overcome. One of the main ways is to increase the production of food. This can be done by increasing the number of people who are working in agriculture, by increasing the number of people who are working in food processing, and by increasing the number of people who are working in food distribution.

Another way to overcome these challenges is to increase the number of people who are living in poverty. This can be done by increasing the number of people who are working in the private sector, by increasing the number of people who are working in the public sector, and by increasing the number of people who are working in the non-profit sector.

A third way to overcome these challenges is to increase the number of people who are living in rural areas. This can be done by increasing the number of people who are working in agriculture, by increasing the number of people who are working in food processing, and by increasing the number of people who are working in food distribution.

SUMÁRIO

Apresentação	07
---------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE:

Literatura e Práticas Culturais

Literatura e Estudos Regionais, Culturais e Interculturais no Mato Grosso do Sul Paulo Sérgio Nolasco dos Santos	17
<i>Camalotes e guavirais: Campo Grande e Corumbá</i> revisitadas pela memória de Ulisses Serra Paulo Bungart Neto	53
Retratos femininos de um <i>Morro Azul</i> Maria Adélia Menegazzo	69
Douglas Diegues: “Las fronteras siguen incontrolables” Ana Paula Macedo Cartapatti Kaimoti	83
Entre Paraguai(s), Bolívia(s) e Brasil(s): Diálogos nas quase fronteiras “dissolvidas” Edgar César Nolasco e Marcos Antônio-Bessa Oliveira	107
Notas de poéticas, breves notícias de Mato Grosso Mário Cezar Silva Leite	139

SEGUNDA PARTE:

Linguística e Transculturalidade

Estudos fonológicos da língua guató (macro-jê) Adriana Viana Postigo e Rogério Vicente Ferreira	171
Ingazeira: aspectos sociolinguísticos Carisiane de Cássia Pires e Dercir Pedro de Oliveira	209
Práticas Sociais e culturais: semiotização da identidade pelo discurso Rita de Cássia Pacheco Limberti	227
Reportagem: um estudo do discurso impresso sul- mato-grossense Vânia Maria Lescano Guerra e Vanessa Amin	267
Para repensar o ensino e o ensino de língua portu- guesa em contexto de fronteira: reflexões discursivas e pós-coloniais Marcos Lúcio de Sousa Góis	295
Formação continuada de professores: ações de ex- tensão em MS Adair Vieira Gonçalves e Alexandra Santos Pinheiro	315

APRESENTAÇÃO

É indiscutível a necessidade que todo professor-pesquisador tem de publicar os resultados de suas investigações científicas, particularmente para pôr em amplificação e em rede compartilhada a sua própria produção do conhecimento, cumprindo também um elo de intermediação com a função dos Programas de Pós-Graduação em suas respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

O livro *Literatura e Linguística: práticas de interculturalidade no Mato Grosso do Sul*, publicação de textos de professores do Programa de Mestrado em Letras da UFGD e alguns de outros Programas, reúne em coletânea uma produção representativa das reflexões em desenvolvimento por pesquisadores comprometidos com a área de Letras, e, *grosso modo*, com os saberes literários e linguísticos no estado de Mato Grosso do Sul, que justificam, assim, a linha editorial deste livro.

O Programa de Mestrado em Letras da UFGD, formando uma complementaridade entre literatura e linguística, constitui-se numa proposta de estudos aprofundados onde as duas áreas do Programa – *Literatura e Práticas Culturais e Linguística e Transculturalidade* – mostram-se comprometidas com uma produção científica concretamente compartilhada, fortalecendo o diálogo entre essas duas áreas e os demais saberes, cujo resultado o leitor verificará na afinidade que os textos aqui publicados mantêm entre si.

Sob tais perspectivas, vale uma citação do ensaio *Literaturas, Culturas e Saberes*, da professora e crítica literária e cultural Maria Luíza Berwanger da Silva, originalmente apresentado como Aula Magna do Mestrado em Letras da UFGD, proferida no Teatro Municipal de Dourados em 1 de abril de 2009, ao evocar significativa passagem da famosa aula-conferência de Roland Barthes:

Literaturas, Culturas e Saberes aproximados remetem à *Leçon (Aula)* de Roland Barthes onde diz este crítico francês, no parágrafo de encerramento da conferência pronunciada no College de France em 1977: [...] *Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe; isso se chama pesquisar.*

Já o linguista José Luiz Fiorin, no prefácio de *Introdução à Linguística I*, ressalta as relações muito próximas existentes entre a linguística e a literatura:

De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos linguísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro, não pode o linguística ignorar a literatura, porque ela é a arte que se expressa pela palavra; é ela que trabalha a língua em todas as suas possibilidades e nela condensam-se as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época.

O livro está dividido em duas partes: a primeira, representativa da área de literatura, reúne trabalhos explicitamente voltados para a tematização da literatura sul-mato-grossense, seja pela seleção de obra e/ou autor dessa literatura regional, seja por uma abordagem de natureza teórico-crítica, a contribuir para o discurso crítico em torno do assunto, todos eles procurando constituir uma bibliografia capaz de subsidiar nossas pesquisas e estudos acerca das práticas culturais no Estado. Já a segunda parte do

livro, que traduz as pesquisas realizadas em torno dos estudos linguísticos, também agrega ao presente livro uma representativa temática regional e diversas formas de abordagem de língua(gens), dentro de um universo de discurso próprio, vetorizado pela intersecção entre linguística e transculturalidade.

Intitulada *Literatura e Práticas Culturais*, a primeira parte inicia-se com o capítulo “Literatura e estudos regionais, culturais e interculturais no Mato Grosso do Sul”, de autoria de Paulo Sérgio Nolasco dos Santos, que põe em perspectiva amplo painel da literatura comparada e produção do conhecimento. Este capítulo aborda principalmente a produção artístico-literária e cultural do estado e demonstra, pela articulação que elabora, ou com base nos Estudos Culturais ou em literatura comparada, como uma variedade de enfoques sobre o fato e o texto literários, dimensionados culturalmente, pode resultar em produtivas análises valorativas e também integradoras das diversas práticas literárias e culturais, amparadas pelo prisma da literatura regional e das microrregiões culturais. Obras e autores sul-mato-grossenses, alguns reconhecidos, outros pouco ou ainda não estudados, são tematizados.

O capítulo “Camalotes e Guavirais: Campo Grande e Corumbá revisitadas pela memória de Ulisses Serra”, de autoria do professor Paulo Bungart Neto, traz uma original análise crítica acerca da literatura memorialística no Mato Grosso do Sul, chamando a atenção, antes de tudo, para o expressivo número de obras e autores desse setor da crítica literária e cultural e o quanto ele pode contribuir para o aprimoramento do acervo e do arquivo da memória no estado. Os trabalhos do autor neste domínio da crítica literária credenciam-no como reconhecido especialista no assunto e hoje um pesquisador de primeira linha no memorialismo sul-mato-grossense.

Em “Retratos femininos de um *Morro Azul*”, Maria Adélia Menegazzo analisa o romance *Morro Azul*, da escritora sul-mato-grossense Aglay Trindade Nantes, que se inspira na sombra da Guerra do Paraguai para compor, no trecho de uma narrativa de “estórias pantaneiras”, um mundo carregado de sentidos históricos e ficcionais, numa extração daquilo que a personagem protagonista acredita ter sido sua própria vida. Disso, a autora do capítulo elabora um sensível ensaio de “retratos”, resultando em “uma representação da mulher na sua relação com uma natureza inóspita, com homens rudes, com a guerra, rompendo, dessa maneira, com os estereótipos há muito estabelecidos pela tradição local”.

“Douglas Diegues: ‘las fronteras siguen incontrolables’”, de Ana Paula Macedo Carttapatti Kaimoti, trata-se de mais um capítulo indispensável para a literatura sul-mato-grossense e ao mesmo tempo seminal para a compreensão da obra do poeta *brasiguayo* Douglas Diegues. Aqui, sua poesia é analisada a partir de sua matriz em portunhol, “portunhol selvagem” como quer Diegues, projetando a poética do nosso escritor em um cenário e cartografia da literatura latino-americana, com realce para a condição híbrida e mestiça do escritor de *Da gusto andar desnudo por estas selvas: sonetos salvajes* (2002).

No capítulo intitulado “Entre Paraguai(s), Bolívia(s) e Brasil(s): diálogos nas quase fronteiras ‘dissolvidas’”, os autores Edgar César Nolasco e Marcos Antônio-Bessa Oliveira discutem como uma região de características tão peculiares, a do Estado de Mato Grosso do Sul, permitiria vislumbrar as especificidades da Arte aí produzida – se nacional / local ou nacional / universal –, consideradas as confluências e as influências vivenciadas pela Arte sul-mato-grossense. Além das representações “simbólicas” de fronteiras com outros países, argumentam os autores, o Estado ainda passaria por um processo de “trânsito” cultural nacional. E que, bem antes da divisão (1977) do Mato Grosso, o Estado “sofre” com o rótulo de “Estado de Passagem”. A partir daí, refletindo sobre as *convergências*

e *divergências* de culturas em Mato Grosso do Sul, o ensaio desenvolve uma séria e provocadora discussão sobre as produções artísticas realizadas no Estado.

Encerrando esta primeira parte do livro, o ensaio “Notas de poéticas, breves notícias de Mato Grosso”, do professor Mário Cezar Silva Leite, oferece amplo painel da pesquisa “Diferentes, ícaros, cafés, caldeirões, cordas no pescoço, chamas vivas: breves notícias sobre as (boas) margens da literatura brasileira em Mato Grosso”, que desenvolve atualmente. Nesse ensaio, o autor traça um panorama da atual produção e publicação literária no estado, problematizando sobretudo a possível necessidade de reconhecimento e a inserção no mercado nacional. Trata-se, *grosso modo*, de um inventário que traz dois representativos escritores – Santiago Villella e Luciene Carvalho – que podem ser considerados uma amostragem da boa produção literária, sem desconsiderar um contingente significativo de outros escritores e obras capazes de ultrapassar as fronteiras poéticas, às vezes restritivas, do “local”.

Intitulada *Linguística e Transculturalidade*, a segunda parte do livro traz, ao longo de seis capítulos, trabalhos de investigadores que têm, em seu fazer científico, se dedicado a pensar o *lato* e o *stricto* regional e global no que tange ao campo das ciências da linguagem e sua relação consigo e com o social.

No primeiro trabalho, “Estudos Fonológicos da Língua Guató”, os pesquisadores Adriana Viana Postigo e Rogério Vicente Ferreira apresentam uma análise fonológica sobre a língua dos guató. Considerados extintos na década de 1970, esse povo que habita a Ilha de Ínsua, no alto Pantanal sul-mato-grossense, a 250 quilômetros de Corumbá, tem reivindicado desde então não apenas seu direito ao território, mas ao reconhecimento de sua identidade, de sua língua. Inicialmente, os autores contextualizam a

situação atual do povo guató e de sua língua, e descrevem alguns segmentos linguísticos dessa língua, como consoantes e vogais, fones e fonemas, além de sua estrutura silábica. Por fim, enfocam os processos fonológicos e morfofonológicos.

No capítulo “Ingazeira: aspectos sociolinguísticos”, os investigadores Carisiane de Cássia Pires e Dercir Pedro de Oliveira promovem um estudo sociolinguístico da comunidade Ingazeira, localizada na região sudoeste do MS, a 80 quilômetros do município de Porto de Murtinho. Este trabalho permite que o leitor conheça alguns aspectos da formação dessa comunidade e sobretudo as características linguísticas que lhe são peculiares no processo comunicativo. O estudo favorece também o entendimento de que o vocabulário do falante reflete seus costumes, sua cultura, seu meio e seu conhecimento, e ainda que a dinamicidade da língua leva à sua contínua transformação. Neste sentido, para a análise sociolinguística, os autores consideram aspectos como a flora, a fauna, as doenças mais comuns, as manifestações religiosas, os fenômenos atmosféricos. Neste capítulo são encontradas reflexões no campo da fonética-fonologia, léxico-semântico, bem como morfossintáticos, que levaram à identificação de traços muito característicos da região.

“Práticas sociais e culturais: a semiotização da identidade pelo discurso”, de Rita de Cássia Pacheco Limberti, traz importante reflexão sobre a subjetividade e a identidade, a partir de relatos orais de vida dos indígenas kaiowá de Dourados, MS, fundamentando-se nos estudos semióticos e discursivos. A partir do depoimento do capitão Ireneo Isnard, falecido em 1992 aos 92 anos, a autora procura “descortinar” elementos do código de representação de Ireneo, a fim de ajudar a construir o conceito de identidade que o kaiowá tem de si mesmo, demonstrar os processos discursivos pelos quais sua subjetividade se manifesta e perscrutar outros que refratam a interpretação – e, conseqüentemente, a significação. Neste sentido, são

muito importantes os conceitos de identidade, subjetividade, (des)aculturação, considerando-se que existe, como o texto bem demonstra, todo um processo histórico que determina fenômenos de interferência e influência na estabilidade ideológica de um grupo cultural.

No capítulo “Reportagem: um estudo do discurso impresso sul-mato-grossense”, as pesquisadoras Vânia Maria Lescano Guerra e Vanessa Amin retornam às eleições de 2006 para Governo do Estado, em busca de problematizar o processo identitário de dois jornais impressos no Mato Grosso do Sul. Ao estudarem aspectos verbais e os deslizamentos de sentido em vários textos do gênero discursivo reportagem, as autoras procuraram mostrar que os veículos de comunicação não são simples meios de transmissão de informações. São instituições organizadas ideologicamente e cujas relações de poder agem no intuito de determinar as diversas produções de sentidos. Há um processo de reflexão inter e transdisciplinar, que mobilizou os campos de saber da Comunicação, da Linguística e da Análise do Discurso de orientação francesa.

No texto “Repensar o ensino e o ensino de língua portuguesa no contexto de fronteiras”, Marcos Lúcio de Sousa Góis faz um conjunto de reflexões em busca de aproximar os campos da Análise do Discurso e dos Estudos Coloniais e Pós-coloniais. O autor visa pôr em discussão, ainda que preliminarmente, a Língua Portuguesa, mobilizando conceitos de Boaventura de Sousa Santos para (re)pensar algumas práticas discursivas e não-discursivas instauradas em nossa sociedade. Parte-se da ideia de que a Língua Portuguesa e seu ensino encontram-se entrincheirados entre um passado positivista e linear e um futuro, cujos desafios, do ponto de vista da emancipação social, são aparentemente intransponíveis. Acentua-se que os estudos das ciências da linguagem e das humanas têm papel fundamental no sentido de desenvolver nos cidadãos uma visão crítica e emancipatória.

Por fim, no último capítulo deste livro, “Formação continuada de professores de língua e literatura: ações de extensão em MS”, Adair Vieira Gonçalves e Alexandra Santos Pinheiro apresentam um estudo realizado com professores de Língua Portuguesa e de Literatura das escolas públicas da cidade de Dourados – MS, como resultado parcial de um projeto de extensão apoiado pelo MEC e pelo Ministério da Cultura. Em síntese, os autores apresentam, além de resultados qualitativos e quantitativos do projeto “Formação continuada de professores: caminhos para o letramento”, e de uma visão panorâmica de como este está estruturado, uma fundamentação teórica bastante proveitosa para quem trabalha com Sequências Didáticas.

* * *

Ao CNPq, os organizadores e os colaboradores deste volume agradecem pela concessão de bolsas de produtividade em pesquisa, importante estímulo ao trabalho. Aos leitores, entusiastas e interessados nos estudos linguísticos e literários, particularmente nas reflexões sobre a nossa região cultural, fica o convite para esta incursão pelo extremo oeste do Brasil.

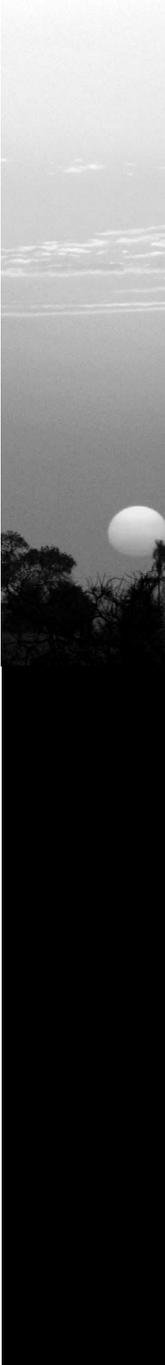
Os organizadores

PRIMEIRA PARTE:

Literatura e Práticas Culturais

A aproximação de literaturas e culturas de contextos diversos [...] permite distinguir o que é diferente [e] também favorece o conhecimento das bases comuns, isto é, permite a descoberta da existência de laços e de raízes, de um *ethos* cultural, que funda uma comunidade. Simultaneamente, sublinhando o contextual, ou seja, o que faz veicular as culturas através das literaturas, coloca-se em evidência a alteridade, ou em outras palavras, a marca da diversidade. Deste modo, o lugar de onde se fala, associado ao lugar onde se está na cultura, torna-se, mais uma vez, categoria distintiva que orienta o procedimento comparatista.

(CARVALHAL. Lugar e função da literatura comparada nos processos de integração cultural. GLÁUKS – Revista de Letras e Artes / UFV. Viçosa, n.4, jan./jun. 2000, p. 13-20).



Literatura e Práticas Culturais

LITERATURA E ESTUDOS REGIONAIS,
CULTURAIS E INTERCULTURAIS
NO MATO GROSSO DO SUL

Paulo Sérgio Nolasco dos Santos
(UFGD/Pesquisador CNPq)

Ao ser convidado para proferir palestra inaugural do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados, da UFMS, coube-me a tarefa desafiadora de selecionar, a partir da perspectiva da “Literatura comparada e produção do conhecimento”, um tema ou linha norteadora da exposição e também o título dessa exposição. Escolhi o título pensando em minha trajetória no campo da pesquisa, no comparatismo, e em minha atuação na criação de uma linha de pesquisa dentro do Programa de Mestrado em Letras. Por isso, devo iniciar lembrando que a disciplina de Literatura Comparada vem sendo trabalhada na UFMS, antigo *campus* de Dourados, desde 1985, culminando com o seu oferecimento regular na grade curricular no ano de 1992, e que em 1997 nosso projeto de criação de curso de pós-graduação *lato sensu*, especialização em Literatura Comparada, foi aprovado e implantando no *campus* de Dourados.

A publicação do livro *Ciclos de literatura comparada*¹ ganhou notoriedade porque em sua “Apresentação”, como no artigo ali publicado, que abre o volume, já se registrava a criação da linha de pesquisa *Literatura e estudos regionais, culturais e interculturais*, que depois norteou não só nossa produtividade em pesquisa no Programa de Mestrado da UFMS como também a criação de uma das duas linhas da área.

Inicialmente, para a justificativa do Projeto, redigimos duas laudas sobre a linha de pesquisa. Consta em registro que, no dia 24 de fevereiro de 1997, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMS, reconhecendo a relevância do Projeto para a Universidade e para o Estado, aprovou a criação do curso, condicionando sua implantação à autorização da CAPES. Em 29 de janeiro de 1998, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS publicou o Edital de Divulgação n. 002/98, contendo o regulamento do curso, a estrutura curricular e o corpo docente do Mestrado em Letras, com as áreas de concentração em Linguística e Teoria Literária. Também consta que, durante o período de um ano, o corpo docente do Programa esteve ocupado na revisão e adequação da proposta, recebendo sucessivas visitas da CAPES, e que, ainda, no dia 20 de outubro de 1999, eu mesmo encaminhei à Coordenação um disquete contendo a descrição desta linha, sobre a qual me proponho a discorrer neste trabalho.

Essas reflexões traduzem a proposta nuclear do projeto de pesquisa “Regionalismos culturais: contatos e relações entre literaturas de fronteira”, contemplado com bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq, que tem, entre outros objetivos, o de discutir conceitos críticos acerca de regiões e/ou microrregiões culturais no Cone Sul. Trata-se, originariamente, de reflexões voltadas para a revisão do rótulo de Regionalismo, como

1 SANTOS, Paulo Sérgio N. dos. (Org.). *Ciclos de literatura comparada*. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

renovada categoria trans-histórica, que o torna validado ainda hoje, como conceito operatório, para explicar os atuais transladamentos culturais e ao que o discurso crítico latino-americano, a partir de Ángel Rama, denomina “transculturação narrativa”.² Sob esta perspectiva, desejamos contribuir com o debate em torno do específico e regional, característico ao rótulo e próprio da literatura sul-mato-grossense.

Neste sentido, o presente trabalho deve assinalar, desde logo, certa amplidão de seus raios de interesse, uma vez que põe em destaque o lugar da crítica literária e cultural – o discurso crítico latino-americano –, porém incidindo, neste texto, sobre as regiões e espaços fronteiriços, de “contrabandos”, que emolduram as literaturas do Cone Sul e em especial sobre o lugar, o entorno do Pantanal e da literatura sul-mato-grossenses.

Neste contexto, é interessante sublinhar as linhas de força do nosso projeto de pesquisa, sobretudo na sua tarefa de mapear a “região cultural” do entorno do Pantanal Sul-mato-grossense, numa extensa área territorial que recobre o Chaco paraguaio – região limítrofe com o Paraguai –, que guarda em sua história e cultura traços de identidade comum. A História dessa região do extremo oeste do Brasil pode ser revisitada a partir de perspectivas tão variadas quanto múltipla é a constituição dela mesma.

O processo de colonização e desbravamento no estado de Mato Grosso, impulsionado pela gesta dos bandeirantes, deu-se pela (re)demarcação e conseqüente rasura das “fronteiras” territoriais, primeiro pelas conseqüências da Guerra do Paraguai e depois pela divisão do próprio estado de Mato Grosso, em território brasileiro. Independentemente dos

2 Em *Transculturación narrativa en América Latina*, o crítico uruguaio propôs importante hipótese sobre as regiões culturais no subcontinente. Segundo Rama, a suposta homogeneidade cultural latino-americana é apenas ideológica, resultado do projeto de fundação das nações, enfatizando que, sob o clave da unidade, desdobra-se uma interior diversidade que é a definição mais precisa do continente. Cf. RAMA, A. *Literatura e cultura na América Latina*. (Flávio Aguiar & Sandra Guardini T. Vasconcelos, organizadores). São Paulo: Editora Edusp, 2001. 381p.

limites de fronteira, o povoamento nessa “região cultural” deu-se num espaço indelimitado e indiviso, bem diferente do que demonstra a cartografia contemporânea. Os trânsitos e travessias que aí se fizeram resultam no dilema da representação cultural que constitui, a um só tempo e num só compasso, o daqueles que vivem do lado de cá, no Brasil, e os do lado de lá, no Paraguai, tomando-se aí apenas esses dois países, sem destacar ainda a Bolívia e a divisão territorial do próprio MT.

Assim, a postulação de uma “região cultural”, caracterizadora do extremo oeste do Brasil, deixa entrever aspectos histórico-culturais de formação que vêm desde o “descobrimento” pelos europeus, a captura do índio, o encontro de metais e prata na Bolívia, e ouro em Mato Grosso, durante vários séculos, findando no “despovoamento” e no esquecimento que resultou tão rápido quanto foi o fato da ocupação nesta região. Uma faceta singular da vida e dos costumes dessa região fronteiriça com o Paraguai permite ser verificada já a partir das próprias produções simbólicas: artes plásticas, língua/literatura, música, costumes/regionalismos, culinária, crendices/lendas, manifestações religiosas e folclóricas, etc.

Significativo fato histórico-cultural da região diz respeito aos intercâmbios feitos, no início do século passado, entre os povos desta região fronteiriça, pois as viagens, o acesso e intercâmbio comercial eram mais efetivados com o Paraguai e não com o Leste ou centros brasileiros da época. Este aspecto é conformador de um particular isolamento e de um destino marcado pelo cultivo e extração da erva-mate e por uma cultura e práticas sociais voltadas à criação das próprias produções simbólicas, como a “guaraní”, música que bem retrata a identidade e alma do povo da região, compartilhador de hábitos e causos nascedouros à sombra da erva-mate e da degustação do “tereré”, bebida típica da região. Sobressai-se então a relevância de estudos e reflexões amparados pela crítica literária e cultural, dos Estudos Culturais e da literatura comparada em suas práticas mais recentes, visando à delimitação e formulação de elementos teórico-

críticos, capazes de orientar e subsidiar o conhecimento das produções simbólicas desta “região cultural” em particular.

Um dos principais aspectos a serem verificados diz respeito à própria formulação teórica do que seja uma “região cultural” e sua consequente ressonância através de outras noções já abordadas pela crítica e pela teoria literária (nem sempre suficientemente) em bibliografia específica, como os termos *região*, *regionalismo*, *literatura regional*, e o próprio conceito teórico-crítico de *super-regionalismo*. Um aspecto significativo dessa reflexão desenvolveu-se no projeto do GT de Literatura Comparada da ANPOLL, o que nos permite avançar, no espaço deste texto, na direção de uma reflexão mais pontual e assertiva sobre o elemento regional sul-mato-grossense.³

* * *

Em consequência dessas observações, deveríamos iniciar mencionando que uma representativa parcela de produção, resultante em publicações, seja na organização de simpósios, seminários e publicações em livros, seja na orientação direta de pesquisas de mestrado, de iniciação científica e mesmo de trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação, muitos

³ Trata-se do projeto “Teorias críticas de Literatura Comparada na América Latina”, do GT de Literatura Comparada da ANPOLL (biênio 2006/2008), que visava à discussão, entre outros, dos seguintes conceitos de crítica na América Latina: alegoria do Terceiro Mundo, canibanismo, dialética da malandragem, entre-lugar, estética da fome, estômago eclético, ex-tradição, heterogeneidade cultural não-dialética, hibridismo, idéias fora do lugar, literatura de fundação, mestiçagem, mirada estrábica, modernidade periférica, pós-ocidentalismo, razão antropofágica, realismo mágico, subalternidade, super-regionalismo, transculturação e tropicalismo. O projeto realizou uma história da crítica e do desenvolvimento da reflexão teórica no subcontinente, a partir de um trabalho de autoria coletiva, que resultou num efetivo diálogo entre os membros do GT. Nossa contribuição, em especial, deu-se com um capítulo, “Regionalismo: a reverificação de um conceito”, a ser publicado em livro como resultado do trabalho coletivo do GT.

desses também publicados em livros e/ou revistas acadêmicas e anais de eventos, acabaram delineando um enriquecido leque de abordagens em torno do *corpus* do nosso projeto de pesquisa.⁴

Deste quadro, queremos salientar a propriedade e originalidade de algumas dessas pesquisas que ganharam proporções em virtude de seu próprio viés analítico e por se inserirem de forma renovada dentro de uma “crítica cultural em ritmo latino”: a pesquisa sobre a figura do herói/bandoleiro Silvino Jacques, por exemplo, baseada no romance *Silvino Jacques: o ultimo dos bandoleiros*, mostrou-se como tema altamente produtivo, na medida em que resultou na verificação da projeção da figura do herói como um *constructo* das literaturas do Cone Sul e de fronteiras.

A figura do bandoleiro sul-mato-grossense, circunscrita pela narrativa de sua própria “crônica”, intitulada *Décima gaúcha*, e prolongada como narrativa histórica no romance aludido, do escritor regionalista e também sul-mato-grossense Brígido Ibanhes, já na 5ª edição, ambas ainda inéditas como objeto de pesquisa acadêmica, constituíram, pela abordagem escrita e materializada que dão ao tema, um “texto” – macrotexto da cultura – a abrir-se para ampla e produtiva confrontação de seu universo de discurso. Antes de tudo, as condições socioeconômicas e culturais vivenciadas na fronteira Brasil-Paraguai, à época de Silvino Jacques, resultavam de um período particular da história do Brasil, em regiões distantes, caracterizadas pela ausência do Estado, conformada como região de acolhimento de “estrangeiros” e foragidos de toda sorte, o que não só propiciou a criação da narrativa dos feitos épicos do herói protagonista,

4 Cf. SANTOS, P. S. N. dos (Coord.). *Regionalismos culturais: trocas, transferências, traduções*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, X, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada. *Anais...* 01-03 ago. 2007. 1 CD-Rom. Também, SANTOS, P. S. N. dos. (Coord.). *Regionalismos e fronteiras culturais: articulações entre o próprio e o alheio*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, XI, São Paulo: Associação Brasileira de Literatura Comparada. *Anais...* 13-17 jul. 2008.

mas ao mesmo tempo acolheu a transculturação narrativa e cultural de outras figuras de heróis, já constituídos noutras regiões do país e além de suas fronteiras.

De fato, como se constatou, o tema deste herói bandoleiro reencontrará suas múltiplas faces em figuras como a do Martín Fierro, da obra homônima *Martín Fierro*, de José Hernández, originário dos pampas, revitalizado na literatura argentina e com fulcros na hispano-americana, cuja matriz remonta ao Quixote⁵. Vale mencionar o fato de que, na qualidade de dirigente da pesquisa de Lourdes Ibanhes, compartilhamos muitos aspectos relacionados ao conhecimento, deste tema em especial, e da pesquisa que ela continua desenvolvendo, em nível de doutorado; enfim, da amplitude do assunto nas literaturas sul-americanas. Como por exemplo, a descoberta do registro e destaque que Marly Vianna dedica à participação de Silvino Jacques na Intentona Comunista, na coluna Prestes em especial:

(Convém salientar que Silvino teve grande prejuízo, dando quase toda a sua mercadoria para as famílias dos camponeses que iriam nos acompanhar, além disso, vendeu uma boiada com prejuízo de sua parte, para no dia 30 estar completamente livre para o movimento)⁶

5 SANTOS, P. S. N. dos; IBANHES, M. de L.G de. Silvino Jacques: literaturas entre fronteiras reais e imaginadas. In: GUERRA, V. L.; DURIGAN, M.; NOLASCO, E. C. (Org.). *Identidade e discurso: história, instituições e práticas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 173-190. Cf. **ANEXO 1**: foto de Silvino Jacques e também < <http://www.silvinojacques.com> > sobre o mito gaúcho/ sul-mato-grossense.

ANEXO 3: Silvino Jacques (à esquerda) e um companheiro de boemia. Foto da 3ª ed. de *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, p. 38. *Apud* IBANHES, Maria de Lourdes G. de. 2008, p. 115.

6 Cf. Documento n. 22. “Informe Mato Grosso”. In: VIANNA, M. (Org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995. p. 115-116. Também, sobre o envolvimento de Silvino Jacques com a política e com a Aliança Nacional Libertadora, ver a dissertação de IBANHES, M. de L. G. de (2008) .

Seguindo esta linha de reflexão, desponta a pesquisa sobre o regionalista goiano Bernardo Elis, realizada por Gicelma C. Torchi.⁷ Ao visitar o acervo do escritor na Unicamp e dele extraindo farto material bibliográfico, a pesquisadora realizou um trabalho de significativo ineditismo, pois, àquele momento, nem o filme “O Tronco” e nem o estudo de Vieira (1984)⁸ tinham vindo a público. Em sua pesquisa, Torchi constatou, no capítulo “Regionalismo: um retalho universalista”, a estrita correlação entre o mundo narrado por Élis e o localismo do centro-oeste, ao acentuar no escritor um típico regionalismo moderno: “Sua obra, ao mesmo tempo em que representa realistamente o sertão de Goiás, seu lugar de origem, também usa os limites do sertão, sua simplicidade e requinte, como matéria-prima para sua literatura. O sertão e o homem sertanejo desenhados por Bernardo Elis ganham dimensões de um mundo primitivo, prenhe de riqueza visual, tátil, olfativa, universo permeável ao sonho (muitas vezes ao sonho ruim), próximo ao aflorar do inconsciente.”⁹ A partir desta dissertação, Gicelma soube dar amplitude à perspectiva teórico-crítica empreendida, na medida em que realizou uma tese de doutorado em comunicação e semiótica abordando, sob a perspectiva da semiótica da cultura, as inter-relações entre as poéticas de dois expressivos autores de nossa região cultural: o escritor Manoel de Barros e o cineasta douradense Joel Pizzini.¹⁰

Antes do portentoso romance *O Tronco*, Élis tinha publicado *Érmos e Gerais* (1944) que inaugurara um novo ciclo da ficção brasileira,

7 TORCHI, G. F. C. *A costura da colcha* – Uma leitura de Bernardo Élis. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas/UFMS, 2001, 137f.

8 Cf. VIEIRA, E. *O expressionismo na obra de Bernardo Élis e Siron Franco*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

9 TORCHI. *A costura da colcha* – Uma leitura de Bernardo Élis. 2001.

10 TORCHI. *Por um cinema de poesia mestiço: o filme “Caramujo-flor” de Joel Pizzini e a obra poética de Manoel de Barros*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC – SP, 2008, 177f.

o sertanismo goiano-mineiro, que vai ser seguido por Guimarães Rosa, Mário Palmério e José J. Veiga. Aliás, 1956, ano de sua publicação, é hoje lembrado como o ano que não terminou, um dos mais produtivos anos do Brasil em termos de obras literárias, crítica e pensamento artístico (*Vila dos confins, Encontro marcado, Doramundo, Grande sertão: veredas, Poesia concreta, Morte e vida severina, poesia-experiência*, Mário Faustino, etc.). Concebido como romance de protesto, *O Tronco* (1956) marca o projeto de transpor para a literatura a percepção bernardiana, ou o “aprendizado” segundo o qual “havia uma ligação entre literatura e vida cotidiana”. Extraído de uma história real, de um fato histórico ou simplesmente policial, ocorrido nos anos de 1917 e 1918, *O Tronco* retrata a luta encarniçada travada entre contingentes da polícia e a horda de jagunços a serviço de coronéis, numa terra sem lei nem rei.

Num painel assim, o desmando e a violência de toda a sorte imperavam. Nas cadeias do interior goiano, instrumento de tortura utilizado nos tempos da escravidão ainda continuava a servir, em 1918, como punição de adversários ou desafetos das forças municipais, “não havia nem juiz de direito, nem delegado, nem ninguém que pudesse torcer a sua vontade”. E a nota de apresentação do romance de Élis conclui, situando o *locus* da narrativa, seu contexto de *far-west*, e pintando aquele painel com as fortes cores da vida e da saga que constituiu processo civilizatório de uma região e que passou a formar o ciclo do Oeste da literatura brasileira:

A justiça era [...] o ‘coronel’. O tronco aparece no massacre de São José do Ouro, repetindo em ponto pequeno a série de horrores que se verificou na sedição de Boa Vista dos Tocantins, no início da República, numa guerra civil de ‘coronéis’ desavindos, que se prolongou por três anos, de 1892 a 1894, embora não registrada por nenhum compêndio de história, por nenhum livro de história. [...] desconhecido sertão ‘belo e terrível’, com os seus vaqueiros, jagunços, soldados, sertanejos

humildes, mortos nas lutas dos ‘coronéis’. [...] *Agora chegou a vez do Oeste. A literatura enche o vazio da história.*¹¹

Não é de se admirar que os episódios narrados no livro de Élis tenham ganhado o cinema num filme recente, com título homônimo. Do livro ao filme, deparamos com uma narrativa que registra em cores expressionistas a sanha e a saga de um Oeste que, em muitos aspectos, mostra-se rico em formações discursivas das mais interessantes e ainda pouco exploradas, seja pelo historiador regional, seja pelo comparatista ou pelo estudioso dos Estudos Culturais.

Desta perspectiva, a imagem metafórica do “corpo despedaçado” permite refletir sobre a travessia dos signos do universo socioeconômico do Estado de MS e a constituição identitária dele mesmo nos diversos textos que tematizam a representação do elemento regional. Ou seja, a travessia e circulação dos signos culturais, tanto na produção simbólica quanto nas práticas culturais do Estado denunciam uma translação, agenciamento discursivo, que ora reflete o objeto da representação e ora o mascara, uma vez que este objeto se mostra enquanto tecido emblemático de um “corpo despedaçado”. Ilustrativo disso são os versos de Emmanuel Marinho, principalmente no livro *Margem de papel* (1994), onde o escritor douradense circunscreve a figura da dilaceração do sujeito e as intrincadas interpenetrações entre arte, literatura e vida cotidiana. Tomando o poema “Genocídio”, do mesmo livro, foi possível demonstrar em nossas análises¹² a estrita ligação entre a obra do poeta e o macrotexto cultural de nossa região, particularmente ao se evocar a questão indígena na região com as relações sociais conflituosas, cada dia mais acirradas, e que já nos

11 ASSIS BARBOSA, F. de. Nota da Editora. *Apud* ÉLIS, B. *O Tronco*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. p. xxvi. grifo meu.

12 Cf. SANTOS, P. S. N. dos. *Margem de papel ou corpo despedaçado do texto*. *Revista Physis*. v. 12, n.2, 2002. UERJ, Rio de Janeiro, p.235-251. Também: PERENTEL, E. R. *O lirismo e a dramaticidade em Emmanuel Marinho*. Dourados: Editora Dinâmica, 2002.

levaram a escrever um ensaio recente, intitulado “Entre a letra e a arena real: a terra de Antonio João”¹³ que coincidiu com o lançamento do filme “Terra Vermelha”¹⁴, do italiano Marco Bechis.

Há que se destacar a pesquisa realizada por Suely Mendonça, a qual, ligada ao nosso projeto, elaborou original estudo de recuperação e registro da cultura sul-mato-grossense. Desde o curso de especialização até a realização da dissertação de mestrado, a pesquisa da professora se consolidou como valioso trabalho de reconstituição de fontes primárias – manuscritos, correspondências, rascunhos, textos datilografados, fotos, ilustrações e objetos pessoais –, que situaram o legado e o arquivo da escritora sul-mato-grossense Eulina de Souza Ribeiro, cujo conjunto resultou num valioso trabalho arquivístico, no qual Suely Mendonça conclui descobrindo não só o arquivo historiográfico de Eulina Ribeiro, mas também dele extraindo o tesouro da voz calada da mulher sul-mato-grossense. Como mostram os combalidos versos de Eulina, no poema “Máscaras de riso”: “O que sonho é impossível / Meus sonhos acabam em nada / Vivo agarrada ao sofrimento / Suportando tudo calada”.¹⁵

A partir desta pesquisa, uma outra começou a ser desenvolvida. Sob a matriz da expressão da mulher na literatura sul-mato-grossense, despertou-nos interesse a figura da mulher paraguaia, onde o nome da es-

13 Cf. SANTOS, P. S. N. In: *Cadernos de Estudos Culturais*. Nolasco, E. C. [Ed.]. Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS. Campo Grande. Editora UFMS, v.1, n.1, p.47-61, jan./jun. 2009.

14 Cf. “O Progresso”, de 03 dez. 2008. Também a *Folha de S. Paulo*, de 28 nov. 2008, traz a excelente matéria “Filme lança olhar ambíguo sobre índios”, noticiando a estréia de “Terra Vermelha”.

15 Ver: MENDONÇA, S. A. de S. *Eulina de Souza Ribeiro: um nome para a historiografia sul-mato-grossense*. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas/ UFMS, 2003, 158f., p. 113. Também: MENDONÇA, S. A. de S. Eulina: um tesouro escondido na voz calada da mulher sul-mato-grossense. In: SANTOS, Paulo S. N. (Org). *Ciclos de literatura comparada*. Campo Grande: Editora UFMS, 2000, p. 231-239. Cf. ainda. **ANEXO 2**: Foto de Eulina de Souza Ribeiro.

critora Josefina Plá, considerada a mãe da cultura paraguaia, tornou-se objeto de nossas reflexões, tanto no ensaio “Viagem ao Paraguai: Josefina Plá e Lídia Bais, ou o exílio numa correspondência inédita”¹⁶, que trata das artes e das relações interculturais no entorno do Chaco Paraguai, quanto na pesquisa de doutorado – em andamento – da própria Suely Mendonça. Na esteira deste ensaio, nasceram reflexões sobre as artes plásticas sul-mato-grossenses e a pesquisa sobre a obra da pintora Lídia Bais, também fruto de uma monografia de especialização e, também, posteriormente, de dissertação de mestrado do professor Paulo Rigotti¹⁷.

Esta pesquisa permitiu, além da realização de seus objetivos acadêmicos, registrar num amplo painel a presença de uma artista ímpar no contexto das artes plásticas sul-mato-grossenses e de um legado próprio para as artes do estado, reunindo o acervo da nossa artista maior, uma vez que vários documentos deixados por ela não estavam reunidos, sendo de difícil acesso para os pesquisadores da área. Recém-publicado, o livro de Paulo Rigotti reúne o acervo documental da artista, composto por reproduções de cartas, manuscritos, capas dos três catálogos – *Lembrança do Museu Baís*, do livro *História de T. Lídia Baís* e do livreto com a oração *Ofício da Imaculada Conceição* –, imagens fotográficas, imagens de obras pictóricas e outros documentos importantes como constitutivos de fontes. Aquele momento, ano de 2005, parecia ser o ano que projetava a obra desta artista sul-americana em nível internacional, uma vez que, além estarem presentes no Festival da América do Sul, realizado em Corumbá-MS nos dias 21 a 28 de maio de 2005, suas vinte e cinco pinturas acabavam de ser restauradas e ainda hoje se encontram em exposição no MARCO – Museu de Arte Contemporânea/ MS, integrando a exposição “4 Artistas da América do Sul”.

16 Cf. SANTOS, P. S. N. dos. In: OLIVEIRA, D. P. (Org.). *O Livro da Concentração: o linguístico e o literário*. Campo Grande: Editora UFMS, 2006. p.165-177.

17 Ver: RIGOTTI, P. R. *Imaginário e representação na pintura de Lídia Baís*. Dourados: Editora UEMS / Editora UFGD, 2009. Também ANEXO 3: Foto de Lídia Baís.

Tanto Lúcia Baís, a artista sul-mato-grossense, quanto Josefina Plá, a escritora paraguaia, realizaram nas primeiras décadas do século XX seus grandiosos projetos artísticos. Sob as noites estreladas dos céus guaranis e dos primeiros acordes maviosos da guarânia, a história de vida de ambas é marcada pelo voluntarismo do sonho e pelo exílio emblemático, metafórico, das histórias que se escrevem à margem, no insulamento, no extremo da civilização.

* * *

Como foi salientado até aqui, nossa atividade em pesquisa procura reconfigurar uma rede de inter-relações nas produções simbólicas e suas representações interculturais a partir do Centro-Sul do estado. Ao selecionar este espaço como central para o eixo de nosso projeto de pesquisa, pelo menos duas assertivas de natureza espacial e geográfica delimitam o lugar de nossa inserção e o *locus* de nossa enunciação: o primeiro refere-se à região mesma, de planície, circunscrevendo-a como região limítrofe com o Paraguai, no sul do MS, que abrange um raio de 37 municípios, correspondendo a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população do estado. O segundo, em contiguidade, diz respeito à planície pantaneira do nosso estado, que faz fronteira internacional com a Bolívia e o Paraguai, formando um dos mais importantes ecossistemas do planeta. A imensa planície pantaneira, cortada pelo Rio Paraguai e afluentes, constitui uma área aproximada de 250.000km².

O Pantanal brasileiro possui 144,299km² de planície alagável, dos quais 61,95% (89,318km²) estão no Mato Grosso do Sul e 38,1% (54.976km²) em Mato Grosso. A cada 24 horas cerca de 178 bilhões de litros de água entram na planície pantaneira¹⁸. De suas belezas iluminadoras, descreveu-as nosso poeta mais conhecido, Manoel de Barros, no livro

18 Cf. <www.wwf.org.br>.

Para encontrar o azul eu uso pássaros, como se desejasse proteger-se de tantas belezas: “Que as minhas palavras não caiam de / louvamento à exuberância do Pantanal. [...]. Que eu possa cumprir esta tarefa sem / que o meu texto seja engolido pelo cenário.” ou, ainda, em: “Nesta hora de escândalo amarelo / os pingos de sol nas folhas / cantam hinos ao esplendor” [...]. “Uma palmeira coberta de abandono / é como um homem / de escura solidão”.¹⁹

Não é mais estranho nem inusitado, a esta altura, pensar a condição contemporânea e, em particular, que uma das propostas artísticas da atualidade procura fomentar o debate justamente sobre as condições e/ou qualidade de vida no planeta Terra, considerando-se principalmente as recentes transformações e abalos a que o planeta, em sua história e cotidianamente, vem sendo submetido. Se, de um lado, propagou-se a ideia moderna de “ecologia” como reduto e “santuário sagrado” e reduto da vida em alguns cantos do planeta – pensemos, por exemplo, no nosso pantanal –, por outro lado, a ferocidade com que o mesmo homem vem descaracterizando violentamente a face do planeta – grandes contaminações dos mananciais, cotidiana dizimação da fauna e da flora, e até atos belicosos, que, por si só, destroem, remodelando a face da terra e alterando a posição geofísica do globo – resulta deplorável, como vimos nos recentes bombardeios e no que a Guerra do Golfo está ainda agora a representar para a Humanidade como um todo.

Mas falar do que afeta a humanidade, hoje em dia, não significa mais falar apenas do homem, significa também, inclusivamente, falar de uma ética e de uma política inclusiva e extensiva a todos os seres vivos, bem como a luz do sol, o brilho das estrelas e do desejo de manutenção regular das quatro estações do ano – primavera, verão, outono e inverno –, que, em seu ciclo natural, preservam todo e qualquer tipo de vida no

19 BARROS, M. de. *Para encontrar o azul eu uso pássaros*. 1 ed. Campo Grande: Saber Sampaio Barros Editora, 1999.

planeta, garantindo desse modo a perpetuação do caráter de “globalização” a que estamos nos referindo.

Alguns teóricos americanos, como Andrew Ross, têm se dedicado à abordagem do papel da natureza no imaginário cultural (Cf. Ross Andrew. *L'écologie des images*. Disponível em: <multitudes.samizdat.net/L.écologie-des-images>). Denominada “ecocrítica” ou “crítica cultural verde”, esta perspectiva da crítica cultural inclui o planeta e as discussões sobre ecologia e meio-ambiente no centro dos debates contemporâneos, demonstrando que a relação entre arte e natureza se torna objeto de reflexão e debates, mobilizando o interesse de intelectuais, filósofos, escritores e artistas plásticos de todas as latitudes. Por “ecocrítica” entende-se a vertente de estudos que “aborda o papel da natureza no imaginário de uma comunidade cultural, a relação entre homem e meio ambiente, assim como as reconfigurações do espaço na cultura pós-humana.”²⁰

Segundo a crítica Eneida de Souza, no ensaio “Paisagens de areia” (2007), uma das mais importantes contribuições da “ecocrítica” para a crítica cultural reside na construção de pontes transdisciplinares entre ciência e literatura, crítica literária e cultural, uma vez que a ciência teria sido a responsável pela construção do conceito de natureza nas culturas ocidentais. Com isso, as abordagens contemporâneas da ecocrítica se veem confrontadas com o *spectrum* de diferentes leituras do meio ambiente, tais como: a “construção estética”, que valoriza a natureza pela sua beleza, complexidade e selvageria; a “construção política”, que enfatiza os interesses do poder sobre o valor ou desvalorização da natureza; a “construção científica”, que visa à descrição do ordenamento do sistema funcional. Neste sentido, a perspectiva da transdisciplinaridade ganha relevo, pois

20 SOUZA, E. M. de. Paisagens de areia. Ensaio apresentado em mesa-redonda durante o XVIII Congresso Internacional da AILC/ Associação Internacional de Literatura Comparada. Rio de Janeiro, 2007. 23 f. Mimeografado.

visa a uma abordagem que põe em diálogo leituras científicas e literárias da natureza, diálogo que revitaliza a própria transdisciplinaridade e esboça pontos de vista conservadores e moralistas – responsáveis pela retomada de critérios binários e excludentes frente a esses estudos.

O número 5 da Revista de Cultura *Margens / Márgenes*, recém-publicado entre nós, compôs um dossiê sobre a Amazônia e a Patagônia, contribuindo para o aprofundamento de temas ligados a essa vertente da crítica cultural atualmente em pauta e marcando uma perspectiva de análise onde as relações entre discursos literários, políticos, geográficos, antropológicos ou sociais em torno do discurso da natureza têm rendido bons resultados interpretativos.²¹

Ainda segundo Souza, observa-se que a paisagem artística e literária deste século (XXI) se reveste de múltiplas feições: a condição pós-humana da sociedade tecnológica mostra-se em exaustão e o gesto artístico se volta ora para a denúncia da violência urbana, ora para a busca de outras paisagens; torna-se necessário resistir ao fantasma da homogeneidade imposto pela circulação globalizada dos saberes; o desafio passa a ser então o seguinte: como sair do lugar-comum, rejeitar o olhar cristalizado pela mídia, o apelo da comunicação fácil sem romper inteiramente com os ingredientes e a receita de sucesso do mercado. Dizendo de outra forma: se as cidades, a vida urbana, tinham se mostrado como o paradigma da modernidade – daí sua exaustão, uma vez que o mapeamento do tecido multifacetado das metrópoles parece ter se esgotado –, o interesse agora se volta para os discursos vinculados à natureza, a territórios vazios (deserto, reservas naturais, o mar, florestas, campos, rios ou vida animal) como espaços alternativos para se reler a modernidade e também os desencantos da civilização. O olhar agora recai sobre algumas “regiões” ou mesmo “regiões remotas” no espaço/tempo global como uma forma de

21 Idem, p.8.

saída imaginária diante de um outro olhar “imperialista”, uma vez que este olhar não conta mais com grandes territórios virgens para explorar.

A título de ilustração, valem as análises que Eneida de Souza faz do romance *Mongólia* (2003), do escritor Bernardo Carvalho, e do filme *O céu de Suely* (2006). No romance, o narrador assume diferentes lugares de enunciação: o deserto de Gobi, o Rio de Janeiro e a China são os cenários para as ações que transcorrem no livro, constatando-se aí a perda de referências espaciais mapeadas pelas fronteiras nacionais, uma vez fragilizadas pelo processo de globalização; a saída para outras regiões é motivada pela perda das identidades modernas. No filme recente de Karim Aïnouz, intitulado *O céu de Suely*, o cenário é constituído pelo pós-urbano e pelo pós-sertão: o cenário do filme é Iguatu, pequena cidade do interior do Ceará. Os relatos têm como tema a incomunicabilidade e os “espaços” de aridez e desamparo, carregados de estranheza, como o sertão e o deserto. O filme não visa ao relato moderno que preconizava a separação entre campo e cidade, centro e periferia, civilização e barbárie, mas antes redenha o sertão com traços citadinos, e a pequena cidade de Iguatu como um espaço globalizado e *pop*.

Segundo a ensaísta Alda Couto (2009), que se apóia no clássico *Ecocrítica*, de Greg Garrard, torna-se muito produtivo investigar os níveis de semiotização pelos quais o meio ambiente é tematizado pelos artistas regionais, procurando reconhecer na relação ambiente e regionalismo interfaces relevantes e significativas *na caracterização da estética literária ou plástica desenvolvida no centro-oeste brasileiro*. Com efeito, o ensaio “Tendências estético-políticas nas artes pantaneiras: uma leitura ecocrítica”²² resulta numa instigante maneira de ler a produção artística

22 COUTO, A. M. Q. do. Tendências estético-políticas nas artes pantaneiras: uma leitura ecocrítica. In: SANTOS, P. S. N. dos. (Org.). *Literatura e práticas culturais*. Dourados: Editora UFGD, 2009. p.129-152.

da região do Pantanal, a representação da cultura pantaneira, com uma riqueza de exemplos extraídos da poesia de Manoel de Barros e ilustrações da pintura de Lídia Baís, entre outros. Após longa incursão pelo panorama histórico do retrato da natureza nas artes, e discutindo a fenomenologia do fator geográfico na arte sul-mato-grossense, Couto conclui, de modo pertinente, que “as técnicas, as inter-relações contextuais, as orientações filosóficas subjacentes mudaram, a própria natureza é hoje bem diferente – o construto estético persiste, entre mascaramentos e desvelamentos que também se alternam.”

As palavras da autora nos remetem, pela semelhança de abordagem, à recente mostra “Sentinelas do Cerrado”, do artista plástico mato-grossense Ferraz Ronei, na Galeria de Artes do SESC Arsenal, em Cuiabá – 06 set a 07 de out de 2007–, em que o artista nos faz um provocativo convite à reflexão. Ali, num ambiente climatizado, com o chão coberto por folhas colhidas do cerrado mato-grossense e a exibição de um filme documentário sobre a temática do cerrado, Ronei exhibe trabalhos e peças em miniatura, retratando figuras míticas de nossa fauna e flora, num convite à ancestralidade humana, ao mesmo tempo em que nos faz lembrar dos bugrinhos de Conceição dos Bugres, outra artista mato-grossense.

Entretanto, é na flora do Cerrado que encontramos a espécie nativa e mais característica de nossa região: a guavira, arbusto silvestre da família das Mirtáceas (a mesma da goiaba, da jaboticaba e da pitanga), gênero botânico que cresce nos campos e pastagens, e que, por sua copa vistosa, é comumente usada em projetos de paisagismo como árvore ornamental – outros nomes populares: gabirola, gabirolbeira, gabirolva, gavirolva, goiaba-da-serra, guabirola-da-mata, guabirolbeira, guabirolva, guarirola, guarirolva, guavira, guavirola e guavirolva –²³. Esta espécie tem inspirado

23 Em Mato Grosso do Sul temos as espécies *Campomanesia adamantinum* e *Campomanesia pubescens*. Quem vem para a região na época certa (geralmente entre novembro e dezembro) não pode ir embora sem prová-los - seja in natura, em sorvetes ou na cachaça.

músicos como Tete Espíndola ao batizar seu CD com o nome do encantador arbusto; e seu fruto também já foi devidamente homenageado pela violeira Helena Meirelles, em seu CD “Flor da Guavira”.

Também a cidade de Bonito, MS, realiza anualmente o Festival da Guavira. Porém, é da escritora bela-vistense Raquel Naveira, a genuína tradução, na formatação da literatura sul-mato-grossense, tanto da embleática da “guavira” quanto da Grande Guerra travada com o Paraguai. Primeiro seu poema “Guavirais”:

[...] Os guavirais estendiam-se pela orla da cidade, / Saltavam dourados, / Como que semeados pelo vento; / A frutinha verde, / De polpa amarela / Era uma espécie de uva indígena, / Misto de seiva e sumo doce; / Havia trilhas para os que vinham colher guavira, / Alguns enchiam cestas, / Chapéus, / As mulheres aproveitavam os aventais / Ou as rodas das saias, / Ninguém parecia se importar / com o sol de verão, / [...] E, nesta hora, / Mágica e morna, / Os corpos quedavam para o amor silvestre, / Viscoso / Como o mel das abelhas. / Ir no campo catar guavira / Era o convite generoso e fecundo / Desta terra de cerrado.²⁴

A partir deste poema, Raquel homenageará a notável obra *Camalotes e guavirais*, que imortalizou Ulisses Serra. Em recente edição, o livro de Serra ilustra a capa com um ramo de flores da guavira e um exemplar de camalotes em flor: “Camalotes dos verdes e infundáveis pantanais de Corumbá e guavirais destes dilatados chapadões, eis o motivo do título

Nativa do Brasil, especialmente do Cerrado das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Disseminou-se para outros países da América do Sul, sendo bastante encontrada na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. A palavra “guabiroba”, como a planta é conhecida nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, vem dos termos tupi-guarani “wa’bi” + “rob”, que significam “árvore de casca amarga”. Cf.: De Granville, D. Disponível em: <http://www.fotograma.com.br/textos/2005/05/guavira_-_tradi.htm>.

24 NAVEIRA, R. *Apud* DORSA, A. C. *As marcas do regionalismo na poesia de Raquel Naveira*. Campo Grande: Editora UCDB, 2001, p. 86-87.

desta coletânea de crônicas perdidas em revistas e jornais.”²⁵

Em seguida, o poema naveiriano “Mapa da guerra”:

Olhe no mapa / Aqui entre o sul de Mato Grosso / E o Paraguai. À beira duma cidade chamada Bela Vista, / Passa o rio Apa.[...] Observe este mapa: / As colunas paraguaias passaram por aqui, / Por Dourados, [...] Este é o mapa da guerra / Em terras de Mato Grosso. ²⁶.

Em obras como *Guerra entre irmãos: Poemas inspirados na Guerra do Paraguai* (1993) e em *Caraguatá: Poemas inspirados na Guerra do Contestado* (1996), já pelos títulos se anuncia o vigor da escrita naveiriana, seu intensificado labor e projeto de reconstituição dos fatos pelo viés da literatura.

Em recente “depoimento” à Academia Paulista de Letras²⁷, a própria Raquel Naveira assim descreve a gênese de seu projeto literário:

Sou uma registradora fiel da vida e dos costumes de Mato Grosso do Sul, uma espécie de “retratista poética”. Creio que o poema age sobre o povo: modificando-o, amadurecendo-o, fazendo-o viver pela arte poética o que talvez jamais vivencie realmente. A poesia é o documento da existência de determinado povo em certo lugar e período histórico. Utilizo-me de coisas do meu ambiente, meu cotidiano, meus sonhos e recordações de infância. A primeira grande lição de valorização de nossa terra na literatura foi-me dada pelo escritor e advogado Ulysses Serra, no lançamento de seu livro *Camalotes e Guavirais*,

25 Cf. SERRA, U. *Camalotes e guavirais*. Edição comemorativa do centenário de nascimento de Ulisses Serra. Campo Grande: Instituto Historiográfico de Mato Grosso do Sul, 2006. 175p.

26 NAVEIRA, R. *Guerra entre irmãos: poemas inspirados na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1993, p. 21-22.

27 Ver: NAVEIRA, R. Aspectos de Mato Grosso do Sul: uma visão poética. Palestra proferida na Academia Paulista de Letras no dia 16 mar. 2007. 11f. Mimeografado.

crônicas urbanas sobre as ruas, os bares, os loucos de Campo Grande, na década de 70. “Camalotes”, numa referência aos verdes e infundáveis pantanais de Corumbá e “guavirais” dos dilatados chapadões de Campo Grande. Desde o lançamento desse livro, Campo Grande passou a não ser mais uma cidade voltada apenas para o comércio, para as lojas de turcos, para o abate do gado. Era também uma cidade marcada para as coisas do espírito e para o mistério da palavra. Assim nasceram os poemas “*Camalotes*” e “*Guavirais*”.

Após dois anos de estudos em orientação de bolsista de Iniciação Científica e de uma dissertação de mestrado²⁸, constatamos a significativa fortuna crítica que a obra naveiriana angariou; provavelmente nenhum dos nossos escritores regionalistas tem sido estudado e homenageado de forma tão representativa como Raquel Naveira. Como bem notou a professora Josenia Chisini:

Passando por ritmos como guarânia, valsa, balada, moda caipira, blues e rock, a escritora Raquel Naveira interpreta poemas de sua autoria acompanhada de Tetê Espíndola, na craviola. As músicas estão no disco “Fiandeiras do Pantanal”, que será lançado no show – 60 min. Crowne Plaza.²⁹

Seu livro *Guerra entre irmãos* é o relato contextualizado dentro de um espaço regionalista; nele, os fatos históricos são instrumentos de manejo do estilo épico, gerando as representações das imagens dramáticas

28 Ver: BUSCIOLI, G.; SANTOS, P. S. N. dos. Literatura e cultura: inter-relações identitárias na região sul-mato-grossense. In: SANTOS, P. S. N. dos. *O outdoor invisível: crítica reunida*. Campo Grande: EditoraUFMS, 2006. p.107-120. Também: DINIZ, L. de F. *Vertentes histórico-regionais na poesia de Raquel Naveira*. Dissertação de Mestrado em Letras. Três Lagoas/UFMS, 2006, 155f.

29 *Folha de S. Paulo*. “Especial 2”, 29 jun.2002. *Apud* CHISINI, J. Raquel Naveira: a fiandeira de textos poéticos. In: SANTOS, P. S. N. dos et al. (Org.). *Ensaio farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado*. 2 ed. rev. e ampl. Campo Grande: Editora UCDB / Editora UFMS, 2004, p.173-187.

e trágicas, nas quais se envolveram o Brasil e o Paraguai. No depoimento aludido, Raquel Naveira assim resumiu o episódio:

O maior episódio da história de Mato Grosso do Sul foi a Guerra da Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, entre os anos de 1865 a 1870, a mais sangrenta das lutas internacionais da América do Sul. Após a guerra, o Paraguai ficou devastado, necessitando de mais de 60 anos para sua reconstrução. Escrevi um romanceiro intitulado Guerra entre Irmãos, poemas inspirados na Guerra do Paraguai [...].³⁰

A estudiosa Arlinda Dorsa, com propriedade, destacou as marcas do regionalismo na obra de nossa escritora, a representatividade da prosa naveiriana, naquilo que ela muito bem caracterizou ao construir uma identificação fronteiriça, ao sintetizar:

É importante em Mato Grosso do Sul reconhecer suas características históricas, culturais, resultantes de sua proximidade com o Paraguai e a Bolívia, dois países latino-americanos, que fazem fronteira com o Mato Grosso do Sul; da cultura migratória externa (síria, turca, libanesa, portuguesa, japonesa, italiana) e interna (nordestina, mineira, gaúcha, paranaense e paulista); da cultura indígena e de outros fatores que *‘resultaram num processo de sucessivas interações e oposições no tempo e espaço’*³¹.

Ainda, é Raquel Naveira que tece o elo de intermediação para a reflexão acerca da grande novelística da região de fronteira. Ao homenagear *Selva trágica*, de Hernâni Donato, no poema “Os Ervais”, dedicado a

30 NAVEIRA, R. Palestra proferida na Academia Paulista de Letras no dia 16 mar. 2007. 11f. Mimeografado.

31 DORSA, A. C. *As marcas do regionalismo na poesia Raquel Naveira*. Campo Grande: Editora UCDB, 2001. p. 20.

Donato e Hélio Serejo, assim relata a epopeia dos ervais, que, em seguida retomaremos:

Outro grande tema regional é o drama dos ervais. O gaúcho Tomás Laranjeiras, auxiliar da comissão de limites do governo imperial, logo após a Guerra do Paraguai, palmilhando a mata da Serra de Maracaju, observou as árvores de erva-mate, que apareciam até o Apa. Trouxe gente do Rio Grande do Sul e iniciou a exploração da erva-mate, fundando com os irmãos Murinho a Companhia Mate Laranjeira. Hernâni Donato, em seu livro *Selva trágica*, descreveu os conflitos na região ervateira, os homens escravizados no “inferno verde”. Hélio Serejo, nosso folclorista, também registrou várias passagens pungentes e, em homenagem a eles, escrevi este poema [Os Ervais].³²

Sobre Hernâni Donato, há que sublinhar seu altissonante poder de inventividade épica, sobretudo no relato da saga dos ervais. Autor de obra copiosa, é no relato do “drama do mate” que o nome do escritor cresce e concorre largamente com a própria história do drama ocorrido nos ervais: *Selva trágica: a gesta ervateira no sulestematogrossense*, publicada pela primeira vez em 1959, é particularmente sua grande obra. Neste ano, os romances *Filhos do destino: história da imigração e do café no estado de São Paulo* (1951) e *Chão bruto* (1956) estavam na segunda e quinta edições, respectivamente, e Donato já se consagrara como escritor. Seu primeiro livro, *O livro das tradições*, é de 1945.

Ambientado na região Centro-Sul do estado de Mato Grosso do Sul, *Selva trágica* é pujante narrativa épica a tratar das “dantescas condições de trabalho da região” à época da extração da erva, daí extraindo a seiva para o merecido reconhecimento da crítica literária e cultural. Fabio Lucas já caracterizou a obra como “um dos mais altos momentos da no-

32 NAVEIRA, R. “Aspectos de Mato Grosso do Sul: Uma visão poética”. Palestra proferida na Academia Paulista de Letras no dia 16 mar. 2007. 11f. Mimeografado.

velística de conteúdo social no Brasil”³³. A história de vida do escritor, sua perceptível formação de homem devotado à cultura de modo geral e à convivência no mundo da erva-mate, compartilhando as experiências do peão do erval, correspondem à vigorosa estatura de suas narrativas e ao sucesso que elas angariaram. Três obras suas foram adaptadas para o cinema: *Selva trágica*, *Caçador de esmeraldas* e *Chão bruto*, esta última por duas vezes. Aliás, esses filmes, ao lado da narrativa literária, vêm compor todo um campo de intermedialidade das artes sul-mato-grossenses que ainda requer reflexões aprofundadas. Há uma significativa produção fílmica sobre a região, que só recentemente pude constatar ao preparar uma palestra sobre *Pantanal de sangue*³⁴.

A estampa da capa do filme, colorida e atraente, traduz, por retomada e continuação, a evocação dos universos dos filmes hollywoodianos e de tantos outros dramas a que o cinéfilo contemporâneo se depara nos inumeráveis catálogos do gênero, que vem desde *E o vento levou*, passando por *Os matadores*, de Beto Brant, até *Homem de guerra*, de Graham Berson, estrelado por Anthony Hopkins e Fernanda Torres, para citar um universalmente conhecido e dois conhecidos nossos, ambos da fronteira Brasil-Paraguai, de temática regional. O filme reflete um momento alto da produção cinematográfica sul-mato-grossense e retrata a realidade do Pantanal mato-grossense.³⁵

33 LUCAS, F. *O caráter social da ficção do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

34 Filme de Reinaldo Paes de Barros, com produção de Ivo Nakau (1971). Cf. DUNCAN, I. Cinema. In: *Cultura & Arte em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: FCMS / SÉC. Livro-base do “Kit didático-pedagógico do projeto Arte, Cultura e Educação em Mato Grosso do Sul”. FCMS / SEC, 2006, p.115-124. Ver também: SANTOS, P. S. N. dos. *Pantanal de sangue: escrituras de escaramuças, trapaças e caborteirices. Leitura e Releituras: O cinema popular e a formação da identidade regional – filmando Mato Grosso do Sul*. Grupo de pesquisas geográficas, FCH/UFGD. 10-12 set. 2008. Palestra. (no prelo).

35 DUNCAN, I. Cinema, 2006, p.115-124.

Na década de sessenta, foram produzidos significativos longas-metragens para a dramaturgia do Estado. Como *leitmotiv* do filme, os desmandos e ausência da lei – numa época de terra sem lei nem rei –, quando a justiça estava há dez dias de distância, só a lei do quarenta e quatro é que acabava decidindo as pendengas de toda sorte, principalmente as relativas à grilagem de terras. O enredo se estrutura em torno da história do protagonista Jose Neves, sua esposa Ana e o filho Zezinho, que têm por oponente o fazendeiro, grileiro de terras Chico Ribeiro, cujas terras somam 80.000 ha., os quais ele, alegando direito a terras excedentes, quer ampliar sua posse para as 100.000 ha. Toma as terras à força, ainda que para isso venha a dizimar a família de Jose Neves, criando, em torno dessa chacina, o ponto nodal e desenlace de toda a trama do filme.

Antes de tudo, há que se notar que a perspectiva de domínio das terras, à época, não impunha limites a quem desejasse. Os relatos dão conta que as terras acabavam demarcadas ilimitadamente, até aonde a vista e os passos do “usurpador” alcançassem, pois assim operava a prática de formação latifundiária. Prática que era consubstanciada pela ausência do estado e favorecida pelo fato de se encontrarem essas terras e gentes em lugares distantes, ermos e despertencidos da civilização, onde “não tinham sal nem carne”. Nesse contexto, alimentavam-se ambições para a larga exploração agropastoril, onde o gado *vacum* era o produto comercial de grande cobiça, apesar de o seu “couro valer mais que a carne”, como reclama o protagonista da história Jose Neves, que assim sintetiza o infortúnio: “viver longe, este é o meu mundo”.

Ainda, sobre a obra de Hernâni Donato, cresce o interesse de estudiosos, ora pelo caudal cultural e híbrido de suas narrativas, ora pelo caráter de complementaridade dos estudos contemporâneos, mais atentos às manifestações e produções simbólicas da região de fronteira sul-mato-grossense: o professor e historiador Jerry Marin se destaca na análise que faz da obra de Hernâni Donato, em especial pela discussão do

“Hibridismo cultural na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia” e ao focar a representação feminina na obra do autor. Já o professor e geógrafo Robinson Santos Pinheiro vem estudando as relações entre Geografia e Literatura, num trabalho pioneiro para a compreensão do nosso *constructo* literário e do elemento espacial-regional.³⁶

Antes de concluir, é preciso que retome o que anunciei acima sobre o que considero o incomensurável mundo do nosso regionalismo presente na obra do escritor Hélio Serejo. *Contos crioulos*, de Hélio Serejo, é obra nascida na fronteira entre Ponta Porã (MS) e o Paraguai, onde o escritor relata suas experiências de vida. Aliás, não somente ali, mas também pelo interior do estado de Mato Grosso do Sul. A obra mostra o surgimento dos ervais, a extração da erva-mate, o famoso tereré, conhecido em todo MS, que se tornou hábito cotidiano dos indivíduos no estado.

Hélio Serejo é hoje um escritor aclamado. Nascido em Nioaque, cidade do interior, logo em seguida vai para Ponta Porã, onde testemunhou o ciclo dos ervais, sendo filho de trabalhador dos ervais, ali ouviu as histórias relatadas, de onde brota todo o seu fascínio pelo povo da terra – o “crioulo” torna-se figura típica e transforma-se em protagonista sem rival no livro do escritor. As personagens de Serejo exploram o que é da sua terra, as riquezas que lhes pertencem, num registro singular da literatura regional, sobressaindo o particular, o essencial e caracterizador da região.

36 Cf. MARIN, J. Hibridismo cultural na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. In: ABDALA-JUNIOR, B.; SARPELLI, M. F. (Org.). *Portos flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p.325-342; MARIN, J. As representações femininas em *Selva trágica*, de Hernâni Donato. In: PERARO, M. A.; BORGES, F. T. de M.(Org.). *Mulheres e famílias no Brasil*. Cuiabá-MT: Carlini & Careiro, 2005, p.105-126. Ver também: PINHEIRO, Robinson Santos. Linguagem geográfica e literária: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. In: *Raído*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD. Dourados-MS, n. 5, jan. / jul. p.87-101, 2009.

Neste contexto, o renomado brasileiro Assis Chateaubriand, em “Carta”³⁷ publicada em “O Jornal”, de 13 de Julho de 1941, relata o discurso que fez, “aclamado para dizer algumas palavras em Campanário” e informa ser a cidade de Campanário a metrópole sertaneja. Campanário representa a cidade-sede, em plena selva, à época da extração da erva-mate. E o missivista continua seu relato: “Esta cidade, dentro da selva bruta, é um *élan* de generosidade e de patriotismo.” Chateaubriand registra ainda a grande movimentação de pessoas em Campanário, a vida participativa de jovens e professores num grupo escolar de grande prestígio; concluindo a “Carta” com a seguinte observação: “Não falta colorido nem romanesco à história deste empreendimento.”

Podemos dizer que Assis Chateaubriand acertou: não faltou o colorido nem o elemento romanesco à história dos ervais. Porque coube a Hélio Serejo perceber e aquilatar, dentro deste imenso caldo de cultura, região de grande caldeamento de povos, etnias diferentes, a alma de uma época e de um povo numa região distante, registrando os modismos, regionalismos, credences e expressões típicas da fronteira. Sobretudo, são os trabalhos do Professor Lins, que tivemos o prazer de folhear, e a importante tese de mestrado da professora Neide Castilho Teno, na qual se dedica a estudar cientificamente o glossário, a obra deste grande sertanista. Já comparado a Jorge Amado para as letras nacionais, é Lenine Povoas, o historiador e crítico literário, quem destaca, em Serejo, o autor de temas regionais, “mais importante do que Jorge Amado, porque escreve sobre uma das regiões sociologicamente mais importantes do país: a do “Melting-pot” da fronteira Brasil-Paraguai.”

Hoje não mais lamentamos o fato de as obras de Hélio Serejo e sua vasta produção estarem dispersas, praticamente desconhecidas dos

37 COMPANHIA MATE LARANJEIRA. Rio de Janeiro, 1941.

pesquisadores; toda a produção literária do escritor foi recém-reunida e publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, em edição especial, organizada por Hildebrando Campestrini (Obras completas de Hélio Serejo, em nove volumes, num total de 2.800 páginas, incluindo todos os livros publicados pelo autor, em sistematização e revisão final do próprio Campestrini).³⁸

No contexto deste trabalho, vale registrar a pesquisa, ainda inédita, realizada pelo jornalista Luís Carlos Luciano³⁹, particularmente o capítulo “As Cartas de Hélio Serejo”, do livro *O Formidável Coronel Marcondes – História de um herói de guerra*, ainda no prelo. Nesta pesquisa, o autor relata que Hélio Serejo, antes de falecer, estivera envolvido na grande missão de escrever a história de vida do Coronel Marcondes. Disso interessa destacar as correspondências entre os dois, durante o processo de arquitetura do livro de memórias acerca da vida do Coronel e que Serejo tentara, por duas décadas, organizar, todavia sem resultados concretos. O coronel Marcondes guardava jornais, revistas, livros, tudo que fosse publicado a respeito de si e seus amigos. O próprio mantinha em seus arquivos, dentre outros documentos, um exemplar do “Jornal do Comércio”, do dia 12 de novembro de 1953, de Campo Grande, jornal fundado em 1921 e dirigido por Jayme F. Vasconcelos, cujo texto da capa, em forma de editorial, vem enaltecendo a figura de Hélio Serejo.

À época, Serejo já era bastante conhecido, tanto que, naquele ano, foi escolhido como patrono da biblioteca do “Venceslau Clube”. Tinha começado a trabalhar como jornalista aos 14 anos de idade, por isso a empresa se mostrava envaidecida e parabenizava o escritor que nunca tinha deixado de contribuir com aquele Jornal.

38 SEREJO, H. *Obras completas de Hélio Serejo*. Sistematização, revisão e projeto final de H. Campestrini. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul / Editora Gibim, 2008, 9 volumes.

39 LUCIANO, L. C. *O Formidável Coronel Marcondes: história de um herói de guerra*, 2005, p.491-498. 548p. (inédito).

Eis o texto, na íntegra, do então Major Marcondes:

Caro amigo e conterrâneo Hélio Serejo.

Esta mensagem vai acompanhada das graças que damos ao Senhor de permitir-nos, ainda, ao longo do tempo, podermos enviá-la.

Antes, porém, quero rememorar aqueles recantos de sua casa, preenchidos pela sua companheira e animadora de toda a sua luta – a minha dileta prima – que me recebeu, por duas vezes, quando a hospitalidade que me fora distinguida, irradiou-me para toda a minha vida, e que, ainda, está comigo, no curto contato com o filho de Nioaque, onde seu devoto, também teve a sua origem. Para não suscitar dúvidas ao meu pensamento, oriundo das profundezas d'alma, buscando na metafísica e força da exposição, me leva a dizer-lhe que tudo isso ocorreu naqueles contatos que tivemos quando a ponte de Presidente Epitácio sobre o Rio Paraná era apenas uma irradiação de seu cérebro, irradiação essa que se propagou em todos os sentidos no Brasil, tornando inadiável a sua construção. Hoje, ela é uma realidade, estando até envelhecida.

Mas a roda gigante continua, e você, agora, quer retratar para a posteridade, um símbolo para as gerações modernas. O escolhido foi Astúrio Monteiro de Lima, baluarte gigante da civilização fronteiriça. Nele, temos: passado, tradição, fibra, desprendimento, tato diplomático, sinceridade e honradez. Por isso tudo é o remanescente valoroso de uma legião de bravos que, hoje, descansam na tumba dos heróis. Ele – Astúrio – e meu pai, Francisco Alves Terra, Chico Alves, amigo do saudoso e buenacho Chico Serejo, tiveram uma vivência de longos anos, unidos fraternalmente e irmanados sempre por um mesmo ideal: ver em paz e sempre progredindo a imensa e rica região fronteiriça.

Astúrio, de origem cuiabana e meu pai, de origem mineiro, natural de São Joaquim da Serra Negra, estiveram muito ligados porque, meu avô, José Alves Terra, fora capataz durante 4 anos de Abel Monteiro de Lima, dono da Região de Ponta Porã, nas vizinhanças do Rio Dourados, hoje junto à Grande Metrópole do mesmo nome.

Meu pai, ao regressar de uma volteada por Minas, resolveu fixar-se definitivamente, na Região de Nioaque, entre Santa Maria e Rio Brillhante.

Foi nesse período que Francisco Alves Terra e Astúrio Montei-

ro de Lima se encontraram para só se separarem com a morte de seu sincero amigo Chico Alves.

Juntos – comungando ideais idênticos, sem discrepância alguma em seus pontos de vista – prestaram relevantes serviços na região pouco habitada, principalmente no combate aos bandidos – quateiros – missão perigosíssima, rejeitada por todos. Ligados – Astúrio e meu pai – à Comissão Rondon, os laços de amizade se solidificaram com o eminente marechal Rondon, Nicolau Horta Barbosa, capitão Tibúrcio Cavacante e tantos outros.

Praticamente, a estrada de *terra batida*, entre Sidrolândia até Ponta Porã, foi construída por Francisco Alves Terra, seus valerosos amigos e companheiros, tendo, como colaborador precioso, a figura decidida, valente e respeitada de Astúrio Monteiro de Lima.

Passada as escaramuças de 24 – revolução contra Bernardes – veio a de 30, que terminou com a Comissão Rondon.

Chico Alves e Astúrio – o homem extraordinariamente progressista, sempre inquieto, lutador – se empenharam em fundar uma cidade, enfeitando as planícies da chapada, na estepe da Serra de Maracaju: fundaram Vista Alegre, com a preciosa colaboração da considerada família Azambuja e dos fazendeiros do então Município de Nioaque.

Vejo – e com prazer imenso – na pessoa de Astúrio Monteiro de Lima, um Centauro do progresso sulino, um cidadão otogenário que, no passado, foi de tudo: político de alto conceito, chefe leal e prudente, amigo para qualquer situação, fazendeiro que sempre via no peão um companheiro de trabalho, um conselho firme das horas incertas, um fulcro na sinceridade, um apaziguador sempre guiado por Deus, um *positivo* sem jamais ser partidário, porque sentia prazer em ser útil ao próximo, ferido ou indeciso.

Rendo as minhas homenagens a esse jequitibá de tantas e gloriosas lutas.

Sua luta passada é um exemplo dignificante – de sinceridade, amor e compreensão – que ficará para sempre...

(*Apud* LUCIANO, 2005, p.493-495).

Segundo o jornalista Luciano, Astúrio, personagem e assunto dessa carta, é autor do livro *Mato Grosso de outros tempos – Pioneiros*

e heróis. Continua o relato do escritor e jornalista Luciano, informando que no livro *Gratidão de caboclo* (1991, p. 51), que reúne comentários de várias personagens do meio artístico, das letras, intelectuais e políticos de diferentes cidades do Brasil e até de outros países sobre a pessoa do próprio Hélio Serejo, o Juca testemunhou:

Lembro-me, no distanciado tempo, o meninote Hélio Serejo já nas lides jornalísticas, ao lado de Aral Moreira. Era um piazi-nho vivo e, invariavelmente, cordial. Um caboclinho de cavalheirismo apurado. Um fronteiriço moço, de respeito. Pensei que ele, um dia, *seria qualquer coisa*. Deu-se a previsão... Hélio Serejo deu *coisa grande*. Virou gente importante. Visto nas páginas dos jornais. Nos rádios. Nas academias. Com tudo isso, não mudou nunca. Sempre o mesmo. Simplório, buenacho. Sincero. Amante dos pagos... Narrador de histórias. Decidido. Fibra gigante. Amigo sem rodeios. Quantas obras notáveis nos deu este conterrâneo valoroso? Uma carrada... Livros encantadores falando de erva-mate, tropilha, xucra, carretas paraguaias, enxurrada de chuva forte, queimada do campo, roça granando, pialo, doma, ferro, festança sertaneja. (*Apud* LUCIANO, 2005, p.497)

Ainda, de próprio punho, a carta inédita que Hélio Serejo escreveu para o jornalista Luciano⁴⁰, que observa: *cuja letra tremida é um pouco difícil de ser lida. Trocou Luís por “José” e Alves por “Soares”*:

Presidente Venceslau, 21.06.2004.
Caro José Carlos Luciano
Saúde e Paz

Não tenho durante uns 8 meses condições de colaborar consigo – biografia do coronel José Soares Marcondes.
Disse-me, o velho professor que carinho somente trata da mi-

40 Cf. **ANEXO 4**: Reprodução do envelope e da Carta de Hélio Serejo ao jornalista Luis Carlos Luciano.

nha saúde (três problemas graves) que só a peso de medicação de alto custo estaria em condições de prestar ajuda ao *irmão de ideais literários*. É de trabalho intenso a busca das pessoas que, no tempo passado, enviaram correspondência do meu estimado amigo coronel Marcondes que merece mesmo ser biografado, dada sua vivência, rica de acontecimentos que fizeram dele um cristão afável e muito respeitoso.

José Carlos. Citou sendo sincero, quero que compreenda. Até o dia de hoje tenho adquirido os remédios com a venda do admirável Coelho Neto – livros encadernados da minha coleção. Sua reconhecida capacidade intelectual vai ajudá-lo no entendimento tão necessário.

Grande e fraterno abraço crioulo.

Hélio Serejo

P.S. Não desanime. Publicada a “merecida biografia”, José Carlos Luciano, crescerá gigantescamente aí na hospitaleira e cativante Dourados.

Tirei xerox desta para o meu arquivo.

(*Apud* LUCIANO, 2005, p. 497-498)

Ao final, Luciano observa que essa deve ter sido a última, senão uma das últimas cartas de Hélio Serejo.

* * *

À guisa de conclusão, devemos salientar o notável valor simbólico e representativo da obra de Hélio Serejo, seja pelos aspectos aqui abordados, seja pela riqueza das formas de abordagem que a obra do escritor suscita nos diferentes olhares lançados sobre a narrativa serejiana. Ao lado disso, resta um vasto arquivo sobre o autor e seu tempo que aguardam estudos mais elaborados, como, por exemplo, o de sua vasta correspondência e de elementos paratextuais, à disposição de semióticos do paratexto, dentre outros estudiosos de linguagens. Assim, como estamos salientando, a tarefa da reflexão e da análise, num contexto de pós-disciplinaridade, deve envolver as diversas áreas do conhecimento e o uso de fontes e metodolo-

gias mais abrangentes possível, operando no fortalecimento e constituição do discurso crítico brasileiro, ao lado da importância desse discurso para a legitimação do avanço da crítica cultural em ritmo latino, como chama atenção Eneida de Souza, ao abordar o campo das “teorias sem disciplina”.

Com efeito, no espaço da crítica literária e cultural cresce em importância a abordagem que teóricos e professores universitários, sobretudo da área de Literatura Comparada e dos Estudos Culturais, realizam a partir da abertura de questões disciplinares, e da “transformação de um sistema disciplinar para o pós-disciplinar, no qual é possível conviver com a diluição dos campos de saber”, como enfatiza a crítica e ensaísta, autora de “Crítica cultural em ritmo latino”.⁴¹



Anexo 1: Silvino Jacques (à esquerda) e um companheiro de boemia. Foto da 3ª ed. de *Silvino Jacques: O último dos bandoleiros*, p.38. Apud, IBANHES, Maria de Lourdes G. de. 2008, p. 115.

41 Cf.: SOUZA, E. M. de. Crítica cultural em ritmo latino. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (Org.). *Literatura / Política / Cultura*: (1994-2004). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.239-251. Ver também: SOUZA, E. M. de. Crítica cultural em ritmo latino. In _____. *Tempo de pós-crítica*: ensaios. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007, p. 143-157. (Coleção Obras em Dobras).

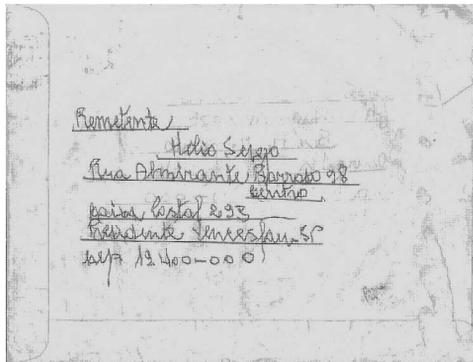
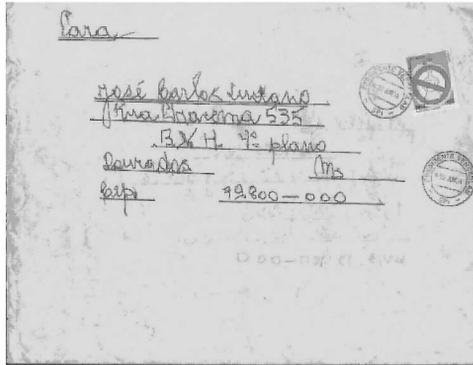


Anexo 2: Eulina e familiares em frente à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida-SP. Foto de 1952. Fonte-Coleção de Fotos de Eulina de Souza Ribeiro. *Apud* MENDONÇA, S. A. de S., 2003, p. 68.



Anexo 3: Exposição de Pintura de T. Lídia Baís ao lado do grande escritor Povina Cavalcanti, o notável Murilo Mendes e outros amigos. *Vernissage* da exposição de Lídia Baís na Policlínica do Rio de Janeiro, em dezembro de 1929 (*Lembrança do Museu Baís: sala das fotografias*). *Apud* RIGOTTI, 2009.

Anexo 4: Reprodução do envelope e da Carta de Hélio Serejo.



CAMALOTES E GUAIVIRAIS:
CAMPO GRANDE E CORUMBÁ REVISITADAS
PELA MEMÓRIA DE ULISSES SERRA

Paulo Bungart Neto¹

A literatura brasileira é pródiga em produzir grandes cronistas. Desde o início de nossa colonização, extasiados provavelmente pela singularidade da matéria, da paisagem e do exotismo que tinham à vista, viajantes, aventureiros e escrivães registraram em diários, cartas e crônicas o cotidiano dos primeiros contatos e da ocupação do novo território. O primeiro documento oficial escrito em solo brasileiro, a hoje famosa “Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil”, escrita por Pero Vaz de Caminha, escrivão-mor da frota de Pedro Álvares Cabral, é, na verdade, uma deliciosa crônica a respeito das reações do homem europeu diante da vida e dos costumes dos índios tupiniquins, pertencentes à grande família Tupi-Guarani e habitantes, à época, do sul da Bahia, onde os portugueses primeiramente aportaram, em 22 de abril de 1500. Sentenças e afirmações ali presentes, tais como o “Em se plantando tudo se dá”, ultrapassaram o

1 Mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela UNESP (*campus* de Assis). Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS. Professor Adjunto I da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atua nas áreas de Literatura Comparada, Estudos Culturais e Memorialismo.

mero registro momentâneo da descoberta para se tornarem uma espécie de vaticínio sobre os poderes quase mágicos do lugar, idealizado como “paraíso perdido” ou “terra do futuro”.

Durante os anos de exploração e ocupação do novo país (praticamente entre 1500 e 1600), diversos viajantes europeus escreveram “crônicas” sobre as descobertas aqui realizadas, ora destacando a abundância das matas, rios e outros recursos naturais, ora deliciando-se diante da fartura de frutas e frutos, ora tentando prever até onde nos levaria o resultado de uma miscigenação tão eclética que congregaria, décadas e séculos depois, em terras tropicais e sob precárias condições sociais, povos tão díspares culturalmente como o europeu, o índio e o negro. É óbvio que falo aqui de “crônica” no sentido de narração histórica feita, grosso modo, em ordem cronológica, e não no sentido contemporâneo do termo, ou seja, de textos jornalísticos “livres” e “informais”, que têm como temas fatos ou ideias atuais, de teor político, social, esportivo, etc.

É preciso que se compreenda que, para se chegar ao amadurecimento de um gênero que, no Brasil, durante o século XX, produziu escritores como Rubem Braga, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende, Stanislaw Ponte Preta, Luis Fernando Veríssimo e tantos outros, foi necessário que tivéssemos um Pero de Magalhães Gândavo a descrever os aspectos geográficos e botânicos do litoral do país (*Tratado da Terra do Brasil*, de 1587) e um Ambrósio Fernandes Brandão a pontuar as seis “riquezas” do Brasil (o açúcar, o comércio, o Pau-Brasil, o algodão, a lavoura de mantimentos e a criação de gado, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618)², viajantes, navegantes e missionários reunidos em antologias sob a condição fundadora de “cronistas históricos”, anteriores portanto à fixação de

2 Conferir comentário de Alfredo Bosi sobre os “Diálogos das grandezas do Brasil” em *História concisa da literatura brasileira* (1975, p. 27-29).

um “sistema literário” reconhecido como “brasileiro”, e essenciais como exemplos de nossa inclinação, desde a fundação, de relatar, de maneira coloquial e supostamente “acidental”, com o mesmo grau de informalidade e irreverência, tanto fatos históricos importantes como guerras e golpes de estado quanto acontecimentos banais do dia-a-dia de metrópoles, centros urbanos e cidades do interior.

Dos cronistas históricos aos modernos, a mesma ânsia de fixar em linguagem simples (mas não simplória), ao lado de fatos e casos particulares ou restritos a um bairro ou cidade, opiniões políticas, dogmas religiosos, preferências esportivas. Sabemos que, após os primeiros cronistas, que deram notícia da descoberta e povoamento da terra, nos séculos XVII e XVIII produziu-se no Brasil obras literárias de praticamente apenas três gêneros: poesia lírica (Gregório de Matos, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto); poesia épica (Basílio da Gama, Santa Rita Durão); e teatro (José de Anchieta). Somente no século XIX, com o advento do Romantismo, voltamos a ter no Brasil aquilo que poderíamos caracterizar como “crônica”, embora nessa altura com uma roupagem completamente diferente das primeiras crônicas brasileiras.

Os tempos eram outros e os meios de comunicação também. As crônicas, cartas, diários e relatos não eram mais transportados em embarcações nem levavam meses para chegar a seu destino e/ou a seu público consumidor. Durante o Romantismo brasileiro, iniciado em 1836, as crônicas passaram a fazer parte, quase cotidianamente, das seções dos principais jornais do país. O leitor daquele século teve, assim, o privilégio de ler, em 1854, a colaboração de José de Alencar como cronista do *Correio Mercantil* na seção “Ao correr da pena”, antes de o escritor se dedicar preferencialmente às atividades de político e de romancista e renovar a prosa literária brasileira, bem como a duradoura carreira de Machado de Assis como cronista dos principais jornais cariocas (de 1876, com sua *História de quinze dias*, até 1897, com as deliciosas crônicas de *A Semana*, passan-

do pelas produções de *Balas de estalo*, de 1883 a 1885, e de *Bons dias!*, de 1888 a 1889)³.

No século XX perpetua-se finalmente, na literatura brasileira, e com grande qualidade, esta longa tradição de bons cronistas, e podemos encontrá-los aos montes em vários estados e regiões brasileiras. No Rio de Janeiro, na esteira de José de Alencar, Machado de Assis e outros, como Lima Barreto e Olavo Bilac, grandes literatos colaboraram na imprensa através desse gênero, tais como João do Rio, Vinicius de Moraes, Nelson Rodrigues, Artur da Távola, Carlos Heitor Cony, Millôr Fernandes e Zuenir Ventura. Em Minas Gerais, uma breve consulta à obra *O desatino da rapaziada (Jornalistas e escritores em Minas Gerais)*, de Humberto Werneck, é suficiente para constatar-mos que a literatura de Carlos Drummond de Andrade, Roberto Drummond, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e tantos outros constituir-se-ia, necessariamente, uma bem-sucedida fusão entre o lado “poeta” ou “ficcionista” dos jovens modernistas, costumeiros frequentadores das livrarias e das mesas de bar da Rua da Bahia, em Belo Horizonte, e o lado “jornalista” ou “cronista”, cultivado no trabalho diário em redações de jornais como o *Diário de Minas*, por exemplo. No Rio Grande do Sul, Augusto Meyer, Luis Fernando Veríssimo, Caio Fernando Abreu e Moacyr Scliar deram alento ao gênero. Até mesmo compositores de música popular como Kleidir Ramil⁴, Aldir Blanc⁵ e Caetano Veloso⁶ deram vazão a suas veleidades literárias redigindo volumes de crônicas.

Se a crônica se popularizou e seduziu escritores, jornalistas e músicos nos quatro cantos do Brasil, é natural que o Mato Grosso do Sul

3 Conferir a seção “Crônica”, presente no terceiro volume da Obra Completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 322-775.

4 *Tipo assim*: Crônicas. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003.

5 *Um cara bacana na 19ª*: contos, crônicas e poemas. Rio de Janeiro: Record, 1996.

6 *O mundo não é chato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

não ficasse de fora e também tivesse seu grande cronista. E tem. Trata-se do contador, tabelião, orador, jornalista, bacharel em Direito e deputado classista Ulisses Serra, filho do poeta Arnaldo Serra, autor de *Aromita*. Membro do Rotary Club de Campo Grande, da Associação Comercial de Campo Grande, da Academia Mato-Grossense de Letras (posse em 08 de abril de 1963) e fundador da Academia de Letras e História de Campo Grande (hoje Academia Sul-mato-grossense de Letras, na qual é o patrono da cadeira nº 3), Ulisses Serra lançou, pela Editora Científica, em 13 de outubro de 1971, *Camalotes e guavirais*, considerado por críticos como José Couto Vieira Pontes o mais importante e representativo volume de crônicas já escrito em terras sul-mato-grossenses. A obra, que abarca a produção do autor até então esparsa em jornais e revistas, principalmente no “Correio do Estado”, recebeu uma segunda edição em 1989, financiada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e já está em sua terceira edição, patrocinada em 2007 pela Academia Sul-mato-grossense de Letras e atualizada por Hildebrando Campestrini⁷.

Mesmo não sendo uma obra exclusivamente memorialística, o tom é de nostalgia e recordação, uma vez que a maior parte das crônicas diz respeito à fundação e povoamento de Campo Grande, para onde Serra se mudara aos dezessete anos de idade. Há também algumas sobre Corumbá, cidade natal do escritor⁸. São elas: “Motivos de um título” (p. 13-14);

7 As citações de *Camalotes e guavirais* que farei em seguida pertencem à segunda edição (1989), a mais fácil de ser encontrada nos sebos do Mato Grosso do Sul. A primeira é rara e está praticamente esgotada, enquanto a terceira edição, comemorativa, teve reduzido número de exemplares publicados. A segunda edição tem Apresentação de Elpídio Reis e Prefácio de José Couto Vieira Pontes. Sobre essas e outras informações “pontuais” a respeito de *Camalotes e guavirais*, conferir meu artigo “O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado”, publicado em *Literatura e práticas culturais* (Dourados, Editora UFGD, 2009, p. 111-127. Org: Paulo Sérgio Nolasco dos Santos) e no nº 3 da *Ráido – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD* (Dourados, jan/jul 2008, p. 77-90).

8 Ulisses Serra nasceu a 01/09/1906 em Corumbá e faleceu a 30/06/1972 em Campo

“Vendetta Corsa” (p. 79-82); “Um amigo” (p. 107-109); “O Alípio” (p. 89-92); e “Maria Bolacha e Josetti” (p. 101-102).

Na primeira crônica, “Motivos de um título”, Serra explica que, por ter ele crescido à beira do rio Paraguai, sua infância conheceu de perto as “atrações do rio” e não do “asfalto”:

Da nascente à embocadura o Paraguai é homogêneo. Coloração das águas, barrancas, fauna alada e plantas aquáticas são curiosamente iguais e não me pareceu nunca um acidente geográfico a separar dois povos mas uma gigantesca espinha dorsal a uni-los sempre. Minha infância parece que vaga nas suas praias. É que se não tive nela atrações do asfalto, tive as desse rio, mergulhando e flutuando nas suas águas, de permeio com vitórias-régias e camalotes. (SERRA, 1989, p. 14)

O rio que banha Corumbá, “largo, sereno, enfeitado de pássaros e de flores”, jamais abandonou a memória do escritor, que privilegiou, no título escolhido para sua coletânea de crônicas, dois dos elementos mais característicos da região, a guavira, fruta típica do estado, e os camalotes, descritos como flores violáceas, de coloração verde-musgo e perfume suave, de raízes longas, profundas e compactas (p. 13).

“Vendetta Corsa” trata da ocupação e resistência de Corumbá à época da Guerra do Paraguai, destacando as atrocidades e saques dos quais a cidade foi vítima. “Um amigo” é sobre Antônio da Cruz, grande companheiro de caçadas de seu pai Arnaldo.

Em “O Alípio”, um dos pontos altos do livro, Ulisses Serra explora uma das características mais recorrentes em sua obra, que voltaremos a encontrar nos textos sobre Campo Grande: o elogio a pessoas simples e a valorização do caráter heróico de suas formas de vencer na vida. Alí-

Grande.

pio era funcionário da alfândega de Corumbá durante o “período áureo”, quando nela trabalharam importantes escritores, poetas e jornalistas do Mato Grosso do Sul, como Pedro de Medeiros, Henrique Vale, Esdras Vasconcelos, Temístocles Serra e Arnaldo Serra. Alto, magro, inteligente e boêmio, Alípio assemelhava-se, segundo o cronista, ao “tuiuiú dos pantanais”, e sua vida, desestabilizada e “flutuante”, lembra a Ulisses Serra os camalotes, “presos nos remansos ou a boiar no caudaloso Paraguai, levados docemente ao sabor das correntezas” (p. 90).

Interessa ao cronista justamente a atitude lírica e desapegada a bens materiais desse simples “guarda da fronteira”, que tinha arroubos de paixão (certa vez fora de navio, a Assunção, buscar a amada Marta, sem ter obtido licença do serviço aduaneiro) e desprezo pelas convenções, regras e normas (não comparecera ao concurso público para sua efetivação no cargo por ter passado a tarde jogando boliche!), invejado e despreocupado boêmio, que era visto, de madrugada, a voltar para casa tocando sua flauta, “sozinho subindo a ladeira, banhado de luar, entre sombras de árvores”, embalado apenas pela “cadência de uma valsa compassada e triste”, uma espécie de poeta absorto e nefelibata, que “tocava apenas para si, para seu enlevo, para seu sonho, recolhido dentro de si mesmo” (p. 91-2).

Pessoas simples e marcantes também são o assunto de “Maria Bolacha e Josetti”, deliciosa crônica a respeito de dois personagens emblemáticos de Corumbá. Na verdade, Ulisses Serra não menciona o lugar de origem dos dois retratados, mas sabe-se serem oriundos da “cidade branca” uma vez que Maria Bolacha também aparece no livro de poemas *Sarobá*, do corumbaense Lobivar Matos. Baixa, gorda e idosa, sua característica principal é responder, aos palavrões, às provocações dos garotos da rua, episódio registrado tanto pelo poeta quanto pelo cronista. Para Lobivar, trata-se de uma

Velha, baixota, enrugada, / chinelos furados, dedos de fora,
/ pedaço de pau infalível na mão, / saco vazio, sem cor, de-

pendurado às costas, / saia rasgada, / trapo num corpo sujo,
/ trapo sujo na vida, / vem vindo rua adentro, / pára aqui,
corre depois, xinga lá / e está em toda parte. / - Maria Bolacha!
Maria Bolacha! / - Cala a boca, meninos do inferno! (MATOS,
“Maria Bolacha”, 1936, p. 19)

Para Ulisses Serra, uma mulher autêntica que “defendeu sua dignidade e repeliu a rebenque e pedradas a alcunha desmoralizante” (p. 101), admirável pela insistência com que, a despeito do cansaço e dos aborrecimentos diários, empenhava-se em preservar sua honra e integridade moral:

Quando a malta de garotos gritava-lhe o apelido, que ela julgava enxovalhante, vinha-lhe a boca o palavrão, vibrava violentamente o chicote que sempre tinha às mãos e perseguia os seus agressores morais. Todos os dias e o dia todo, de ponta a ponta das ruas, era a zombaria dos *gravochoes* caboclos e a reação permanente e feroz de Maria Bolacha. À tarde, pelo cansaço, com voz fraca e enternecida, ofegante, pedia clemência aos garotos para que não a chamassem *assim*. Eles se condoíam, silenciavam e uma trégua se estabelecia. Súbito, sobrevinha a irreverência, sibilava um novo Maria Bolacha. Também ressoava um novo palavrão, de novo ela vibrava o seu chicote e se arremessava, violenta, contra aqueles diabretes. (SERRA, 1989, p. 101)

Já Josetti tivera a vida arruinada por uma decepção amorosa, ele que viera “de família ilustre” e tinha “cordura e mansuetude” (p. 101), trabalhara em Santos e, após o infortúnio, “dominava a cidade com a origem da sua desventura” (p. 102):

Daqueles escombros humanos e daquele desmantelamento psíquico vinham momentos de lucidez, intermitentes e fugazes. Instigado, falava da sua vida de contador de primeira plana das Docas de Santos; mas não fazia praça disso, falava com discrição e medida. Nunca, porém, falava da origem da sua desdita, da fronteira *salerosa* que o afagara e o envolvera no

nbanduti sutil e perigoso dos seus encantos e depois, com incêndios de sangue nas veias e alvoradas de mocidade, não quis aquilo que a escritora mundana e célebre chamara monotonía de um só leito. Indiferente aos frangalhos a que iria reduzir um homem, partiu em busca de outras festas genésicas. Josetti, aturdido, fechou os ouvidos ao conselho do curandeiro a Juca Mulato: ‘Esquece calmo e forte esse amor que te exaspera, que há um outro amor que espreita e espera pelo teu...’. E ensandeceu. (SERRA, 1989, p. 102)

No primeiro parágrafo de “Maria Bolacha e Josetti”, Ulisses Serra assume abertamente seu interesse pela fixação de pessoas simples ao perceber que as cidades “não se formam e se caracterizam apenas pelos seus prédios, vitrinas, anúncios luminosos, veículos que se entrecruzam, monumentos, canteiros e chafarizes” (p. 101), mas também por suas “tradições, costumes, cultura e sensibilidade”, e igualmente por seus “tipos populares”, “paisagem humana a constituir a alma móvel e errante das ruas” (p. 101).

Tal procedimento acompanha também, e sobretudo, as crônicas sobre Campo Grande. Através delas conhecemos João Akamine, emigrante japonês que trabalhava no eito dos cafezais e admirava um mural de Portinari (“Portinari e os meninos da lavoura”, p. 87-88); Renovato, preto velho, de “epiderme dura, áspera, encoscorada”, estafeta estadual que se aposentou em condições precárias por o terem obrigado a trocar, para cumprir o serviço entre Aquidauana e Campo Grande, sua mula por um caminhão que vivia no conserto (“Renovato”, p. 97-99); a negra Damiana, ex-dona de pensão que enriquecera em Goiás e ostentava diversas jóias (“Uma preta, um italiano, um búlgaro”, p. 75-77); e Eliseu, católico fervoroso que se redimia, em Campo Grande, dos excessos cometidos em Uberaba durante a passagem, em 1910, do Cometa Haley, ocasião em que cometeria exageros e cedera a paixões desenfreadas por ter acreditado que o cometa traria consigo o fim do mundo. Foi mascate em Campo Grande,

fez promessas, viu-as cumpridas e as pagou fazendo de Nossa Senhora da Abadia, santa de sua devoção, a padroeira do povoado, “na tosca igreja da rua 15” (“Eliseu e a santa”, p. 93-95).

A força poética das crônicas de Ulisses Serra não se limita, entretanto, apenas à fixação de tipos populares. Sua memória resgata os principais bares, restaurantes e cinemas de Campo Grande nas décadas de 1920 e 1930, e recua ainda mais para contar, com base em depoimentos de terceiros, a respeito da fundação da capital do Mato Grosso do Sul (“Quem ergueu o primeiro rancho?”, p. 15-20, ver adiante). Sobre os primeiros, a coletânea está repleta de textos marcantes acerca do início do processo de modernização da cidade: “Casas de jogo” (cassino liberado na rua D. Aquino para incentivar o turismo; p. 47-48); “Trianon Cine” (principal cinema mudo da época, possuía orquestra para animar a platéia e também servia como tribuna cívica e salão de baile de carnaval; p. 49-53); “Cinemas” (Serra enumera uma série deles, além do Trianon: Rio Branco, Guarani e Brasil, dentre outros; p. 53-54); “Restaurantes e bares” (para o cronista, melhores no início do século XX do que na década de 1970, sobretudo as confeitarias Delícia e Phênix, os bares Paulista e Bom Jardim e os restaurantes Jáú e Cascatinha; p. 55-56).

Outro capítulo interessante ao leitor contemporâneo é “A Rua 14 do meu tempo” (p. 21-30), no qual Serra registra o cotidiano de uma das mais importantes ruas do centro de Campo Grande, a Rua 14 de Julho, à época em que “a rua tinha o leito desnudo e vermelho” e onde “rolavam colunas escarlates, altas, espessas de poeira, tão compactas que não se reconhecia o transeunte da calçada oposta” (p. 22). Mesmo sem asfalto, a rua reunia estabelecimentos como as farmácias Royal e São José e a Livraria Kosmos, e já se incorporara, desde os anos 30, ao “inconsciente coletivo” da cidade. O que não impede o cronista de comparar a mesma rua em dois momentos diversos (década de 30 e década de 70), e de deixar claro ao leitor sua preferência:

Hoje a Rua 14 é outra. Tem mais do que sonhávamos ela tivesse um dia. Cruzam-se nela todos os caminhos de Mato Grosso e traçam-se os destinos políticos do estado. Empolgante com suas luzes de gás neon e seus postes artísticos, no vai-e-vem contínuo das multidões que se acotovelam, no tumulto do seu trânsito e na audácia dos seus arranha-céus. Amo-a como a nenhuma outra. De ponta a ponta abre-me os seus braços nos abraços dos meus amigos. Mas a outra, a de outrora, dos meus tempos de moço, descuidados e fagueiros, era mais típica, mais genuína, mais gostosamente cabocla. (SERRA, 1989, p. 30)

A preferência de Ulisses Serra, no entanto, mesmo com laivos de nostalgia, não significa um julgamento cabal e definitivo, pois o autor tem consciência absoluta da fragilidade da condição humana e de como são efêmeros todos os objetos e seres que se sujeitam à passagem do tempo:

Mas esta rua, a de agora, também irá desaparecer na voragem dos anos. Estes edifícios, que atrevidamente se alteiam para o céu a desafiar procelas, serão jogados ao chão como frágeis e anacrônicos. Homens, fortunas, princípios que nos empolgam não resistirão à derrocada do tempo. Tempo! Mau e generoso; destruidor e renovador; noite e alvorada; piedoso quando nos faz lembrar, piedoso quando nos faz esquecer! No imenso e insondável encadeamento das gerações, a nossa vida, por mais longeva, é fração de segundo imedível frente às gerações que já se passaram e às gerações que os milênios hão de trazer. (SERRA, 1989, p. 30)

Justamente por ter noção exata da sucessão ininterrupta dos séculos e gerações é que Ulisses Serra opta, em suas crônicas, por relevar a importância de certas ações humanas e demonstrar o quanto nossas atitudes e conclusões são parciais, apressadas e mesquinhas. Exemplo disso é o capítulo “Marcha das carretas” (p. 115-117), no qual, após comentar o quanto era difícil, no início do povoamento de Campo Grande, encontrar terras boas e disponíveis para cultivo e moradia, Serra denuncia e execra

um advogado “colérico” que, amparado pela “lei” (isto é, pelos poderosos de uma até então “terra-de-ninguém”), incendeia uma fazenda e expulsa os posseiros violentamente a fim de fazer cumprir uma ação reintegratória de posse plena. O veredicto de Serra e a condenação final com que ele encerra a crônica são impiedosos, uma vez que é possível fugir a tudo, lembra o escritor, exceto aos próprios tormentos da consciência e da memória traumática:

Hoje, anos passados, muitos daqueles desgraçados talvez não existam mais, nem existam mais aquelas carretas, desmanteladas pelo tempo. Deixaram de rolar pelas longas e desertas estradas carreteiras. Mas existe uma tela mental daquela cena. O jovem advogado de outrora, hoje grisalho e com os impulsos de violência arrefecidos e subjugados pelos anos, confia que o incêndio que ateou nos ranchos e nas searas, a partida daquelas carretas na melancolia do sol poente e as fogueiras não desapareceram da sua memória. Quanto mais os anos passam e ele se espiritualiza, a tela fica mais clara, mais nítida e mais pungente, ferindo-o sempre e cada vez mais. (SERRA, 1989, p. 117)

Mas não há só crônicas sobre decepções amorosas, disputas de terra, advogados inescrupulosos ou sobre o alto índice de criminalidade da capital⁹. E é essa variedade de temas que confere a *Camalotes e guavirais* um lugar de destaque na literatura sul-mato-grossense, pois na obra podemos encontrar preocupações ecológicas (“Árvores da cidade”, p. 57-58; e “O jequetibá do dr. Arlindo”, p. 59-61; sobre as figueiras, jequitibás, pequizeiros e paineiras do centro da cidade, a maioria plantadas pelo Dr.

9 Ver “Padeiro romântico” (p. 83-84), crônica na qual Ulisses Serra comenta que, nas primeiras décadas da ocupação de Campo Grande, era comum serem encontrados, a cada manhã, dois ou três cadáveres largados na rua, o que insinua uma banalização da violência tal qual a que vemos atualmente nas grandes metrópoles: “Quando um homem morria, não se perguntava de quê, porém, quem o matou”. (SERRA, p. 84)

Arlindo Gomes de Andrade); críticas irônicas e bem-humoradas, como as de “Pioneiros em 4 rodas (1)” (p. 41-43), em que satiriza um Código de Posturas adotado pela prefeitura de Campo Grande conhecido como o “código do Dr. Arlindo”¹⁰; e até mesmo um “quase-conto”, na expressão de José Couto Vieira Pontes em *História da literatura sul-mato-grossense* (1981, p. 107): refiro-me a “Ciladas da vida” (p. 129-132), texto com estrutura narrativa, triângulo amoroso e clímax.

Deixo para o fim, propositadamente, a principal crônica do ponto de vista histórico: “Quem ergueu o primeiro rancho?” (p. 15-20), fascinante relato a respeito dos primeiros habitantes de Campo Grande, o casal João Nepomuceno e Maria Abranches, e os mineiros José Antônio Pereira e Manuel Vieira de Sousa. A partir de artigos e livros de pesquisadores como Vespasiano Martins, Valério d’Almeida e Sá Carvalho, Ulisses Serra reconstitui a aventura do desbravamento de um povoado que era apenas, àquela época, como ele diz em “Marcha das carretas”, “uma ilhota (...) perdida nas imensas planuras verdes de imensos campos devolutos” (p. 115).

Primeiramente, há que se considerar o caráter oral dos primeiros registros sobre a cidade, comentário com o qual Ulisses Serra inicia “Quem ergueu o primeiro rancho?”, para demonstrar o quanto é difícil separar história de lenda após certo distanciamento temporal:

assentados nos registros públicos Campo Grande surgiu em meio a um imenso vazio demográfico e não teve os seus primórdios e narrados, deles nos nas gazetas de cidades próximas. Só a tradição oral, passível de distorções involuntárias dá notícias. (SERRA, 1989, p. 15)

10 O trecho mais inverossímil do código, motivo de piada para Ulisses Serra, determina: “A velocidade dos automóveis, em caso algum, poderá ir além 25 km por hora, nas estradas; de 15 km nas povoações e partes habitadas e de oito nas ruas centrais da cidade. Nos lugares estreitos, onde há acumulação de pessoas, a velocidade será de um homem a passo, 60 centímetros por segundo”. (*Apud* SERRA, 1989, p. 42)

Tal indeterminação e a necessidade de se fiar na tradição oral levaram historiadores a se perguntarem quem teria “erguido o primeiro rancho”, pergunta sem resposta que ecoa na crônica de Serra. Mesmo sabendo ser impossível qualquer tipo de confirmação, Serra aventava uma explicação plausível, com base em registros e depoimentos de terceiros. Resumidamente, a ocupação da cidade parece ter ocorrido da seguinte maneira, o que pode ser comprovado pelos parágrafos citados abaixo: o mineiro José Antônio Pereira descobriu as terras, voltou a Minas Gerais para buscar pertences, gado e família e deixou o casal João Nepomuceno e Maria Abranches tomando conta do local. Durante a longa jornada efetuada por Pereira entre Campo Grande e Minas, um conterrâneo seu, Manuel Vieira de Sousa, também chegou à localidade para nela se estabelecer definitivamente. Graças à fidelidade do casal e à compreensão de Sousa, tudo se resolveu amigavelmente, e as terras foram divididas a partir da confluência dos arroios batizados com os nomes de Prosa e Segredo, nomes que são mantidos até hoje. Leiamos os parágrafos mais elucidativos desta significativa e exemplar divisão fraterna de terras, verdadeira lição de solidariedade aos egoístas e ambiciosos de todos os tempos:

A ordem cronológica dos fatos assim se processou: João Nepomuceno (para homiziar-se, ou não) e Maria Abranches pararam na junção dos arroios que mais tarde viriam a chamar-se Segredo e Prosa e levantariam o seu rancho. Um dia chega, de Monte Alegre, José Antônio Pereira com o seu filho Luís e mais dois camaradas. Buscava o intrépido mineiro dilatadas terras para fixar-se. Comprou o rancho do poconeano, plantou mais para sua volta e deixou-o encarregado da posse. Regressou a Minas para buscar a família. Dois anos e meio se passaram e não regressava e o zelador dele não tinha notícias. Seguramente estava ocupado no minucioso apresto da viagem definitiva e longa que teria de empreender. João Nepomuceno e Maria Abranches esperavam. (...) Um dia, depois de longa espera, apontaram carretas no verde do cerrado. Traziam ho-

mens, mulheres e crianças. Devia ter sido de eufórica algazarra a alegria dos que chegavam e maior a daquele casal de solitários. Não era José Antônio Pereira! Mas outro desassombrado mineiro que também buscava terras, também queria afazendar-se e plantar povoados. Era Manuel Vieira de Sousa. João Nepomuceno, então, não lhe vendeu propriamente a posse, cobrou-lhe o zelo, como repetidamente frisou e o registra um cronista. (...) Por tudo recebeu trinta mil-réis, equivalentes apenas a cinco ou seis vacas, e ainda pactuou que se um dia chegasse José Pereira a ele Manuel Vieira deveria entregar a mesma quantia a título de indenização. (...) Semanas ou meses depois ouve-se a canção monótona do chiado de carretas mineiras. E elas despontavam lentas, em fila, pelo caminho estreito que cavaleiros abriram na mata. É José Antônio Pereira. Traz a mulher. Traz filhos, genros, netos e agregados. Traz a família para fixar-se para sempre. Entre ele e o coestaduano não houve conflito de interesse. Havia terra em profusão e havia o bom senso do mineiro. Irmanaram-se, entregaram-se entusiasmaticamente à construção de novos ranchos, ampliaram o roçado para maior plantio e maior colheita. (...) Estava criado, sob os auspícios da honradez mineira, o povoado. Viriam outros pioneiros. E o povoado transformar-se-ia rapidamente na metrópole de hoje, bela e trepidante, justo orgulho de todos nós. (SERRA, 1989, p. 18-19)

Este longo trecho, com o qual termino o presente artigo, demonstra o que todos nós sabemos, mas relutamos em admitir, sobretudo em tempos de capitalismo selvagem como os de hoje: onde há solidariedade, fraternidade e espírito de coletividade não há lugar para ódios e conflitos de interesse. Talvez se, numa inversão cronológica espetacular, os marinheiros da frota de Pedro Álvares Cabral tivessem conhecido e se mirado no exemplo de Nepomuceno, Abranches, Pereira e Sousa, a história da Terra de Vera Cruz tivesse sido bem diferente. Essa parece ser a maior lição de *Camalotes e guavirais*, obra-prima de um escritor que soube valorizar os aspectos mais poéticos e singelos da condição humana – daí a imortalidade de seu registro.

Referências

BLANC, Aldir. **Um cara bacana na 19^a**: contos, crônicas e poemas. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Org.). **Literatura e práticas culturais**. Dourados: Editora UFGD, 2009, p. 111-127.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Crônica. In: **Obra completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, v. 3, p. 322-775.

MATOS, Lobivar. **Sarobá**. Rio de Janeiro: Minha Livraria Editora, 1936.

PONTES, José Couto Vieira. **História da literatura sul-mato-grossense**. São Paulo: Editora do Escritor Ltda., 1981.

RAMIL, Kledir. **Tipo assim**: crônicas. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos (Org.). **As cem melhores crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais**. 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

VELOSO, Caetano. **O mundo não é chato**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RETRATOS FEMININOS DE UM MORRO AZUL

Maria Adélia Menegazzo – UFMS

Em uma obra literária, o momento relatado só adquire sentido na medida em que aquele que lê percebe uma duração que ultrapassa o próprio instante. Essa duração é construída pelo narrador em suas idas ao passado e voltas ao presente. O romance **Morro Azul**¹, de Aglay Trindade Nantes, tem a propriedade de percorrer um longo percurso histórico, com início na Guerra do Paraguai até os nossos dias, sem que a narrativa se perca na monotonia de uma cronologia linear. Narra as “estórias pantaneiras” que ouviu contar, e que constituem sua própria história, com a propriedade do narrador memorialista, valendo-se da imaginação ficcional na medida em que só ela poderia complementar os quadros, os comentários e as alusões.

Ao se posicionar, inicialmente, como uma contadora de histórias que ouviu contar, a narradora fala da experiência de um outro narrador – um narrador primeiro que, provavelmente, também as ouviu contar, se considerarmos o espaço de tempo cronológico coberto pela narrativa. O livro é dedicado aos filhos da autora e apresenta uma advertência: “Os

1 NANTES, Aglay Trindade. *Morro Azul*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1993. Todas as citações referem-se a esta edição e serão grafadas como MA, seguidas do número da página.

acontecimentos aqui narrados, embora baseados em fatos verídicos, **talvez** não correspondam à verdade histórica. São **apenas estórias** que ouvi contar” (grifos meus). Extingue de imediato a oposição entre realidade/verdade/ficção, posicionando o relato no entre-lugar próprio do literário. Retira também toda necessidade de confrontação dos fatos relatados com os fatos acontecidos. O uso do vocábulo “estórias” também induz a esse espaço transitório, que nos leva a várias histórias cujo foco principal recai sobre as mulheres, as personagens femininas que dominam as ações, o tempo e os espaços.

Neste ensaio, iremos destacar os recursos narratológicos utilizados na constituição de “retratos” das personagens que possibilitam uma representação da mulher na sua relação com uma natureza inóspita, com homens rudes, com a guerra, rompendo, dessa maneira, com os estereótipos há muito estabelecidos pela tradição local.

Ouvir contar estórias

No primeiro capítulo do livro, a narradora explica ao leitor como as histórias foram, são ou serão contadas:

Já faz muito tempo que conheço estas estórias. Mas muito mais tempo faz, que elas aconteceram. (...) Estórias contadas não têm data certa. Só dizem que ‘faz tempo’, muito tempo... Mas o certo é que elas aconteceram (M.A., p.09)

Demonstra, nesta medida, um controle restrito sobre quando aconteceram as histórias, atribuindo ao caráter oral das narrativas a sua possível inconstância e humanidade. Para reforçar estas qualidades próprias da oralidade, a narradora compara seu papel e dos narradores que lhe transmitiram as estórias, com a natureza:

Só os morros permanecem os mesmos, grandes muralhas de pedra, impávidos e perenes a testemunhar a vida. Eles não con-

tam o que sabem, o que ouviram. As pedras vermelhas formam desenhos geométricos, perfis humanos, carrancas. Aquelas pedras talhadas e rabiscadas confirmam mistérios e segredos. Vistos de longe, os morros são uma grande muralha azul. Quando o sol se põe a sua frente, a morraria se ilumina. As pedras se tornam brasa viva e a muralha se incendeia. As pedras incandescentes parecem reafirmar que ali há mistérios e histórias para contar. Esta é a natureza, o nosso lugar, onde aconteceram estas histórias. (M.A., p.09)

Se é próprio da natureza humana mudar, a natureza *per se*, embora também mude, retém os segredos, os mistérios, as histórias. Por outro lado, se esse é o “nosso lugar”, a narradora está imbuída da propriedade e da autoridade que legitimam seu ato de narrar. Com a perfeição do “artífice” benjaminiano, veremos associarem-se “o saber das terras distantes” com o “saber do passado”², que irão constituir uma história de família, uma saga, no sentido contemporâneo, contada para a narradora por sua avó:

Por isso resolvi escrevê-las [as histórias que ouviu da avó]. Para que a tradição oral desta terra não se apague e que nossos filhos, nossos netos saibam que estas histórias antigas, quase se transformando em lendas, são na verdade, histórias vivas, reais. Histórias que continuarão a ser vividas e contadas por outras gerações. (M.A., p.71)

É neste sentido, também, que vemos em **Morro Azul** a forma artesanal da narrativa que, ainda de acordo com Benjamin, não se preocupa em transmitir o “puro em si” das coisas, como se fosse um relatório, ou uma comunicação. Essas coisas entram na vida do narrador e em seguida são afastadas dele. “Os narradores gostam de começar sua história com a descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão

2 BENJAMIN, Walter. O narrador. 1987, p. 199.

contar a seguir (...)”³, diz Benjamin. Assim, a narradora, já no segundo capítulo, afasta-se da história enquanto o eu-que-narra e assume a onisciência. Entram em cena as memórias das lembranças da avó contadora de estórias.

Sobre guerras e guerreiras

“Em boa parte da história elas [as mulheres] foram simplesmente excluídas e, quando estiveram presentes, surgiram como figuras isoladas e sem voz”⁴. Com raríssimas exceções, assim se estabelece o papel das mulheres na história oficial do mundo ocidental. Contrapondo-se a este discurso oficial que produziu uma imagem da mulher como um sujeito histórico, político e cultural submisso, de papel secundário, domesticado e até mesmo ausente, em Morro Azul, Aglay Trindade Nantes arrisca, e configura, outra mulher, na maioria dos casos dona de sua própria história, mesmo assumindo papéis que lhe foram atribuídos pela tradição. Oscilando entre estas duas visões, vai constituindo uma galeria de heroínas, às quais não faltam o amor romântico e a religiosidade.

A narrativa tem início com a descrição das festas religiosas que eram realizadas na cidade de Miranda e que congregavam as famílias da região, enfocando principalmente as de Joaquim de Souza Moreira, proprietário da fazenda Pequi, entre as margens do rio Aquidauana, e de Francisco de Deus Pereira Mendes, o Papai Chico, proprietário da fazenda Agachy, nas proximidades de Miranda. Nas festas, a distribuição dos papéis sexuais é nitidamente estabelecida:

Assim, enquanto as mulheres participavam das novenas, os homens negociavam terras e boiadas, faziam mutirões para

3 Idem, p.205.

4 PRATT, Mary Louise. Mulher, literatura e irmandade nacional. p. 127.

marcar o gado, pois não havia cerca nas fazendas. A festa era a ocasião em que os fazendeiros acertavam seus negócios, o tempo em que se faziam os batizados e os casamentos. A época em que as moças, em olhares furtivos, conheciam seus maridos. (M.A., p.10)

Esta atmosfera festiva está recoberta, no momento em que a narrativa se inicia, pela sombra da Guerra do Paraguai (1864-1870), cujas notícias chegavam pela lancha da Bacia do Prata que vinha de Corumbá. Com a guerra a lancha não vinha com tanta frequência acordar a vila com seu apito choroso. As notícias chegavam a cavalo, com meses e meses de atraso. É com a chegada de um desses cavaleiros, o tenente Bandeira, que a guerra entra na história de **Morro Azul**, anunciando a proximidade da tropa paraguaia, e exortando o povo para a fuga:

Não brincassem com a tropa paraguaia. Ela já tinha arrasado Nioaque, matando e judiando de mulheres e de crianças. Eram cruéis. Não respeitavam nem a velhice. Ele vira cenas horríveis e tivera muita sorte escapando. (M.A., p.11)

A crueldade das tropas de Solano Lopes será descrita de maneira realista pela narradora por meio de um discurso que não se distancia da história oficial. Começa então a se delinear o perfil das mulheres daquela região, implicadas na construção da saga da família da narradora-autora. Assim são apresentadas, primeiramente, Ana Gertrudes e Nhanhá, auxiliadas pelas “bugras” Maria, Ramona, Joana e Jacinta. Estas mulheres serão mostradas nas suas práticas cotidianas:

Ana Gertrudes fazia crochê e embalava Micota, sua filha, que dormia quando o barulho [com a chegada do tenente Bandeira] começou na vila. (...) Ana Gertrudes olhou-se no espelho e ajeitou as tranças negras que lhe emolduravam o rosto bonito. Benzeu-se em frente ao pequeno oratório onde guardara a imagem de Nossa Senhora da Conceição que o marido lhe dera na

véspera. (...) As [três] crianças atenderam ao chamado da mãe e lá vieram, loirinhas e sujas. Ana Gertrudes tratou de dar-lhes um banho rápido na bica, com a ajuda de Maria. Vestiu-os ligeira e já o marido entrava em casa com a notícia da invasão paraguaia.

Ana Gertrudes ouvia atenta o que o marido dizia. Mulher inteligente compreendeu logo o que se passava. (...) Agora precisavam fugir urgentemente da vila. Havia muita força, muita dignidade na aparente calma daquela mulher. (p.12)

A capacidade de síntese da narradora permite que, apenas nestes pequenos e poucos parágrafos, o leitor possa compor um retrato de mulher que se destaca não como sujeito subalterno, mas como alguém que possui iniciativa e capacidade para tomar decisões e agir, negando a repetição de pressupostos tradicionais de identificação da mulher com uma cultura apenas da contemplação, da sensibilidade e da imaginação. No capítulo seguinte, é apresentada Nanhá:

Noutra casa da vila, Nanhá conseguira que as crianças dormissem após o almoço. Elas eram inquietas e ela grávida, cansava-se com facilidade. (...) como era bom sentir aquela vida palpitando dentro dela. (...) Francisco ou Francisca é o que seria. Uma homenagem ao homem que amava, o senhor seu marido, o poconeano Francisco de Deus Pereira, o Papai Chico. (...)

Nanhá levantou-se para ver o que acontecia.(...) e lá se foi aquele homem corajoso e decidido, com dois bugres de confiança, deixando a mulher grávida, nova e bonita com os filhos pequenos, numa vila prestes a ser invadida. (M.A., p.14) Logo que Papai Chico saía para buscar reforços na fazenda, Nanhá pusera suas bugras em movimento, dando ordens. (M.A., p.15)

As mulheres acabavam de arrumar a mudança quando a porta da frente abriu num guinchado. Nanhá descendia da família Costa Marques. Todos a conheciam pelo apelido de Nanhá, mas seu nome de solteira era Antonia da Costa Marques. (p.17)

Com a figura de Nhanhá, a imagem da mulher se amplia com a inserção do sentimento amoroso, ausente no caso de Ana Gertrudes. Laboriosa e decidida como esta última, Nhanhá representará ainda a coragem da mulher que entra em trabalho de parto durante a fuga e tem a filha no meio do mato.

São dois “retratos” ficcionalizados de mulheres, o que permite à narradora idealizá-las, sem que isso signifique ser menos fiel ao que lhe foi relatado. Imbuídos pelo “talvez não correspondam à verdade” da advertência inicial, são, ao menos, retratos plausíveis. Também é preciso levar em conta o contexto em que são configuradas. Uma “identidade feminina”, enquanto construção social, exige um exame minucioso das condições sociais e do contexto histórico em que é estruturada⁵. A narradora não problematiza propriamente o papel dessas mulheres, mas ao narrar suas ações e o modo heterogêneo como as assumem, estabelece um confronto com aquilo que é próprio do gênero⁶ masculino, insistindo em um outro tipo de subjetividade, para além do estereótipo.

Dentre as poucas personagens que se recusaram a deixar a vila de Miranda, quando do anúncio da chegada das tropas paraguaias, estava Nhá Gervásia, que representa o olhar ingênuo, que se fundamenta em uma idéia de nação, nos termos em que foi conceituada por Benedict Anderson – “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana⁷”. Porque imaginada, sua totalidade não pode ser concretamente vivenciada. Para Gervásia, no entanto, o Paraguai ainda corresponde a uma imagem do passado:

5 HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. *Feminismo em tempos pós-modernos*. 1994, p. 12

6 Gênero enquanto uma construção cultural que especifica comportamentos e atitudes atribuídos aos sexos masculino e feminino.

7 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2008, p. 32

Nhá Gervásia, a paraguaia que vendia chipa na vila, não acreditava nos horrores que contavam de seus patrícios. Ela viera ainda moça de Assunção, se lembrava com saudade dos rapazes guapos e gentis que conhecera. Os soldados de hoje não seriam muito diferentes daqueles moços, pensava. Ela ficaria. Receberia seus patrícios com uma saudação guarani e umas chipas quentes recém tiradas do forno de barro. Ela iria saber notícias de Assunção! Algum soldado poderia até conhecer um parente seu. Ah! Que saudades de Assunção e de sua gente! (p.17)

A descrição do comportamento dos soldados paraguaios dão conta de quebrar a nação inventada⁸ pela imaginação de Gervásia, provavelmente decorrente da próspera realidade paraguaia antes da guerra, fundamentada na fraternidade entre os povos vizinhos e sintetizada na figura protetora do exército, que pode ser confirmada pela leitura que Mary Louise Pratt faz da obra de Anderson: “As três características chaves da nação (fronteira, soberania e fraternidade) são metonimicamente incorporadas na figura limitada, soberana e fraterna do cidadão-soldado⁹.” Assim, o desfecho desta configuração vem na sua contraposição com o sentimento de barbárie com que frequentemente se constroem as imagens de uma guerra, evidenciadas no capítulo XI:

Depois da invasão da vila, os poucos que ficaram, não quiseram contar em detalhes.

[O padre] viu estarecido que haviam posto fogo na capela e os registros de batizados, casamentos, tudo, se incendiara. (...) Os altares tinham sido derrubados e o pior, o sacrário violado. A paraguaia Gervásia, depois da invasão, fechou-se num mutismo doído. Seus patrícios agora eram os brasileiros. A tropa paraguaia a quem pretendia receber como amiga, a maltratara demais, zombara dela, apesar de devorar as três fornadas de chipa que ela fazia por dia.

8 O termo invenção está sendo utilizado em sua acepção comum, como criação.

9 PRATT, Mary Louise. *Mulher, literatura e irmandade nacional*. 1994, p.130

- Uns selvagens, abusados e cínicos eram os soldados. Não queria mais saber deles! (M.A., p.21)

Durante cinco anos, as famílias permaneceram escondidas no mato convivendo com toda sorte de perigos: dos bugres bravos às doenças, como o sarampo, aos animais peçonhentos e selvagens. Construíram seus ranchos próximos uns dos outros e trataram também de estabelecer relações de amizade e futuros casamentos. Além das duas famílias iniciais, integram-se à leva de fugitivos Marcelino Pereira Mendes e Leocádia, donos da fazenda Sebral, próxima a Albuquerque, ao lado do Morro Grande, uma das primeiras a serem invadidas pelas tropas paraguaias. Este período é relatado até o capítulo XXI (p.28) da narrativa.

Escravos, bugres e crianças

A narrativa de **Morro Azul** dá conta também de mostrar como escravos, bugres e crianças viviam naquele período. Lembrando que a libertação dos escravos só ocorreu em 1888 no Brasil (no Paraguai, muitos anos antes), a narradora conta a relação “naturalizada” entre escravos e homens livres. Também aqui, é a partir das mulheres que a situação é evocada. Por exemplo, ao fazer o retrato de Leocádia como uma mulher fina, educada, de pele clara e cabelos crespos, que tinha um sorriso cativante e que transmitia bondade e simpatia, a narradora complementa:

Ainda solteira, costumava proteger as escravas que trabalhavam na usina de seu irmão Juca Gomes Monteiro, lá pros lados de Cuiabá. Era conhecida por todos, a maldade com que esse grande usineiro tratava seus escravos. Lá, as mulheres escravas precisavam deixar os bebês na senzala o dia inteiro, enquanto estivessem no trabalho. Penalizada então, às escondidas do irmão, Leocádia carregava uma a uma as crianças que choravam para mamar nas mães escravas que cortavam cana no canavial. (M.A., p.19)

O que se percebe é que a narradora, imbuída das histórias das mulheres de sua família, aborda todos os temas a partir delas. Assim, quando do casamento do sueco Augusto Anderson com Francisca, filha de Nhanhá e Papai Chico, novamente aparece a figura do escravo:

Foi de Augusto Anderson a primeira olaria que existiu em Nioaque para onde o casal se mudou logo após o casamento. Francisca levou como dote alguns escravos, uns poucos índios ‘amansados’ para ajudar no trabalho da olaria. Augusto Anderson, um europeu liberal, alforriou seus escravos, contratando-os como empregados. (M.A., p.57)

Também os índios aparecem como elementos de complementação desses retratos femininos, ensinando as mulheres a se relacionar com a natureza, a sobreviver a partir dela, ajudando nos trabalhos domésticos. Central para compreender as relações entre estes diversos segmentos é o capítulo XXV, que narra a busca da família de Ana Gertrudes pelo sobrinho João Dias, que havia desaparecido durante a guerra, levado por índios “brabos”. O índio terena Miguel, empregado da fazenda, será o grande interlocutor para o resgate da criança. A narradora se vale de palavras da língua terena para contar esta parte da história. Evidencia também as relações entre índios e não-índios, num quadro que se mantém até nossos dias:

- O que vocês vão fazer com um branco (hopu’iti) aqui na aldeia? perguntou Miguel. Se o guri não for embora agora com esses homens, virão outros atrás dele. Só que eles não virão como amigos, nem trarão presentes, continuou Miguel. Eles virão armados, matarão vocês e ainda tocarão fogo na aldeia. É melhor deixar o guri ir embora. Em troca, eles vão deixar os bois, os burros e muito mantimento. É melhor pra vocês, completou Miguel. (M.A., p.41)

O que se pode ler durante toda a narrativa é uma representação do índio que reforça sua condição de sujeito subalterno¹⁰. Ao utilizar indiferentemente as palavras “bugre” e “índio”, há que se perceber que para a narradora essa condição não é problemática, ou que, pelo menos, não mereceu maiores comentários de suas contadoras de histórias.

Já as crianças estão intimamente relacionadas à representação da mulher como elemento de composição do espaço doméstico e que ressalta sua capacidade reprodutora. Os hábitos, as preocupações e o posicionamento sexual dessas mulheres contadas são perpassados por esta ótica. Os desafios a que elas são submetidas recebem uma espécie de compensação pela maternidade. Daí que as crianças venham a compor um quadro de suavidade em meio a provações.

Que brinquedos havia para as crianças? Ora, atropelar as emas e roubar seus ninhos, jogar carreira com as seriemas, espantar jacarés escondidos nos aguapés. O tempo era todo das crianças e elas se divertiam. Como era bom colecionar ovos de passarinhos. (...) Amansar caturritas e carregá-las ao ombro, para onde fossem, era de fazer inveja; criar guacho (...). (M.A., p.24)

Desse modo, a narradora vai distribuindo suas histórias ao longo de **Morro Azul**, por meio de representações que nascem da necessidade ou mesmo do desejo de que a realidade possa ser vista de um modo plausível. Ao apresentar os acontecimentos com base na sua realidade, o valor dessa representação preenche a necessidade de que eles tenham, de fato, a mesma coerência e integridade.

10 A este respeito, leia-se o ensaio de Edgar César Nolasco, intitulado “Bugres *subalternus*”. In: Cadernos de Estudos Culturais. Campo Grande, MS, v.1, n.1, p. 9-16, jan.-jun., 2009.

O fato de narrar histórias de outras narradoras não invalida o papel de crônica de que estas páginas se revestem. Pode parecer comum o modo como a narradora cria a duração de sua própria história, propondo cortes repentinos em seus quarenta e um capítulos, montando os fragmentos pelas personagens que se unem, se separam, nascem, crescem e morrem. Empenhada na representação de um mundo objetivo, empírico, e em reproduzir os procedimentos naturais e humanos, a narradora desloca o leitor para que, com ela, possa reconhecer a unidade dos espaços percorridos. Cria assim seus próprios modelos e com eles estabelece a distância entre a realidade e a ficção, a memória e a narrativa.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.197-221.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: feminismo em tempos pós-modernos. In: _____ (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro; ROCCO, 1994, p. 7-19

NANTES, Aglay Trindade. **Morro azul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1993.

NOLASCO, Edgar César. **Bugres subalternus**. Cadernos de Estudos Culturais. Campo Grande, MS, v.1, n.1, p. 9-16, jan.-jun. 2009.

PRATT, Mary Louise. **Mulher, literatura e irmandade nacional**. Trad. Valéria Lamego. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Op. Cit., p.127-157.

Literatura e Práticas Culturais

DOUGLAS DIEGUES:
“LAS FRONTERAS SIGUIEM
INCONTROLÁBLES”

Ana Paula Macedo Cartapatti Kaimoti¹

(...) a fronteira (ou a zona de fronteira) é um espaço de “expectativa de reprodução”, onde algo migra, se reelabora e se refaz (CARVALHAL, 2003, p. 159).

Sobre mapas e fronteiras

No início da página do blog do brasiguaiou Douglas Diegues, escritor e editor, apresenta-se, como pano de fundo, um, aparentemente, antigo mapa da América. Sobre essa imagem, o título do blog, “Portunhol Selvagem”², tampa a América do Norte, a maior parte da América Central e deixa espaço livre para a América do Sul. Em geral, um mapa sinaliza para o estabelecimento e registro de limites, por meio de uma representação gráfica e abstrata. No entanto, a imagem escolhida apresenta fronteiras que não correspondem àquelas do cenário político contemporâneo do continente, mas outras, cuja origem não foi possível ainda esclarecer. Em

1 Professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário da Grande Dourados (UNI-GRAN) e doutora em Teoria da Literatura.

2 <http://portunhonselvagem.blogspot.com/>

outra de suas acepções, o mapa também cumpre com a função de guia, sinalizador de caminhos, uma espécie de chave para se chegar àquilo que se deseja. Quais os caminhos que o blog do autor pretende indicar aos seus leitores? Aonde chegarão aqueles que se aventurarem por esse território?

A presença dessa imagem num lugar híbrido como a blogosfera³, composta por uma carta geográfica vinda de um passado não explícito, cujas fronteiras são de difícil identificação, que destaca a parte mais meridional da América e posiciona sobre o norte do continente uma expressão linguisticamente mestiça, oposta ao estereótipo da idéia de civilização, sinaliza para um espaço no qual, ao mesmo tempo em que se busca ultrapassar limites políticos historicamente instituídos, tenta-se estabelecer identidades culturais marcadas pelo cruzamento de diferentes origens, entre elas, predominantemente, as que se referem à origem nativa, “selvagem”.

Na trilha desses sinais, o título deste capítulo, retirado de um texto “Yo, las fronteras y usted”⁴, publicado nesse blog, apresenta um termo,

3 O número crescente de *blogs* constitui um dos fenômenos mais marcantes da Internet na actualidade. Nasceu o mundo da blogosfera, um espaço onde a liberdade de escrita e a troca de opiniões parece ser total, tudo pode ser dito e publicado. *Blog* é uma abreviação que resulta das palavras inglesas *web* (rede) e *log* (diário de bordo onde os navegadores registavam os eventos das viagens). Na realidade os *blogs* podem ser considerados autênticos diários, mas em formato

Electrónico (RODRIGUES, C. *Blogs: uma ágora na net*. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/04/rodrigues-catarina-blogs-agora-na-net.pdf>> Acesso em: 28 maio 2009).

4 Yo había cruzado los 11.500 kilómetros de fronteras amazónicas. Y todo lo que yo constataba, kabrón, era que las fronteras siguen incontrolables. El Império Yankee com todos los aparatos disponibles, satélites, NASA, CIA, el apoyo del Vaticano, non consegue controlar ainda suas fronteras de mais de 2000 quilómetros com México. Los mais de 500 quilómetros de frontera com el Paraguay también siguen praticamente incontrolables. Hoje conversei com una árvore nel hospital psiquiátrico de la avenida Mato Grosso. La árvore me dijo: take it easy. Non entendi nada, pero lo entendi tudo. La noche seguiu zero a zero. Em la tele del Burity Hotel, pornomultishow y multishowpornô, cadelinhas com sotate carioca cantando la pelota. Zapeio la noche. Llega el invierno em la City More-

“fronteira”, não por acaso mencionado já algumas vezes, cuja labilidade diz muito sobre o caráter contraditório e “incontrolável” da produção poética de Diegues, sobre a qual lançaremos nosso olhar neste texto. Registrado por meio do “portunhol salvage” de Diegues, a “frontera”, assim como o mapa-título do blog, indica tanto um espaço móvel de troca, contrabando e travessia, quanto para a tentativa de se demarcar limites geográficos, estéticos e culturais.

Caros aos estudos contemporâneos de Literatura Comparada, as noções de fronteira e mapa, nas palavras de Tânia Carvalhal (2003), constituem, em termos culturais, uma zona simultânea de interação e de afirmação de diferenças, a partir da qual a produção literária é considerada em seu processo de elaboração simbólica, que leva mais à exploração de margens e limites e menos ao estabelecimento de contornos rígidos, pensando o literário como “conjunto de relações múltiplas que ultrapassam fronteiras nacionais” (p. 51). Desse modo, a fronteira vincula-se às transformações históricas e sociais, acompanhando o ritmo dessas mudanças. Ao estabelecer limites políticos, culturalmente construídos, a noção de fronteira, segundo Carvalhal, igualmente participa da construção das identidades nacionais, ligando-se aos mitos fundadores de determinadas sociedades e, conseqüentemente, à especificidade de suas representações no âmbito da cultura (p. 157-158).

Nesse contexto, a contrariedade da palavra “fronteira” se apresenta também no tanto de “reprodução” e “reelaboração” que o termo contém, como expressa a epígrafe deste capítulo, palavras que sinalizam igualmente para dilemas importantes que se apresentam na obra de Diegues que nos propomos a ler. O “portunhol salvage”, nomeado pelo autor, e elaborado,

na. Y tú. Y tú. Y tú. Y solamente tú... (DIEGUES, D. *Yo, las fronteras y usted*. Disponível em: <http://portunholselvagem.blogspot.com/search?q=Yo%2C+las+fronteras+y+usted+>. Acesso em: 25 jul. 2009).

segundo ele, na composição de seus poemas, dramatiza essa questão de forma emblemática ao incorporar na materialidade do texto a condição híbrida dos usos da língua na fronteira do brasileiro Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

O portunhol salvaje: cena

De acordo com Diegues, o “portunhol selvagem” seria uma espécie de “lengua poética”, que “...brota de las selvas de los kuerpos triplefronteros, se inventa por si mismo, acontece ou non...” (DIEGUES, 2009, 2008). Para além do costumeiro “portunhol” da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, que mistura de maneiras variadas o português falado no Brasil com o espanhol paraguaio e o guarani dos índios da região e seus descendentes, Diegues afirma que sua versão dessa mistura resulta do acaso de encontros de diferentes identidades e discursos fronteiriços, considerando, nesse portunhol selvagem, que “...además del guaraní, posso enfiar numa frase palabras de mais de 20 lenguas ameríndias que existem em Paraguaylândia y el resto de las lenguas que existem en este mundo” (DIEGUES, 2009).

Essa língua inventada remete à trajetória biográfica do poeta que o leva do centro à periferia e vice-versa: do Rio de Janeiro, onde nasceu, à Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, na divisa com o Paraguai, região original de sua mãe, filha de um imigrante espanhol e de uma paraguaia, para depois incluir passagens pelo interior de São Paulo, pelo Rio, novamente, e por Campo Grande. Em meio a esse trânsito, Diegues escreveu e queimou cerca de “300 mil poemas”, destruídos por terem sido compostos, nas palavras do autor, num “português literário impostado”, “la cosa mas falsa del mundo”, “sim gosma íntima” (DIEGUES, 2008).

Em seguida, descobre o portunhol, “...un experimento selvagem que brota como flor da bosta misma de las lenguas que moram dentro du

meu pensamento, u português, o espanhol, algo do guarani y do guaranhol, mezclados”. O caráter “selvagem” dessa língua inventada, no discurso do autor, carrega o signo do autêntico, do original, da liberdade de criação, oposto às “amarras” da cultura letrada, presa, para o poeta, a “la inteligência burra acadêmica y pedante”, oposto, por fim, à idéia estereotipada de civilização construída pela tradição do pensamento ocidental. Diegues identifica a manifestação desse multilinguismo literário em autores como o poeta Sousândrade, em *O Guesa* (1884), em Oswald de Andrade e, mais contemporaneamente, Wilson Bueno, autor de *Mar Paraguayo* (1992) entre outros. Em cada uma dessas manifestações, incluindo a do próprio Diegues, segundo ele, o portunhol selvagem mantém a originalidade de uma língua afeita aos caprichos da criatividade do poeta e do seu uso pelo “pueblo inbenta-lenguas triplefrontero” (DIEGUES, 2008, 2009).

A oposição implica tanto no investimento do poeta no caráter mestiço e transitório que forma as identidades dessa região periférica do Cone Sul latino-americano, quanto na tentativa de estabelecer um limite que separe sua produção poética daquela outra que se faz a partir dos centros legitimadores da cultura letrada – a universidade, a escola, a mídia e o mercado das grandes editoras de livros. Dessa forma, essa delimitação constrói uma identidade marginal para a poesia de Diegues, tarefa que o autor leva em frente no discurso que elabora a partir da cena composta por sua atuação como poeta e editor que circula, contemporaneamente, entre as cidades sul-mato-grossenses de Ponta Porã e Campo Grande e as paraguaias Pedro Juan Caballero e Asunción, entre outras, incluindo Berlim, na Alemanha, onde Diegues esteve como um dos dois representantes brasileiros do evento itinerante *Latinale*, em 2006, o qual apresentava recitais e leituras de poetas latino-americanos.

A obra do autor acompanha esse movimento e está disseminada em espaços alternativos que se estruturam fora do âmbito das grandes editoras ou mesmo daquelas menores, mas oficialmente vinculadas ao meio

universitário, espaços que unem o universo global da *world wide web* à região fronteiriça e marginal do Paraguai com o Brasil: blogs⁵ do próprio autor e de outros poetas, revistas literárias digitais, pequenas edições artesanais de seus poemas, como a da editora *Jambo Girl*, de Assunção, Paraguai, além da editora *Yiyi Jambo*, na mesma cidade, projeto coletivo de Diegues e outros poetas, que prioriza edições artesanais da produção poética de autores brasileiros e paraguaios. Como resultado, essa atuação gerou a publicação de obras como *El astronauta paraguayo* (2007), publicado pela Yiyi Jambo, Asunción, *Uma flor na solapa de la miséria* (2005), publicada pela Eloisa Cartonera, Buenos Aires, *Dá gusto andar desnudo por estas selvas: sonetos salvajes* (2002), publicado pela Travessa dos editores, Curitiba-PR. No espaço da *web*, recentemente, no blog “Portunhol Selvagem”, Diegues vem publicando *La novela infláble*, postada periodicamente num torrencial e verborrágico portunhol e que já está no seu nono *post*.

Em ensaio recente sobre a poesia brasileira contemporânea, publicado na revista mexicana *La cabeza del moro*, o poeta e ensaísta Cláudio Daniel acredita que esse posicionamento singular da produção de Diegues localiza-o junto a um grupo de autores brasileiros, os quais, produzindo contemporaneamente seus textos, não se alinham a qualquer corrente estética, nomeadamente aquelas ligadas ou à herança do movimento concreto ou à poesia marginal da década de 70 do século XX, em alinhamento ou oposição às últimas gerações de poetas modernistas brasileiros, como João Cabral de Melo Neto, por exemplo (2008, p. 35).

Por essa razão, esse grupo é formado por poetas “excêntricos”, que fogem a qualquer classificação ou centro, ao aliar um acabamento formal refinado a um alto grau de transgressão e estranhamento, aspecto que no caso de Diegues se vincula ao estabelecimento de um diálogo tenso com a

5 Outros blogs de Douglas Diegues: <<http://www.bichosparaguaios.blogspot.com/>>. <<http://yiyijambo.blogspot.com/>>

tradição literária européia, a partir do lugar mestiço de seu *locus* poético: “...una ‘tierra de nadie’, metáfora de la propia poesia” (DANIEL, 2008, p. 35). Como Daniel destaca, esses poetas excêntricos, além de Diegues, Roberto Piva, Micheline Verunschik e Antonio Moura, em sua maioria, se mantêm à margem do olhar da crítica literária acadêmica, segundo o autor, pelo fato dessa crítica não saber como definir produções que não sigam os caminhos já consagrados por obras anteriores, já inseridas no cânone literário.

Na imprensa brasileira não-especializada, a obra de Diegues tem aparecido desde a publicação dos *Sonetos Salvajes* pela Travessa dos Editores, o que inclui a identificação do autor com um movimento literário que seria composto por poetas e prosadores contemporâneos como Xico Sá, com o romance *Caballeros solitarios rumbo ao sol poente* (Editora do Bispo, 2007), Joca Terrón, com a narrativa *Monarks atravesan el Apa*, entre outros, dispostos a “promover experimentações literárias a partir da linguagem oral da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e da mistura da linguagem urbana com a tradição nordestina influenciada pelo romanceiro luso-espanhol da Idade Média” (COLOMBO, 2007).

A transformação dos autores em notícia se relacionou sobretudo à sua participação na FLIPORTO, a Festa Literária Internacional de Porto de Galinhas, em 2007, evento que incorpora com frequência aqueles que não conseguem seu espaço na FLIP, de Paraty, o que marca ainda o espaço marginal dessa produção e desse possível “movimento”, o qual, por si só, cria também seus espaços de divulgação e debate, como o evento que esse grupo de escritores promoveu em Assunção, o 1º Encontro Interfronteiras do Portunhol Selvagem, em 2007.

Nessa cobertura, feita pelo jornal *Folha de São Paulo*, o grupo reivindica o uso do portunhol pela literatura como uma forma, para Sá, de se ultrapassar as fronteiras linguístico-geográficas redutoras da língua portuguesa, penetrando na amplitude maior da presença da língua espanhola na América Latina, enquanto que, para Terrón, o portunhol selvagem se

torna uma forma de questionar os estereótipos criados pelos brasileiros em relação aos “hermanos latino-americanos” – no caso dos paraguaios, ligados ao contrabando e à violência.

A marginalidade dos usos e costumes fronteiriços e da produção literária que se vincula a esses usos, à qual se vincula os estereótipos citados por Terrón, ficou exposta nas matérias publicadas no jornal, quando foi levantada a hipótese do portunhol se tornar uma língua, o que levou a manifestações descrentes de representantes da “inteligência acadêmica”, como Cristóvão Tezza, que considerou o movimento um “modismo inconsistente”, usando um tom eminentemente preconceituoso: “Imaginar que alguma região da fronteira do Brasil comece a defender de fato uma língua nova é algo delirante”.

Este delírio fronteiriço é justamente aquele defendido pelos escritores que participam do movimento, porém, não como uma forma de tornar o portunhol uma língua, o que implicaria numa descrição, fixação e padronização dos seus usos, recusada pelo grupo; mas como uma maneira de identificá-lo, seguindo a perspectiva de Diegues, com um espaço de liberdade estética (COLOMBO, 2007).

Mais equilibrado e partindo da perspectiva da sociolinguística e da pragmática, Carlos Faraco, linguista brasileiro, considera que esse portunhol não vá configurar uma interlíngua, com aconteceu na fronteira do Uruguai com o Brasil. Ainda assim, ao encontro do pensamento de Terrón, o linguista acredita que o uso do portunhol, do ponto de vista estético e literário, que é aquele no qual esse multilinguismo se insere, possa se tornar uma forma de chamar atenção para as muitas variedades linguísticas que fazem parte da língua portuguesa. Em geral, essa multiplicidade é vítima de preconceito, mantendo-se à margem da cultura letrada, segregação que, para Faraco, é fruto do histórico desejo dos brasileiros de serem homogeneamente parecidos com os brancos europeus, espelhando-nos na língua portuguesa desse continente e ignorando a condição híbrida de nossa formação cultural (COLOMBO, 2007).

No entanto, em outro momento, a produção de Diegues é legitimada em artigos sobre a poética indígena latino-americana e seus poetas, no caderno Mais!, também da *Folha de São Paulo*, espaço que o jornal oferece exclusivamente para a cultura letrada e acadêmica. Ali, o portunhol selvagem de Diegues é visto pela ótica da novidade de sua incorporação do guarani e comparado ao trabalho que Sousândrade fez ao inserir o elemento indígena amazônico no seu poema épico *O Guesa*, no final do século XIX.

Além disso, o multilinguismo de Diegues levou-o a um trabalho de adaptação-tradução da mitologia oral guarani ao português escrito, em parceria com o paraguaio Guillermo Sequera, *Kosmofonia Mbya Guaraní* (Mendonça & Provazi Editores, 2006). Este trabalho também é citado em um dos artigos do caderno, cujo tema era o desconhecimento da cultura letrada brasileira em relação à produção poética indígena, em consequência de uma dificuldade da crítica literária, civilizada e urbana, em lidar com textos de autoria da população autóctone, ao posicioná-los no lado selvagem e primitivo da visão dualista da cultura que compõe a tradição do pensamento moderno ocidental (MEDEIROS, 2009; CESARINO, 2009).

América Latina: cartografia cultural

Não por acaso, a América Latina, composta, sobretudo, por ex-colônias, é marcada pela dificuldade em lidar com a variedade de sua formação histórica, social e cultural, o que leva também à complexidade do processo de delimitação das identidades das nações que a compõem, formadas pela combinação de suas origens autóctones com a europeia, principalmente espanhola e portuguesa, para mencionar apenas dois pontos de um conjunto que inclui outras etnias, como as africanas e tantas que aportaram na América Latina nos movimentos migratórios do século XIX e do início do século XX.

Para Moreno (1979), essa questão expõe outra das características comuns a esse conjunto: a histórica e sucessiva dependência em relação a uma potência exterior, seja como colônia, seja como região que se encontra na periferia do cenário econômico mundial. É justamente nesse ponto que Antonio Candido (2000) destaca, na literatura latino-americana, um alto grau de compromisso com a vida nacional que faz dessa produção, explicitamente, parte ativa do processo de constituição da nação, aspecto que inexistia, desse modo, no conjunto da produção literária europeia.

Segundo Carvalhal (2003), uma obra se vincula a determinada nacionalidade, em última instância, em razão da ligação íntima do texto com o espaço a que pertence o escritor, isto é, a idéia de “nação”, para além de determinações políticas, se refere a um sentimento de pertencer a algum lugar. Se a consciência desse pertencimento leva à necessidade de representação do modo de ser particular, a “figuração” dessa identidade precisa ser reconhecida, publicamente e oficialmente, pelo outro (p. 130-131). É desse modo que, no contexto das literaturas latino-americanas, o que é próprio e o que pertence ao outro, o alheio, se tencionam: como lidar com a herança cultural do colonizador, figura fundamental da formação política e cultural da América Latina, cuja participação se pautou, sobretudo, sobre a violência e sobre tentativas sistemáticas de aniquilação da população nativa e de sua cultura?

Esse conflito foi frequentemente interpretado como um antagonismo que anula seus extremos: para reivindicar a autenticidade necessária a sua independência, a ex-colônia recusa o estrangeiro, embora conserve como modelo a direção européia que o colonizador deixou para trás, oscilando entre a expressão do local e a busca pelo universalmente válido, em termos de cultura ocidental, levando, segundo Antonio Candido, os latino-americanos a manterem seu interesse voltado para fora, dando as costas ao

que é fronteiroço, ao seu interior⁶ (CARVALHAL, p. 130, e CANDIDO, apud CARVALHAL, 2003, p. 179). Este aspecto fica evidente nas polémicas em torno do portunhol selvagem e da poética indígena publicadas na *Folha de São Paulo* e que também se apresenta, de forma peculiar, na cena que compõe a obra de Diegues e seu portunhol selvagem: espanhol, português e guarani.

Dar as costas ao que é fronteiroço implica em marginalizar o interior, o que faz da procura pela identidade nacional uma questão ainda mais dramática nas regiões remotas que compõem a América do Sul e o Brasil, pontos latino-americanos que, nesta leitura, têm um sentido especial. Por essa razão, regionalismos e nacionalismos se encontram:

Se a província não existisse como espaço estigmatizado, distanciado não só geográfica, mas econômica e socialmente do centro, não seriam necessárias nem resistência contra o que possa ferir sua especificidade nem afirmação de peculiaridades que reclamam o reconhecimento de uma identidade que não quer se perder (CARVALHAL, 2003, p. 144).

Similares na reivindicação de autenticidade, nação e região, no entanto, diferem quanto à relação com os discursos que legitimam as formas arbitrárias com que as divisas políticas são estabelecidas. Se a construção, inclusive literária, da identidade da nação também serve para justificar essas arbitrariedades, essas frequentemente ignoram os trânsitos entre fronteiras, os quais, por sua vez, vão formar intrinsecamente as identidades regionais, sendo, provavelmente, um dos pontos de oposição que as figurações identitárias das regiões estabelecem em relação ao centro, destacando, nesse contexto, que as “literaturas de zonas de contato ou zonas

⁶ Questão explorada de forma paradigmática por Roberto Schwarz no ensaio “Nacional por subtração”. In: *Cultura e Política*. S. Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 108-135.

fronteiriças emergem de espaços sociais onde as culturas se encontram” (CARVALHAL, 2003, p. 157).

Essa questão, especialmente analisada pelos estudos literários comparatistas, a partir de autoras como, além de Carvalho, Evelina Hoisel (2004), na direção da perspectiva de Eduardo Coutinho (2001) e Angél Rama (1989), a propor uma nova cartografia, baseada em territorialidades literárias, para as quais a realidade cultural é mais relevante que a divisão política. Nesse sentido, considerando inclusive a posição de Angél Rama, na obra *Transculturación narrativa en América Latina* (1982), partimos do pressuposto de que a América Latina é constituída por macrorregiões culturais, compostas por conjuntos de países contíguos e microrregiões culturais, nas quais há um desenvolvimento autônomo de culturas internas.

Como territorialidade literária latino-americana, o Cone Sul é marcado por uma identidade móvel, híbrida e mestiça que dilui as fronteiras políticas, nacionais e linguísticas dos países que o compõem, como, por exemplo, no caso dos usos fronteiriços variados da língua portuguesa do Brasil, da língua espanhola e do guarani dos outros países e do Paraguai. Como macrorregião cultural, o Cone Sul comporta outras menores, microrregiões, como aquela formada pelo Rio Grande do Sul, o Uruguai e a região pampeana argentina – de acordo com a perspectiva de Tânia Franco Carvalho (2003) – e aquela que reúne a região do Paraguai ao pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense. Ambas se caracterizam pela forte presença da dimensão porosa da fronteira, como espaço heterogêneo de trânsitos e travessias.

Tal porosidade marca a poesia de Douglas Diegues que, vinculado a essa última microrregião cultural, incorpora ao seu texto o movimento próprio desse espaço. Para Paulo Nolasco dos Santos (2007 e 2008), os traços histórico-culturais comuns desse território literário se encontram nos signos do esquecimento e do despertencimento, marcas de uma identidade com forte caráter melancólico que se apresenta na obra de autores

como Lobivar Matos, Manoel de Barros, a poetisa paraguaia Josefina Pla. Este aspecto estaria vinculado à história específica da região, baseada no estabelecimento difuso de fronteiras pelos bandeirantes pioneiros:

Sublinha-se aqui o quanto a distância e o isolamento, inicialmente responsáveis pelas dificuldades do nosso desenvolvimento no extremo oeste do Brasil, vão configurar, depois, o nosso desprendimento, que é sombra da nossa nostalgia, oriunda de um espaço de amplos horizontes do planalto, acentuando também a nossa vocação de sonhadores incorrigíveis (SANTOS, 2007).

Segundo Aline Figueiredo (1987, apud SANTOS, 2008, p. 17), essa região é descoberta pelo olhar do colonizador, que busca a captura do índio, a exploração dos metais e a criação do gado, três aspectos da economia colonial que, esgotando-se a partir do século XVIII, deixam para trás um espaço despovoado e esquecido, durante três séculos. Nesse meio tempo, a relação com o índio se constrói com base na violência e na exclusão, preterindo a integração, e a região testemunha e protagoniza o horror da Guerra do Paraguai (1864-1870). A distância e o isolamento consequentes desses aspectos, para a autora, levam a uma situação regional complexa, cujo enfrentamento constitui o cerne da própria história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O poeta salvaje anda desnudo pela cidade morena

Em muitos aspectos, as especificidades da produção literária de Diegues se identificam com os contornos dessa microrregião cultural do Cone Sul, tanto naquilo que a particulariza, o trânsito fronteiriço com os países hispano-americanos e a relação conflituosa com o indígena, quan-

to, em geral, na procura pelo autêntico, figura fundamental da poética do autor e marca da identidade latino-americana e de suas macro e microrregiões periféricas.

Nesse ponto, é preciso ressaltar que a leitura apresentada neste capítulo tenta reconstituir a complexidade de uma cena em pleno desenvolvimento, composta pela matéria diversa que, aos poucos, forma o *corpus* textual da produção de Douglas Diegues e que inclui sua situação pública, privada, sua fortuna crítica, seu projeto estético (implícito ou explícito), sua rede metafórica, seu jogo de significantes, com o objetivo de compreender de que modo a integração desses aspectos delimita algo a que chamamos tal obra. Especialmente no caso de uma produção ainda não considerada, em termos satisfatórios, pela crítica literária oficialmente mais autorizada, acadêmica ou não, é preciso reconhecer e refletir sobre nossa participação na construção dessa mesma cena que tentamos compreender, considerando que a abordagem da cena é também um trabalho de encenação (SISCAR, 2005).

Para tanto, algumas questões devem ser consideradas: como a situação pública de Diegues, sua encenação, nessa microrregião cultural sulmato-grossense e para além dela, como poeta, editor e como uma espécie de “agitador cultural”, tanto no ambiente digital quanto no meio intelectual, é determinante ou não para a delimitação dos contornos de sua poesia e para a maneira como os primeiros textos que a tomam como objeto, como o nosso, identificam seu caráter híbrido e fronteiriço? Como personagem dessa cena, Diegues tem identificado seu projeto estético com o termo “selvagem”, como descrito no início deste capítulo, a partir de uma concepção, a princípio, intuitiva da poesia, que o autor vincula à figura do “esperma”. Em termos formais, essa identidade se presentifica no português levado a cabo pelo poeta, que integra, na materialidade do poema, a variedade linguística e, conseqüentemente, cultural e simbólica do seu espaço de produção.

Seguindo a primeira questão, perguntamo-nos ainda o quanto esse projeto e a produção textual dele derivada estão subordinados à figura do poeta marginal, que circula fora do sistema, imagem cultivada publicamente por Diegues e que traz, inclusive, um traço de ressentimento, muito pouco intuitivo, do poeta em relação aos “poetras-tos”, aqueles que estão no “mundillo literário oficial-zko” e que produzem uma poesia sem esperma, segundo ele (DIEGUES, 2009). Desse “mundillo”, posicionado no polo central da tensão entre o centro e a periferia, fazem parte as instituições acadêmicas em todos os seus graus e o mercado editorial, que lida com tiragens industriais, instâncias sociais legitimadoras do literário (LAJOLO, 2001).

Considerando-o dessa maneira e levando em conta a gradual inserção da produção de Diegues nesse “mundillo oficial-zko”, processo do qual esse texto faz parte, o caráter selvagem, o “esperma” da obra do autor, resistiria ao centro? Acreditamos que a resposta a essa pergunta está vinculada ao texto do poeta; difícil, no entanto, é separá-lo de todos os aspectos mencionados, os quais, de fato, fazem parte dessa produção de maneira intrínseca. Considerar essa **dificuldade** é tarefa do leitor crítico, que assumimos desde já, na tentativa de também nos posicionarmos na cena que aqui buscamos construir.

Nesse sentido, é preciso reconhecer o papel da abertura que o olhar construído no âmbito dos estudos de literatura comparada contemporâneos, ao questionar a formação dos cânones literários nacionais, oferece para que a produção de um poeta à margem, como Douglas Diegues, possa ser considerada por outros círculos e públicos, para além daqueles do seu meio original. Nesse contexto, no jogo entre o centro e a margem estabelecido pela produção de Diegues, está apresentado um traço que o identifica com aquilo que Candido considerou como marca da literatura produzida na América Latina: a intenção de construir a nação ao fazer literatura. Contudo, o poeta incorpora esse compromisso de forma ainda

mais dramática por se posicionar na periferia de uma nação igualmente periférica e incorporar à sua produção poética a elaboração de uma metáfora da região da qual faz parte – região cujo isolamento e marginalização no mapa político e cultural do país tornam premente a questão de sua identidade. Resta-nos, assim, outra pergunta: como essa metáfora é construída nos poemas do autor?

À parte a riqueza da produção de Diegues e seus múltiplos espaços de atuação, as respostas a essas perguntas podem estar no modo como a cena pública e biográfica do poeta e seu projeto estético explícito se encontram nos poemas publicados na obra *Dá gusto andar desnudo por estas selvas: sonetos salvajes* (2002), publicada pela Travessa dos Editores, empresa que, embora menor, está mais próxima do mercado editorial.

No blog do autor, não por acaso, a imagem dessa edição da obra se posiciona em primeiro lugar em relação às outras que compõem o lado direito da página, acima, inclusive, da imagem da edição artesanal, em papelão cortado e pintado a mão, de *Uma flor na solapa de la miséria* (2005). De acordo com a retórica do poeta salvaje e marginal, seria mais lógico que essa segunda obra ocupasse posição de destaque, já que representa um tipo de publicação que circula fora das margens do circuito comercial, ao gosto do discurso poético de Diegues. Por essa razão, a posição superior da obra mais inserida nesse circuito indica a necessidade de reconhecimento, público e oficial, do autor, cuja temática de resistência à lógica do mercado e à produção cultural nela referendada esconde o outro lado desse dualismo: a inerente atração da periferia pelo centro.

O título da obra em questão conta um pouco dessa história ao relacionar o prazer do “eu”, que ali se manifesta em “dá gusto”, aos signos da nudez, da selva e do selvagem, relação que sinaliza, em conjunto, para o projeto poético de Diegues em sua dimensão erótica, defensora de um primitivismo presente no tanto de guarani que o portunhol do título apre-

senta e afeito à imagem do lócus bárbaro e paradisíaco da terra descoberta, a América, metáfora construída no discurso do europeu do século XVI.

Uma palavra, no entanto, mostra-se em dissonância com esse cenário indígena, intocado pela civilização ocidental europeia, embora esse termo esteja em consonância com o tanto de espanhol e português do registro poético escolhido: o soneto, precisamente um dos mais representativos emblemas dessa civilização, estrutura poética racionalizante da cultura letrada do classicismo. Ao assumir a heterogeneidade, o europeu e o autóctone, que desenha a América Latina, o título também indica uma das contrariedades do projeto poético do autor expondo, a contrapelo, para o tanto de artifício, planejamento e construção racional que reside no proclamado espontaneísmo selvagem da poesia de Diegues.

São sonetos os 30 poemas apresentados nessa obra, até certo ponto, escritos no modelo inglês, fixado por Shakespeare, e que apresenta, tradicionalmente, sem título, versos decassílabos reunidos em três quartetos e um dístico, nos quais, em geral, seguindo o viés racionalizante do Renascimento, uma idéia é apresentada, desenvolvida e concluída, na última estrofe, na qual as rimas apresentam-se emparelhadas, admitindo, nas outras, algumas variações. A relação com a tradição, a princípio, interrompe-se neste ponto: ainda que mostre alguma regularidade no trabalho com os esquemas de rima, os sonetos salvajes não obedecem aos padrões rítmicos estabelecidos pelo modelo, deixando de lado, inclusive, as dez sílabas métricas e qualquer esquema métrico rígido.

A partir do interior da tradição – que se mostra, inclusive, no fato de serem textos escritos, reunidos num livro, linguagem e objetos modelares na tradição da cultura letrada de origem europeia –, os poemas burlam suas normas e reafirmam essa atitude rebelde no uso poético do português, um registro linguístico próprio da oralidade, resultado de misturas que incluem a língua de populações indígenas ágrafas e marginalizadas. Mais uma vez, o dilema: por um lado, os poemas deslocam a rigidez do

cânone literário ocidental, levando-a para o signo tropical do improviso e do desregramento, condição de sobrevivência no espaço depauperado da periferia latino-americana, e para o lugar, em parte, espontâneo da oralidade; por outro, de acordo com a organização retórica do soneto, cada poema defende os argumentos que formam a estética de Diegues.

Esse coloquialismo desregrado faz com que todos os sonetos se apresentem em um torrencial portunhol que dispensa o uso de pontuação – restrita a travessões explicativos eventuais, contraponto racional do soneto canônico – e de maiúsculas, e que oferece sequências múltiplas de imagens, próximas da linguagem do videoclipe, num vocabulário por vezes escatológico. Tal vocabulário desenha signos da urbe latino-americana e sua modernização conservadora – violência, abismos sócio-econômicos, exploração sexual – e da cidade moderna, metáfora do *flâneur*, com sua multidão solitária e seu ritmo frenético, pautado pelo consumo e, no século XXI, pela presença massiva da mídia: “excessos de coliformes fecales atingem doce mil playas/ como um bulgar culto a lãs celebridades/ hoy vomito de saudades/ onde andarão las fêmeas que no querían ser hombres y tenían tatu ro’ô de cielo bajo lãs saias/ (p. 12)”; “el sol transita em escorpión/ ativando el humano & infeliz caos urbano/ solo mudou lo previsto para el próximo ano/ intrigas pânico confusión (p. 13); “(...) los días passam parecen filmes/ la vida es real como um beso y después uma chacina/ (p. 15)”.

Desse modo, o soneto que abre a sequência dos poemas, o número um, expõe o projeto estético de Diegues e também suas contrariedades e funciona como uma espécie de pórtico de entrada para o cenário composto pelos outros textos:

burguesa patusca light ciudade morena
 el fuego de la palavra vá a incendiar tua frieza
 ninguém consigue comprar a sabedoria alegria belleza

vas a aprender agora com quanto esperma se hace um buen poema

esnobe perua arrogante ciudade morena
tu inteligência burra – oficial – acadêmica – pedante
y tu hipocondríaca hipocrisia brochante
son como um porre de whisky com cibalena

postiza sonriza Barbie bo-ro-co-chô ciudade morena
por que mezquina tanto tanta micharia?
macumba pra turista – arte fotogênica
ya lo ensinaram Oswald – depois Manoel – smas você no aprendeu – son como desinteria

falsa virgem loca ciudade morena
vas a aprender ahora com quanto esperma se faz um bom poema (p. 8)

O eu-lírico do primeiro soneto estabelece um diálogo com uma burguesa “ciudade morena” que, “agora”, no momento da enunciação, inscrito no texto e criado por ele, deve aprender com o “fuego de la palabra” com “quanto esperma se hace um buen poema”. Considerando o espaço urbano da escola, lugar de aprender e ensinar, como um dos territórios, por excelência, de produção e reprodução da cultura burguesa, esse professor, às avessas, constrói um discurso, mais barroco do que clássico, no qual o poema, arte da palavra, que incendeia, signo do autêntico, é oposto à “arte fotogênica”, representativa da condição falsa e artificial da cultura burguesa, no texto.

Esse espaço simbólico é composto pela urbanidade da “ciudade” fria, “light”, “barbie” – lugar do inglês da indústria cultural globalizada e da boneca que exporta o modelo de beleza americano, a potência econômica burguesa, objeto de desejo contemporâneo –, pautada pelas relações de consumo, “esnobe”, “arrogante”, “postiza”, hipócrita, “brochante”, “mezquina”, “bo-ro-co-chô”, na qual habita uma “inteligência burra”, oxí-

moro que radicaliza a oposição entre esse universo pautado pelo pseudo-conhecimento acadêmico e a autenticidade da alegria, da “belleza” e da sabedoria, características da palavra artística seminal do eu-lírico professor e qualidades próprias de uma visão intelectual e idealizada da arte clássica, na sua inspiração greco-latina. Deslocado da racionalidade técnica e científica do progresso urbano e econômico da cidade burguesa, a razão é atribuída à palavra-fogo que esse “eu” defende e o território do irracional é reservado à cidade do soneto salvaje, no dístico final, sua conclusão, “chave-de-ouro” clichê: ela é a “falsa virgem loca”.

Novamente, o poeta primitivo parte da figura pública de Diegues, selvagem, nativo, diferente do europeu letrado e burguês, camufla no signo da autenticidade e do espontaneísmo o artifício racional de sua palavra. O poeta-professor, mais um sinal de sua contrariedade, discursa contra a cidade burguesa apresentando justamente um texto composto pelos signos da urbanidade: a cidade é parte material do poema, ocupando, no segundo e terceiro quartetos, sobretudo, um espaço maior que o da sábia beleza autêntica da arte defendida pelo eu-lírico.

Nesse sentido, significativamente, é também professor-poeta o modernista Oswald de Andrade, mencionado no terceiro quarteto, emblema das letras paulistanas, urbano e índio no seu projeto de incorporação dos falares e da cultura oral brasileira ao texto poético, cuja palavra rebelde não foi compreendida pela cidade morena. Juntamente com ele, o poeta sul-mato-grossense Manoel de Barros aparece como detentor dessa arte autêntica, o que é igualmente representativo se levarmos em conta a presença marcante e reelaborada da paisagem pantaneira na produção desse autor, considerado, por Diegues, uma espécie de mestre. Oswald e Manoel formam, no poema da cidade morena, a díade centro e periferia, Sudeste e Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que se unem em torno de um olhar que busca reinventar as paisagens humanas, naturais e artificiais que compõem o Brasil, poetas de uma “vanguarda primitiva”, expressão cunhada por Diegues.

Considerando, nas palavras de Carvalho, que “a absorção do alheiro participa da construção do próprio” (2003, p. 138), embora o projeto estético do autor, assim como alguns regionalismos e nacionalismos, seja definido em oposição ao outro, textualmente os poemas de Diegues são compostos por esse estrangeiro: a burguesia consumista, formada nos bancos da escola e da universidade, as profundas diferenças sócio-econômicas da cidade e a indústria cultural são as selvas, urbanas, do título do livro. No tanto de reprodução que a produção periférica latino-americana contém, seja adepta de nacionalismos ou regionalismos, é precisamente aquela oposição o lado menos criativo da obra do poeta, já que reproduz, a contrapelo, a lógica dual da razão europeia: civilizado e selvagem, a cidade e a natureza, a selva.

Porém, o texto ultrapassa o projeto, e os poemas do autor apontam não para dois polos, mas para múltiplas direções, que dialogam com seu espaço e tempo, e reelaboram a tradição do cânone literário ocidental, apresentando, em suas estranhas – agora, de fato, em seu esperma – as contradições do processo a partir do qual se organizam, o local e o geral, o centro e a periferia. A cidade morena, por fim, mostra-se como outro oxímoro do soneto clássico-barroco de Diegues: como cidade, aponta para a urbanidade globalizada, burguesa e neoliberal da contemporaneidade, São Paulo e Oswald de Andrade; mas, como “cidade morena” delimita suas fronteiras regionais, mestiças, latinas, brasileiras, sul-mato-grossenses, Manoel de Barros, cujo cenário pródigo em selvageria urbana expõe os destinos contemporâneos da metafórica selva intocada da América paradisíaca.

Levando em conta a **dificuldade** apresentada anteriormente, acreditamos que a metáfora de sua nação-região, que a produção poética e o poeta, editor e blogueiro, constroem, se encontra justamente no portunhol selvagem do poeta e no modo como, a partir dessa zona fronteiriça, essa

lengua poética ultrapassa uma localização regional, local, seja como defensora de um suposto nativismo seja como reprodutora do centro. Seus contornos, incontroláveis, híbridos e mestiços, aproximam-se do ponto marginal que Silviano Santiago (1978) localizou na “arte latina”: um entre-lugar, espaço do vazio, “terra de nadie”, essa é a provável localização da metáfora excêntrica da fronteira paraguaio-brasileira construída pelos poemas de Douglas Diegues.

Referências Bibliográficas

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

CARVALHAL, T. F. **O próprio e o alheio**: ensaios de literatura comparada. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CESARINO, P. N. Os Poetas. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, São Paulo, p. 6 - 7, 18 jan. 2009

COLOMBO, S. ¿Hablas portunhol? **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 28 nov. 2007.

_____. Portunhol questiona estereótipos. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 28 nov. 2007

COUTINHO, E. F. (Org.). **Fronteiras imaginadas**: cultura nacional/teoria internacional. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2001.

DANIEL, C. Pensando la poesía brasileña em cinco actos. **La cabeza del moro**, Zacatecas, México, v. 2, n. 11, p. 32-36, abril/jun. 2008.

_____. **Dá gosto andar desnudo por estas selvas**: sonetos salvages. Curitiba (PR): Travessa dos editores, 2003.

_____. **Douglas Diegues**. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/entrevistas/imprimir.asp?codigo=28>>. Acesso em: 20 jan. 2009. Entrevista concedida a Julio Daio Borges.

_____. **De olho neles**: Douglas Diegues. Disponível em: <<http://portalliteral.terra.com.br/artigos/de-olho-neles-douglas-diegues>>. Acesso em: 15 dez. 2008. Entrevista concedida a Marcelino Freire.

HOISEL, E. Sobre cartografias literárias e culturais. In: BITTENCOURT, G. N. e MASINA, L. dos S. & SHIMIDT, R. T. (Orgs). **Geografias literárias e culturais**: espaços/temporalidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAJOLO, M. **Literatura:** leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

MEDEIROS, S. L. R. Poética indígena desafia concepções usuais de gênero e leitura. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! São Paulo, p. 5. 18 jan. 2009.

MORENO, C. F. (Org.). **América Latina em sua literatura.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979.

RAMA, A. **Transculturación Narrativa en America Latina.** Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1989.

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos:** ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SANTOS, P. S. N. Viagem ao Paraguai: Josefina Plá e Lídia Bais. *Interletras: Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN-MS, Dourados-MS*, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <www.unigran.br/interletras/n2/arquivos/viagem.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2007.

_____. **Fronteiras do local:** roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Ed. UFMS: **Campo Grande:** MS, 2008.

SISCAR, M. A. **Como dar razão à literatura.** 2005. Tese (Livredocência), Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, SP, 2005.

ENTRE PARAGUAI(S), BOLÍVIA(S) E BRASIL(S):
DIÁLOGOS NAS QUASE FRONTEIRAS “DISSOLVIDAS”¹

Marcos Antônio Bessa-Oliveira²
Edgar César Nolasco³

[...] Todos os dias é um vai e vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega prá ficar
Tem gente que vai prá nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar

1 Uma primeira versão deste ensaio foi apresentada pelos autores como comunicação coordenada na Sessão Coordenada no II CONGRESSO INTERNACIONAL (Brasil, Paraguai, Bolívia) – Fronteira, Cultura e Interdisciplinaridade – realizado na cidade de Corumbá, MS, entre os dias 11 e 15 de maio de 2009.

2 Marcos Antônio Bessa-Oliveira é graduando do 4º ano do curso de Artes Visuais – Licenciatura – Habilitação em Artes Plásticas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/ MS – Brasil. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq – agosto de 2006 a dezembro de 2009. No Projeto de Iniciação Científica o autor desenvolve pesquisa sobre as obras pictóricas e *Água viva*: ficção de Clarice Lispector. Este ensaio é parte de uma pesquisa maior que autor desenvolve atualmente. Membro do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados – UFMS. Coordenador do NECC-ENTREVISTAS: intelectuais em foco – UFMS. marcosbessa2001@uol.com.br.

3 Edgar César Nolasco é professor Doutor da Graduação e Pós-Graduação do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande, MS – Brasil. Orientador dessa e da Pesquisa de Iniciação Científica do 1º autor. Pesquisador do CNPq. Coordenador do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados – UFMS. ecnolasco@uol.com.br.

Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir [...]

Milton Nascimento/ Fernando Brant por Maria Rita. Encontros e despedidas. *In*: CD *Maria Rita*, 2003. Faixa 9.

Um Brasil que não é só Brasil

A escrita do título deste trabalho foi proposital, colocando, primeiramente, os nomes dos países Paraguai e Bolívia e depois o do Brasil, mais precisamente pensando no Estado de Mato Grosso do Sul, pois gostaríamos que este ensaio fosse entendido da mesma forma que tentamos pensá-lo: sem nenhum olhar dualista, valorativo ou desvalorativo, sobre as identidades dos três territórios, nos dois sentidos: um melhor ou pior que o outro e vise-versa. Pensando e pondo dessa forma, acreditamos que ninguém poderá dizer que privilegiamos a identidade sul-mato-grossense e, conseqüentemente, a brasileira.

Ao pensarmos que “cada vez mais os meios de comunicação de massa se tornam parte integrante da experiência cotidiana das sociedades contemporâneas” (LOPES, 2007, p. 17), podemos partilhar da ideia de que esses “meios de comunicação” massificados corroboram muito do que é dito hoje sobre a identidade plural que o sujeito tem. Alguns teóricos acreditam que já não existe mais uma identidade singular; defendem a ideia de que o sujeito é plural na contemporaneidade.

Tendo por base tais problemáticas, sujeito singular x sujeito plural, sujeito “marginal” x sujeito do centro, sujeitos lindeiros x sujeitos metropolitanos e, ainda, a existência ou não de uma identidade artística plural ou singular, pretendemos discutir, através das produções artísticas desses sujeitos, as confluências entre arte cultural/singular x arte plural/universal, pensadas para definir o diálogo entre estas produções “menores” com

aquelas tidas como “maiores”, ou seja, o singular que só se reconhece se dialogar com o plural canônico.

A questão da identidade cultural brasileira nos remete ao descobrimento do Brasil. É inevitável não lembrarmos da chegada dos colonizadores portugueses, dos índios que aqui viviam e, logicamente, dos que depois para cá vieram: jesuítas, bandeirantes etc. Essa problemática foi analisada a fundo e exaustivamente há muito tempo pela crítica brasileira. Contudo, até hoje rende bons debates entre a crítica tradicionalista e a culturalista. Como a proposta deste artigo não é tratar de tal problemática, ao menos não é o nosso foco principal, ou seja, da identidade colonizado X colonizador, e sim da identidade cultural artística, nacional ou universal imperante no Brasil, principalmente de Mato Grosso do Sul em nossos dias, abordaremos a relação apenas se ela se fizer necessária para ilustrarmos nosso trabalho.

Tal análise sobre a produção cultural artística produzida em Mato Grosso do Sul se faz necessária considerando que o Estado se encontra nesta posição geográfica: limreira, com relação aos grandes centros nacionais brasileiros; de fronteira, com os países Paraguai e Bolívia; e, se pensado no Brasil como um todo, tem uma singularidade linguística com toda a América Latina. Pensar as características da Arte, se local ou universal, de uma região com características tão peculiares como as do Estado de Mato Grosso do Sul é um tanto difícil, consideradas as grandes confluências e influências vivenciadas pela arte sul-mato-grossense.

Além das representações simbólicas de fronteiras com outros países, o Estado ainda passa por um processo de trânsito cultural nacional. Ou seja, o Estado, que bem antes de sua divisão (1977), “sofre” com o rótulo de “Estado de Passagem”, exemplifica a hibridez multicultural do Estado de que estamos falando a capital sul-mato-grossense, Campo Grande, que tem em sua constituição de moradores: mineiros, paulistas, cariocas, goianos etc, além de comunidades de outros países, a exemplo

dos japoneses, árabes, europeus, americanos, e ainda remanescentes quilombolas. No caso dos últimos, mesmo que brasileiros de nascimento, eles trazem em suas referências culturais as características vindas da África, quando do tráfico de escravos no Brasil. Nesse sentido, em Mato Grosso do Sul existe, mesmo que a contragosto de uns, diálogos nas quase *fronteiras* “*dissolvidas*”.

Como se pode perceber, é praticamente impossível falar de uma Arte que em sua totalidade seja completamente sul-mato-grossense ou totalmente sem referências culturais alheias ou externas, tanto nacional quanto internacional. Será possível, então, dizer que a Arte produzida em Mato Grosso do Sul é completamente nacional/universal e não nacional/local? Ou, ainda, perguntar: existe uma arte sul-mato-grossense?

Como dissemos, a problemática é grande e bastante difícil de ser analisada; por isso, talvez, em nossa proposta de leitura ou mesmo de análise dessas produções culturais, no fechamento deste artigo, se é que haverá uma conclusão para a questão, pode ser que transitemos por terrenos pantanosos onde nem todos podem querer navegar. Mas “navegar é preciso!”.

Falar da cultura de uma determinada localidade é ainda o mesmo que acender um pavio em um barril de pólvora; discutir a produção cultural dessa região, a nosso ver, não parece ser menos explosivo, principalmente quando tal produção ainda é um pouco indefinida quanto a sua “originalidade”, ou mesmo indefinida quanto às suas “influências”. Nesse sentido, partilhamos da ideia de que nenhuma cultura se faz sozinha, e também de que nenhuma produção cultural é originalmente e totalmente local/nacional. Sempre há uma referência a um modelo. Mas é na diferença entre esta ou aquela que está o valor de determinada produção.

Tais produções culturais, por sua vez, estão sempre referenciadas a um modelo, um padrão, ou mesmo a determinadas características do Outro, o que as tornam produções locais/nacionais/universais, e acreditamos ser este o ponto principal. A questão é: como se dá essa referenciação de

outra cultura, ou de outras culturas, em nossas produções culturais? Elas são mediadas por um diálogo cultural de passagens, trânsitos ou importações e exportações, e de forma natural ou por imposição? Ou são, ainda, impostas como um discurso cultural hegemônico valorativo pela crítica especializada ou pelo próprio Estado-Nação? Ou seja, se este processo é feito por comparações estéticas entre os consagrados artistas europeus com os “anônimos” artistas locais? Estas são as questões principais que delimitarão nossa leitura.

1. Onde o Brasil foi Paraguai! Onde o Brasil foi Bolívia! Onde o Brasil é Bolívia!

É de certa maneira consenso na crítica especializada sobre a formação de qualquer população, essa multiplicidade de etnias, “raças”, gêneros, que forma o caldo cultural que é o povo brasileiro. Em relação à cultura do Estado não é diferente, posto que vários autores consideram que a formação de um povo se produz pelo confronto de ideais, diferenças e semelhanças, e que este processo se dá entre tais ideais primeiro porque “[...] somos antes levados a elas por interação com as linguagens daqueles com quem convivemos” (TAYLOR *apud* FIGUEIREDO e NORONHA, 2005, p. 190).

Analisando a formação cultural do povo sul-mato-grossense, podemos dizer que ela foi, e ainda é, construída por essas confluências de linguagens com os “diferentes” que habitam o seu território geográfico-político. Vale lembrar ainda que, por aqui, muitos passaram e ficaram; outros dividem as “fronteiras imaginárias” que, como define Hissa, *grosso modo*, foram antes demarcadas por aspectos geográfico-naturais do relevo de cada região e que, hoje, são delimitadas por simbolismos fálicos de concreto e ferragem, os chamados Marcos, como acontece no caso das divisas do

Mato Grosso do Sul com a República do Paraguai e com a Bolívia. Sobre fronteiras e limites entre as regiões, Hissa diz que “fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios” (HISSA, 2002, p. 35).

Outro fator que nos faz refletir sobre a identidade do sujeito sul-mato-grossense está relacionado à divisão do Estado (1977), que resultou, a nosso ver, em uma dupla identidade cultural entre a própria sociedade sul-mato-grossense. Figueiredo e Noronha, na esteira de Hall, chamam de *sujeito sociológico* um sujeito que, *grosso modo*, se forma da interação, convivência com diferentes culturas que contribuem sobremaneira na sua própria formação, tornando-os sujeitos plurais.

Assim, pensamos que a divisão de identidades no Estado se dá pelo fato de que, ao “repartirem” o Estado, alguns dos que aqui ficaram sentem a perda da identidade histórica, plural, a qual, para Figueiredo e Noronha, é uma visão de sujeito sociológico e que é definida como aquele que é “[...] concebido como um indivíduo não auto-suficiente, formado na relação com os outros, que servem de mediadores e transmissores de valores, sentidos e símbolos, ou seja, da cultura” (FIGUEIREDO e NORONHA, 2005, p. 190-191). Já para a outra metade, também sul-mato-grossense, a divisão trouxe o ganho de uma identidade pura que, para eles, seria uma identidade singular. Ou seja, alguns dos moradores da região da “bovinocultura”, os que têm a inegável multiplicidade de culturas vindas das diferentes regiões e têm a sua dupla cultura interna, não podem falar em uma produção cultural pura.

Aqui preferimos pensar na interação entre as diferentes culturas trazidas de forma benéfica para o Estado pelos imigrantes, mesmo tendo em mente que nem todas essas interações se dão ou deram de forma pacífica e harmônica, porque, em alguns desses casos, é possível, até hoje, perceber que o Estado-Nação privilegia algumas culturas em detrimento de outras, dessas múltiplas culturas que compõem a formação da cultura

sul-mato-grossense. Contudo, ainda que com essa disparidade valorativa feita pelo Estado para com as diferentes culturas que para aqui convergem, o processo de influência e confluência entre todas elas é inevitável na prática da construção do próprio sujeito, mesmo porque “[...] uma identidade não é elaborada isoladamente, mas, antes, negociada pelo indivíduo durante toda a vida. Depreende-se daí a importância do reconhecimento nessa construção” (FIGUEIREDO e NORONHA, 2005, p. 191).

O sujeito, opositor da opinião do Estado-Nação, acaba por querer reconhecer-se nessa *construção* de identidades como um pertencente à edificação do que seria o cultural local. Ele contribui significativamente para a união dessas distintas culturas. Já quando o sujeito é patriota do discurso castrador do Estado, os próprios governantes, e também a crítica cooptada por ele, não conseguem se manter isolados, serem indivíduos singulares da confluência de culturas sul-mato-grossense, porque “dependem” dela para a sua própria formação.

A diversidade de culturas em que vive o Estado de Mato Grosso do Sul desencadeia um outro processo, chamado por Figueiredo e Noronha, na esteira de Hall, de *identidades contraditórias*, que são aquelas identidades culturais que contribuem para a formação da *nossa própria*, enquanto sujeitos que somos, pertencentes a uma determinada sociedade. Sobre isso é salutar o que dizem as autoras:

Como há em nós identidades contraditórias, nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas, em função de elementos nacionais, culturais, de gênero, de classe social, de posição política e religiosa, enfim, das várias identificações que formam o sujeito mosaico de nossa era. (FIGUEIREDO e NORONHA, 2005, p. 191)

Nesse sentido, é possível pensar a questão de forma bem localista, ou seja, o Estado de Mato Grosso do Sul. No Estado, algumas identidades ainda estão em constante deslocamento pela confluência de outras

e pelo discurso que valoriza mais umas do que outras, considerando o pensamento de Figueiredo e Noronha. Tal deslocamento, causado por essas identidades contraditórias, no mau sentido, pertencentes a alguns formadores de opinião do Estado, corrobora a manutenção do discurso do Estado enquanto Nação: o discurso valorativo de que já falamos. Em contrapartida, os opositores do mesmo discurso do Estado-Nação contribuem de forma curativa para o não deslocamento das identidades. Ou seja, tomando a Arte como exemplo, o Estado valoriza mais as produções desenvolvidas no Mato Grosso do Sul que tenham referências com as estéticas canonizadas, isto é, aquelas que são produzidas nos grandes centros urbanos, valorizando menos, dando caráter de artesanato, no sentido restrito do termo, às que se voltam para as peculiaridades (intra) pessoais da região. Lembramos que, no caso do artesanato, a questão é diferenciada no “quesito” valor estético, posto que a importância dada a essa produção cultural não é a mesma atribuída à produção de obras de arte. O artesanato primeiramente é reconhecido como um “fazer artístico popular”.

É importante dizer que esse processo de deslocamento se dá nos dois sentidos, tanto para o sujeito sul-mato-grossense, quanto para as diferentes identidades culturais que amalgamam essa formação da identidade do sujeito daqui, pois o viajante que aqui aporta ou transita acaba por se (des)colar nessas outras culturas que aqui convergem. Ele contribui para a formação cultural do Estado independentemente do sentido proposto. Pensamos então nos paraguaios e bolivianos que dividem as fronteiras com o Estado e que vivem com um pé aqui e outro lá. Para Stuart Hall, “esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo” (HALL, 2004, p. 9). Assim, de modo quase que geral, podemos dizer que no Estado de Mato Grosso do Sul ainda há uma crise da identidade-cultural-artística.

2. Brasilerito? Si! Paraguayito? Si, si! Bolivianito? Também sim!⁴

Historicamente, existe um longo período de sobreposição entre relações sociais de patronato e de mercado nas artes. Em princípio, porém, elas podem ser prontamente diferenciadas. A produção para o mercado implica a concepção da obra de arte como mercadoria, e do artista, ainda que ele possa definir-se de outra forma, como um tipo especial de produtor de mercadorias. Mas há, por outro lado, fases de produção de mercadorias essencialmente diferentes. Todas elas implicam produção para simples troca monetária; a obra é posta à venda e é comprada e, desse modo, possuída. Porém, as relações sociais dos artistas parcial ou totalmente envolvidos na produção de mercadorias são, de fato, extremamente variáveis.

(WILLIAMS. Artistas e mercados. In: _____. *Cultura*, p. 44).

É nessa “tri-nacionalidade” assinalada pelo título que primeiramente propomos pensar a identidade do sujeito “artista” sul-mato-grossense. Um sujeito “híbrido” e de heranças culturais díspares: paraguaia, boliviana, indígena, mineira, paulista, árabe, japonesa e sul-mato-grossense, tentando não incorrer no erro de privilegiar mais uma dessas culturas do que outra. Pensamos ainda em um indivíduo não isolado em seu território geográfico, posto que, como sinalizamos antes, as fronteiras aqui são pensadas como “apagadas”, “fronteiras dissolvidas”. Ou seja, o indivíduo-artista aqui é pensado como pertencente à “paisagem” onde ele vive para que não ocorra o erro de analisar o sujeito fazedor do “produto final” isoladamente, problema que a nosso ver é cometido por alguns *ditos* especia-

4 Esta parte do ensaio foi aceita para ser apresentada como comunicação coordenada na Sessão Coordenada no V SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Universitário de Três Lagoas, realizado na cidade de Três Lagoas, MS – UFMS – entre os dias 05, 06 e 07 de outubro de 2009.

listas da crítica, como sinaliza Menegazzo, ao dizer que “para alguns, falar de fronteiras, territórios, mapas e tratar apenas de questões geográficas isoladas, como se o homem não pertencesse também à paisagem. Situar o tema em tal isolamento significa pensar a cultura e, portanto, a arte e seus objetos, sem considerar suas condições de produção” (MENEGAZZO, 2006, p. 56).

Pensamos ainda que nossa leitura não pode, em hipótese alguma, prestar-se ao desserviço de trabalhar com produções culturais de Mato Grosso do Sul, sobretudo a arte, na mesma linha do discurso que trabalha o Estado-Nação e a crítica por ele garantida, porque, do nosso ponto de vista, aqueles críticos que se prestam a repetir e reforçar o discurso estatal incorrem no erro de prestar um desserviço à comunidade do Estado e, por consequente, à própria produção cultural aqui desenvolvida, ao não sinalizarem de fato o que contribui ou não para a formação da identidade cultural desse povo. Classificaríamos essa postura como uma violência cultural cometida contra o cidadão sul-mato-grossense.

Como dito antes, o Estado faz uso das produções culturais sempre com uma intenção político-econômica de autopromoção do próprio Estado, atração para o mercado turístico e formatação da identidade cultural que se quer vendida. É mais uma vez a relação com um sentido valorativo, produção/local X produção/universal, na qual só é reconhecida como arte, e até como artesanato de qualidade, aquela produção cultural que dialoga diretamente com as produções canonizadas dos grandes centros ou aquelas que se inscrevem nas imagens paradisíacas estatais.

No discurso homogeneizador do Estado-Nação e da crítica por ele mantida, a relação entre as produções culturais de uma determinada região se dá pela comparação entre os “produtos” gerados e sempre no sentido negativo; o que se produz em Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem como referência e modelo o europeu, o americano, e ainda, as produções dos grandes centros nacionais. Tal relação nunca se dá pela linha da horizontalidade, mas sempre na vertical. A diferença cultural local, ou mesmo

a relação de proximidade e de trânsito intenso entre o Estado, o Paraguai e a Bolívia, raramente, para não dizer nunca, são levadas em consideração para que seja reconhecido o valor dessa *híbrida* diferença no Estado. Nesse sentido, é ilustrador recorrermos ao que diz Menegazzo sobre esse valor atribuído às produções culturais por um determinado discurso nacional com fins mercadológicos:

Ao buscarmos as relações entre a regionalidade e o apagamento de fronteiras, pensamos basicamente nas tentativas de derubada dos limites político-geográficos para a instauração de blocos econômicos que, na busca de um discurso homogeneizador do ponto de vista mercadológico, estende a homogeneização também para as produções culturais. (MENEGAZZO, 2006, p. 56)

Pensamos então, a partir do que postula Menegazzo, que o discurso do Estado e o dos seus cooptados não podem ser os únicos a servirem de referência para pensarmos a relação da arte, se Nacional/Local ou Nacional/Universal. É preciso também reconhecer as relações *transitórias* de diálogos entre as fronteiras que criaram os próprios artistas.

O papel do Estado não é, ou não deveria ser, o de avaliar ou avaliar o que é ou não é uma produção caracteristicamente local, ou regional, ou nacional, ou ainda universal; deem o nome que quiser! Mas deveria ser, sim, papel do Estado proporcionar aos indivíduos que nele vivem, trabalham e produzem, o acesso verdadeiro ao que pode ser denominado de produto de uma cultura específica multicultural e fronteiriça, seja com ou sem referencialidade na estética pré-estabelecida pelos discursos majoritários.

Acreditamos ainda que o valor intrínseco das obras de arte de modo geral, produzidas em qualquer região, está na diferença, no que caracteriza as condições nas quais se encontram tais regiões, seja o Estado de Mato Grosso do Sul, o Brasil e, por conseguinte, a América Latina. Corroboramos, e

é também esclarecedor nesse sentido, o texto de Nolasco, “Para onde devem voar os pássaros depois do último céu?”, do qual, na esteira do título, também fazemos uma pergunta; para onde devem “voltar” as artes depois da última virada de século no estado de Mato Grosso do Sul? Para o local, para o Nacional ou para o Universal?

Em seu texto, Nolasco observa que, para tratar do assunto *Existe uma literatura sul-mato-grossense?*⁵, não pensara em palavras como “[...] regional/região, particular/universal, local/global, dentro/fora etc; [...] quis tratar de alguma forma do assunto proposto ao pensar em um lugar, que às vezes chegou a ser tão-somente imaginário” (NOLASCO, 2008, p. 71). Pensamos que assim o são as fronteiras do Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, “imaginárias” com relação à arte do Outro, mas uma relação que se dá de forma benéfica: o que é meu também é do Outro, e o que é do Outro, também é meu, embora ambos tenhamos o que é só nosso, de cada um de nós. Localizamos assim nossa forma de refletir sobre as obras culturais pensadas e desenvolvidas na relação “tri-nacional” anteriormente sinalizada.

Delineia bem o que estamos tentando formular a passagem crítico-poética do texto de Nolasco, que também, a nosso ver, deixa a sua “referencialidade” Nacional/Universal à mostra, mas sem perder o seu traço único e particular do Nacional/Local. Diz Nolasco:

Esse lugar, que me escolheu e que foi escolhido por mim, marca meu corpo, minha história, com suas faltas, suas carências, com seu próprio corpo. Há, no fundo, uma relação pessoal, corporal, entre o sujeito e o espaço. Mas não sejamos tão narcísicos: é só-depois que o Outro aparece e nos fala, a partir do exato momento em que ele também é falado por outro. Agora este outro nunca posso ser eu. Disso eu sei. Talvez como for-

5 Temática da mesa da X Semana de Letras “Povos do Pantanal”, realizada pelo curso de Letras da UNIDERP, no período de 25 a 28 de setembro de 2006.

ma de salvaguardar o meu próprio espaço. Metaforicamente é como se eu dissesse: eu vou em busca do outro, como um corpo vai ao encontro de outro corpo, como um lugar vai em busca de outro lugar, como forma única de suprir a carência. O que ninguém sabe, nem mesmo o sujeito, é que ele precisa do outro para ter o que já era próprio. Daí podermos pensar que o próprio está no alheio, assim como o alheio já está no próprio. Acontece que um só sabe do outro até certo ponto, depois não sabe mais o que é seu e o que é do outro, mesmo sabendo que há algo que é concretamente seu e algo que é concretamente do outro. (NOLASCO, 2008, p. 71)

Como se vê, as relações se dão em um lugar onde nem o sujeito consegue limitar onde começam e onde terminam as influências, as referências e o particular. Alguns dos sujeitos que aqui produzem acreditam, então, em uma arte que não se constrói ou que exista sozinha; além de precisar do outro para fazer sentido, a produção cultural antes se volta para as experiências “lembradas” ou “esquecidas” do sujeito que a concretiza, assim com o é a identidade desse próprio sujeito “operário”. Tal reflexão, aqui em processo de formulação, coloca-nos em uma posição bastante incômoda para muitos. Lembramos que essa reflexão já foi há muito tempo discutida pela crítica, a exemplo do texto “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz.⁶

Naquele texto, Schwarz observava, pensando na referência do Outro que se *dá na produção do sujeito Nacional*, que a questão da dependência cultural brasileira não estava resolvida. Para desgosto de muitos no campo das artes plásticas, a nosso ver a questão aqui no Estado, objeto maior de nossa análise, ainda continua por se resolver. Valoriza-se uma produção, como já sinalizamos, ora pautada nos modelos, nos diálogos com as Metrópoles, ora pautada no estritamente local. No caso desta últi-

⁶ Ver SCHWARZ. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 29-48.

ma referência, sob o aval do Estado-Nação predomina um local das paisagens pantaneiras, das etnias indígenas que aqui ainda sobrevivem a duras penas, ou seja, um local exótico que agrada ao resto do mundo. Mas sobre essa questão deixaremos para tratar em um trabalho futuro.

Os artistas aqui ainda usam *Black-Tie*, Verde-Amarelo, Vermelho-Branco!

Com artistas mais viajados, a afirmação (ou o questionamento) da identidade nacional já não é preocupação para a arte brasileira. Em 1928, a pintora modernista Tarsila do Amaral (1886-1973) presenteou o escritor Oswald de Andrade com *Abaporu*, quadro de um gigante sob um sol escaldante. Ali estão a pele bronzeada da figura central, o sol e o verde tropical. Hoje, os símbolos nacionais sumiram. Mas ficou o apreço pelas cores vibrantes.

Moreschi. Eles não usam verde amarelo. In: *Revista Bravo!*, abril de 2009, p. 84.

Parafraseando um artigo publicado na revista *Bravo!*⁷, do mês de abril (2009), pensamos nesse título para discutir o artista contemporâneo, principalmente os que produzem “assentados” em Mato Grosso do Sul. A primeira proposta deste estudo é para dar continuidade ao que vimos desenvolvendo no decorrer de um trabalho maior relacionado à questão da identidade cultural sul-mato-grossense em alguns sentidos: a influência que causa nas produções artísticas aqui desenvolvidas o trânsito intenso de “povos” das mais diferentes procedências, que por aqui passam e ficam, e a questão fronteiriça do Estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia. Devido a toda essa convergência de identidades múltiplas que aqui se instaura, fazemos algumas perguntas: O que estes artistas sul-ma-

7 Ver MORESCHI. Eles não usam verde e amarelo. *Revista Bravo!*, abr. 2009, p. 80-85.

to-grossenses produzem são obras de arte nacional/local ou podem ser classificadas de obras de arte nacional/universal? Esses mesmos artistas têm consciência de qual referência estão se valendo para produzir suas obras? E, ainda, o artista se preocupa se ele não se “vende” para o discurso do Estado-Nação, ou se o Estado-Nação vende a sua imagem e obra como representantes da cultura identitária do Estado? Ou seja, os dois se *compilam*, Estado e artista, em um pacto para uma autopromoção? São perguntas que tentaremos responder, ou ao menos apontar caminhos para as possíveis respostas.

Partindo do pressuposto de que o Estado de Mato Grosso do Sul tem os seus “limites” territoriais “divididos” geograficamente com os países Paraguai e Bolívia, podemos pensar em uma “referencialidade” nas obras de arte aqui produzidas por artistas plásticos sul-mato-grossenses pautados por esse diálogo próximo com os dois países. Afinal, como postula Hall, *grosso modo*, as identidades-culturais e, por extensão, as produções culturais, primeiro se constroem pela proximidade ou diálogo com outras culturas. Infelizmente, constatamos que o que se vê nessas obras, quando referenciadas nas culturas locais, são ícones indígenas, paisagens pantaneiras, a bovinocultura, a fauna do regional ou os exotismos dos dois países; cores, características indígenas, espanholas e o que é pior, sempre com um caráter, quase que constantemente, pejorativo.

O artigo da *Revista Bravo!* citado anteriormente traz uma matéria sobre uma série de artistas contemporâneos e suas produções. Nele são abordados aqueles artistas que estão produzindo e expondo nos grandes centros mundiais, e as relações desses artistas entre o seu comprometimento e, conseqüentemente suas obras, com o rótulo de produção preocupada em retratar uma identidade nacional. Tal referência aqui do artigo se faz importante uma vez que a discussão central de nosso trabalho é mesmo a identidade plástica do artista sul-mato-grossense. O texto faz referência a uma exposição “em cartaz até 10 de maio no Itaú Cultural, em

São Paulo, a mostra *Rumos Artes Visuais* [que] apresenta 45 artistas pouco conhecidos, resultado de um primoroso trabalho de seleção de 1.617 inscritos realizado pelo curador Paulo Duarte e equipe” (MORESCHI, 2009, p. 80). Segundo Moreschi, a exposição analisada caminhava na mesma direção que este trabalho pretende, que é a de refletir sobre a produção artística contemporânea. Claro que considerando que o nosso recorte se prende à produção do Estado de Mato Grosso do Sul, como já dissemos.

Conforme sinalizado no início deste trabalho, falar em local, regional, localidade etc, em Mato Grosso do Sul é lidar com o que muitos consideram impossível de descrever e caracterizar aqui. Uns elevam a produção local a uma produção universal a título de engrandecê-la; outros rebaixam-na como produto artesanal, pueril; e outros, ainda, lutam para classificar ou identificar os traços característicos e diferenciais destas produções. *Para os afoitos por uma Mona Lisa que custa a chegar, o sorriso não virá*, sinaliza Moreschi ao falar da arte contemporânea a partir dos trabalhos analisados no referido artigo da *Bravo!*.

Nesse sentido, podemos dizer que o produzido aqui ainda se trata de uma produção pautada pelo Nacional/Local/Universal. Ou seja, os artistas que são cooptados pelo Estado, ou pelas instituições artísticas que os representam, à espera de uma Mona Lisa sul-mato-grossense, produzem o reflexo do que já chamamos de paisagens do exótico, vendem a imagem que o Estado-Nação vende para os olhos dos de fora. Já os artistas que não se vendem, ou ao menos tentam não se vender, ficam à margem dos produtores artísticos que representam a dita identidade artística sul-mato-grossense.

Ser ou não ser um artista representante da arte sul-mato-grossense? Vender ou não vender, sob o aval do Estado, a sua produção artística? Diríamos que podem pensar assim os produtores artístico-culturais do Estado de Mato Grosso do Sul. Se lá, nos grandes centros, a preocupação do artista já não se constitui nas relações com ou sem as instituições financiadoras, se a arte já não precisa mais ser *engajada* a questões política-

mente corretas ou incorretas, se esse engajamento já não serve mais para taxar a produção atual como boa ou ruim e, muito menos, se a produção cultural, de modo geral, deve carregar a bandeira verde-amarela, aqui no Estado, contrastivamente, podemos dizer que alguns artistas ainda continuam usando *Black-Tie*, Verde-Amarelo e Vermelho-Branco.

Ou seja, a consciência do artista sul-mato-grossense ainda é, de modo geral, a de se valer das instituições de fomento, ancoradas no governo estatal, para *expor/expor-se*, visando produzir objetos artísticos que se referenciam em modelos acadêmicos consagrados, paisagens, retratos, esculturas etc, empunhando assim as bandeiras de referências internacionais. E levantam a bandeira Verde-Amarela proposta pelo Estado-Nação como ícone da identidade artística do Estado.

Os artistas de Mato Grosso do Sul, no geral, ainda precisam *da ajuda de araras*, tuiuiús, Pantanal e outros exotismos mais para as suas produções artístico-culturais.

1. *Arte aqui é mato:* identidade plástica nos limites fronteiriços de Mato Grosso do Sul⁸

[...] uma política democratizadora é não apenas a que socializa os bens “legítimos”, mas a que problematiza o que deve entender-se por cultura e quais são os direitos do heterogêneo. Por isso, a primeira coisa que deve ser questionada é o valor daquilo que a cultura hegemônica excluiu ou subestimou para constituir-se. É preciso perguntar se as culturas predominantes – a ocidental ou a nacional, a estatal ou a privada – são capazes

8 Esta parte do ensaio foi apresentada como comunicação coordenada na Sessão Coordenada – CULTURAS DO CONTEMPORÂNEO: histórias locais no XIII CICLO DE LITERATURA (Seminário Internacional) “As Letras em tempo de Pós”, realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, na cidade de Dourados, entre os dias 24, 25 e 26 de junho de 2009.

unicamente de reproduzir-se, ou se também podem criar as condições para que suas formas marginais, heterodoxas, de arte e cultura se manifestem e se comuniquem.

Canclini. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, p. 156-157.

É quase que escusado dizer que o título desta parte foi literalmente “copiado” do título do livro *Arte aqui é mato* (1990), de Aline Figueiredo. O que o diferencia é a forma como a frase toma *efeito* naquela obra e o efeito que tentaremos mostrar a partir de uma leitura sobre as produções artístico-culturais sul-mato-grossenses. No livro, a relação que Figueiredo faz entre mato e arte refere-se primeiro à localidade geográfica – Mato Grosso, de onde ela falava à época – das produções culturais do centro-oeste brasileiro, segundo as suas qualidades, com relação ao que era produzido no restante do País. Já as nossas relações, que também se darão por metáforas, servirão para analisar as produções artísticas do estado de Mato Grosso do Sul, considerando as suas características lindéiras e de vizinhança com o Paraguai e a Bolívia, mais a hibridez populacional do Estado.

Proporemos a frase aos efeitos de: *Arte aqui é mato*, porque se dá como brachiaria⁹, praga?! *Arte aqui é mato*, porque aqui a representação identitária do artista sul-mato-grossense se dá pelo agronegócio e pecuá-

9 Sobre os danos causados pela brachiaria à plantação de Soja, ver: THEISEN, Giovanni et al. *Redução da infestação de Brachiaria plantaginea em soja pela cobertura do solo com palha de aveia-preta*. [...] papuã (*Brachiaria plantaginea* (Link) Hitch.) [...] Entre as plantas daninhas presentes nas culturas de verão, papuã é a gramínea de maior incidência, sendo encontrada em 62% das áreas do Planalto do Rio Grande do Sul. Também pode ser verificada na maioria das áreas com culturas de verão, em diversos locais no Brasil, causando prejuízos consideráveis ao rendimento e qualidade da produção (KISSMANN, 1991; FLECK, 1996). Infestações de papuã na cultura da soja diminuem seu rendimento, e analisando-se dados acumulados em diversos anos de pesquisas, constata-se que densidades variáveis entre 70 e 780 plantas/m² geram perdas na produtividade da soja entre 18% e 82% (FLECK, 1996).

ria? Ou *arte aqui é mato*, porque não tem representação cultural definida? São muitas as indagações que podemos fazer a partir da frase-título de Aline Figueiredo. Inclusive: *Arte aqui é mato?*

A título de situar nossa leitura, vejamos o *feito* a que nos referimos e que Aline Figueiredo dá à sua frase:

Arte aqui é mato. Frase de efeito? Metáfora de espírito? Sabe-se que na locução popular brasileira, “ser mato” é existir em abundância. Sim, arte aqui é mato. No meio da premissa a palavra *aqui* é o início da questão, exatamente porque situa o meio ambiental onde a arte acontece de ser, e também por estar no mato. Aqui o meio é argumento maior. A começar pela denominação. Localizemos. Inserida na palavra “mato” a idéia do farto, e em “grosso” o valor da espessura, *Mato Grosso* redundante à imagem de um grande diâmetro de sólida abundância, pois não? Figurativo, por si só o nome visualiza idéias plásticas. E é claro que, sendo o espaço a matéria das artes visuais, seriam elas a encontrar a identificação com a espacialidade, capaz de pintar Mato Grosso na cena criativa. Pintar, aqui, de fato é o verbo que situa um acontecer sensível. (FIGUEIREDO, 1990, p. 9-10)

Segundo especialistas, a *Brachiaria* é uma *planta daninha*, abundante, que é prejudicial ao cultivo de outras culturas necessárias à subsistência do homem como alimento. *Daninha*, posto que ela, a *Brachiaria*, brota feito praga sem a necessidade de ser plantada e muito menos adubada. A quem pese a nossa comparação entre a *Brachiaria* e as artes plásticas sul-mato-grossenses, justificamos que é para pensarmos a relação entre quantidade x qualidade. Claro que sem levar em conta tal dicotomia no sentido de que para se ter qualidade tem-se que ser escasso. Lembramos que isso não ocorre nem mesmo nos cultivos necessários de soja, milho, na agropecuária e agora, na cana-de-açúcar.

É bastante comum, no Estado de Mato Grosso do Sul, a quantidade e diversidades de artistas plásticos, juntamente com as suas obras, que

surtem a todo o momento na mídia, impressa e televisiva, “abonados” ora por especialistas, ora por instituições de fomento a eles, atravessadores do poderio do Estado-Nação na sua representante maior, a Fundação de Cultura. É curioso perceber quão grande é a facilidade desses divulgadores para categorizar todos eles, os expoentes “artistas”, na mesma linha em que se encontram os já tradicionais artistas plásticos que aqui conseguiram um lugar ao sol. Do nosso ponto de vista, essa promoção cultural, em favor de uma arte que aqui se dá feito mato, acaba por colocar/nivelar as produções plásticas sul-mato-grossenses por baixo. Ou seja, coloca no mesmo patamar artistas que de fato têm um trabalho representativo, culturalmente falando, e artistas que não passam de meros artesãos.

Considerando que o Estado-Nação, no cumprimento de seu papel, vende uma imagem do exótico para os olhos dos outros – os turistas –, também acaba por angariar artistas que representem “melhor” a proposta estatal. Assim, alguns artistas empenhados em representar de forma realista a Natureza sul-mato-grossense, bem como os *slogans*, *O Pantanal é aqui e a copa é nossa!*¹⁰, *Somos a única capital do Mundo que temos uma aldeia indígena urbana!*¹¹ e tantos outros chavões, corroboram para

10 *Slogan* utilizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e pela Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS na ocasião da escolha das subdeses para sediarem a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Nessa disputa estava também a cidade de Cuiabá-MT, que também se defendia como a cidade do Pantanal.

11 *Slogan* utilizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e pela Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS como referência a uma obra construída pelo poder público. Parte de uma publicação que trata a temática trás: “Depois de 13 anos de luta em busca da inclusão social do povo indígena da etnia Terena, a Aldeia Urbana Marçal de Souza tem motivos para comemorar o Dia do Índio, em 19 de abril. Aproximadamente oito mil índios vivem, hoje, em Campo Grande. Pioneira, a primeira aldeia urbana do país, localizada no bairro Tiradentes, concentra 700 pessoas. “Motivos não faltam para comemorar a data. Quando chegamos nesses hectares de terra, corremos contra o tempo para reunir nosso povo, que lutava para sobreviver na cidade, muitos sem ter o que comer. Hoje, temos moradia digna, escola, lazer, tudo isso sem fugir da nossa cultura indígena”, conta a cacique da aldeia, Enir Bezerra, 54 anos”. Disponível em: Aldeia Urbana Terena comemora

atrair para cá turistas desinformados e pouco preocupados em, de fato, desfrutar culturalmente desses exotismos ressaltados pelo Estado de que são naturais.

“Especula-se” que há em Mato Grosso do Sul um grupo de artistas– cooptados pelo próprio Estado – que têm bolsas-salário para trabalhar em seus ateliês, desenvolvendo os trabalhos que, considerados pela crítica estatal e pelo Estado, são os que melhor representam a identidade artística de Mato Grosso do Sul. Estes mesmos artistas, já que são amparados pelos discursos hegemônicos locais, colaboram para o desenvolvimento de uma produção artístico-cultural que não representa o que de fato deveria ser a identidade plástica sul-mato-grossense. Uma identidade que se forma pelas confluências de culturas convergentes do Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, perguntamos aos promotores e produtores das artes desse nosso *locus*: como ficam as relações de fronteira com o Paraguai e a Bolívia nessa produção artístico-cultural? Para onde vão os índios que são sempre desprovidos de auxílios dos governantes? Onde estão representadas as influências culturais que o artista diz receber dos diferentes transeuntes no Estado? Se arte aqui dá feito mato, não deveríamos ter essas particularidades contemporâneas representadas nas produções artísticas do Estado?

Stuart Hall já nos advertira com relação à formação da identidade de um sujeito, quando diz que “ela não se constrói sozinha”, mas que se faz da confluência entre o outro que é parte do que é um outro para esse sujeito, e vice versa. O sujeito se cria e se estabelece a partir do que o rodeia, do meio no qual se encontra e se comunica com os indivíduos todos que ali convergem. São as relações todas que vão construir um sujeito com

uma identidade participante daquela comunidade sua. E esse processo, segundo Hall, dá-se de forma inconsciente, é imperceptível ao sujeito:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2004, p. 38-39)

Esperamos, com isso, que a arte sul-mato-grossense ainda possa se fazer, daqui a algum tempo, representar as identidades dos povos indígenas, paraguaios e bolivianos, que dividem fronteiras geograficamente reais com o Estado de Mato Grosso do Sul, considerando que a devida *identificação*, de que fala Hall, ainda não está verdadeiramente reconhecida e descrita sem o valor pejorativo que traz o exótico para o outro. A *identificação* aqui ainda fica nos termos que propõe Aline Figueiredo, no sentido de identificar a produção artística sul-mato-grossense a qualquer preço, como pertencente ao roteiro das produções nacionais.

Na *Terra do Boi*¹², da bovinocultura, como é reconhecido e nominado pelos governantes do Estado de Mato Grosso do Sul, é possível pensar em arte como mato, considerando que a maioria das representações artísticas na região ainda se dão pelas paisagens exóticas, pela bovinocultura e o agronegócio? Não que isso não possa servir como pano de fundo para as produções culturais; mas é que pintar, desenhar, esculpir,

12 Maneira com sentido “quase” pejorativo como muitos denominam o estado de Mato Grosso do Sul pelo seu grande número de criadores de gado.

cantar e até representar essas três vertentes (o exotismo natural, o boi e a agricultura) como as únicas características emissárias de uma identidade sul-mato-grossense, já não se sustentam mais como mote para caracterizar essa ou aquela produção como contemporânea, como qualificada ou desqualificada, para um cenário artístico que se formula a partir de conceitos menos hegemônicos.

Representar uma localidade que se funda da formação de contatos de fronteiras, reais ou imaginadas, com outros dois países, com o tráfego intenso de culturas nacionais que se afluenciam em suas cidades, tanto nas maiores como nas menores, é reduzir a identidade múltipla sul-mato-grossense a uma *grande família* cultural, como descreve Hall:

Para dizer de forma simples: não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?

Essa idéia está sujeita à dúvida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. (HALL, 2004, p. 59)

Percebe-se nessa colocação de Stuart Hall que os poderes dominantes e hegemônicos tendem a padronizar o que deve ser ou não categorizado de nacional para identificar a todos como único. E, em se tratando de Mato Grosso do Sul, a história não se faz diferente; para o poder, Estado-Nação, somos todos criadores de bois, plantadores de soja, moradores do Pantanal e donos de outros exotismos mais. Caso alguns artistas (artesãos, imigrantes e fronteiriços) não anseiem ou não possam participar dessa *grande família* sul-mato-grossense, sua cultura e suas referências tendem a ser *apagadas* e desprezadas aos olhos dos outros, os quais, cooptados

pelo Estado, juntam-se nessa grande confraternização artística. A *família* estatal mantém um discurso que acaba por valorizar mais alguns artistas, e continua desprezando os que não a interessa.

Na esteira do que postula Hall, acreditamos não ser possível, em se tratando de Mato Grosso do Sul, dizer que um determinado grupo de artistas reunidos, cujas obras pertencem aos acervos das instituições mantidas pelo Estado, são “os mais expressivos artistas de Mato Grosso do Sul”. Isso é incorrer no que Hall classifica como reunião para formação de uma grande e fraternal família, como ocorrera na Exposição *MITOS*, que tem circulado por algumas cidades de Mato Grosso do Sul, principalmente no tocante ao que trazem os dicionários sobre a palavra Mito.¹³

Considerações finais – arte aqui não é só mato!

A necessidade de caracterização das produções artísticas brasileiras, de modo geral, é uma constante que teve seu ápice na Semana de 1922, marco principal em defesa do nacionalismo artístico brasileiro. De lá para cá, a busca dessa identidade nacional revirou-se, ora para as relações com os modelos universais, ora para as particularidades locais que promoviam a cópia ao *status* de modelo. Nessa dicotomia entre cópia x modelo, o fato é que acabou-se por prevalecer a relação entre as partes envolvidas que se dava ora como uma dívida, ora como prontos a um acerto de contas. Ou

13 **mi-to** s.m. 1 relato fantástico protagonizado por seres de caráter divino ou heroico que encarnam as forças da natureza ou os aspectos gerais da condição humana; lenda, *fábula* <os m. da Grécia antiga> <m. indígenas da criação do mundo> 2 crença ou tradição popular que surge em torno de algo ou alguém <o m. do padre Cícero> 3 *fig.* uma noção falsa ou não comprovada <o m. do detetive infalível> <a perseguição que sofre não passa de um m.> COL mitologia ~ mítico *adj.* In: HOUAISS; VILLAR. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa de lexicografia e banco de dados da língua portuguesa*, p. 508.

seja, um lado se colocava no *direito ao grito* de liberdade, enquanto o outro no lugar mais alto do pedestal, tendo sempre que ser visto como ponto de referência. Ao menos a discussão era acirrada na ponta de cá da corda. Nesse embate das questões atinentes à arte, Gullar salienta que:

[...] quando se trata de estudar o caráter nacional da arte, as noções convencionais de nacionalismo não servem; atrapalham: nem ufanismo, nem chauvinismo, nem mesmo o conceito de nacionalismo burguês que pretende apresentar a nação como uma totalidade sem interesses contraditórios e antagônicos. É sem dúvida mais real a noção que a vê dividida em classes; [...]. (GULLAR, 2005, p. 85)

Nessa discussão, que se prolonga desde que o Brasil é Brasil, é curioso perceber que a questão ainda é um problema pertinente não só ao Mato Grosso do Sul, apesar de considerarmos que aqui é mais problemática e acalorada a discussão, mas em outras tantas partes do País também. Entretanto, o fato mais importante que trazemos do texto de Gullar é a observação acerca do que coloca o autor sobre o *conceito burguês de nacionalismo*. Ou seja, localizando o fato no Estado de Mato Grosso do Sul, o conceito, apesar de se converter em conceito de local burguês, agrupa as produções artísticas, tidas como locais, em uma *totalidade sem interesses contraditórios e antagônicos*. Como se todos que aqui vivem com suas culturas díspares deixassem e concordassem em ser representados somente por bois, tuiuiús, pantanais e outros *elementos convencionais da cultura popular da região* que o Estado-Nação quer fazer representar sem considerar o que não está ali representado.

Nessa configuração do que representar e o que não representar nas artes, em Mato Grosso do Sul percebe-se, como já dito antes, a falta de elementos que dialoguem com as fronteiras do Estado (paraguaios e bolivianos). E quando tais elementos aparecem nessas produções, são ali representados apenas ora como iconografias indígenas formatadas pelo

poderio econômico, figuras geométricas e cores terrosas, ora como seres marginalizados na cultura latino-americana, vistos como ameríndios, como se brasileiros também não os fossem. Nesse sentido, nota-se que as culturas de maior evidência econômica no Estado (orientais e europeus) são estampadas nas produções culturais locais com maior sentido valorativo. Perguntamos: é simplesmente por que rendem mais recursos financeiros ao Estado?

Na esteira de Gullar, pensamos então que o ideológico e a liberdade que deveria ter o artista sul-mato-grossense, que vive nos grandes braços maternos do poder hegemônico local que dita as regras do que é e do que não é considerado obra de arte (obra essa que vai virar acervo das instituições que o próprio Estado e os seus mantêm), acabam por ser regenerados e descartados pelo próprio artista. Gullar argumenta que “se é certo que, em última instância, todo produto cultural é ideológico, não é menos certo que sua elaboração se faz [ou deveria fazer] com certa autonomia e, quando se ignora esse fato, ignora-se o que a arte possui de específico; e caímos nas generalizações sociológicas”. (GULLAR, 2005, p. 85)

Retornando ao texto já citado e que é bastante ilustrativo, intitulado *Eles não usam verde e amarelo*, o autor Bruno Moreschi vem confirmar um fato bastante relevante com relação à atual despreocupação do artista contemporâneo em vincular o seu trabalho com ideologias nacionais:

Com artistas mais viajados, a afirmação (ou o questionamento) da identidade nacional já não é preocupação para a arte brasileira. Em 1928, a pintora modernista Tarsila do Amaral (1886-1973) apresentou o escritor Oswald de Andrade com *Abaporu*, quadro de um gigante sob um sol escaldante. Ali estão a pele bronzeada da figura central, o sol e o verde tropical. Hoje, os símbolos nacionais sumiram. Mas ficou o apreço pelas cores vibrantes. (MORESCHI, In: Revista *Bravo!*, abril de 2009, p. 84)

Isso só vem corroborar o que já postulara Gullar (2005, p. 86) ao afirmar que “[...] o artista do chamado mundo periférico já se sente em condições de – e ao mesmo tempo forçado a – se libertar da dependência e buscar um caminho próprio”. Pensamos aqui em independência como a postura que o artista – que para trabalhar e produzir – deve ter como atitude libertária para romper-se dos poderes hegemônicos e críticos.

Se a nossa discussão se baseia totalmente na busca desse reconhecimento de uma identidade plástica nos limites fronteiriços de Mato Grosso do Sul, como sugere o subtítulo deste artigo, acreditamos que é e será uma busca de um reconhecimento que não se findará em curto ou em médio prazo. Pois acreditamos que, mais uma vez recorrendo a Gullar, ainda é difícil responder à pergunta: “Em que consiste o caráter nacional da arte?” (GULLAR, 2005, p. 86), da qual ele já sinaliza uma resposta:

É muito difícil defini-lo abstratamente. De qualquer modo, deve-se levar em conta que não existe uma arte nacional a que se chegará fatalmente, cedo ou tarde, a partir de determinadas premissas que se possam definir hoje; algo assim como uma entidade ideal a ser concretizada. (GULLAR, 2005, p. 86)

Pensando em nosso *locus*, o Estado de Mato Grosso do Sul, formulamos uma indagação: *Em que consiste o caráter local de nossa arte?* Podemos sugerir, também, uma proposta de resposta: acreditamos que também é muito difícil formular uma identidade plástica fechada sobre a arte sul-mato-grossense, mas, em contrapartida, acreditamos e defendemos uma leitura dessas produções pautada pelo reconhecimento das *divergências e convergências* culturais daqui. É preciso que a crítica pueril que aqui se estabeleceu (re)formule novas leituras na tentativa de identificar as especificidades da arte sul-mato-grossense.

Referências Bibliográficas

CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS: estudos culturais. v. 1, n. 1. Campo Grande: Editora. UFMS, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução prefácio à 2. ed. Gênese. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. – (Ensaio Latino-americanos, 1)

FIGUEIREDO, Aline. **Arte aqui é mato.** Cuiabá: UFMT, 1990.

FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria. Identidade nacional e identidade cultural. In.: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura.** Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 189-205.

GIROUX, Henry A. Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação), p. 85-103.

GULLAR, Ferreira. Caráter nacional da arte. In.: _____. **Argumentação contra a morte da arte.** Rio de Janeiro: Revan, 1993, 8. ed., fevereiro de 2003, p. 85-89.

_____. Arte brasileira: questão aberta. In.: _____. **Argumentação contra a morte da arte.** Rio de Janeiro: Revan, 1993, 8. ed., fevereiro de 2003, p. 99-102.

_____. Arte ingênua. In.: _____. **Argumentação contra a morte da arte.** Rio de Janeiro: Revan, 1993, 8. ed., fevereiro de 2003, p. 107-109.

_____. Arte como produção. In.: _____. **Argumentação contra a morte da arte.** Rio de Janeiro: Revan, 1993, 8. ed., fevereiro de 2003, p. 111-113.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo. **Mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 3. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LOPES, Denílson. **A delicadeza**: estética, experiência e paisagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

MENEGAZZO, Maria Adélia. Regionalidade e apagamento de fronteiras. In.: ANASTÁCIO, Elismar Bertoluci de Araújo et al (Org.). **Tendências contemporâneas em Letras**: povos do Pantanal. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP, 2006, p. 55-64.

MORESCHI, Bruno. Eles não usam verde e amarelo. In.: *Revista Bravo!*. Ano 11. n° 140. Editora Abril, p. 80-85, abr. 2009.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Encontros e despedidas. In: Maria Rira; **CD Maria Rita**. Warner Music Brasil Ltda, 2003. Faixa 9

NAZARIO, Luiz, FRANCA, Patricia (Org.). **Concepções contemporâneas da arte**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NELSON et al. Estudos culturais: uma introdução. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação) p. 7-38.

NOLASCO, Edgar César. Para onde devem voar os pássaros depois do último céu?. In.: **Raído**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD/ Universidade Federal da Grande Dourados, n. 1 (2007). Dourados: UFGD, p. 65-76, 2008.

NOLASCO, Edgar César. Literatura, mercado e consumo. In.: *Raído*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD/ Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, v. 2, n. 3. p. 33-42, 2008).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – MS. Aldeia Urbana Terena comemora conquistas desde a ocupação. **Jornal Eletrônico Portal MS**. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/Aldeia-Urbana-Terena-comemora-conquistas-desde-a-ocupacao/Campo-Grande/Cidadania/34195.html>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco. **O outdoor invisível**: crítica reunida. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

_____. **Fronteiras do local**: roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In.: _____. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 29-48.

SOUZA, Eneida Maria de. Nas margens, a metrópole. In.: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **Divergências e convergência em literatura comparada**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 15-25.

THEISEN, Giovani; VIDAL, Ribas Antonio; FLECK, Nilson Gilberto. Redução da infestação de *Brachiaria plantaginea* em soja pela cobertura do solo com palha de aveia-preta. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 35, n. 4, abr. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-204X2000000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2009. doi: 10.1590/S0100-204X2000000400011. p. 753-756.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Literatura e Práticas Culturais

NOTAS DE POÉTICAS,
BREVES NOTÍCIAS DE MATO GROSSO¹

Mário Cezar Silva Leite (UFMT)

A tinta e a lápis
escrevem-se todos
os versos do mundo.

Que monstros existem
nadando no poço
negro e fecundo?

Que outros deslizam
largando o carvão
De seus ossos?

Como o ser vivo
que é um verso,
um organismo

com sangue e sopro,
pode brotar de germes mortos?
(O Poema – João Cabral de Melo Neto)

1 Esse capítulo provém, como resultado parcial, do projeto de pesquisa *Notícias sobre as margens da literatura brasileira em Mato Grosso: diferentes, Ícaros, cafés, caldeirões, cordas no pescoço, chamus vivas*, que desenvolvo atualmente e pretendo observar e analisar um tipo de literatura contemporânea, basicamente dos inícios do século XXI.

O historiador Rubens de Mendonça ao prefaciá-lo o livro de crônicas *Pagmejera, Pagmejera!*, de Vera Randazzo, afirma, em 1969, que “nossa literatura regional é pobre”. E que

Somente um escritor tentou fazer um romance cuiabano, José de Mesquita, mas como o livro foi publicado em Cuiabá, em 1937, continua como se fosse inédito, embora se esgotasse a edição. “PIEDADE” é um romance de costumes locais (*apud* RANDAZZO, 1969)².

Deve-se notar que, primeiro, Mendonça refere-se à literatura produzida no Estado de Mato Grosso ao utilizar-se do termo “regional” e, segundo, no entanto, há que se observar que o mesmo termo, de cunho regionalista, reduz-se a “romance cuiabano”. Essa questão em si mesma gera um leque vasto de discussões sobre regionalismos, bairrismos, identidades e literaturas e culturas locais que nesse momento não vem muito ao caso nem ao propósito deste artigo, mas, como registro, o acento forte do regionalismo em Mato Grosso (ainda indiviso) eram as características elaboradas a partir de Cuiabá e da chamada baixada cuiabana e seus principais aspectos. Isso inquestionavelmente repercute até hoje no perfil da literatura brasileira produzida no Estado³.

Nesse prefácio, Rubens de Mendonça parece contraditoriamente separar literatura regional (“pobre”) de “literatura matogrossense”. Para ele,

2 No livro *Pagmejera, Pagmejera!* não há data de publicação. Esta data, 1969, é informada por Lenine Póvoas (cf. PÓVOAS, 1982, p. 130); por esse motivo a obra aparece como “s.d.” nas Referências Bibliográficas.

3 Há uma vasta bibliografia sobre essa questão no geral; remeto o leitor ao meu artigo “Literatura, regionalismo e identidades: cartografia mato-grossense” (LEITE, 2005) e ao artigo “Regionalismo: a reverificação de um conceito”, de Paulo Nolasco dos Santos (SANTOS, 2008).

Naturalmente, como cuiabanos que somos, sentimos mais de perto as crônicas que digam respeito à nossa cidade. [...] Vera Randazzo escreveu este livro de crônicas variadas, simples, leves e agradáveis: “Para que desejar um palácio se não amamos a casa que temos? Ou querer conhecer exóticas e distantes cidades quando não conhecemos ainda os mil recantos da cidade onde vivemos?” E isto é uma grande verdade, primeiro devemos conhecer o que é nosso para depois dar-mo-nos ao luxo de conhecer coisas estrangeiras. [...] A autora de *Paguimejera* está de parabéns, mas quem está verdadeiramente de parabéns é a literatura matogrossense por haver ganho com este trabalho mais uma obra que a enriquece (MENDONÇA, 1970, p. 4).

É também interessante perceber nesta fala de Rubens de Mendonça como ele – personagem totalmente integrado num sistema regionalista, nas suas várias vertentes e um de seus mantenedores – se refere a esse sistema como “pobre”, numa clara sugestão e sentido de que havia pouca produção voltada para esses aspectos. Vale lembrar que quando faz estas afirmações ele está prefaciando um livro de crônicas regionalistas. O título *Pagmejera, Pagmejera!*, um termo bororo, é uma clara referência ao “grande chefe” (Pagmejera) Marechal Cândido Rondon.

A afirmação de Mendonça leva a algumas reflexões sobre os processos e campos literários em Mato Grosso⁴. Primeiro, a possibilidade de

4 Sobre campo literário, Pierre Bourdieu diz que “muitas das práticas e das representações dos artistas e dos escritores [...] não se deixam explicar senão por referência ao campo de poder, no interior do qual o próprio campo literário (etc.) ocupa uma posição dominada. O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente). Ele é o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou espécies de capital) diferentes que [...] têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas” (BOURDIEU, 2005, p. 244). Na esquematização disso para Mato Grosso, cf. LEITE (2005 e 2006).

um público leitor restrito e fechado em si mesmo. Verificando atentamente a produção historiográfica e crítica literária, quem lia e quem legitimava as obras e os autores eram os membros de determinado grupo, que além de leitores também se caracterizavam como críticos e analistas. Daí que uma obra pudesse esgotar a tiragem e continuar inédita.

O ponto principal aqui, deixando a questão do regionalismo de lado, é que a realidade do universo literário e editorial hoje em Mato Grosso é bastante diversa daquela que Rubens de Mendonça viveu, produziu e viu, mas, paradoxalmente, uma essência da observação do historiador permanece verdadeira, atual e inquietante.

No Prefácio de *Pagmejera, Pagmejera!*, Rubens de Mendonça apontava, embora de maneira um tanto simplificada, dois dos grandes entraves da literatura produzida no Estado com os quais ainda nos debatemos. O nosso problema não foi nunca o literário, a qualidade literária. A literatura brasileira produzida em Mato Grosso é de inquestionável qualidade (esta é uma generalização que certamente tem que ser modalizada!), mas o nosso problema básico é o das fronteiras. A primeira é como criar uma tipologia e catalogar uma literatura sem cunho regionalista produzida na região. A segunda é como romper as fronteiras e inserir a produção local, com cunho regional ou não, no sistema literário nacional ou mesmo latino-americano. Nesse sentido, em menor grau talvez, muitos romances, contos, novelas e livros de poesias aqui produzidos e publicados ainda continuam inéditos tanto pelo primeiro entrave como pelo segundo.

Num breve histórico, a literatura mato-grossense organiza-se enquanto sistema na primeira metade do século XX (LEITE, 2005), essencialmente amalgamada no discurso regionalista⁵. Havia escritores e escritoras no XIX e mesmo antes, mas ainda não formavam um sistema

5 Sistema Literário aqui tem o sentido estipulado por Antonio Candido (CANDIDO, 1997) e, para Mato Grosso, LEITE, 2005.

organizado com objetivos e propostas definidas (temas, formas de tratamento destes temas etc.). Somente com Dom Aquino Correia, José de Mesquita e o grupo que se formou em torno deles é que “se definiu” o que seria a literatura produzida em Mato Grosso. Esse grupo dominou de maneira coesa e consciente o cenário lítero-cultural e religioso ao longo de toda a primeira metade do século XX. Fundou a atual Academia Mato-Grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico, explicitando em seus regulamentos, artigos e parágrafos, o quê e como deveria ser a literatura produzida em Mato Grosso: exaltação da terra, das belezas naturais, do homem (quase sempre o Bandeirante), de Deus, o folclore etc. (cf. LEITE, 2005, p. 219-254).

Um segundo movimento ou sistema irregularmente organiza-se a partir dos anos 40 do século XX. É a chegada dos ideais e da movimentação modernistas. Formado por momentos e grupos menos homogêneos, deve ser olhado com cautela, pois estende-se até o final dos anos 70 e apresenta períodos e grupos mais hegemônicos e períodos mais dispersos e desintegrados, mantendo uma relação de continuidade, contiguidade e, às vezes, ruptura com o primeiro grupo (cf. LEITE, 2005 e 2006).

Não tenho dados e números rigorosos para oferecer, mas nos últimos anos houve uma congregação de esforços, conscientes e empenhados ou não⁶, para o aumento significativo da produção literária e livresca local, quer na quantidade, quer na qualidade editorial. Essas ações desdobram-se desde a criação e existência de editoras privadas com um alto rigor no padrão de qualidade editorial, as quais, umas mais outras menos, investem por conta própria na produção literária e cultural⁷, até os investimentos

6 Refiro-me ao fato de que nem todas as ações tiveram ou têm um caráter mais coletivo e social, ou esse tipo de preocupação, muitas vezes são, ou foram, iniciativas individuais, mas que se somaram ao conjunto.

7 As principais editoras particulares que fazem esse tipo de trabalho são: Carlini&Canaiato Editorial, TantaTinta Editora; Entrelinhas Editora e Cathedral Publicações. Também in-

públicos obtidos por meio de leis de incentivo à cultura, do Fundo Estadual de Cultura e dos editais de publicação de agências fomentadoras (no caso, principalmente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT).

Assim, nos primeiros anos do século XXI há todo um esforço para a constituição de um sistema literário sólido e expressivo para a literatura brasileira produzida em Mato Grosso, sem descartar ou desprezar a produção anterior.

A diferença que se estabelece com os dois sistemas anteriores é que essa tentativa encontra-se frente a uma produção muito mais variada e sem um aparente elo. Se para as gerações anteriores a amálgama, força motriz e centrípeta dos sistemas foi o veio regionalista, para a produção dos anos 90 em diante esse tom é bem menos expressivo e coeso. Há obra de poetas, contistas e romancistas, nativos ou não, que se debruçam sobre os mais variados aspectos da existência humana sem preocupação, e sem a conexão, com uma possível localização geográfica ou mesmo fugindo conscientemente, no mais das vezes, do discurso regionalista, no mais das vezes, redutor.

Esse procedimento desloca e ao mesmo tempo problematiza significativamente o eixo central da constituição do sistema literário. Simultaneamente a isso há o surgimento de uma crítica especializada – que tem diretamente a ver com a constituição desse sistema, uma vez que passa a legitimar, canonizar, incluir e excluir autores e obras – respaldada no “conhecimento” e “rigor” acadêmico. É preciso ressaltar que apesar de toda esta movimentação e ações, forma-se um sistema – mesmo que incipiente ou rarefeito – de grupos em lutas de poder por uma hegemonia e reconhecimento de e para legitimar determinados autores, determinados críticos etc. Assim, mesmo que o sistema não seja de todo consistente, há

vestem nisso as duas editoras universitárias, EdUFMT e Editora UNEMAT.

sempre aqueles que de um modo ou de outro estão excluídos pelos mais variados motivos. A efetiva qualidade literária nem sempre é o padrão mais essencialmente observado para a inclusão ou exclusão; toda uma série de elementos contextuais e externos interfere e dialoga na definição de obras e autores incluídos e excluídos⁸.

Houve, nessa direção, a fundação de grupos dedicados à pesquisa desta literatura e seus autores; houve, por fim, a culminação disto tudo numa ONG chamada AlimeMTo (Associação dos Amigos do Livro de Mato Grosso), fundada em 2003, que tem por objetivo fomentar e desencadear ações que estimulem desde a produção e desenvolvimento de toda a cadeia livreira até o consumo e a leitura. Uma das mais importantes ações da AlimeMTo foi, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, a organização e coordenação da Literamérica – Feira Sul-americana do Livro de Mato Grosso (com duas versões, 2005 e 2006). Em 2005 a Literamérica homenageou e recebeu em Cuiabá, Manoel de Barros, Ricardo Guilherme Dicke e Wladimir Dias-Pino; em 2006 foram homenageadas Nélida Piñon, Marilza Ribeiro e a socióloga boliviana Silvia Cuzicanqui. Outra principal ação da AlimeMTo foi a publicação do Catálogo do Livro Mato-grossense, em 2005, cujo objetivo foi “oportunizar aos que escrevem e publicam, em Mato Grosso, terem seu trabalho divulgado e conhecido por todos” (AlimeMTo, 2005).

No plano da história da literatura em Mato Grosso há três importantes Histórias da Literatura de Mato Grosso que têm servido de base e fundamentação para quase todos os pesquisadores contemporâneos de literatura e cultura: *História da Literatura Mato-grossense* (1970), de Ru-

8 Ressalto, primeiro, que o “silêncio” sobre obras e autores já se caracteriza como uma exclusão e que, segundo, não estou julgando a crítica especializada ou os pesquisadores (categorias nas quais me incluo), estou salientando os aspectos de um campo de disputa de poder simbólico no qual não estamos (ou não devemos estar), quero crer, “inocentes”.

bens de Mendonça⁹; *História da Cultura Matogrossense*¹⁰ (1982), de Lenine Póvoas; *História da Literatura de Mato Grosso: século XX* (2001), de Hilda Gomes Dutra Magalhães. Considero as três, ao lado de uma série bem maior de outros trabalhos com temáticas e abordagens mais específicas e não histórias literárias exatamente, um relevantíssimo e amplíssimo acervo da produção literária no Estado.

Há, no entanto, que se considerar as diferenças básicas e quase radicais entre as três. No geral, essas diferenças se dão mais entre as duas primeiras, que podem ser vistas mais ou menos do mesmo modo, e a terceira.

Os autores da *História da Literatura Mato-grossense* (MENDONÇA, 1970) e *História da Cultura Matogrossense* (PÓVOAS, 1982), embora ligados ao universo literário de algum modo – via de regra escritores e poetas eram os críticos e resenhistas de escritores e poetas –, não falavam exatamente do interior de uma especialização literária nem, necessariamente, para um público especializado. Isso não quer dizer, é claro, que não falassem com propriedade sobre obras, períodos, autores, mas o foco principal era o histórico. Nesse sentido, o ponto de extrema importância a se considerar é o acervo e memória que as duas *Histórias* criaram/legaram para as novas gerações. Há autores e obras e apontamentos sobre eles que de outro modo inexistiriam no conjunto da literatura local. Esse aspecto preservacionista e memorialista é visivelmente consciente nos dois autores e se atrela a certo viés regionalista e bairrista.

O deslocamento essencial, as diferenças básicas, que observo que o *História da Literatura* de Hilda Gomes Dutra Magalhães (2001) engendra é que desse teor e preocupação memorialista e de informação e preservação do material produzido, muitas vezes num forte viés bairrista, presente nas outras duas *Histórias*, passa-se para um teor e preocupação

9 Esta obra foi reeditada em 2005 pela Editora da UNEMAT.

10 Estou respeitando a grafia dos autores nos títulos para a palavra mato-grossense.

analítica de informação e formação. *História da Literatura de Mato: século XX* é, com toda certeza, uma obra fundante, inaugural, que estabelece novas balizas para se pensar a literatura brasileira produzida em Mato Grosso. Essa publicação é, sem dúvida, o eixo fundamental de separação entre os dois tipos de histórias literárias. Bastante modelizado pela *História Concisa da Literatura Brasileira* de Alfredo Bosi (1997), o livro de Hilda Gomes traça um panorama geral da literatura produzida em Mato Grosso não só apontando as principais características de períodos, obras e autores, mas analisando-os com certa profundidade e rigor, sem, é claro, perder a perspectiva de que o objetivo principal era o panorama histórico e não a análise. De todo modo, ao tempo em que rompe com determinado perfil também dialoga com ele e se insere na tradição. As duas *Histórias* anteriores – uma da literatura e a outra da cultura mato-grossense – são essenciais para a *História da Literatura* de Hilda Gomes Dutra Magalhães¹¹. No entanto, o tratamento dado aos objetos pelos dois autores e pela autora marca radicalmente a diferença entre *Histórias*.

Para além das *Histórias da Literatura*, na gravitação da crítica e análise literária, entre outros, apresentam-se atualmente os trabalhos de Yasmin Nadaf *Sob o signo de uma flor: estudo da revista Violeta, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida – de 1916 a 1950* (1993), *Rodapé das Miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)* (2002), *Presença de Mulher; ensaios* (2004) e *Machado de Assis em Mato Grosso* (2006); de Carlos Gomes de Carvalho *A Poesia em Mato Grosso: um percurso histórico de dois séculos* (2003) e a importante antologia, em dois volumes, *Panorama da Literatura e da Cultura em Mato Grosso* (2004) onde o autor reúne textos críticos fundadores como o *Influência de Mato Grosso na literatura brasileira*,

11 Essa importância limita-se ao período tratado por Lenine Póvoas e por Rubens de Mendonça, 1970 e 1982.

de Virgílio Corrêa Filho, *O Sentido da Literatura Matogrossense*, de José de Mesquita, *Subsídios para o estudo da dialectologia em Mato Grosso*, de Franklin Cassiano da Silva, *Aspectos da literatura de Mato Grosso*, de Rubens de Mendonça e *Poesia Matogrossense*, de Manoel Cavalcanti Proença, entre outros, todos publicados originalmente de 1910 a 1950; e a coletânea *Mapas da Mina: estudos de literatura em Mato Grosso* organizada por mim (2005). Também merecem ser lembrados os periódicos acadêmicos *Revista Polifonia do Programa em Estudos em Linguagens-Mestrado*, da UFMT, e a *Revista ECOS – Linguística, Literatura e Educação*, da UNEMAT.

Há um vasto repertório de trabalhos publicados, ou não, sobre os mais variados autores e obras produzidas em Mato Grosso, do qual faço acima uma pequena amostragem, sendo que não só a produção como a divulgação desse repertório é bem mais expressiva do que isso.

No campo artístico propriamente dito, a publicação dos últimos anos tem sido bastante significativa e volumosa. Tanto produção quanto publicação se estendem da obra dos mais importantes e significativos escritores da literatura local à de um contingente de novos autores. A título de curta amostragem desse *corpus*, pode-se apontar alguns exemplos.

Ricardo Guilherme Dicke teve, entre 1995 e 2008, cinco livros (romances) e um livro de novelas publicados; desses, três romances e o livro de novelas eram inéditos e os outros dois eram segunda edição ou reedição de seus principais romances esgotados. O escritor Silva Freire teve publicados postumamente, além do livro de crôni-contos *A Japa e outros crôni-contos cuiabanos* (2008), duas edições (3ª e 4ª) do seu *Águas de Visitação* (1999 e 2002)¹². Lucinda Nogueira Persona, a mais importante

12 Deve-se notar que não há informação de que a 3ª edição estivesse esgotada, e foi produzida pela ADUFMAT como edição comemorativa, tendo sido distribuída aos docentes da UFMT.

e significativa poetisa contemporânea, na abissal profundidade da assustadora delicadeza da alma humana em seu prosaico cotidiano, publicou cinco livros de poesia entre 1995 e 2009, dedicando-se também a obras de cunho infanto-juvenil, com duas publicações (1997 e 2000). Gabriel de Mattos publica, entre 2002 e 2005, dois romances (2005), um livro de contos (2002) e um de novelas (2003)¹³. Marta Helena Cocco publica três livros de poesia entre 1997 e 2007. Nesse conjunto merecem destaque ainda: duas antologias, uma reunindo contos e poesias (2003), outra só contos (2002); os três livros de contos de Romulo Carvalho Nétto (2009); os livros de contos de Juliano Moreno (2006), Eduardo Ferreira (sd.)¹⁴, Lorenzo Falcão (2002), Paulo Sesar Pimentel (2005), Danilo Fochesatto (2007) e Luiz Carlos Ribeiro (2006). Voltados para o público infanto-juvenil, além dos livros de Lucinda Persona, destacam-se dois livros de Ivens Cuiabano Scaff publicados em 1997 e em 2008¹⁵.

Devo salientar que, mesmo como breve amostragem, corro o risco de muita injustiça e silenciamentos nessa lista. Ela nem de longe traça um quadro fiel da produção e publicação de obras literárias no Estado. Destaco que se trata de uma amostragem que não coloca em questão nem tem a pretensão de ser uma crítica literária das obras; portanto não considero, nesse momento, a qualidade literária de qualquer um dos autores. É preciso considerar também que muita coisa é publicada em edição de autor, ou é publicada fora de Cuiabá, e das principais editoras locais, o que dificulta a divulgação e o acesso.

É bastante comprometedor e arriscado, num quadro onde se pretende cartografar quantitativamente uma produção, trilhar caminhos mais voltados para apontamentos da análise crítica em alguns autores. No en-

13 O livro *Cuiabá: duas novelas* já teve uma segunda edição em 2006.

14 O livro *EuNóia* não traz a data de publicação, mas creio que seja de 2005.

15 O autor tem também uma relevante obra poética.

tanto, não gostaria de fechar esse trabalho sem pelo menos sinalizar os rumos literários que se configuram atualmente na região. É óbvio que não se deve dizer que os autores escolhidos representam o ou um conjunto em termos poéticos. Para mim, eles representam, isso sim, um padrão de qualidade literária, em maneiras e poéticas muito diversas um do outro, da produção contemporânea do Estado. Minha escolha por comentar os dois poetas a seguir não é aleatória. Santiago Villela Marques e Luciene Carvalho são autores cujas trajetórias tenho acompanhado mais sistematicamente e sobre os quais já publiquei algumas primeiras impressões¹⁶.

Tenho observado há alguns anos que, apesar de surgirem bons poetas, bons escritores, ainda não apareceram aqueles que, com condições adequadas, possam renovar ou alterar o quadro literário manifesto em Mato Grosso. Já existe, de certo modo, um cânone (ou cânones, para ser mais exato) pelo qual é possível circular com certa tranquilidade e pouco perigo de erros. Claro que não desmereço a qualidade de uma gama grande de escritores e escritoras, mas falo de algo um pouco mais radical e potente que possa nos lançar no mistério de uma nova ou renovada poesia. Não me refiro a uma (re)“invenção da roda” (poética), mas a um certo oxigênio literário que se (e nos) afaste um pouco da exagerada produção (livros etc.) de qualidade suspeita e às vezes inominável que intitulam poesia (ou prosa) que tem vindo a público em Mato Grosso.

Entre a boa produção literária relativamente recente deve-se destacar com absoluta primazia, a meu ver, Lucinda Persona, e, ao lado de alguns outros, Santiago Villela Marques, escritor que vem conquistando justa e adequadamente o seu lugar nesse conjunto. O livro *Outro* (2008), edição do autor, com certeza confirma essa minha afirmação. Se não se

16 Vou evitar a autocitação, mas parte do texto que aqui se publica sobre esses poetas está originalmente publicado como Prefácio, que fiz, aos livros deles: *Teia*, de Luciene Carvalho (2001) e *Outro*, de Santiago Villela Marques (2008).

(re)inventa a roda poética, paira por ali, por aqui, um ar e um mistério de que pelo menos ela está em rotação e movimento.

Julio Cortázar, num belo e significativo texto, interrogando-se sobre o *mistério do poético*, diz que “a poesia surge num terreno comum e até vulgar, como o cisne no conto de Andersen; e o que pode despertar a nossa curiosidade é por que, entre tantos patinhos, vez por outra cresce um com destino diferente” (CORTÁZAR, 1999, p. 254). Acrescento eu, esse *patinho* é que torna tudo poético. É o poético. Bem, esta discussão de Cortázar vai desdobrando-se entre uma comparação do pensamento *primitivo* (termo no sentido antropológico e já há algum tempo em desuso – o texto é de 1954) e o pensamento poético estipulando relações com o pensamento científico e/ou com o pré-científico (mágico).

Diz-se que o poeta é um “primitivo” na medida em que está fora de todo sistema conceitual petrificante, [...] porque entra no mundo das coisas mesmas e não dos nomes que acabam ocultando as coisas etc.. [...] Isso é, precisamente, o que aproxima o primitivo do poeta: o estabelecimento de “relações válidas” entre as coisas por analogia sentimental [...]. (CORTÁZAR, *op. cit.*, p. 256)

A dica que Cortázar oferece-me neste texto e que quero trilhar aqui é a busca pelo mistério do poético, das relações válidas entre as coisas, *que prefere sentir a julgar*. Na poesia, para o leitor comum (o que no limite somos todos), o sentido, as sensações – aquilo que da voz do outro se torna nossa, da vida do outro o que vivemos e do sonho do outro o que nele dormimos – têm total primazia sobre as formas e construções engendradas, e elaboradas, pelos poetas ou pela crítica literária. Quero crer, aliás, que o primeiro impulso da crítica especializada se baseia exatamente nesse sentir comum. Aquilo que assalta, arrebatava, entenece o leitor. Tudo aquilo que diz dele para ele mesmo. Claro que os estudos e discussões da crítica literária são importantes, pois lançam luz e dissecam a obra. Para além do

nosso primeiro impacto e sensações, revelam a tradução disso – no que é também essencialmente poesia – em linguagem e arte.

A propósito do primeiro livro de Santiago Vilela (*Primeiro* é também o título do livro), escrevi em algum outro lugar¹⁷ que se trata de um escritor sensível, de bons recursos estilísticos e bom domínio da linguagem. Entretanto, o que mais me chamou a atenção foi a forte presença de uma espécie de poeta-eu-lírico da negação – transmitido, obviamente, por esses bons recursos. Percorre o livro de muitas maneiras e em diversas formas poéticas a ideia do *ser* enquanto *não ser*, de modo, às vezes, lançado ao passado – portanto algo que se perdeu enquanto constituído, isso se chegou a se constituir –, às vezes ao futuro – algo que talvez não se constitua. No mais das vezes o eu lírico é meta poético e a (na) tentativa de ser o redentor das incompletudes do ser.

Suas negações ou projeções esvaziadas remetem-se, refletem-se, quase que majoritariamente sobre o ato da escritura e do fazer poético. Revela-se, desse modo, um papel redentor da própria poesia, do poético, na possível completude da existência não fosse o poeta *um fingidor*, não fosse a busca labiríntica e estéril, fechada em si mesma e, paradoxalmente, aberta para todos. Há somente a demanda por uma existência completa. Há somente a carência e talvez a luz no entrelabirinto (se isso for possível) seja sempre um novo desvio incompleto.

Vale observar esses breves exemplos (do livro *Primeiro*):

Eu não quis ser mais do que eu,
fazer do meu sonho uma reta,
busquei dentro de mim pôr um deus
mas Deus pôs em mim um poeta:
meus desejos não podem ser meus.
Tentei caminhar sobre a linha

17 Relatório de Pesquisa: *Notícias sobre as margens da literatura brasileira em Mato Grosso: diferentes, Icaros, cafés, caldeirões, cordas no pescoço, chamus vivas.*

que achei para mim fosse escrita,
 ser menos que aquilo que eu tinha.
 Mas tinha somente uma vida
 e minha vida não pode ser minha.
 Se ao homem não coube o que quis
 ao poeta ao menos restou
 o querer inventar ser feliz
 entre o sonho de vida que sou
 e esta vida de sonhos que fiz.
 (*Feliz decepção*, MARQUES, 2004, p. 12)

Mora um homem em mim
 que nunca em mim se fará [...]
 Enquanto souberem de mim
 do outro ninguém saberá. [...]
 o homem que morre por mim,
 liberto de mim viverá.
 (*O outro*, MARQUES, *op. cit.*, p. 16)

Esse segundo poema, “O Outro”, do livro *Primeiro*, marca significativamente a passagem desse livro para o *Outro*. Na leitura de *Outro* essas impressões, ao tempo em que, para mim, se intensificam, também se desdobram e apontam importantes variações que dizem respeito a toda uma poética de Santiago Villela Marques e a todo um conjunto imagético literário com o qual ele dialoga.

O grande emblema que se materializa em nossa mente quando se fala em *outro* e em *eu* – mais diretamente a partir dos anos 1970 (cf. MOISÉS, 2005, p. 17-18) – é aquele delgado senhor de chapéu, rosto alongado e óculos redondos chamado Fernando (tantas) Pessoa(s). Nele, mais do que em ninguém, o desdobramento, o “outrar-se”, tentar ser outro, o ser tantos e todos, atingiu e elaborou tão vigorosamente uma entidade poética. Claro é que este maravilhoso poeta radicalizou um tipo de experiência

que não é de todo rara em literatura. Rara, enfim, é a radicalidade com que se desdobrou (esvaziou?).

Para Leyla Perrone Moisés, o processo heteronímico em si é o processo de esvaziamento e Fernando Pessoa (ele mesmo) é “ninguém”:

Frequentemente, os próprios críticos de Pessoa o acham um atravancador, e tentam impor-lhe os limites de um sujeito unitário, que seria o “verdadeiro” Pessoa. O fenômeno da heteronímia se explicaria pelo mito do Criador e suas criaturas ou, mais facilmente, pela hipótese de um caso de mitificação pura e simples. Ora, é preciso dizer de uma vez por todas, que Fernando Pessoa “ele mesmo” nunca existiu. Que o lugar designado por esse nome é um lugar desertado, que esse nome flutua na inter-dicção e margêia o discurso por ele assinado. (PERRO-NE MOISÉS, 2001, p. 16-17)

Obviamente, não estipulo aqui comparações entre Fernando Pessoa e Santiago Villela. Traço uma correlação temática que insere o segundo, com dignidade literária, devo dizer, numa constelação imagética cara e significativa dentro do repertório da literatura. Isso porque parece-me que, como apontei acima sobre o livro *Primeiro*, e como demonstrarei à frente, essa é a questão central da e na poética de Santiago.

Isento-me aqui, nesse contexto, de chamar a atenção para o título desse livro de Santiago Villela.

Embora tenha me referido a Fernando Pessoa como representante máximo de uma poética do desdobrar-se ou do *outrar-se*, ela é sempre uma perspectiva bastante perigosa. Pode desembocar, via de regra, numa espécie de *meta-eu-lírico* e/ou *meta-poesia* puerilmente fechados em si mesmos e com fortes ranços existenciais infantilizados. De maneira delicada, pode desembocar – e no mais das vezes faz isso – numa pseudo-poética existencial. O ensimesmamento, toda a filtragem do mundo e da poesia pelas vias do *eu* – quase sempre incompreendido e incompleto – parece-me um bem acentuado quadro de poetas iniciantes e/ou adoles-

centes. De algum modo, parece que pensar a si mesmo e a poesia é por onde todo mundo – que pretende ser poeta – começa.

Isso não é um problema exatamente. Há sempre um filtro separador entre uma boa poesia – sobre qualquer tema – e uma poesia ruim. O fio da navalha, a vala, que separa e corta as relações entre uma boa poesia, uma boa poética, assentada neste temário, e uma poesia sem qualidade e adolescente (a poética) é exatamente o amadurecimento que se revela e expõe da, na, e pela, linguagem. E, claro, através dele, o aprofundamento e complexificação do próprio tema. Mais humano, mais literário. Quanto mais literário, mais humano.

O que percebo na poesia de Santiago Vilella é exatamente o trilhar nesse perigoso fio de navalha com dignidade e amadurecimento. O que poderia resvalar em resoluções simplistas e simplórias – dado o apontado perigo do tema e seu imenso campo gravitacional – brota maduro, complexo, inteligente, criativo, renovado.

Veja-se, a exemplo, o poema “Rasteira”, que sintetiza um pouco essas questões:

O menino caiu dentro de mim,
tropeçou numa pedra que o homem saltava
e riu-se muito de sua falta de jeito.
Estendeu a mão ao homem
que o queria soerguer
e na sua força feliz
puxou o grande ao chão
e quedaram sentados na terra
o homem e o menino alegre
e a pedra bem-aventurada.
E o mundo expandiu-se
com o susto das gargalhadas.

Dividido em seis partes que aparentemente tentam se manter como unidades poéticas independentes – e até certo ponto realizam isso – o livro *Outro* possui como campo gravitacional uniformizador, gerador de

uma relativa dependência entre as partes, a imagem – e suas variações – do *eu* e do *outro* (pensados sempre como eu-outro-eu-mesmo), como uma mesma entidade.

Nesse sentido, vale notar os títulos escolhidos para a divisão do livro: a primeira parte, “Eu Mim”; a segunda, “Destino de Coisas”; a terceira, “Autografias”; a quarta parte, “Transfiguras”; a quinta, “O Espelho do Xamã”; a sexta, “Ela”.

Antes de prosseguir torna-se necessário dizer e lembrar que faço um recorte de leitura (e impressões) muito preciso e abandono todas as muitas outras possibilidades e qualidades que o livro como um todo oferece na riqueza dessas seis partes pensadas internamente (no entre poemas) e nas relações do entre partes. De todo modo, há que se notar que, ao se equacionar os títulos das partes com o título do livro e com as discussões que esbocei aqui, talvez apenas os títulos da segunda e da sexta parte – “Destino de Coisas” e “Ela” – fiquem relativamente fora do campo semântico sinalizado. Os títulos das outras partes dispensam maiores comentários.

O poema “Outro”, que dá nome ao livro, curiosamente (?) aparece como último poema – da última parte, “Ela” – e no todo vai demonstrando entre coisas muito prosaicas e banais o *eu* que se é no, e ao, ser também o *outro*.

Vejam-se alguns trechos:

O sol se olha é no vermelho da rosa.
 Ser-se água é preciso de estar lagoa.
 O dentro se sabe quem é de fora.
 [...]
 Raiz se escreve na folha que brota.
 Força do dia é o contorno da sombra.
 Medo é o que mede o tamanho da cobra.
 Sede é chuva que chão em fogo escoo.

Esse poema, ao final do livro e com os elementos que trabalha, poderia desfazer todas as minhas impressões de leitura até agora e apontar outros lados mais candentes da poética de Santiago Villela. No entanto, mesmo e apesar de seu texto, suas imagens próprias, suas figuras, rimas etc., ele não pode ser pensando (sentido) isoladamente. A mágica poética o envolve e se estende para além dele. A síntese da poética do outrar-se, tornar-se outro, reside exatamente no jogo de ocultações. Tentar tornar-se, revelar-se, outro, por mais que aparentemente revele o outro e através dele o (ou um) eu, é, no limite, nem um nem outro. “Piruetas verbal. Ninguém” (PERRONE MOISÉS, *op. cit.*, p. 24). Nos casos mais radicais, labirinto da ficção da ficção, não a “totalidade, mas o esfacelamento” (*ibidem*, p. 29). Por isso, o último verso interroga: “De si e para si quem vive, senhora?”.

O ciclo se fecha num labirinto às avessas (?), ou no círculo uróbico onde início e fim se misturam e consomem, quando os primeiros poemas, da parte “Eu Mim”, vão desvelando esse outro, esse eu, como nos poemas “Todos e Mesmo Outro”. Vejam-se os trechos abaixo, respectivamente:

[...] Quantas horas preocupadas
em forjar o que inda não era
no relógio apresto de uma alma
que, por excesso de estradas,
cumpru-se em promessa e espera!

E nisso fiz-me maior
– ser múltiplo é dom divino.
Vivendo do que não sou
e fui, sou dono e senhor
do incontestável destino.

Inda é o mesmo o mundo, eu outro.
Entre os dois o mesmo escuro

véu de noite em brancos sonhos
do outro rosto que amarguro
como um rosto sob o couro.

[...]

Inda é o mesmo o amor, eu outro,
não transponho nisso a dor
do vazio de mim ao outro:
sempre em novo a recompor
o ser – o outro é o mesmo, eu outro.

Numa outra situação e momento, refletindo com mais profundidade, ou com a profundidade que o livro e seu autor merecem – lembro que aqui apenas sinalizo impressões de leitura à guisa de início de conversa – ousaria dizer que mesmo os poemas de amor, note-se o “Mesmo Outro”, citado acima, e a visão da mulher amada inserem-se de algum modo nessa poética de outrar-se.

Na recorrente poética do *Outro* apresentam-se imagens do ser – traduz-se um eu lírico homem/poeta – incompleto ou dividido que ganha contornos fortes num interessante jogo que demonstra, no mais das vezes, a necessidade de anulação para tentar completar-se.

Uma boa parte do que se discutiu e apontou para a obra de Santiago Villela poderia ser aproveitada para pensar também a obra de Luciene Carvalho. Por outro lado, de maneira um tanto diferente, ela também gravita poderosamente no campo da construção e desconstrução de um eu-lírico entre o eu e o outrar-se. Em Luciene Carvalho, talvez mais do que em qualquer outro escritor ou escritora local, é possível perceber a existência de um projeto poético e literário muito claro e definido. Poucos e poucas se lançaram à carreira literária com tamanho empenho nos últimos anos. De 2002 a 2009 publica sete livros de poesia. Três deles – *Conta Gotas*, *Sumo da Lascívia* e *Aquelarre ou o Livro de Madalena* – independentes, mas publicados em uma única caixa/edição (2007).

Sempre que leio e releio os textos de Luciene Carvalho, além das sensações que me provocam, percebo que seu trabalho localiza-se, em cerne, no jogo entre sujeito e espetáculo, objeto e espectador num espelho-lago que reflete e penetra. Um Narciso que se olha e se morre simultaneamente. Tudo tão profundamente ela, profundamente todos nós. É silêncio e é grito! Camarim e palco! A alma feminina expõe ao mundo não apenas sua visão processada por ela e sua linguagem, mas ela mesma filtrada entre o lúdico-dolorido de ser-sentir e ser-dizer. De algum modo, esse parece ser esse o ponto central do projeto literário da autora, um eu-lírico múltiplo, ambivalente que se expõe em seus fragmentos completamente diante do leitor. Aparentemente é isso, mas creio ser algo e muito mais. Mais complexo, mais poético, mais literário, mais enganador. No seu conjunto, o livro *Teia* (2001) abre um ciclo que se completa e fecha em 2009, com *Insânia*.

O livro *Teia* traça exatamente esse percurso. Um mergulho, uma rara auto-exposição de um eu-lírico feminino ferido. Nesse livro, a trilha-Teia é essa: rebelar-se, mergulhar, afogar-se, espelhar-se, revolver-se, retornar, ressurgir. Das próprias cinzas, Fênix em poesia. Narrar as dores é sobreviver a elas, emergir delas.

O poema “Feminil”, que abre o livro, e sua primeira parte, “Mortim”, já revela bem o espírito desse percurso. Veja esse fragmento:

Um coração ferido de mulher
 Que risco!
 Quem dera o universo masculino
 Soubesse...
 Fêmea ferida vai fundo.
 Cala.
 Prepara o café.
 Destila o veneno,
 Escolhe o vestido,
 Decanta a vingança,
 Aplica o baton

E o golpe fatal.
(CARVALHO, 2001, p. 25)

Esse eu-lírico perigoso inicialmente vai se desdobrando em outras possibilidades expositivas que se revelam nas cinco partes do livro. Para cada parte, em tese, um pequeno grupo de vozes e estados femininos se manifestam. Assim, na parte 2, “Naufrágio”, a vingativa se intimida e quase se consola com o fim do amor. No poema “Motivo para o dia”, da consciência do fim do amor resta a consciência da continuação da própria vida:

[...]
Restou uma vida para ser levada.
Ainda tenho que fechar o portão,
Guardar as chaves,
Preservar a lucidez.
Preciso separar o vestido para ir,
Para ir à dor de forma apresentável.
[...]
(*ibidem*, p. 39)

Para não me estender muito, antes de falar sobre a última parte do livro *Teia*, saltando as terceira e quarta partes, quero retomar a questão da exposição do eu-lírico na obra da autora.

Um dos primeiros poemas publicados por ela revela-se, para mim, o grande fio condutor desse projeto literário e do ciclo que desabrocha pleno no livro *Insânia*, de 2009. O poema, que se chama “Nós”, foi um dos vencedores do Festival Livre de Arte e Música Popular (FLAMP) de 1993 – promovido pelo Diretório Central dos Estudantes da UFMT – e foi publicado em 1994, em conjunto com os outros dois autores premiados naquele Festival, no livro *Devaneios Poéticos*. Diz o poema:

Vocês não sabem
Nada da minha tristeza e busca

É mais fácil acreditar:
 “Não passa de uma louca
 De uma bruxa”
 A ferro e fogo sigo a correnteza.
 Dorme em mim
 A escrava e a princesa
 No mesmo corpo, pele e substância
 Caminham de mãos dadas
 Desde a infância
 Brincam sob as mesmas
 Saias, tão rodadas.
 Andam em mim a plebe a realeza
 Como um acaso bipolar da natureza

 Sim e Não
 Vida e Nada

 O Horror e Beleza
 Uma quer! A outra espera
 Uma é santa; a outra vira fera
 Uma é chão; a outra é quimera
 Uma planta lágrimas no sonho
 A outra lê pro mundo os versos que componho.
 (CARVALHO, 1994, p. 63, e 2009, p. 27)

Sintomaticamente, esse poema aparece também publicado no livro *Insânia*. Esse livro, em tese, seria um momento especial e único na produção de Luciene Carvalho por se tratar da exposição pública de seu lado patológico. No livro revela-se, enfim, que a autora passou por momentos de internações em hospitais psiquiátricos, os diagnósticos, as sensações das internações e cartas trocadas com a médica responsável. Um belo livro, em textos, que faz a junção de uma retrospectiva poética com poemas inéditos, mais diretamente ligados às internações, e um expressivo ensaio de fotos-imagens da autora feito pelo fotógrafo Rai Reis. A questão que se coloca aqui é que os desdobramentos poéticos que um eu-lírico feminino, esfacelado, divido, “bipolar”, ou até muito mais que isso, é, aparentemente,

o espelho-eu-outro de uma força poderosa e compacta que se esconde na pseudo-multiplicidade de seres. No fundo, é, sim, mais “fácil acreditar que não passa de uma louca, de uma bruxa”. O grande impacto que essa poética de “enganos”, que se assume “louca”, causa é que no mistério do escamotear a lucidez absoluta que rege todo o projeto poético de Luciene Carvalho abrem-se os desvãos de uma sensibilidade poética plena, efusiva, densa, profundamente humana, visceral, contundente e bela naquilo que revela e esconde de um ser tudo, de um ser nada.

A última parte do livro *Teia* chama-se “Poesia Enfim”, e o último poema, “Epifania”, parece-me, depois do quadro que descrevi acima, dispensa comentários:

Formiga que passeia pelo leito
Atônita, sem direção definida.
Chama a minha atenção
O inseto desgarrado e frágil.
Patas-fagulhas céleres avançam
Num sem rumo e noutra.
Teria perdido a rota?
Fugido da caravana?
Por que desperta em mim
Tamanho interesse?
Formiga espelho.
Formiga eu também sou.
Formiga eu também sou.
(CARVALHO, 2001, p. 131)

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO LIVRO MATO-GROSSENSE – AlimeMT0. **Catálogo do livro mato-grossense**. Cuiabá: AlimeMT0, 2005.

CARRACEDO, Maria Teresa (Org.). **Fragmentos da alma mato-grossense**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **A poesia em Mato Grosso**. Cuiabá: Verdepantanal, 2003.

_____. **Panorama da literatura e da cultura em Mato Grosso**. 2 vol. Cuiabá: Verdepantanal, 2004.

CARVALHO, Luciene. **Teia**. Cuiabá: Luciene Carvalho, 2001.

_____. **Caderno de caligrafia**. Cuiabá: Cathedral / Ed. UNICEN, 2003.

_____. **Aquelarre ou o Livro de Madalena**. Cuiabá : Luciene Carvalho, 2007.

_____. **Conta gotas**. Cuiabá : Luciene Carvalho, 2007.

_____. **Sumo da lascívia**. Cuiabá : Luciene Carvalho, 2007.

_____. **Insânia**. Cuiabá : Entrelinhas, 2009.

CARVALHO, Luciene; FRAGA, Romulo. **Porto**. Cuiabá: Luciene Carvalho e Romulo Fraga, 2005.

COCCO, Marta Helena. **Partido**. Cuiabá: Tempo Presente, 1997.

_____. **Meios**. Cuiabá: Marta Helena Cocco, 2001.

_____. **Sete dias**. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2007.

CORTÁZAR, Julio. Para uma poética. In: ALAZRAKI, Jaime (Org.). **Julio Cortazar: obra crítica 2**. Trad. Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 253-270.

DICKE, Ricardo Guilherme. **Cerimônias do esquecimento**. Cuiabá: EdUFMT. 1995.

_____. **O salário dos poetas**. Cuiabá: Ricardo Guilherme Dicke, 1999.

_____. **Rio abaixo dos vaqueiros**. Cuiabá: Ricardo Guilherme Dicke, 1999.

_____. **Deus de Caim**. 2. ed. Cuiabá: Afábrika, Santa Casa da Criação, 2006.

_____. **Toada do esquecido & Sinfonia equestre**. Cuiabá: Cathedral / Carlini&Caniato, 2006.

_____. **Madona dos Páramos**. Cuiabá: Cathedral / Carlini&Caniato, 2008.

FALCÃO, Lorenzo. **Motel Sorriso**. Cuiabá: Lorenzo Falcão, 2002.

FERREIRA, Eduardo. **Eu Nóia**. Cuiabá: Afábrika, Santa Casa da Criação, s.d.

FOCHESATO, Danilo. **Oito**. Cuiabá: Afábrika, Santa Casa da Criação / Danilo Fochesato, 2007.

FREIRE, Benedito Silva. **Águas de visitação**. 3. ed. Cuiabá: ADUFMAT, 1999.

_____. **Águas de visitação**. 4. ed. Cuiabá : Leila Barros Silva Freire, 2002.

_____. **A japa e outros croni-contos cuiabanos**. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2008. (Coleção Aroeira).

LEITE, Mário Cezar Silva (Org.). **Mapas da mina:** estudos de literatura em Mato Grosso. Cuiabá: Cathedral, 2005.

_____. **Nas brenhas do regionalismo em Mato Grosso:** literatura, vanguardas e identidades. São Paulo, 2006. Relatório (Pós-doutorado em Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

_____. Nos labirintos da autografia: poéticas do outro(s). In: MARQUES, Santiago Villela. **Outro.** Sinop: Santiago Villela Marques, 2008.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **História da literatura de Mato Grosso:** Século XX. Cuiabá: Ed. UNICEN, 2001.

MARQUES, Santiago Villela. **Primeiro.** Sinop: Santiago Villela Marques, 2004.

_____. **Outro.** Sinop: Santiago Villela Marques, 2008.

MATTOS, Gabriel de. **A geringonça e outros contos.** São Paulo: Via Lettera, 2002.

_____. **Cuiabá:** duas novelas. Cuiabá: TantaTinta, 2003.

_____. **Doce irresponsabilidade:** um romance da geração da virada. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

_____. **República Transatlântica, ou, o Estado livre de Mato Grosso.** Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

MENDONÇA, Rubens de. **História da literatura mato-grossense.** Cuiabá: [s.ed.], 1970.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Fernando Pessoa:** almoxarifado de mitos. São Paulo: Escrituras, 2005.

MORENO, Juliano. **O açougueiro:** contos. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2006.

MORENO, Juliano; LEITE, Mário Cezar Silva (Org.). **Na margem esquerda do rio:** contos de fim de século. São Paulo: Via Lettera, 2002.

NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o signo de uma flor.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

_____. **Rodapé das miscelâneas** – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro : 7 Letras, 2002.

_____. **Presença de mulher:** ensaios. Rio de Janeiro: Lidador, 2004.

_____. **Machado de Assis em Mato Grosso:** textos críticos da primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lidador, 2006.

NÉTTO, Romulo. **As jagunças.** Cuiabá: Carlini&Caniato, 2009.

_____. **Contos dos Gerais.** Cuiabá: Carlini&Caniato, 2009.

_____. **Felisberto das Âncoras.** Cuiabá: Carlini&Caniato, 2009.

PERRONE MOISÉS, Leyla. **Fernando Pessoa, aquém do eu, além do outro.** 3.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

PERSONA, Lucinda Nogueira. **Por imenso gosto.** São Paulo: Massao Ohno, 1995.

_____. **Ele era de outro mundo.** Cuiabá: Tempo Presente, 1997.

_____. **Ser cotidiano.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 1998.

_____. **A cidade sem sol.** Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000.

_____. **Sopa escaldante.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

_____. **Leito de acaso.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____. **Tempo comum.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

PIMENTEL, Paulo Sesar. **Café com formigas.** Sinop: Paulo Sesar Pimentel, 2005.

PÓVOAS, Lenine C. **História da cultura matogrossense.** Cuiabá: [s.ed.], 1982.

RANDAZZO, Vera. **Pagmejera, Pagmejera!** Bauru: Gráfica e Editora Bandeirantes, s.d.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **A mala de fugir e outros contos.** Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **Fronteiras do local:** roteiro para uma leitura crítica do regionalismo sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. 136p. Primeira parte: Regionalismo: a reverificação de um conceito, p. 23-46.

SCAFF, Ivens Cuiabano. **Uma maneira simples de voar.** Cuiabá: Tempo Presente, 1997.

_____. **A fábula do quase frito.** Cuiabá: Tempo Presente, 1997.

_____. **O menino órfão e o menino rei.** Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

Linguística e Transculturalidade

SEGUNDA PARTE:

Linguística e Transculturalidade

(...) pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada em minha expressão. (BAKHTIN, **Estética da criação verbal**, p. 294)



Linguística e Transculturalidade

ESTUDOS FONOLÓGICOS DA LÍNGUA GUATÓ (MACRO-JÊ)

Adriana Viana Postigo (PG-UFMS)

Rogério Vicente Ferreira (UFMS)

Introdução

A realização desta pesquisa enquadra-se nas preocupações atuais em relação às línguas indígenas ameaçadas de extinção ou em situação precária de estudos. Essas preocupações intensificaram-se após a publicação do artigo de Krauss (1992, p.7-10)¹ que estimou que 90% das línguas do mundo estariam em perigo de extinguir-se no século XXI.

No Brasil, de acordo com Moore *et al* (2008, p.1-2), a tarefa de documentar e preservar as línguas indígenas brasileiras é imensa, sendo útil a realização de um censo sobre quantas línguas ainda são faladas no território brasileiro. Segundo os autores:

1 “I consider it a plausible calculation that – at the rate things are going – the coming century will see either the death or the doom of 90% of mankind’s languages [...] Obviously we must do some serious rethinking of our priorities, lest linguistics go down in history as the only science that presided obliviously over the disappearance of 90% of the very field to which it is dedicated” (KRAUSS, 1992, p.7-10).

Embora 180 venha sendo repetido com frequência como sendo o total de línguas indígenas brasileiras, pelo critério de inteligibilidade mútua, a soma dificilmente ultrapassa 150 [...] Das cerca de 150 línguas indígenas, pelo menos 21% (marcadas com ponto de exclamação na tabela) estão seriamente ameaçadas de desaparecer em curto prazo, devido ao número reduzido de falantes e à baixa taxa de transmissão para as novas gerações.

De acordo com os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Mato Grosso do Sul é o segundo maior Estado com população indígena do país, com uma estimativa de 32.519 indígenas², com 10 etnias: Atikum, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandéva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié, Terena e Xiquitano. No entanto, há ainda uma grande carência de estudos linguísticos nessa área, principalmente, com as línguas Ofaié, Kinikinawa e Guató.

Para este trabalho, nos preocupamos com a situação da língua guató, partindo da descrição realizada por Palácio (1984), buscamos realizar em nossa pesquisa uma atualização de dados, com o objetivo de descrever a fonologia da língua, a fim de contribuir para a documentação e a promoção de seu uso, como também aumentar o conhecimento científico das línguas indígenas brasileiras, em especial as faladas em Mato Grosso do Sul. Esperamos que nosso trabalho possa contribuir para o conhecimento e documentação da língua guató e para o processo ensino/aprendizagem da Escola Estadual Indígena Toghopanã.

I. Povo e língua Guató

Considerados extintos na década de 1970 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os guató, após muitas reivindicações, conseguiram o reco-

2 Disponível em http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm, acesso em: 09 de dezembro de 2008.

nhecimento de sua identidade e, também, a demarcação da área indígena em 1998³.

Desde então, o povo guató vive na Aldeia Uberaba, situada na Ilha Ínsua, banhada pelas lagoas Uberaba, Gaíva (ou Gaíba) e rio Paraguai, no alto Pantanal sul-mato-grossense⁴. A Ilha (conhecida também por Bela Vista do Norte) está localizada a aproximadamente 340 km do município de Corumbá-MS, na região de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e a Bolívia.

De acordo com o cacique guató Severo, a população que vive na aldeia Uberada está estimada em 370 indígenas, que compõem as 37 famílias registradas. Embora saibamos da existência de duas famílias guató vivendo na cidade, não há uma estimativa de quantos indígenas residam em Corumbá e na região.

II. Descrição dos segmentos

2.1. Consoantes

Em Guató, há 25 fones, que compõem o seguinte inventário fonético, apresentado no quadro 1.

3 Os trabalhos de demarcação da área foram determinados pela Portaria n.124/FUNAI, em 18 de fevereiro de 1998.

4 Embora 'pantanal' seja uma palavra comumente encontrada nos dicionários como sinônimo de grande pântano, brejo ou chaco, o termo aqui utilizado refere-se à "porção brasileira de uma das maiores planícies de inundação do globo", com área de 500.000 km², composto por sub-regiões ou pantanais: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paiaguás, Nhecolândia, Paraguai, Aquidauana, Miranda, Abobral e Nabileque (OLIVEIRA, 1995, p. 21).

Quadro 1 - Inventário de fonemas em língua Guató.

Oclusivas	p	p ^h	t	t ^h	tʃ	k	k ^{wl}	k ^h	ʔ
	b		d		dʒ	g	g ^w		
Fricativas	f				ʃ				h
	v				ʒ				
Nasais	m		n		ɲ	ŋ			
Aproximantes			r		j				

1) A consoante oclusiva bilabial surda [p] varia com a oclusiva bilabial surda aspirada [p^h] diante de vogal anterior alta [i]. Em nossos dados, ambas não ocorrem diante da vogal posterior alta [u]:

[p]

/pèrà/	[pèrà]	‘garganta’
/nìpé/	[nìpé]	‘preto’
/tʃípòkú/	[tʃípòkú]	‘garrata’
/àpórù/	[àpórù]	‘meu braço’
/ípínà/	[ípínà]	‘rede’
/ìpábà/	[ìpábà]	‘joão-de-barro’

[p] ~ [p^h]

/pí/	[pí] ~ [p ^h í]	‘traíra (peixe)’
/ópìnà/	[ópìnà] ~ [óp ^h ìnà]	‘lua’

2) A consoante oclusiva alveolar surda [t] ocorre com todas as vogais e varia livremente com a oclusiva alveolar surda aspirada [t^h].

[t] ~ [tʰ]

/èí/	[èí] ~ [ètʰí]	‘criança’
/tè/	[tè] ~ [tʰè]	‘unha’
/àtérù/	[àtérù] ~ [àtʰérù]	‘meu cunhado (a)’
/túnù/	[túnù] ~ [tʰúnù]	‘umbigo’
/òtókígògá/	[òtókí gògá] ~ [òtʰókí gògá]	‘me dá água’
/tórà/	[tórà] ~ [tʰórà]	‘filho(a)’
/tĩ/	[tĩ] ~ [tʰĩ]	‘flor’
/étà/	[étà] ~ [étʰà]	‘chifre dele(a)’

3) A africada pós-alveolar surda [tʃ] ocorre com todas as vogais e varia com a fricativa pós-alveolar surda [ʃ] diante de vogal central baixa [a]:

[tʃ]

/ibótʃi/	[ibótʃi]	‘carauaçu’
/tʃénè/	[tʃénè]	‘um’
/màtʃéwáj/	[màtʃéwáj]	‘facão’
/tʃúmù/	[tʃúmù]	‘três’
/átʃó/	[átʃó]	‘dia’
/ràtʃó/	[ràtʃó]	‘amarelo’
/tʃípòkú/	[tʃípòkú]	‘garrafa’

[tʃ] ~ [ʃ]

/mòtʃá/	[mòtʃá] ~ [mòʃá]	‘prato’
/ítʃágà/	[ítʃágà] ~ [íʃágà]	‘nariz dele(a)’

4) A consoante oclusiva velar surda [k] varia livremente com a oclusiva velar surda aspirada [k^h] e ambas não ocorrem com as vogais anteriores média-baixa [ɛ] e posterior média-baixa [ɔ]:

[k] ~ [k^h]

/tʃóǵáki/	[tʃóǵáki] ~ [tʃóǵák ^h i]	‘fome’
/tʃéǵkè/	[tʃéǵkè] ~ [tʃéǵk ^h è]	‘cordão (cinto)’
/iókù/	[iókù] ~ [iók ^h ù]	‘osso dele(a)’
/mìkó/	[mìkó] ~ [mìk ^h ó]	‘jacaré’
/ìkí/	[ìkí] ~ [ìk ^h í]	‘esteira/cama’
/màká/	[màká] ~ [màk ^h á]	‘mosquito’

5) A oclusiva velar surda labializada [k^w] ocorre apenas com as vogais [ɛ], [ɔ], [i] e [a], com as demais vogais ([i], [o], [u], [ɛ]) este segmento não ocorre.

[k ^w]	/mók ^w é/	[mók ^w é]	‘bugio’
	/nàk ^w ɔ/	[nàk ^w ɔ]	‘branco’
	/òdòk ^w írì/	[òdòk ^w írì]	‘minha cabeça’
	/àk ^w árù/	[àk ^w árù]	‘meu dente’

6) A consoante oclusiva bilabial sonora [b] ocorre com todas as vogais e não apresenta variações.

[b]	/mòbǐáfò/	[mòbǐáfò]	‘terra vermelha’
	/òhébé/	[òhébé]	‘saudação inicial’
	/ìbéràtʃábɔ/	[ìbéràtʃábɔ]	‘chinelos/sapato’
	/mìbúkù/	[mìbúkù]	‘lagarto vermelho’
	/bó/	[bó]	‘queixo’

/àbórù/	[àbórù]	‘meu pé’
/bí/	[bí]	‘estrela’
/bàpá/	[bàpá]	‘pai’

7) A consoante oclusiva alveolar sonora [d] ocorre com todas as vogais, exceto com a posterior média-baixa [ɔ] e central média alta [ĩ].

[d]

/díté/	[díté]	‘tio’
/ídé/	[ídé]	‘tronco de árvore(madeira)’
/mòdídé/	[mòdídé]	‘filho, pequeno’
/òdúrù/	[òdúrù]	‘sobrinha(o)’
/dónihì/	[dónihì]	‘irmã(o)’
/dàmógèrè/	[dàmógèrè]	‘muito’

8) A africada pós-alveolar sonora [dʒ] ocorre com as vogais [i], [e], [ɛ] [u], [ĩ] e [a]. Este fone é inserido pelo processo fonológico de epêntese (ver seção 4.2) na fronteira de sintagmas nominais, entre vogais, e varia com [ʒ] diante de vogal anterior alta [i]. Não encontramos, em nossos dados, ocorrência deste fone com as vogais posterior média-baixa [ɔ] e posterior média-alta [o].

[dʒ]

/màg ^w édʒì/	[màg ^w édʒì]	‘bocaiúva’
/gòdʒéru/	[gòdʒéru]	‘milho’
/mótòdʒépàgò/	[mótòdʒépàgò]	‘cavalo’
/dʒú/	[dʒú]	‘zagaia’

/màdʒí/	[màdʒí]	‘zagaia’
/mùháɗʒá/	[mùháɗʒá]	‘mulher’

[dʒ] ~ [ʒ]

/àɗʒiárù/	[àɗʒiárù] ~ [àʒiárù]	‘minha boca’
/gòɗʒídʒáíé/	[gòɗʒídʒáíé] ~ [gòʒídʒáíé]	‘pássaro’

9) A consoante oclusiva velar sonora [g] ocorre com todas as vogais, exceto com a vogal posterior média-baixa [ɔ] e não apresenta variações.

[g]

/gìpé/	[gìpé]	‘preto’
/dàmógèrè/	[dàmógèrè]	‘muito’
/gépàgò ògíkíró/	[gépàgò ògíkíró]	‘onça brava’
/ògútà/	[ògútà]	‘quadris’
/gòtá/	[gòtá]	‘fogo’
/ópágìrì/	[ópágìrì]	‘mão esquerda’
/àtʃiégarù/	[àtʃiégarù]	‘meu nariz’

10) A oclusiva velar sonora labializada [g^w] não apresenta variações. Em nossos dados, esse fone não ocorre com as vogais anterior média-baixa [ɛ], posterior alta [u] e posterior média-baixa [ɔ].

[g^w]

/màg ^w íváí/	[màg ^w íváí]	‘colher’
/àg ^w étó/	[àg ^w étó]	‘tucum branco’
/ódòg ^w ófá/	[ódòg ^w ófá]	‘mamilo’

/ɪbàḡ ^w ĩ/	[ɪbàḡ ^w ĩ]	‘travesseiro dele(a)’
/màḡ ^w àtʃó/	[màḡ ^w àtʃó]	‘concha’

11) A consoante fricativa bilabial surda [f] não apresenta variações e não ocorre diante das vogais posterior alta [u] e posterior média-baixa [ɔ].

[f]

/áf`i/	[áf`i]	‘noite’
/òfè/	[òfè]	‘vento’
/màfétá/	[màfétá]	‘calça’
/màfó/	[màfó]	‘terra’
/íí ^h ní/	[íí ^h ní]	‘pessoa ruim’
/mòfá/	[mòfá]	‘peito/seio’

12) A consoante fricativa glotal surda [h] não apresenta variações e ocorre com todas as vogais, exceto com a anterior média-baixa [ɛ].

[h]

/tʃé ^h í/	[tʃé ^h í]	‘axila’
/tó ^h èrâ/	[tó ^h èrâ]	‘cinco’
/màtá ^h ù/	[màtá ^h ù]	‘lagarto’
/mìtò ^h ó/	[mìtò ^h ó]	‘sapo’
/áh ^h ò/	[áh ^h ò]	‘caçar’
/mà ^h ĩ/	[mà ^h ĩ]	‘tuiuiu’
/mà ^h á/	[mà ^h á]	‘caramujo’

13) A consoante fricativa bilabial sonora [v] não apresenta variações e não ocorre com a vogal posterior alta [u] e posterior média-baixa [ɔ].

[v]

/kávũ̀ĩbɔ́/	[kávũ̀ĩbɔ́]	‘quinze’
/ãvéřù/	[ãvéřù]	‘minha orelha’
/màvèhú/	[màvèhú]	‘coberta’
/ĩvó/	[ĩvó]	‘curimba (peixe)’
/mèvĩ/	[mèvĩ]	‘mulher’
/íkíváj/	[íkíváj]	‘caldeirão’

14) A consoante nasal bilabial [m] não apresenta variações e não ocorre diante das vogais posterior média-baixa [ɔ] e central alta [ĩ].

[m]

/míu/	[míu]	‘lontra’
/mègãú/	[mègãú]	‘peixe’
/mèmé/	[mèmé]	‘mãe’
/tʃúmù/	[tʃúmù]	‘três’
/mòtʃádá/	[mòtʃádá]	‘gamela’

15) A consoante nasal alveolar [n] não apresenta variações e não ocorre diante das vogais posterior média-alta [o], posterior média-baixa [ɔ] e central alta [ĩ].

[n]

/nípé/	[nípé]	‘preto’
/núně/	[núně]	‘dois’

/bînégì/	[bînégì]	‘novo’
/kîñũ ãrã/	[kîñũ ãrã]	‘dez’
/nàrátʃò/	[nàrátʃò]	‘amarelo’

16) O tepe alveolar [r] ocorre com todas as vogais e não apresenta variações.

[r]

/iúkúrî/	[iúkúrî]	‘sobrancelha’
/úrékî/	[úrékî]	‘lagoa’
/rè/	[rè]	‘olho’
/dórù/	[dórù]	‘cebola’
/pàʃírókà/	[pàʃírókà]	‘feijão’
/írópá/	[írópá]	‘qualquer cotovelo’
/rî/	[rî]	‘carne’
/tóhèrà/	[tóhèrà]	‘cinco’

17) A oclusiva glotal [ʔ] ocorre apenas em fim de palavra, seguida de silêncio, contígua a vogais; nos demais contextos não ocorre. Assim, não temos evidência para afirmar o *status* fonológico desse segmento.

[ʔ]

/írè/	[írèʔ]	‘seu olho’
/àrèrù/	[àrèrùʔ]	‘meu olho’
/mókú/	[mókúʔ]	‘osso’

18) A consoante nasal velar [ŋ]⁵ ocorre somente em final de palavra, em sílabas com consoante velar, seguida de silêncio; nos demais contextos não ocorre. Assim, não temos evidência para atestar seu *status* fonológico.

[ŋ]

/mók ^w é/	[mók ^w éŋ]	‘bugio’
/màg ^h /	[màg ^h ŋ]	‘água’
/òg ^w é/	[òg ^w éŋ]	‘sopro’

19) A consoante nasal palatal [ɲ] ocorre apenas entre vogal nasal e a aproximante palatal [j] na junção de morfemas (ver seção 4.3). Assim, não temos evidência para afirmar um *status* fonológico para este segmento.

[ɲ]

/g ^h -jó/	[g ^h ɲú]	‘eu mato’(matar+1psg)
----------------------	---------------------	-----------------------

20) A aproximante palatal [j] ocorre com as vogais [e], [ɛ], [o] e [a]. Este fone é inserido por processo fonológico de epêntese (ver seção 4.2) na fronteira de sintagmas verbais, entre as vogais [ɛ] e [o]. Nesses casos, então, a aproximante forma *onset* de sílaba CV na ressilabificação (ver seção 3.2.2). Em nossos dados não encontramos ocorrências com as vogais altas [i], [i̥], [u]⁶ e posterior média-baixa [ɔ].

5 Este segmento, provavelmente, é um resquício de consoante nasal que era realizada em posição de coda. Com o enfraquecimento da posição de coda, a consoante nasal sofreu apagamento, mas a nasalidade permaneceu na vogal antecedente.

6 Da mesma forma, na análise realizada por Palácio (1984, p.35) a aproximante palatal “[...] /y/ constituiu sílaba com todas as vogais, exceto com as vogais anteriores e centrais, orais e nasais que têm o traço [+alto] [...]”.

[j]

/màjé/	[màjé]	‘mosca’
/àjé/	[àjé]	‘ave’
/jò/	[jò]	‘eu’
/pòjà/	[pòjà]	‘abrir’
/nèókì/	[nèjókì]	‘ele bebe’
/égòétàbònù/	[égòjétàbònù]	‘eu não vou’

Após a análise dos fones, identificamos, como Palácio (1986, p.26), 17 fonemas consonantais, que formam o inventário fonológico da língua guató:

Obstruintes	[-cont]	[-voz]	p	t	tʃ	k	k ^w	
		[+voz]	b	d	dʒ	g	g ^w	
	[+cont]	[-voz]	f					h
		[+voz]	v					
Soantes	nasais		m	n				
	não-nasais			ɾ	j			

No inventário fonológico, as obstruintes opõem-se pelos traços de continuidade [cont] e vozeamento [voz], enquanto as soantes apenas pela nasalidade, pois todas são vozeadas. Assim, podemos a partir desse momento, representar os fonemas e as classes naturais das consoantes da língua guató.

2.2. Vogais

Nesta seção, apresentamos os fones vocálicos, os contrastes, o inventário fonológico e as classes naturais.

Em Guató, encontramos 13 fones vocálicos orais e 5 nasais, que compõem os seguintes inventários fonéticos:

alta		i	ɪ	ĩ	u	ʊ	ui
média	fechada	e		ə	o		
	aberta	ɛ		ɐ	ɔ		
baixa		a					

1) A vogal anterior alta [i] varia apenas com [ɪ] em sílabas com tom baixo e ocorre com todas as consoantes, exceto com a velar sonora labializada [g^w].

[i]

/mítè/	[mítè]	‘abóbora moranga’
/mídʒì/	[mídʒì]	‘acuri’
/tʃéhí/	[tʃéhí]	‘axila’

[i] ~ [ɪ]

/ídé/	[ídé] ~ [ɪdé]	‘tronco de árvore’
/mávì/	[mávì] ~ [màvì]	‘orelha’
/mìkí/	[mìkí] ~ [mìkí]	‘esteira’

2) A vogal anterior média-fechada [e] não possui variações e não ocorre com as consoantes [p^h], [ʃ], [ʒ].

[e]

/mídʒè/	[mídʒè]	‘acuri’
/màvè/	[màvè]	‘cachorro’
/màjè/	[màjè]	‘mosca’

3) A vogal anterior média-baixa [ɛ] não apresenta variações e não ocorre com as consoantes [p^h], [k], [k^w], [k^h], [dʒ], [g^w], [ʃ], [h] e [ʒ].

[ɛ]

/nípé/	[nípé]	‘preto’
/kájé/	[kájé]	‘chamar’
/màvè/	[màvè]	‘chuva’

4) A vogal posterior alta [u] varia livremente com [ɯ] e em sílaba com tom baixo ocorre como [ʊ]. Ambas as vogais não ocorrem com as consoantes [p^h], [k^w], [g^w], [f], [ʃ], [v] e [ʒ].

[u] ~ [ɯ]

/màdʒú/	[màdʒú] ~ [màdʒɯ]	‘zagaia’
/àkúdzì/	[àkúdzì] ~ [àkúdzɨ]	‘folha de acuri’
/mìbúkù/	[mìbúkù] ~ [mìbúɯkù]	‘lagarto’

[ʊ]

/àk ^w árù/	[àk ^w árù]	‘meu dente’
/mépàgù/	[mépàgù]	‘bicho, onça’
/mókù/	[mókù]	‘jatobá’

5) A vogal posterior média-alta [o] não apresenta variações e não ocorre com as consoantes [p^h], [k^w], [dʒ], [ʃ], [ʒ] e [n].

[o]

/mótì/	[mótì]	‘piranha’
/gòtʃé/	[gòtʃé]	‘flecha’
/mák ^w ò/	[mák ^w ò]	‘macaco’

6) A vogal posterior média-alta [ɔ] não apresenta variações e não ocorre com as consoantes [p^h], [k], [k^h], [d], [dʒ], [g], [g^w], [f], [ʃ], [v], [ʒ], [m] e [n].

[ɔ]

/nákwó/	[nákwó]	‘branco’
/ìpó/	[ìpó]	‘braço dele(a)’
/ìbó/	[ìbó]	‘pé dele(a)’

7) A vogal central alta [ɨ] varia livremente com [ə] em sílabas com tom alto e ocorre como [u] em sílabas com tom baixo. Ambas as vogais não ocorrem com as consoantes [p^h], [d], [ʃ], [ʒ], [m] e [n].

[ɨ] ~ [ə]

/màí/	[màí] ~ [màə]	‘anta’
/ìkí/	[ìkí] ~ [ìkə]	‘cabelo dele(a)’
/múgútí/	[múgútí] ~ [múgútə]	‘lobo guará’

[u]

/mákì/	[mákì] ~ [máku]	‘carcará’
/fébì/	[fébì] ~ [fèbu]	‘nádegas’
/pág ^w á gírì/	[pág ^w á gírì] ~ [pág ^w á góru]	‘mel’

8) A vogal central baixa [a] varia apenas com o fone [ɐ] em sílaba com tom baixo. Ambas as vogais não ocorrem com as consoantes [p^h], [ʃ] e [ʒ].

[a]

/nákwó/	[nákwó]	‘branco’
/mòpá/	[mòpá]	‘nó cego’
/màt[á]kó/	[màt[á]ko]	‘onça parda’

[a] ~ [ɐ]

/màvì/	[màvì] ~ [mèvì]	‘orelha’
/màkâ/	[màkâ] ~ [mèkâ]	‘mosquito’
/tágâ/	[tágâ] ~ [tágɐ]	‘nariz’

A partir das ocorrências apresentadas, verificamos, portanto, que os fones [ɪ], [u], [ʊ], [ə] e [ɐ] são apenas variações fonéticas e não constituem fonemas na língua guató. Verificamos, também, que a variação está relacionada com o tom baixo, podendo ser uma tendência da língua guató. Assim, os fonemas a seguir possuem as seguintes ocorrências em sílabas com tom baixo:

- /i/ ocorre como [ɪ];
- /u/ ocorre como [ʊ];
- /i/ ocorre como [u],
- /a/ ocorre como [ɐ].

A seguir, apresentamos o inventário fonológico das vogais:

	alta	i	ɪ	u
média	fechada	e		o
	aberta	ɛ		ɔ
	baixa		a	

2.3. Tons

Ao analisar os nossos dados, verificamos que foneticamente ocorrem os tons alto [´], médio [¯], baixo [˘], ascendente [ˆ] e descendente [˜]. O tom médio ocorre sempre contíguo a um tom alto, como variante

do tom baixo em contexto com duas ou mais sílabas e os tons ascendente e descendente ocorrem apenas nos encontros vocálicos⁷. Por exemplo:

/i.pó/	[ĩpó] ~ [ĩpó]	‘ b a r r i g a
dele(a)’		
/à.kí.rù/	[àkírù] ~ [àkírù] ~ [àkírū] ~ [àkírū]	‘meu cabelo’
/i.ró.gà/	[ĩrógà] ~ [ĩrógà] ~ [ĩrógā] ~ [ĩrógā]	‘ j o e l h o
dele(a)’		
/vâi/	[vâi]	‘metal’
/já/	[arɛ̃jãđĩnù]	‘meu primo’

No que se refere à distinção de significados, apenas os tons alto e baixo apresentam pares opostos, sendo, portanto, considerados fonológicos. Enquanto os tons médio [̄], ascendente [ˊ] e descendente [ˋ] não são fonológicos, ou seja, são apenas realizações fonéticas.

Na análise e sistematização dos dados, adotamos os pressupostos teóricos da fonologia autosegmental. Assim, os segmentos prosódicos são representados por H (*High* = alto) e L (*Low* = baixo) e atuam na distinção de significado entre as palavras no nível lexical. As distribuições foram realizadas a partir de palavras mono e dissilábicas com os tipos silábicos HH, HL, LH e LL.

Ao analisar os dados do Guató, encontramos seis tipos de oposições tonais:

7 A realização de tons ascendentes e descendentes corrobora para que o peso silábico seja representado na rima silábica, no mesmo núcleo.

1) HH vs HL

/óťí/	‘língua, idioma’	vs	/óťì/	‘piranha’
/héká/	‘patrão’	vs	/hèkà/	‘pressa’

2) HH vs LH

/íkí/	‘panela’	vs	/ìkí/	‘esteira’
/mádá/	‘jararacuçu’	vs	/màdá/	‘árvore’

3) HH vs LL

/mábó/	‘jurití’	vs	/màbò/	‘pé’
/mátá/	‘chifre’	vs	/màtà/	‘fogo’

4) HL vs LH

/mák ^w ò/	‘macaco’	vs	/màk ^w ó/	‘machado’
/mákì/	‘carcará’	vs	/màkì/	‘cabelo, pena’

5) HL vs LL

/gógì/	‘água’	vs	/gògì/	‘banha’
/mákì/	‘carcará?’	vs	/màkì/	‘capivara’

6) LH vs LL

/màbó/	‘fumo’	vs	/màbò/	‘pé’
/màgí/	‘planta’	vs	/màgì/	‘banha’

Embora apresentamos tons pontuais em nossos dados, uma língua tonal possui processos fonológicos que abaixam um tom alto ou elevam um tom baixo, formando uma sequência prosódica harmoniosa. Yip (2002) afirma que, em alguns casos, a fonologia determina fatores como extralinguísticos, no entanto, em outros, a representação fonológica pode também afetar a mudança do *pitch*. Assim, em várias línguas o *pitch* é abaixado depois de um tom alto ou, então, o tom alto subsequente é abai-

xado no *pitch* que processa o tom alto em baixo. Esse tipo de processo é conhecido por *downdrift* ou *downstep* e, embora seja muito comum, não é considerado um universal linguístico.

Em guató, esse processo é muito produtivo e ocorre em muitos de nossos dados, como no sexemplo a seguir:

1) Em /àhékárù/ ‘meu chefe’, as sílabas mediais [hé] e [ká] sofrem abaixamento em *pitch*, processando o tom alto em médio. No entanto, essas alterações são apenas fonéticas e não comprometem o significado da sentença, assim temos:

- - - - -

- - - - -

- - - - -

[à.hé.ká.rù] ~ [à.hé.kā.rù] ~ [à.hē.ká.rù] ‘meu chefe’

2) Em /mòt[á]d3á/ ‘cobra’, a sílaba [mò] sofre um aumento em *pitch*, processando o tom baixo em médio e a sílaba [d3á] sofre redução do *pitch*, processando o tom alto em médio. Essas alterações, no entanto, não alteram o significado da palavra:

- - - - -

- - - - -

- - - - -

[mò.t[á].d3á] ~ [mō.t[á].d3á] ~ [mō.t[á].d3á] ‘cobra’

De acordo com Pike (1948), uma língua tonal é definida pela presença ou ausência de um tom relativo (ou mais) por sílaba. O tom pode ser de nível (registro ou pontual: alto, médio, baixo) ou de *glide* (conhecido por melódico, contorno ou tom de curva: ascendente, descendente) e o sistema tonal da língua pode ser classificado em:

- 1) Sistema de contorno, em que *glides* contrastam e constituem unidades tonêmicas;
- 2) Sistema de registro, em que tons de nível contrastam e constituem unidades tonêmicas;
- 3) Sistema misto: de registro e de contorno,
- 4) Sistema de registro, com ocorrência de glides como variantes de tons de registro

Ao analisar os dados da língua guató, de acordo com Pike (1948), verificamos que a língua guató pode ser classificada como uma língua tonal com sistema de registro (item 4), com ocorrência de glides como variantes de tons de registro, conforme a descrição apresentada.

Sobre a realização do acento, apresentamos, a seguir, algumas considerações, interpretando sua realização como previsível, sendo, portanto, fonético. Para a análise do acento, faz-se necessário, ainda, uma análise mais aprofundada sobre a questão. Por enquanto, limitamo-nos a descrição das ocorrências observadas:

- 1) Quando as palavras possuem os tons alto e baixo, o acento coincide com o tom alto:

/idʒì/	[íidʒì]	‘acuri’
/àtʃó/	[àtʃó]	‘anhuma’

- 2) Quando as palavras possuem mais de um tom alto, o acento ocorre na última sílaba:

/béhé/	[béhé]	‘açúcar’
/éví/	[éví]	‘bem-te-vi’

- 3) Quando palavras não possuem tom alto, o acento ocorre na primeira sílaba:

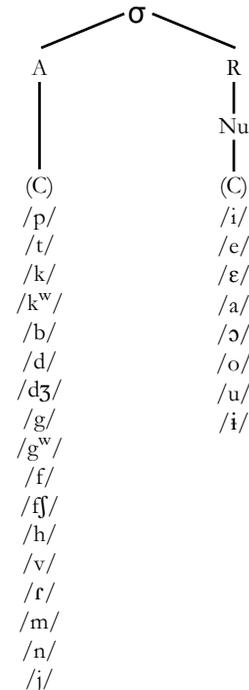
/tògà/	[tògà]	‘arara amarela’
/kàrì/	[kàrì]	‘cílios’

Na seção seguinte, apresentamos algumas considerações sobre as características articatórias e acústicas das línguas tonais.

2.4. A sílaba em Guató

Em nossos dados, cada sílaba fonológica possui um núcleo constituído por um segmento vocálico (V) obrigatoriamente e a posição de ataque é opcional, sendo preenchida por uma consonante (C). Este, portanto, é um padrão universal CV, proposto na classificação de Clements; Keyser (1983). Não há preenchimento da posição de coda, sendo representado por vazio (\emptyset) ou não representado. Assim, há dois tipos de sílabas fonológicas em Guató: CV e V, que podem ser representados na regra geral (C)V.

As sílabas fonológicas podem ser representadas em um molde silábico, com a distribuição dos segmentos vocálicos e consonantais. Em Guató, temos o seguinte molde:



Em Guató, sílabas do tipo V podem constituir palavra isolada, no entanto é rara. O tipo silábico CV é mais produtivo e constitui a maior parte das palavras em Guató, exceto com os segmentos /r/ e /g^w/, que ocorrem apenas nas posições medial e final de palavra, não sendo encontrados na posição inicial. A seguir, apresentamos alguns exemplos de distribuição das sílabas V e CV em palavras simples:

V

/ĩ/	[ĩ]	‘anta’
-----	-----	--------

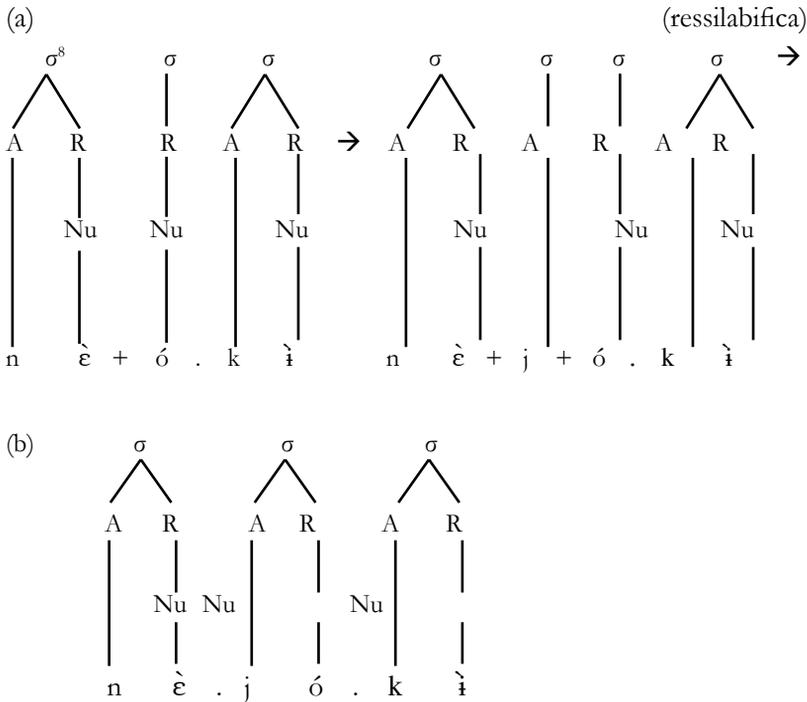
CV

/dá/	[dá]	‘árvore’
/tʃê/	[tʃê]	‘asa’
/k ^w á/	[k ^w á]	‘dente’

2.4.1. Ressilabificação

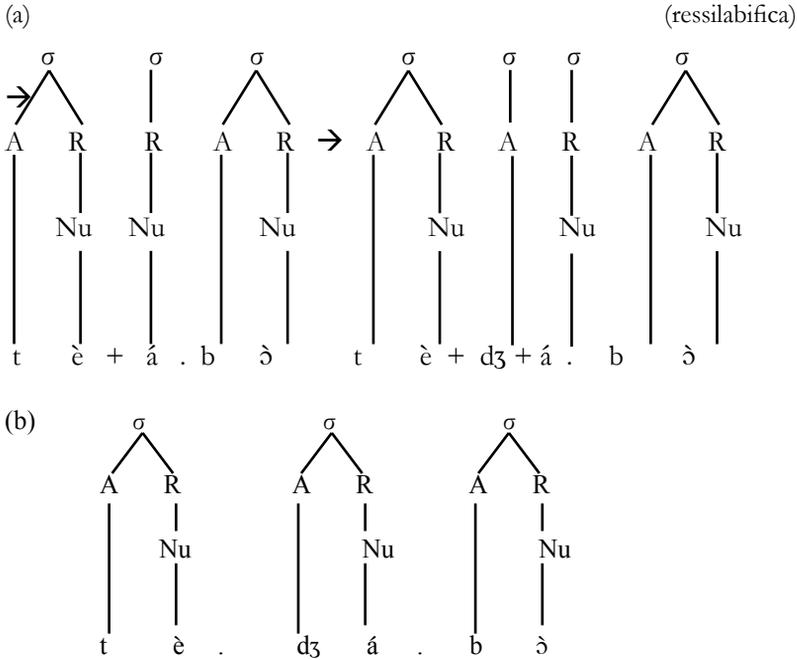
Em nossos dados, verificamos que após os processos morfofonológicos ocorre a ressilabificação, que privilegia o tipo silábico CV.

No primeiro exemplo, temos os morfemas *nĕ-* ‘3sg’ e *ókĭ* ‘lavar’ formando a palavra [nĕjókĭ] ‘ele lava’. Podemos observar que nesta formação insere-se o segmento [j], formando uma sílaba CV com a consoante epentética [j] e a primeira vogal do morfema seguinte. Tal processo passa pela seguinte ressilabificação:



No segundo exemplo temos os morfemas *tè-* ‘unha’ e *ábò* ‘pé’ formando a palavra [tèdzábò] ‘unha do pé’. Neste caso, temos a inserção do segmento [dʒ] para formar uma sílaba do tipo CV, novamente com a consoante epentética e a vogal do morfema seguinte. Tal processo passa pela seguinte ressilabificação:

8 Nas representações, “σ”, “A”, “R” e “Nu” correspondem, respectivamente, a “sílabas”, “ataque ou *onset*”, “rima” e “núcleo”.



De acordo com os exemplos apresentados, vimos, portanto, que a língua guató tende a evitar seqüências do tipo CV.V, ou seja, a rima em Guató não permite dois elementos no núcleo e dissocia um dos segmentos (idênticos ou não) pelo processo de elisão ou, então, insere [j] ou [dʒ] para reestruturar as sílabas, de modo que se tenha seqüências silábicas de tipo CV. Assim, podemos postular que nesta língua há uma tendência para manter o padrão silábico CV, salvo em raras exceções.

III. Processos fonológicos e morfofonológicos

3.1 Elisão

Em Guató, o processo de elisão, ou apagamento, é muito produtivo e ocorre com os núcleos silábicos dos morfemas *mà-* e *gò-* e, também,

com a aproximante [j] diante de vogal anterior alta [i] pelo Princípio do Contorno Obrigatório (PCO).

O morfema *mà-* não possui uma tradução, ele é utilizado para indicar que o radical encontra-se isolado da sentença (ou descontextualizado), sendo classificado como um determinante ('det'), de acordo com Palácio (1984).

Quando este morfema *mà-* é inserido diante de radicais iniciados por consoantes, permanece como [mà-]. Por exemplo:

mà-gǽ	(det-água)	[màgǽ]	'água'
mà-tʃámù	(det-arroz)	[màtʃámù]	'arroz'
mà-tʃé	(det-flecha)	[màtʃé]	'flecha'
mà-ʃágà	(det-arara vermelha)	[màʃágà]	'arara vermelha'

Porém, quando este morfema é inserido diante de radicais iniciados por vogal, realiza-se como [m-] com perda da vogal [à] de tom baixo. Por exemplo:

mà-ítè	(det-abóbora)	[mítè]	'abóbora'
mà-évè	(det-aririnha)	[mévè]	'aririnha'
mà-óvì	(det-casa)	[móví]	'casa'
mà-ivó	(det-curimba)	[mívó]	'curimba (peixe)'

A única exceção encontrada em nossos dados foi com a palavra que designa 'anta'. Nesse item, o morfema *mà-*, mesmo diante da vogal [i], não sofre elisão e ocorre como [mà-]. Por exemplo:

mà-í	(det-anta)	[máí]	'anta'
------	------------	-------	--------

O morfema *gò-*, por sua vez, também não possui uma tradução e é classificado como um determinante (PALÁCIO, 1984). Este morfema se afixa quando o radical pertence a um sintagma (contexto). Por exemplo:

nò-gò-gḡ	(3sg-det-água)	[nògògḡ]	‘ele bebe água’
rì-gò-g ^w ák ^w a	(carne-det-pacu)	[rìgòg ^w ák ^w à]	‘carne de pacu (peixe)’
rì-gò-po	(carne-det-porco)	[rìgòpò]	‘carne de porco’

No entanto, quando *gò-* é inserido diante de radicais iniciados por vogal, esse morfema realiza-se como [g-] com perda da vogal [ò] de tom baixo. Por exemplo:

rì-g-iré	(carne-det-bagre)	[rìgìré]	‘carne de bagre (peixe)’
rì-g-ékì	(carne-det-coelho)	[rìgékì]	‘carne de coelho’
rì-g-ikó	(carne-det-jacaré)	[rìgìkó]	‘carne de jacaré’

A exceção encontrada em nossos dados foi, novamente, com a palavra que designa ‘anta’. Assim como ocorre com o prefixo *mà-*, também ocorre com o prefixo *gò-*, ou seja, embora [i] seja vogal, o morfema não sofre elisão e realiza-se como [gò-]. Por exemplo:

rì-gò-í	(carne-det-anta)	[rìgòí]	‘carne de anta’
---------	------------------	---------	-----------------

Sobre a elisão da aproximante /j/, na “Geometria de traços” os segmentos [i] e [j] são considerados semelhantes e se diferenciam conforme a posição silábica que ocorrem. Em nossos dados, a elisão de /j/ diante de /i/ foi analisada como uma tendência que a língua guató possui em não permitir que segmentos semelhantes se realizem em sequência.

Este tipo de restrição fonológica é definido por McCarthy (1986 *apud* Clements; Hume 1995, p.264) como “Princípio do contorno obrigatório (PCO): elementos idênticos adjacentes são proibidos”⁹ e ocorre em dados como:

nà-kì-jó	(3obj-pescar-1sg)	[nàkió]	‘eu pesco ele (peixe)’
nà-bà.gá.kì-jó	(3obj-bater-eu)	[nà.bà.gá.ki.ò]	‘eu bato nele’

Nesta seção, portanto, vimos que o processo de elisão ocorre como forma de reestruturação silábica, mantendo o padrão da língua guató em CV e V, não permitindo sequência de vogais idênticas ou encontros vocálicos com os morfemas {mà-} e {gò-}. Sobre a exceção encontrada nos dados, com os itens [mǎí] e [gǒí] ‘anta’, são necessários mais estudos para verificar se trata-se de um caso isolado ou não. Por enquanto, não temos uma explicação satisfatória sobre esses dois dados e deixamos para estudos futuros uma investigação mais ampla. A seguir, damos continuidade a descrição do processo de epêntese.

3.2. Epêntese

O processo de epêntese (ep), em Guató, é muito produtivo e ocorre com a inserção dos segmentos [j] e [dʒ] entre segmentos vocálicos. Observamos que esse processo, assim como o de elisão, também contribui para a ressilabificação na língua guató, para manter o padrão silábico (C)V.

⁹ “*Obligatory Contour Principle (OCP): adjacent identical elements are prohibited*” (McCarthy, 1986 *apud* Clements; Hume, 1995, p.264).

A inserção do segmento [j] ocorre entre as vogais /ε/ e /o/ na juntura dos morfemas. Por exemplo:

nè-j-ókì	(3suj-ep-beber)	[nèjókì]	‘ele bebe’
nè-j-óg ^w a	(3suj-ep-lavar)	[nèjóg ^w à]	‘ele lava’
nè-j-ókòrò	(3suj-ep-coçar)	[nèjókòrò]	‘ele coça’

A epêntese, ou inserção, do segmento [dʒ] ocorre nas demais palavras. Por exemplo:

tè-dʒ-á.bò	(unha-ep-pé)	[tèdʒá.bò]	‘unha do pé’
mó.tò-dʒ-é.gà.tí	(aum-ep-peixe)	[mótòdʒégàtí]	‘jáú (peixe)’
mó.dì-dʒ-á.ró.tʃa	(dim-ep-gato)	[módìdʒárótʃà]	‘gatinho’

Há, portanto, nesta seção, uma descrição dos processos de epêntese encontrados em nossos dados. Assim como o processo de elisão, o processo de epêntese também corrobora para a reestruturação silábica, mantendo o padrão (C)V, fazendo com que não ocorram sequências vocálicas nos sintagmas nominais.

Por fim, pudemos notar que há uma sistematização de epênteses na língua guató, pois temos inserção de [j] para sintagmas verbais e inserção de [dʒ] para os sintagmas nominais. Porém, existem alguns sintagmas verbais que contestam essa afirmação, como o verbo /áhò/, por exemplo, que invés de inserir [j] como o previsto, nesse verbo há inserção de [dʒ], como segue:

áhò-dʒ-épàgù	(caçar-ep-onça)	[áhòdʒépàgù]	‘caçar onça’
áhò-dʒ-ók ^w é	(caçar-ep-bugiu)	[áhòdʒók ^w é]	‘caçar bugio’

Estes dados são exceções às regras de epêntese na língua guató e, por enquanto, não temos uma explicação satisfatória para a realização desses itens com a epêntese de [dʒ]. Para isso, necessitamos ainda de mais estudos e, neste trabalho, limitamo-nos a descrever as ocorrências encontradas e propor as generalizações possíveis. Assim, na seção seguinte, trataremos da nasalidade e assimilação nasal das vogais em Guató.

3.3. Nasalidade e assimilação nasal

Sobre a nasalidade, em Guató, temos oito vogais orais (ver seção 2.2) e a realização de apenas cinco vogais foneticamente nasais, são elas: [ĩ], [ẽ], [ã], [ɨ̃] e [ũ̃]. Não encontramos, em nossos dados, as vogais posteriores [o], [ɔ] e anterior média-baixa [ɛ] com o traço nasal. As únicas vogais que apresentaram distinção entre oral e nasal em ambiente idêntico são as vogais centrais altas [ĩ] e [ɨ̃], nas seguintes palavras:

[mákì]	‘carcará (pássaro)’
[mákî̃]	‘remo’

Embora [ĩ] e [ɨ̃] apresentem pares mínimos em CAI, as demais vogais não apresentam essa oposição entre oral e nasal. Assim, não podemos assumir que todas as vogais possuem uma contrapartida nasal como fonema, pois ainda há dúvidas sobre seu verdadeiro *status* funcional. Assim, a análise que apresentamos adiante é apenas provisória e necessitamos de maiores evidências para um conclusão mais precisa.

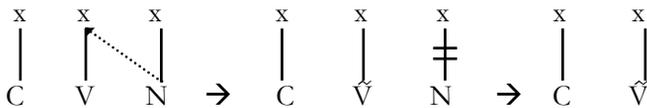
Na interpretação de nossos dados, postulamos que a nasalidade das vogais não precisa ser totalmente especificada na representação subjacen-

te. A partir dos padrões silábicos CV e V, podemos interpretar a nasalidade como a realização de um suprassegimento nasal que não pode realizar-se na coda silábica e, portanto, manifesta-se no núcleo da sílaba, representado por /N/.

Assim, na sílaba final das palavras, na ausência de consoantes nasais, o suprassegimento nasal realiza-se juntamente com a vogal do núcleo da sílaba e, em seguida, é dissociado, tornando-se flutuante.

cv	[g̃í]	/g̃íN/	‘água’
v.cv	[ók ^w é]	/ók ^w éN/	‘bugio’
v.cv.cv	[èg̃é ^{tí}]	/è.g̃éN.tí/	‘peixe’
cv	[h̃í]	/h̃íN/	‘lá’
cv.cv.cv	[gòd ³ èk̃à]	/gòd ³ èk̃àN/	‘rio’
cv.cv.cv	[g ^w àd ³ èk̃à]	/g ^w àd ³ èk̃àN/	‘melancia’
cv.cv.cv	[nàt ^j éd ³ ì]	/nàt ^j éd ³ ìN/	‘tudo estragado’
cv.cv.cv	[nàòt ^j èg̃è]	/nàòt ^j èg̃èN/	‘ele cozinha’
cv.cv	[nèk̃í]	/nèk̃íN/	‘corta’
cv.cv	[nèk̃ú]	/nèk̃úN/	‘ouve’
cv.cv	[mák̃à]	/mák̃àN/	‘remo’

Na representação esquemática, temos:



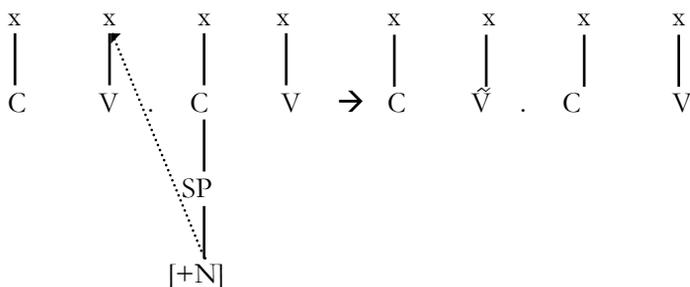
Sobre a assimilação nasal, encontramos as mesmas cinco vogais descritas anteriormente: [ĩ], [ẽ], [ã], [ĩ], [ũ]. Todavia, nos exemplos expostos adiante, essas vogais são nasalizadas e ocorrem sempre anteriores a uma consoante nasal foneticamente realizada.

Assim, em palavras em que há consoantes nasais [m] e [n], o traço [nasal] é assimilado pela vogal antecedente, da sílaba anterior. Desse

modo, interpretamos esse processo fonológico como assimilação regressiva do traço de nasalidade. Nesses casos, não há dissociação do segmento com o traço [nasal]. Portanto, temos vogais nasalizadas. Por exemplo:

/ò.k ^h á.nà/	[òk ^h ánà]	‘mutum’
/î.tú.nù/	[ítúnù]	‘umbigo dele(a)’
/gò.mà/	[gòmà]	‘mandioca’
/tjú.mù/	[tjúmù]	‘três’

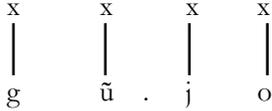
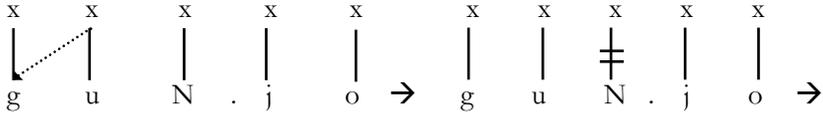
Na representação esquemática, temos:



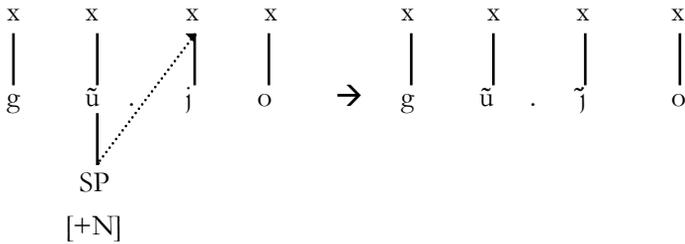
No que refere à assimilação nasal na fronteira de morfemas, apresentamos a seguinte hipótese para a manifestação da nasalidade. Exemplo:

gùN-jó#î-k^hó [gùjú ìk^hó] ~ [gũjú ìk^hó] ‘eu matei o jacaré’
 (matar-1psg#3psg-jacaré)

Primeiramente, o traço nasal /N/ realiza-se na vogal antecedente como um processo de assimilação regressiva, da mesma forma como ocorre internamente com as palavras sem a consoante nasal.



Em seguida, o traço nasal da vogal espalha-se para a consoante [j], que se realizará como [j̃] ou [ɲ].



Assim, acreditamos que a hipótese é satisfatória, uma vez que a regra de assimilação nasal para as palavras simples é, inicialmente, regressiva. Portanto, primeiro temos a assimilação nasal regressiva e em seguida a progressiva, nas sentenças e frases. Porém, sabemos que são necessários mais estudos e mais dados para uma análise mais aprofundada sobre a questão.

Conclusão

Este estudo é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo apresentar aspectos fonológicos da língua guató. Para tanto, realizamos

trabalho de campo para comparação e revisão de pesquisas anteriores, ampliação dos dados e análise fonológica.

Identificamos como fonemas consonantais as obstruintes: /p/, /t/, /tʃ/, /k/, /kʷ/, /b/, /d/, /dʒ/, /g/, /gʷ/, /f/, /h/, /v/ e as soantes: /m/, /n/, /r/, /j/. As vogais identificadas foram: /i/, /e/, /ɛ/, /a/, /o/, /ɔ/, /u/, /ĩ/. Descrevemos, também, os tons alto e baixo, os processos de *downdrift* ou *downstep*.

Interpretamos, igualmente os padrões silábicos CV e V como os mais produtivos nesse estágio na língua guató, de acordo com a proposta de representação de Selkirk (1982) e outros. Apresentamos, também, a distribuição de sílabas na palavra.

Nossa pesquisa, além disso, dedicou-se à identificação e descrição dos processos fonológicos e morfofonológicos. O processo de epêntese de [dʒ] ocorreu entre sintagmas nominais e a epêntese de [j] em sintagmas verbais, com exceção do verbo /áhò/ ‘caçar’. O processo de elisão de [j] ocorreu apenas diante de [ĩ], ou seja, a língua guató não permite que segmentos semelhantes se realizem em sequência pelo “Princípio do contorno obrigatório (PCO): elementos idênticos adjacentes são proibidos” (MCCARTHY, 1986 *apud* CLEMENTS; HUME 1995, p.264). Para a nasalidade das vogais, apresentamos uma abordagem em que esse traço [nasal] não seja representado na subjacência (PIGGOTT, 1992), sendo o processo de assimilação nasal considerado regressivo, de acordo com a tendência que a língua guató apresenta nas palavras simples e entre os morfemas. Deixamos para estudos futuros a investigação de outros processos fonológicos que ocorrem na língua.

Ao concluir esta pesquisa, percebemos que há ainda outros fenômenos da língua a serem estudados, principalmente, em relação ao tom, que, devido ao escasso tempo, nos limitamos apenas a identificação e contrastes.

Por fim, a descrição da fonologia da língua guató vem ao encontro da necessidade do conhecimento sobre as línguas indígenas brasileiras, especialmente, as faladas em Mato Grosso do Sul. Sendo uma língua seriamente ameaçada de extinção, tal pesquisa visa valorizar o uso da língua guató, sendo ainda necessário um trabalho voltado para a construção de uma ortografia a ser usada na escola da aldeia.

Referências

CASTELNAU, F. Langue des guatos (Rio Paraguay). *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para. Histoire Du voyage, (tomo V). Chez P. Berthand, Libraire-Éditeur. Paris, 1851 (p.283-284).

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. GOLDSMITH, J. A. (org.) *The handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell, 1995 (p.245-301).

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

KRAUSS, M. The world's languages in crisis. *Language* 68, 1992 (p.4-10).

MARTIUS, K. F. P. von. *Berträge zur ethnographie und sprachenkunde*, vol.2, 1867, (p.209-210). Disponível em <http://books.google.com.br>.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JR, N. *O Desafio de Documentar e Preservar as Línguas Amazônicas*. Museu Goeldi-MCT, 2008.

OLIVEIRA, J. E. *Os argonautas guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Mestrado em História, área de concentração em Arqueologia. PUCRS, Porto Alegre, 1995.

PALÁCIO, A. P. Alguns aspectos da língua Guató. *LIAMES* 4, Campinas-SP: UNICAMP, IEL, 2004.

_____. *Guató, a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Tese de doutorado. Campinas-SP: UNICAMP, IEL, 1984.

_____. Aspects of the morphology of Guató. B.F. Elson (ed.). *Language in global perspective*. Dallas: SIL, 1986 (p.363-372).

_____. Guató: uma língua redescoberta. *Ciência Hoje* 5/29, 1987 (p.74-75).

_____. Sistema numeral em Guató. *Boletim da ABRALIN* 19, 1996 (p.51-56).

_____. *Situação dos Índios Guató em janeiro de 1984*. Campinas-SP, 1998.

PEQUENO DICIONÁRIO DA LÍNGUA GUATÓ: Guató-Português Português-Guató. Secretaria de Estado de Educação, Governo Popular de Mato Grosso do Sul, gestão 1999-2002. Convênio FNDE/MEC/SED-MS, 2002.

PIGGOTT, G. L. Variability in feature dependency: the case of nasality. *Natural language and linguistic theory* 10, 1992 (p.33-77).

PIKE, Kenneth L. The premises of practical phonemics. *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. The University of Michigan Press, 1947.

_____. *Tone languages: a technique for determining the number and type of pitch contrasts in a language, with studies in tonemic substitution and fusion*. Ann Arbor. The University of Michigan Press, 1948.

_____. More revolution: tagmemics. LAIRD, C. and GORRELL, R. M. (eds.) *Readings about language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971 (p.234-247).

RODRIGUES, A. D. Typological paralelism due to social contact: Guató and Kadiweu. *Proceedings of the 9th Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 1983 (p.218-222).

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola, São Paulo, 1986.

_____. Macro-Jê. R. DIXON, M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.), *The Amazonian languages*. Cambridge: CUP, 1999 (p.165-206).

_____. RONDON, F. *Na Rondônia Ocidental*. Brasiliana CXXX. São Paulo, 1938 (p.257-267).

SCHMIDT, M. *Indianerstudien in Zentralbrasilien*. Erlebnisse und ethnologische Ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900-1901. Berlin, 1905.

_____. Reisen in Matto Grosso im Jahre 1910. *Zeitschrift für Ethnologie XLIV* (ZE). Berlin, 1912 (p. 130-174).

_____. *Die Anfänge der Bodenkultur in Sudamerika*. Zeitschrift für Ethnologie LIV. Berlin, 1922 (p.113-122).

_____. *Estudos de etnologia brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901, seus resultados etnológicos*. Trad. Catharina Baratz Cannabrava. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª Brasiliana, 1942.

_____. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, tomo V, n.6. Asunción, 1942 (p.41-75).

WILSON, J. *Guató word list*. Summer Institute of Linguistics (SIL). Brasília-DF, 1959.

YIP, M. *Tone*. University College London: Cambridge University Press, 2002.

INGAZEIRA: ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Carisiane de Cássia Pires (CPTL/UFMS)
Dercir Pedro de Oliveira (PROPP/UFMS)

1. Introdução

O estudo sociolinguístico da Comunidade Ingazeira nos permitiu conhecer aspectos da sua formação, da sua gente e de características da linguagem utilizada no processo comunicativo.

A sociolinguística nos tem mostrado que há entre língua e sociedade um interrelacionamento muito forte, de tal modo que a concepção de uma pressupõe a existência da outra. Em vista disso, todo enfoque linguístico deverá levar em conta o comportamento social do destinador.

As pesquisas variacionistas vêm mostrando, igualmente, em estudos da modalidade falada, um acentuado progresso nessa área de pesquisa. Tanto é assim que as indagações a respeito dos que cobram a aplicação de uma norma culta se multiplicam. Mattos e Silva (2004, p. 11-12) afirma que:

“Os que defendem uma norma culta, padronizada, a ser transmitida e controlada pelas instituições sociais para isso organizadas, só podem apoiar-se na gramática ideal, compendiada em dados arbitrários. Aqueles que partilham, como princípio a defesa da diversidade brasileira como ponto de partida para o en-

sino da língua materna no Brasil se vêem sem um instrumental cientificamente preparado a partir do qual possa ser conduzido um trabalho pedagógico criador e enriquecedor para os estudantes e para a língua portuguesa na sua diversidade histórica.”

É importante dizer que não se pode perder de vista o caráter contextual e situacional da língua e, principalmente, as marcas da oralidade, que são aspectos não previstos na gramática, a qual é um compêndio de língua escrita, e como tal, tem suas especificidades.

A pesquisa teve como objetivo descrever, com sustentação na Teoria da Variação, aspectos lexicais, centrados nos fenômenos atmosféricos, na fauna, na flora, na religião e na crença; aspectos fonéticos/fonológicos embasados na apofonia, epêntese, rotacismo, síncope e iotização; e morfossintático, identificado nas narrativas, caracterizado pelo uso de artigo antes de nome próprio, emprego de “nós” e “a gente”, enfraquecimento do futuro do presente, uso de topicalização e queda do objeto.

O procedimento metodológico teve por base entrevistas gravadas diretamente nas residências dos informantes, em fitas magnetofônicas, que foram transcritas grafematicamente de acordo com os critérios estabelecidos pelo Projeto NURC (norma urbana regional culta) com as devidas adaptações. Foram entrevistadas seis pessoas, sendo três homens e três mulheres, com mais de 45 anos, cada qual com seu perfil, nascidos na localidade, estratificados em faixa etária, escolaridade e sexo. Para codificação, utilizou-se o Programa do Software Goldwarb 2001.

2. Situação Histórica

A Comunidade de Ingazeira fica localizada a 80 km da cidade de Porto Murtinho, na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, banhada pelo rio Apa, divisa com o Paraguai. Seus moradores são traba-

lhadores que possuem pequenas propriedades e plantam para subsistência. Alguns trabalham em fazendas próximas da localidade. As famílias, mais ou menos quatorze, são na maioria fundadoras da Comunidade. Até pouco tempo, o rádio a pilha era o único meio de comunicação. Com a chegada da energia elétrica a determinados pontos, alguns moradores começaram a possuir aparelho de televisão.

O município de Porto Murtinho, localizado entre serras e em plena planície pantaneira, foi criado em 20 de setembro de 1911, surgindo do ciclo da erva-mate, que é oriunda do Paraguai. Foi seu introdutor, em campos e matas sul-mato-grossenses, o comerciante e industrial Thomaz Larangeira, que dela tomou conhecimento quando integrou a Comissão de Limites da Fronteira Brasil-Paraguai, chefiada por Enéas Galvão, mais tarde Barão de Maracaju.

O nome Porto Murtinho se dá em homenagem a Joaquim Murtinho, Presidente do Banco Rio e Mato Grosso. O embarque de toda produção da indústria extrativa da erva-mate era feito no Porto, localizado na Fazenda Três Barras, à margem esquerda do rio Paraguai. No município instalou-se o destacamento militar, próximo à Colônia de Ingazeira, cujo nome é decorrente da grande quantidade de árvores da espécie denominada Ingá.

3. Interpretação dos Dados

3.1 Aspecto semântico-lexical

É sabido que o vocabulário do falante reflete seus costumes, sua cultura, seu meio e seu conhecimento e que a dinamicidade da língua ocasiona contínua transformação. Daí a importância dos campos semântico-lexicais. Neste trabalho, foram considerados fenômenos atmosféricos, flora, fauna, doenças mais comuns, religião e crenças.

Pelos resultados, conforme podemos visualizar na tabela 1, o campo semântico-lexical que proporcionou mais variação foi o dos fenômenos atmosféricos. Examine, pois, a tabela 1.

Tab. 1 – Distribuição dos campos semânticos, conforme a variável dependente “regularidade” e “variação”.

Campo semântico-lexical	Regularidade	Variação	Total
Fenômenos atmosféricos	86 = 46%	100 = 54%	21,83
Flora	74 = 56%	58 = 44%	15,49
Fauna	139 = 5%	137 = 49%	32,39
Doenças mais comuns	104 = 54%	88 = 46%	22,53
Religião e Crenças	42 = 64 %	24 = 36%	7,75
Total	445 = 52%	407 = 48%	852

A tabela 2 nos mostra que a variação está mais presente nos fenômenos atmosféricos; nos demais, com intervalo pequeno, a regularidade é superior.

Algumas variações lexicais, em virtude da localização da Colônia, merecem comentários específicos. Observe pois:

I. Lucero: luzeiro, esplendor, segundo o Dicionário Prodac da Língua Espanhola (2000). É uma variação para Estrela Dalva, designada por todos os informantes.

II. Sete cabrilhas: do espanhol “siete cabrillas”, que corresponde a sete cabritas (DPLE). Substitui a expressão Três Marias, comumente empregada em outras regiões do País.

III. Aguacero: manga de chuva. De acordo com Caldas Aulete (1986), significa chuva súbita e violenta.

IV. Torvelino: é o mesmo que redemoinho (Aurélio, 2000).

V. Carrapincho: espinho. Planta que possui espinho. Para Aulete (1986) é uma planta da família das “malváceas”, também chamada quibeiro-bravo.

VI. Caraguatá: espinho. Planta da família das “bromeliáceas”, cujas folhas depois de secas são espinhosas.

VII. Capa: casca da fruta. É a capa que protege sua polpa.

VIII. Carne: polpa da fruta.

IX. Flor da terra (Flor da noite): cogumelo. É a flor que o homem não planta, é da terra mesmo. Para “Flor da noite”, encontramos como significado no Aulete (1986), trepadeira “cactácea”, originária do México, encontrada em troncos de árvores.

X. Massa-barro: João de Barro. Vem do espanhol “massa-barro” (Aulete, 1986). Também denominada barreiro e amassa-barro.

XI. Huevero: ovo indez. No Dicionário PRODAC da Língua espanhola (1998), significa ovelheiro, vendedor de ovos, e, ainda, lugar onde se guardam ovos.

XII. Chanco do mato: Porco do mato. Influência do espanhol.

XIII. Borevi: Porco do mato. Influência indígena.

XIV. Sifilítico: tuberculose. Uma pessoa sifilítica é aquela que adquire uma doença infectocontagiosa, que se desenvolve como um cancro, e ataca os tecidos do corpo humano (Larousse, 1990).

XV. Capeta (satanás, coisa ruim, mau espírito): diabo. Qualquer comentário sobre amuletos, objetos que dão sorte e azar, feitiçaria, por

exemplo, era recebido com certo temor, em virtude do alto grau de superstição que envolve as pessoas.

No que respeita à variável sexo, verificou-se que homens e mulheres fizeram mais uso da regularidade que da variação, embora o intervalo seja um pouco menor para os homens, dada a proximidade dos índices percentuais 51% para 48%. Veja os dados na tabela 2.

Sexo	Regularidade	Varição	Total
Homem	219:51%	207:48%	426:50%
Mulher	226:53%	200:40%	426:50%

Observa-se que o fenômeno da variação linguística nas variantes homem e mulher está praticamente igualmente distribuído, ou seja, 48% e 46%.

Resultados semelhantes se dão em relação à faixa etária, com a variação girando em torno de 47%, e a variável escolaridade próxima a um índice de 50%.

O que se observa na Comunidade de Ingazeira é um equilíbrio entre regularidade e variação, motivado por faixas etárias superiores a 45 anos. Esperávamos que, com o aumento da idade, a variação diminuísse. Não foi o que ocorreu. Igualmente, com o mais escolarizado. Uma justificativa para os índices seria o “modus vivendi” nas mesmas circunstâncias.

3.2. Aspecto fonético/fonológico

A partir dos dados coletados, elencamos 108 ocorrências, que compuseram o *córpus fonético/fonológico*, mais relevantes para caracterização da fala dos moradores da Comunidade de Ingazeira. Os fenômenos fonéticos/fonológicos mais ocorrentes foram:

a. Apofonia: permuta de vocóide por outro / e / > / i / e / o / > / u /. O fenômeno é empregado como alternância vocálica.

Na Comunidade de Ingazeira, encontramos ocorrências desse fenômeno. Ressalte-se que muitos dados não apareceram no momento de aplicação do questionário fonético/fonológico, e sim, durante as respostas dos outros campos (semântica-lexical e morfossintático) e ainda, durante as narrativas feitas pelos informantes. Examine alguns exemplos:

1. Compadre: [Kñ'padi]

Neste vocábulo, após a oclusiva velar desvozeada [K], ocorre a apofonia, pela supressão da vogal posterior média arredondada [o], que dá lugar à vogal posterior arredondada [u].

2. Garfo: ['garfu]

Após a fricativa labiodental desvozeada [f], que é uniforme em todos os dialetos do português brasileiro, ocorre a supressão da vogal posterior arredondada média [o] pela vogal posterior alta arredondada [u]. Na apofonia, observa-se que quanto maior o grau de tonicidade, maior a possibilidade de neutralização ou mesmo variação.

3. Mentira: [mi'~tʃira]

Após a nasal vozeada bilabial [m] houve a substituição da vogal anterior não-arredondada média [e], pela vogal anterior não-arredondada alta [i].

4. Espirro: [is'pixu]

Neste vocábulo, dá-se a apofonia de / e / > / i / antes de fricativa e de / o / > / u / depois de consoante velar.

5. Pulmão: [pow'mãw]

Obteve-se a alternância da vogal arredondada posterior alta / u / pela vogal arredondada posterior média / o /, motivada por construção arcaica.

Para Carvalho & Nascimento (1969:53), “*as postônicas finais / i / e / u / das palavras latinas passaram a / e / e / o / respectivamente*”. Acredita-se que a alteração tenha ocorrido por uma questão arcaica da língua. Mattos e Silva (1996:12) diz que “não se pode deixar de conhecer como se processa a transferência daquela, que era falada, para matéria escrita, cuja documentação será base empírica para observar o que seria a língua em uso”. Desse modo, temos consciência de que dados do passado podem influenciar as línguas de hoje e fornecer argumentos para explicar teorias levando em conta aspectos psicológicos e cognitivos que podem refletir, no presente, a história da língua.

3.3. Epêntese

Este fenômeno se dá pelo aumento de fonema no meio de vocábulo. Observe as ocorrências que seguem:

a. Advogado: [adevo 'gadw]

Houve acréscimo do fonema /e/ após a oclusiva alveolar vozeada [d].

b. Capataz: [Kapa 'tajs]

Neste vocábulo, ocorre a ditongação [aj], pelo aumento de [j], semi-vogal anterior alta não-arredondada.

c. Arreado: [axej 'adu]

Observa-se, neste o vocábulo, o acréscimo de /i/, semivogal anterior não-arredondada alta, resultante de um movimento contínuo e gradual da língua entre duas posições articulatórias vocálicas de [e] > [i].

d. Fruta: [‘frujta]

Esta sequência linguística nos remete à ditongação. Trata-se de construção arcaica da língua.

e. Rapaz: [Xa ‘pajs]

Vide letra b.

3.4. Rotacismo

Consiste este fenômeno na troca de / e / > / r / medial ou final.

Em pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas, como por exemplo, o Atlas

Linguístico de Mato Grosso do Sul, vários casos de rotacismo foram identificados. O fenômeno foi catalogado em várias localidades que fizeram parte da rede de pontos linguísticos.

Em português, o sufixo –al se alterna com –ar. A diacronia explica esse fenômeno como resultado do emprego por pessoas de baixa escolaridade e de origem rural.

É importante dizer que, na Colônia de Ingazeira, esse fenômeno teve frequência baixíssima. Os dados apontam para a regularidade. De qualquer modo, observe algumas ocorrências.

a. Pulmão: [por’mãw]

b. Clara: [‘Krara]

c. Calção: [Kar’saw]

Ocorre, nos vocábulos, uma rotacização do [e] > [r]. No latim e no espanhol, houve permanência de /l/, como por exemplo: “blanca” e “flaca”. O fenômeno poder ser enquadrado na questão do arcaísmo, pois questões culturais deixam arraigadas, no vocabulário das pessoas, certas características peculiares que refletem a fala dos membros de diferentes comunidades.

3.5. Síncope

Consiste na supressão de um fonema no meio do vocábulo. Acredita-se que, em decorrência da velocidade rítmica, as pessoas adotaram, no decorrer dos anos, este metaplasmo que tem contínua evolução. Observe alguns exemplos:

a. Fervendo: [fer'venɔ]

Dá-se, neste exemplo, um fenômeno comum na fala de pessoas de todas as regiões do País. Segundo alguns estudiosos, trata-se de uma “economia linguística”. Ocorre a queda da oclusiva alveolar vozeada.

b. Caixa: ['Kaʃa]

Cocaira: [Ko 'sera]

Pesqueiro: [pés 'keriɔ]

Nestes vocábulos, a síncope se dá pelo fenômeno da monotongação. Há uma tendência na língua para a redução do ditongo, principalmente diante de som palatizado.

a. Comadre: [ku 'madi]

Nesta ocorrência, houve queda do tepe alveolar desvozeada [ʃ], após a oclusiva alveolar vozeada. É necessário dizer que na Colônia de Ingazeira nos deparamos com o bilinguismo, em virtude da proximidade com a República do Paraguai e, conseqüentemente, com a língua espanhola que está presente na fala de seus moradores. No espanhol, não há a pronúncia do som [dz], que é uma africada alveopalatal vozeada. Por isso, na Comunidade, percebemos nitidamente o uso do som [d] e não o emprego de [dz]. Em vista disso, pronuncia-se [dizemu] e não [dzízemu]

b. Santo Antônio: [sãtã'toĩ]

A economia linguística está presente na atualização deste vocábulo, tendo em vista a supressão de vários fonemas.

2.6. Iotização

Ocorre este fenômeno quando a lateral palatal vozeada [ʎ] é substituída por [j]. Veja os exemplos:

- a. Joelho: [jo'ejø]
- b. Olho: ['oju]
- c. Telha: ['teja]
- d. Tralha: ['traja]

Nas ocorrências, houve a permuta de [ʎ] por [j]. Há a crença de que a iotização está muito presente na fala estigmatizada das pessoas em baixa escolaridade e da zona rural.

Na Comunidade de ingazeira, esse fenômeno foi muito frequente entre os homens. Como o intervalo é bem acentuado, vamos à tabela 3:

Tab. 3 Distribuição dos dados conforme o cruzamento dos fatores iotização e sexo.

Variável dependente	Regularidade	Variação	Total
Sexo			
Homem	6:33%	12:67%	18
Mulher	17:94%	1:6%	18

O fator iotização, dentre todos, foi o que maior diferença apresentou com relação à variável sexo. Enquanto os homens obtiveram 67% de variação, as mulheres apresentaram 94% de regularidade.

4. Aspecto morfossintático

Pelos dados coletados, verifica-se que, na modalidade falada, é comum um afastamento das regras estabelecidas pela gramática. Isto se dá, também, em virtude da complexidade das regras.

Apresentaremos, a seguir, exemplos de dados de Ingazeira. Observe, pois:

4.1. Enfraquecimento do futuro do presente

O fenômeno foi observado por meio de narrativas dos informantes. Moura Neves (2000, p.65) afirma que “a construção do verbo Ir com infinitivo de outro verbo indica futuridade: Quando eu crescer vou comprar um carro bonito como o seu Manuel Valadares”.

Veja algumas sequências linguísticas que ilustram o fenômeno na Comunidade de Ingazeira:

- a. Não sei si vô iexpliCA.
- b. Vô diZE qui::tem folhas.
- c. Vô tiRA a casca.
- d. Vô corTA us pé deli.
- e. Vô dismaiA.
- f. Vô até mosTRA.

4.2. Flexão de número na relação Determinante e Sintagma nominal

Muitos estudiosos têm confirmado a pluralização do determinante em sintagmas nominais com um ou dois modificadores. Para padrões da variação, a pluralização do determinante, no processo comunicativo, não deixa de ser suficiente. Examine, pois:

- a. Us omi vai cedu pra lida.
- b. ...por causa das criança.
- c. Essis passarinho pretu.
- d. ...forma umas nuvi.
- e. Cunheçu essas galinha.
- f. Elis mordí as pessoa.

4.3. Pronome nós X a gente

O uso de nós e a gente indica que a gramaticalização decorre de vários processos de mudança concomitantes e interrelacionados. Há mais de duas décadas, a variação dessas formas vem sendo estudada e analisada, mas os autores, em sua maioria, limitam-se a conceber o uso de a gente como um fenômeno de natureza sociolinguística, sem mostrar qualquer predisposição em relacioná-lo como elemento regular do sistema linguístico.

Na Comunidade de Ingazeira, seus moradores empregam mais a forma “*a gente*”. Acredita-se que o emprego do indeterminador facilita a combinação verbal, cujo verbo fica sempre no singular. Veja:

- a. Comu qui a genti fala?
- b. A genti não guarda pra lembrá, né.
- c. ...a genti tira a folha e...
- d. ...quandu vem aqui a gentis abi.
- f. A genti deixa as coisa tudu pra fora.

3.4. Artigo diante de nome próprio

O emprego do artigo definido é usual entre os brasileiros. Segundo Cuesta e Mendes da Luz (1971, p. 463);

“...o artigo serve para rodear o nome numa atmosfera afectiva e familiar (...) denota intimidade e, por isso, se utiliza de preferência para os escritores contemporâneos, ainda que aplicado a artistas, escritores ou figuras do passado”.

O artigo definido procede ao substantivo, e ocorre, em geral, em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte. Observe alguns empregos do artigo:

I. Antes de nomes de pessoas e alcunhas:

- A Norma Sueli sabe como eu sou.
- O Tião tá apaixonado.

II. Antes de nomes de continentes e regiões:

- A Europa está longe.
- O Norte sofrerá mais com esta situação.

III. Antes de nomes de logradouros:

...entre a Avenida Paulista e a Alameda Santos havia um enorme bebedouro.

IV. Antes de nomes de alguns estados brasileiros:

O Rio Grande do Sul já possui o seu pingo crioulo.

Observe, a seguir, as sequências linguísticas, que exemplificam o uso do artigo diante de nome próprio na Comunidade de Ingazeira. Veja:

- a. Eu não sei...só u Sarvadô qui vai sabê.
- b. Sim, o primeru é a Colônia de Ingazera
- c. O Destacamento mora lá na bara du rio.
- d. O Governador tem casa ali.
- f. Tem a irmã da minha avó...a Izabel Correa.

3.5. Construção de Tópico

Este fenômeno é frequente na vida de pessoas de diversas regiões do País, e, assim sendo, buscamos identificar possíveis incidências do fenômeno na linguagem dos moradores da Colônia. Veja construções que ilustram a existência desse fenômeno linguístico.

- a. A tangirina...eu prantei dela.
- b. ...é serenãu...essa giada que mata tudo.
- c. U qui batiza...eli é u padrinhu.
- d. Tem a minha tia...ela é a mais velha daqui.
- e. ...tormenta...essi nóis fala qui é chuva grandi, né.

3.6. Queda do objeto

Na modalidade falada, a ausência de flexão do verbo tem exigido a presença do sujeito para efeitos compreensivos. Oliveira (1986, p. 301) diz ter ocorrido um balanceamento no eixo do verbo:

...o objeto está de maneira branda, perdendo essa obrigatoriedade de realização na sequência linguística, enquanto o sujeito tem-se mantido presente, deixando transparecer que, de certo modo, à medida que o sujeito se caracteriza por estar “*in praesentia*” o objeto, aos poucos, vai se configurando “*in absentia*”.

Observe exemplos deste fenômeno da linguagem obtidos na Colônia Ingazeira:

- a. ...isquici u nomi...mas eli dá muito.
- b. ...é...elis fala...mas eu num sei.
- c. ...nóis sempri fala.
- d. ...eu sei...é...
- e. ...eli deixa...na mão.

4. Conclusão

A pesquisa realizada na Comunidade de Ingazeira nos permitiu verificar que fatores como traços da colonização, afastamento de grandes centros e poucos contatos linguísticos denotam características linguísticas peculiares e, em algumas circunstâncias, próprias da região.

A sociolinguística, além de estudar as características diastráticas e diafásicas da língua, também tem-se preocupado com as questões diatópicas, pois a adaptação ambiental revela a realização da língua falada.

Os contatos bilíngues estimulam o aparecimento de uma linguagem que passa à identificação da Comunidade, em virtude das relações sociais entre etnias diferentes. Mesmo em agrupamentos menores, a fronteira é complexa por sua própria natureza e a língua sofre influência dos que ali se estabelecem.

Na Comunidade de Ingazeira, as credences populares, a cultura brasileira miscigenada à cultura paraguaia, nos remetem a uma viagem pela história da formação daquele povo, considerando a língua em seu contexto sócio-cultural, em busca de explicação para a heterogeneidade linguística existente na localidade.

Pelos aspectos linguísticos estudados, que serviram de ferramenta para a pesquisa sociolinguística em Ingazeira, chegamos à conclusão de que há um certo equilíbrio entre regularidade e variação entre os seus falantes, não descartando a forte presença do espanhol em decorrência das proximidades com o Paraguai, nosso país vizinho.

A contribuição do trabalho está centrada na descrição da linguagem de mais uma Comunidade sul-mato-grossense, com base nos dados semântico-lexicais, fonéticos-fonológicos e morfossintáticos, que poderão servir para estudos posteriores, em outro nível e com outra vertente, e que estão disponíveis para os estudiosos dos meandros linguísticos.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1986.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática histórica**. São Paulo: Ática, 1969.

LAROUSSE, Delta. **Novíssima enciclopédia**. Rio de Janeiro: Editora delta Universal, 1990.

MATOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **O português arcaico**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. Sujeito “in praesentia” e objeto “in absentia”: balanceamento sintático no eixo do verbo. In: **Estudos linguísticos XII**. Araraquara: CNPq, 1986.

PRODAC. Programa de Divulgação e Assistência Cultural Ltda. **Dicionário espanhol-português-espanhol**. Edição especial, 2000.

ROBINSON, John; LAWRENCE, Helen; TAGLIAMONTE, Sali. **Goldvarb**. Heslington: University of York, 2001.

VASQUEZ CUESTA, Pilar; LUZ, Maria Albertina Mendes da. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

PRÁTICAS SOCIAIS E CULTURAIS:
SEMIOTIZAÇÃO DA IDENTIDADE PELO DISCURSO

Rita de Cássia Pacheco Limberti¹

Introdução

“O signo é a arena onde se desenvolve a luta de classes”
(Bakhtin)

Este artigo se propõe a fazer uma reflexão teórica sobre subjetividade e identidade, a partir de relatos da história oral de vida dos índios kaiowá da Reserva Indígena de Dourados. Será analisado o depoimento do índio e Capitão Ireneo (92 anos), publicado no livro intitulado “Canto de Morte Kaiowá”, trabalho do professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, Edições Loyola, 1991.

Os procedimentos que norteiam o registro de história oral (entrevista *in loco* com gravador e transcrição) e as condições de fala (de um índio, em português, para um branco, numa situação especial) serão levados em consideração durante a análise, posto serem, por sua própria natureza, determinantes das condições de produção dos discursos e das imagens. Existe, ainda, na análise, o interesse de ouvir além do que é dito, de evitar

¹ Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo e docente da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados.

a leitura do senso comum, da mídia, do primeiro sentido apontado pelos índios, de avançar em direção a uma interpretação nova, ancorada na realidade atual desse grupo específico.

Além dessas considerações, há que se levar em conta a existência de dados importantes no contexto, que proporcionam um novo dimensionamento à análise que se pretende fazer (semiótica) que, apesar de propor-se à análise interna do texto, não descuida de suas condições de produção. Partindo da contextualização, entendida como um discurso, a teoria semiótica transcende seu objeto de análise — o texto — e extrapola os contornos que ela própria traça do sujeito e de sua identidade. Torna-se possível, então, além de construir o conceito de identidade que o kaiowá tem de si mesmo, demonstrar os processos discursivos pelos quais sua subjetividade se manifesta e perscrutar outros fatores que refratam a interpretação e, conseqüentemente, a significação. Seriam eles: as causas de desagregação desse povo, considerando-se as causas específicas desse grupo étnico e outras, mais genéricas (como problemas econômicos e de classes sociais), que atingem, da mesma forma, outros segmentos da sociedade; as razões do processo de desaculturação e conseqüente perda de identidade, considerando-se que existe todo um processo histórico que determina fenômenos de interferência e influência na estabilidade ideológica desse grupo cultural.

O que se pretende, nesta abordagem do discurso indígena, é o descortinamento de alguns elementos de seu código de representação, o que favorece a busca de entendimento e de solução de problemas de um objeto com tais especificidades etno-antropológicas.

Os parágrafos são apresentados e analisados em ordem numérica, procedimento empregado como critério com o objetivo, entre outros, de controlar a evolução do assunto, considerando-se que a ordem com que se enunciam as coisas interfere na produção do sentido, bem como revela a organização do pensamento, a hierarquia de valores, e a habilidade e a

astúcia do enunciador, não se perdendo de vista que, em se tratando de História Oral, esta ordem é determinada pelo enunciatário (entrevistador).

O termo “branco” é empregado genericamente para designar todos os que têm contato com os índios e que não são índios, não necessariamente apenas os brancos. O termo “não-índio”, mais apropriado e utilizado pela maioria dos historiadores e antropólogos, não foi empregado por dois motivos: primeiro porque os próprios índios, em seus discursos, utilizam o termo “branco”; e, segundo, por coincidir com a terminologia da teoria semiótica que significa *contraditoriedade* - relação de negação de um termo “X”, por meio de um termo “não-X” (“índio”, por exemplo, se relaciona contraditoriamente com “não-índio” e contrariamente com “branco”). A mesma observação é válida para o termo “branca”, adjetivando cultura.

Contextualização

O Bicho

Manuel Bandeira
Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Os índios revirando as latas de lixo de Dourados são o ícone mais doloroso do confronto cultural - índios *vs* não-índios.

Desde o Período Colonial, a população Guarani (kaiowá e ñandeva) da região de Dourados-MS perde sua terra paulatinamente e enfrenta mudanças que atingem seu povo, que estava acostumado a viver livremente da caça, da pesca e do plantio para sua subsistência.

No espaço de tempo compreendido entre 1915 e 1935, foram realizadas as demarcações de oito postos indígenas que ainda existem na região, sendo que os limites de algumas dessas áreas foram impostos pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI.

Em 1925, foi fundado o Posto Indígena de Dourados, com a doação feita por meio do Decreto 401, de 03/09/1915, de um lote de terras de 3.600 ha. As terras da atual área tiveram seu título definitivo de propriedade expedido em 26/10/1985 e foram legalizadas em 14/12/1985, com 3.539 ha. Da doação original, 61 ha foram perdidos para proprietários circunvizinhos.

Um grupo com ideologia igualitária, como a nação Guarani, não permite diferenciação social e cria mecanismos próprios para eliminar as possibilidades de que ela se estabeleça.

A terra é para o Kaiowá sustentáculo de sua identificação étnica, constituindo um elemento básico para sua vida. Em decorrência de tal concepção, o uso da terra tem um sentido comunitário e não especulativo. Assim sendo, justifica-se o sistema de cultivo rotativo, que permite a uma mesma comunidade permanecer por várias gerações dentro de um mesmo perímetro relativamente reduzido e desenvolver uma economia de reciprocidade não acumulativa.

A terra é o centro de suas necessidades e está dividida em três regiões distintas: da casa e terreiro, de plantio, e de perambulação, caça e pesca.

O nome kaiowá quer dizer “filho da floresta”, o que significa que, sem uma relação imediata com o meio que a define, não se pode considerar a vida dessa comunidade (WENCESLAU, 1994, p. 8).

A área indígena de Dourados está superpopulosa, o que dificulta a unidade dos índios Kaiowá. Mesmo assim, eles resistem às pressões e preservam parte de sua cultura, conseguindo, os mais velhos, transmitir seus ensinamentos a um grande número de jovens, que têm como responsabilidade a manutenção dessa cultura. Seu projeto de vida é chegar ao *Teko Marangatú* (jeito de ser sagrado, primordial), onde nenhuma esfera do cotidiano está desvinculada do sagrado. Eles agem e interagem em relação aos problemas concretos a partir dessa visão de mundo.

Para eles, o *Tekohá*² tem características físicas geográficas específicas. Não é qualquer terra. Ele se apresenta nitidamente no espaço físico, é limitado por colinas, matas e campos. É algo divino, oferecido pelo Deus criador somente para eles. Os Kaiowá sabem, têm consciência de seu *Ñande Retã* (território global para o seu povo), sentem seu habitat mutilado e seus princípios étnicos deixando de existir. Eles buscam, por meio de uma luta incessante, os recursos míticos fundamentados nos *Teko Marangatu*, fazendo os *Aty Guaçu* (reuniões grandes) para discutir suas principais questões. Essas reuniões acontecem periodicamente e duram vários dias. Seus membros são líderes políticos, como caciques e *Ñanderu* (líder religioso), que nessa ocasião cantam e dançam, com a importante função de articular a etnia como um todo e levar seus participantes à conscientização da ameaça que sua identidade étnica vem sofrendo (WENCESLAU, 1994, p. 9-10).

Internamente, a aldeia de Dourados enfrenta dificuldades intransponíveis. É pequena, seu território é exíguo, prensado entre a área urbana

2 TEKO pode ser entendido como ser, jeito de ser, estado de vida, hábito, costume, a maneira de viver específica dos kaiowá, o lugar onde se vive conforme os próprios costumes (MONTROYA, 1876, p. 37). HÁ significa instrumento com o qual se faz as coisas, lugar, intento. TEKOHÁ pode ser entendido como um lugar onde se realiza o TEKO, o lugar onde se vive conforme os próprios costumes (MELLÁ, 1980, p. 47). Para o guarani, o TEKOHÁ tem características físicas e geográficas específicas. É algo divino, oferecido pelo Deus criador a eles.

e a rural. Isolados dos outros grupos e subgrupos, os índios enfrentam essa situação desfavorável desde a época do ciclo da erva-mate, quando foram colocados nas áreas exploradas, em função do critério simplista da observação do montante populacional, da aparência física e do modo de vida.

As condições de vida da população Guarani (kaiowá, ñandeva) e Aruaque (terena) apresentam um desafio em busca de compreensão e soluções. São índios adultos, recrutados por “gatos” e transportados em caminhões para serem explorados em jornadas brutais de trabalho. São índias com seus filhos pendurados nas mamas a perambular pela cidade, mendigando nas portas das casas, bancos, supermercados, ou revirando latas de lixo. A aldeia, muito próxima à cidade, é cortada por uma rodovia, que é utilizada imprudentemente pelos brancos.

A pé, os índios vão e vêm pelo acostamento, bêbados, são ou doentes, em busca de remédio, pinga e pão. As crianças menores, fincadas nas ancas das maiores, vão assimilando, inocentemente, esse jeito marginal de ser. Quando ficam jovens, sem ter em que se escorar, muitos se suicidam, enforcando-se. Os mais privilegiados possuem uma carrocinha e vão à cidade vender mandioca e milho e comprar produtos de mercearia como pilha, gás, sabão, café. Oriundas de troca por mandioca e milho, as roupas não sofrem seleção. São índias com calça de braguilha e índios de tênis, calção e colar. Descaracterizados, só lhes restaram de genuínas a aparência física (herança genética) e a língua (herança cultural).

Enquanto a aparência física constitui uma barreira social (índio não consegue emprego que não seja braçal), a língua é sua trincheira cultural. É por meio dela que mantêm sua unidade e, por que não dizer, sua identidade. Entre si, comunicam-se apenas em seu próprio idioma, independentemente do lugar em que estejam e da presença do branco. Essa atitude representa uma deliberada ostentação de poder, pois a ambientação linguística delimita o campo de atuação de seus falantes, fazendo deles um grupo fechado e impenetrável. Além de neutralizar a atuação do grupo

circundante de idioma diverso, fragiliza-o em sua presença, quer pelo isolamento em que o coloca, quer pela incontestável invulnerabilidade que sua atitude representa. Aprendem a língua portuguesa apenas quando vão à escola e só fazem uso dela para se comunicar com brancos. A imposição de uma segunda língua sobre a língua materna extrapola o âmbito léxico-gramatical e atinge o âmbito ideológico, posto que, enquanto outro código de significação, ela consiste em outro sistema de representação.

No limiar dessas formas, na abstração delas, o conteúdo se manifesta: é o discurso.

A Linguística, por meio da análise semiótica, encontra, no discurso indígena, terreno fértil para a busca do entendimento dos processos de contato cultural e dos fenômenos de sincretismo semântico e ideológico em situações de atrito ou de acomodação.

A fala de Capitão Ireno

“Não dá mais pra ser o que era antes...”

“A primeira entrevista foi feita com o capitão Ireno. O simpático velho surpreendeu pela lucidez e calma. De certa maneira, ele refez a expectativa que tínhamos de um cacique. Muito reflexivo, nos deu uma visão heróica do trajeto dos Kaiowá. O motivo do respeito que todos delegam à figura deste índio transparece na entrevista. Ele detém a visão histórica da Reserva e por mais variadas que sejam as demais forças políticas, ele tem permanecido como o sábio da aldeia. Sua experiência é filtrada pela noção do coletivo tribal”.
(MEIHY, 1991, p. 51)

O depoimento a seguir, primeiro do livro, *“Canto de Morte Kaiowá”*, de José Carlos Sebe Bom Meihy (São Paulo: Loyola, 1991), é a fala do Capitão Ireno, velho cacique de 92 anos, falecido em 1992. O texto se estende da página 39 à página 49.

Nasci aqui faz 92 anos... faz tempo, não?... logo vou fazer 93... é muita vida... Meu nome é Ireño Isnard, sou filho da família mais velha dos índios deste povo... minha gente toda é deste pedaço, “somos da terra” como se diz por aqui... Sempre vivi por perto desta casinha, aqui mesmo no Bororó... o Bororó é esta parte da Reserva onde moram os Kaiowá e os Guarani³... a outra, o Jaguapiru, fica do lado de lá... lá pelas bandas dos Terena, mais perto da cidade... A estrada de rodagem corta as duas partes da Reserva... na área maior ficam os Guarani e os Kaiowá, na menor os Terena... tem kaiowá que mora lá e também tem terena que mora para cá, mas são pouco... (parágrafo 1)

Capitão Ireño inicia sua fala construindo sua existência semântica, enumerando suas qualidades como idade, origem, autoridade, detenção de conhecimento, fazendo um apanhado geral dos principais paradigmas de sua herança antropológica e estabelecendo redes de relações e oposições como “o Bororó é esta parte”/ “a outra, o Jaguapiru”, “kaiowá”/ “terena”, “área maior”/ “na menor” que por sua vez tecem as redes de sentido e as relações sintagmáticas. Neste momento se delineia uma situação inicial que sofrerá transformações e mudanças de estado no decurso da narrativa.

Pode-se dizer que esse primeiro parágrafo é o início da construção do homem sábio. A relação entre sujeitos, destinador e destinatário, é preenchida, respectivamente, pelo capitão e pelo entrevistador. O texto inicia-se com uma estrutura de manipulação, apresentando valores positivos a partir de uma imagem que o destinador faz de si mesmo: experiente (“Nasci aqui faz 92 anos...” “... é muita vida”), de tradição (“sou filho da família mais velha dos índios deste povo”), genuíno (“minha gente toda é deste pedaço”, “somos da terra”). Exercendo seu fazer persuasivo, Ireño mostra seu lugar, fala de sua estirpe e características de seu território,

3 O termo “guarani” refere-se aos Nandeva e não à nação guarani.

sempre em relações hierarquizadas, que reforçam seus valores positivos e sua imagem de superioridade. A enumeração que o cacique faz leva o destinatário à adesão. Tal procedimento deixa entrever a argúcia do destinatador que, tendo sondado os valores do destinatário, constrói seu discurso híbrido. É como se houvesse um contrato tácito entre os dois, de maneira que o destinatário (o branco) fosse levado a reconhecer o direito do kaiowá às suas terras, cuja posse lhe é sabidamente ameaçada.

Nunca saí daqui, este é o meu chão... não deixo esta terra... vou morrer por aqui mesmo, aqui nesta região... Sou kaiowá e índio kaiowá gosta muito de ter a família por perto... queremos ter todos em volta, morando sempre juntinhos... eh!... a vida de um é a vida de outro... só deixo esta terrinha quando Deus me chamar, quando a minha fala não sair mais, quando ela morrer.... (parágrafo 2)

O segundo parágrafo segue o mesmo esquema narrativo do primeiro, variando os papéis e as manipulações. Ireno coloca o kaiowá como senhor absoluto da terra (*“Nunca saí daqui, este é o meu chão...”*), declara não ter a menor intenção de deixá-la (*“não deixo esta terra... vou morrer por aqui mesmo, aqui nesta região...”*) bem como demonstra o forte sentido de união de sua tribo (*“Sou kaiowá e índio kaiowá gosta muito de ter a família por perto... queremos ter todos em volta, morando sempre juntinhos... eh!... a vida de um é a vida de outro...”*). A relação continua sendo hierárquica porque Ireno sabe que o direito dos Kaiowá à terra é reconhecido pelo branco, por eles terem se instalado no território antes e por sua permanência já perdurar por muito tempo. Entretanto, a cultura branca apresenta mecanismos de adaptação de seus preceitos, que permitem a ruptura de contratos em atendimento às necessidades que surgem na dinâmica dos acontecimentos (é o caso das constantes invasões do território indígena por parte de posseiros e da proposta, já feita aos Kaiowá, da permuta de sua área - por seu grau de fertilidade e localização

- por uma outra extensão de terra, localizada em lugar menos valorizado pelo branco). Ireño, ciente da problemática depois de anos de convivência, centra seu poder de luta na depuração de seus valores, enquanto calça sua hierarquia ameaçada.

Considerando-se que o discurso sempre se constrói por oposição a outro discurso, no segundo parágrafo já podemos perceber um procedimento de qualificação que, por oposição, desqualifica os valores da cultura branca na sociedade moderna, que preserva a unidade celular (pai, mãe, poucos filhos), rejeitando a possibilidade de agregação de outros membros, principalmente mais velhos, como pais, sogros, tios, e a convivência sob o mesmo teto de vários núcleos familiares como pais, filhos, e irmãos com suas respectivas famílias. Em oposição ao *modus vivendi* tribal da cultura índia, essa prática apresenta-se como extremamente individualista e egoísta. Cabe ainda neste parágrafo, em suas linhas iniciais, “*Nunca saí daqui, este é o meu chão... não deixo esta terra... vou morrer por aqui mesmo, aqui nesta região...*” uma crítica ao homem branco, que se desloca com facilidade de um lugar para outro sem apego à terra, em busca de valores materiais (riqueza) “*... por aqui existe muita erva mate que o branco sempre negociou ... a erva é natural daqui ...*” “*... foi o mate que chamou o branco para cá?*” (parágrafo 5).

Considerando a estrutura fundamental, que é dada pelos valores dos objetos que entram na narrativa, pode-se começar a entrever as oposições semânticas de base, que partem do conteúdo mínimo: “*brandidade*” x “*guaranidade*”. A discursivização dessa estrutura narrativa vai produzindo efeitos de sentido diferenciados. O emprego da primeira pessoa do singular produz um forte efeito de subjetividade, enquanto o espaço, o tempo e as pessoas vão se posicionando. A narrativa de Ireño é o simulacro de sua relação com o mundo, de sua ação no mundo, de sua transformação do mundo.

“*Kaiowá e guarani é quase a mesma coisa... éramos um só bando que se partiu... um grupo saiu do Paraguai e veio primeiro para o Mato Grosso, estes são os Kaiowá... depois vieram alguns guaranis para cá....*” (parágrafo 3) A ambiguidade começa a se delinear no momento em que Capitão Ireneo cita, no 3º parágrafo, que “*kaiowá e guarani é quase a mesma coisa... éramos um só bando que se partiu... um grupo saiu do Paraguai e veio primeiro para o Mato Grosso, estes são os kaiowá... depois vieram alguns Guarani para cá...!!*” Se no 2º parágrafo ele se caracteriza genuinamente como kaiowá por ter nascido e crescido naquela área e pretender permanecer nela até sua morte, a tentativa de qualificar a origem de seu povo (3º parágrafo) peca por conter esse componente migratório que a princípio ele coloca como valor negativo (praticado pelo branco) por oposição a um valor positivo seu, apego à terra. Como bem observa o Prof. Waldemar Ferreira Neto, em entrevista a nós concedida,

Uma das grandes dúvidas que se tem quanto aos Kaiowá reporta-se à não existência de uma mentalidade migratória na direção do litoral e, daí, para o norte. Por que estagnaram os Kaiowá naquela região? Qual a relação que mantêm com os guarani paraguaios? São notáveis as semelhanças linguísticas entre o guarani jopará falado na população urbana do Paraguai e o guarani kaiowá. Por quê? [...] Os Terena aprendem guarani, os Guarani não querem aprender terena.

O terceiro parágrafo é impregnado do verbo *ser*, de estado. Paralelamente, os verbos *partir*, *sair* e *vir* exprimem ação, transformando o estado do sujeito. Inicialmente tem-se o “*éramos um só bando*”; em seguida “*o bando se partiu*”, “*saiu*” e “*veio*”, ou seja, por meio da ação operou-se uma mudança de estado: “*são os Kaiowá*”. Esse primeiro grupo que veio do Paraguai para o Mato Grosso deu origem aos Kaiowá. Os que vieram algum tempo depois são os Nandeva, que permaneceram identificados como guaranis.

O sujeito da situação inicial (índio de um só bando do Paraguai) encontrava-se em conjunção (de posse de) com o objeto valor (terra em território Paraguaio). A transformação se opera quando esse bando se parte e se desloca para o Mato Grosso. A ação (“partir”, “saiu” e “vir”) transforma o estado inicial desse sujeito (índio do bando) em índio kaiowá (estado final). Nesse momento, o sujeito índio passa a estar em conjunção com outro objeto valor (outro pedaço de terra em território brasileiro).

O plano narrativo, PN, é a narração hierárquica de dois tipos de estado resultantes de dois programas narrativos:

1. Programa de privação — resultado do PN é sujeito em disjunção (desprovido de, sem) com um objeto de valor.

Este programa compreende o trecho do discurso em que Ireno relata a partida do bando, ou seja, o sujeito ficou em estado disjunto por *privação* (privação é o estado do sujeito que se encontra em *disjunção* de um objeto de valor por meio de ação ou iniciativa dele próprio, $(S_{1(\text{sujeito que age})} = S_{2(\text{sujeito que recebe a ação})})$ tem-se apenas um ator (S^1 é S^2), que é o próprio índio).

2. Programa de aquisição — resultado do PN é sujeito em conjunção (de posse de, com) com um objeto de valor).

Este programa compreende o trecho do discurso em que Ireno relata a vinda do bando para o Brasil, ou seja, o sujeito ficou em estado conjunto com o objeto de valor (terras, lugar para viver) por *apropriação*, ou seja, ação ou iniciativa dele próprio, $(S_{1(\text{sujeito que age})} = S_{2(\text{sujeito que recebe a ação})})$ tem-se apenas um ator (S^1 é S^2), que é o próprio índio).

Somos filhos de Ñanderú e Ñandesi e Ñanderamoué é nosso protetor... é o protetor da mata... kaiowá quer dizer filho da floresta, da madeira, da mata... kaiowá é a natureza... protegido de Ñanderamoué... em guarani a gente fala txe-dja-ri... (parágrafo 4)

Até o parágrafo quarto, Ireno não cita contatos interculturais, nem a chegada do homem branco. Enumera seus valores, sua origem, seu *modus vivendi*. Ao identificar a si e a seu povo como filhos das entidades *Ñanderú* e *Ñandesí*, sob a proteção de *Ñanderamoue*, desnuda sua intimidade, tentando traduzir todo o seu complexo universo de significação: “*Ñanderamoue... é o protetor da mata...*”, “*... kaiowá quer dizer filho da floresta, da madeira, da mata...*”. O velho cacique tenta explicar-se (“*kaiowá é a natureza...*”), mais do que isso, procura justificar-se, talvez buscando, no abstrato, uma maneira mais concreta de conseguir a adesão de seu interlocutor. Tanto, que no final do parágrafo ele o traga para o interior de seu idioma (“*em guarani a gente fala txe-dja-ri...*”), que é a maneira mais franca e aberta de buscar aliança. Acontece que toda essa situação estampada pelo capitão precede o contato inter-étnico, o que o protege de outras manipulações que não sejam as suas próprias, ou as de sua própria cultura. Porém, enquanto o conteúdo de seu discurso é do período pré-contato, sua fala se engendra completamente submersa na cultura branca, porque é em português e proferida a um destinatário branco. É nesse contexto que sua organização narrativa converte-se em discurso. Enquanto o nível das estruturas narrativas mantém-se encapsulado em sua irreversível imunidade cultural, o nível das estruturas discursivas se erige sob a imperiosa influência da cultura branca. Assim, os procedimentos semânticos e sintáticos, que a discursivização prevê, apresentam-se totalmente contaminados por ela, quer seja pelo emprego do idioma (português) em si, quer seja pelas elaborações sintático-semânticas, tão bem representadas pelas pausas e pela tentativa obstinada de se explicar, de se fazer entender.

A conversão, na perspectiva semântica, processa o sentido mínimo em valores da narrativa: ser filho de *Ñanderú* e *Ñandesí*, ser protegido, ser *kaiowá*, ter uma história, ter seu próprio idioma. No nível do discurso, esses valores tornam-se *temas*, configurados pelo campo de sentido. O

sujeito que tinha papéis *actanciais* (de quem atua, age) passa a ter papéis *temáticos* (de representações metafóricas) (“*Somos filhos de Nãnderú e Nãndesi*” = tradição, “*Nãnderamoue é nosso protetor*” = poder). Essa reiteração dos traços faz a coerência semântica. Ao enunciar “*kaiowá quer dizer filho da floresta, da madeira, da mata... kaiowá é a natureza...*”, Ireneo está recobrando os *temas* (conceitos abstratos, metafóricos) com *figuras* (elementos concretos), está realizando uma *figurativização*. Ao reproduzir sua imagem com as palavras, mostrando-se, representando-se, o capitão abre sua fala apresentando seu auto-retrato. Atente-se para o final de seu pronunciamento, a partir do parágrafo 40, em que essa imagem retratada vai se desvanecendo e suas palavras deixam de compor sua figura para, revisitadas, passarem a fazer uma retratação, porém não mais no sentido de representação de imagem, mas sim no sentido de desdizer-se, desculpar-se.

Os índios guaranis e kaiowás sofreram muito com a guerra do Paraguai... depois sofreram por causa do trabalho nos campos de erva... eh!... por aqui existe muita erva mate que o branco sempre negociou... a erva é natural daqui, e os índios a conheciam... eram os Kaiowá que trabalhavam para eles... os Kaiowá plantavam, colhiam e transportavam o mate... foi o mate que chamou o branco para cá, por isso o mate é importante para ele... Para o índio o mate sempre foi precioso... índio vive com o tereré na mão... tereré e milho são as coisas que o índio sempre cuidou... Milho tem dois tipos: o saboró que é da gente, sagrado, e o duro que serve para vender... com o saboró nós fazemos o xipaguaçu que é uma pamonha assada, boa, boa... (parágrafo 5)

Ao abordar os hábitos alimentares de seu povo, Ireneo cita os dois elementos básicos desse traço cultural: o milho e o tereré, que é uma bebida semelhante ao chimarrão, cuja diferença consiste no tipo de erva e na temperatura da água (fria ou gelada). Estabelece-se aí uma divisão de ori-

gens culturais se não contrárias, absolutamente distintas. O tereré é preparado numa cuia ou copo e consumido por sucção através de uma bomba, ou seja, requer produtos industrializados para seu consumo. Outra dicotomia se apresenta no momento em que o milho é classificado em dois tipos: “o *saboró*, que é da gente, sagrado, e o duro que serve para vender...”. A expressão “da gente” se opõe a não é “da gente”, é do branco, que é o milho duro, que serve para vender (outro traço cultural do branco). A ambiguidade discursiva vai-se revelando por meio do conflito das duas vozes que emergem na fala do enunciador, embaçando os contornos de sua existência semântica e comprometendo irremediavelmente sua identidade. E isso ele parece saber, pois procura sufocar esse sujeito branco instalado em seu discurso. Ora, mascara a aquisição dos valores dos brancos “... foi o mate que chamou o branco para cá, por isso o mate é importante para ele...”, “... a erva é natural daqui, e os índios a conheciam...”, “... Para o índio o mate sempre foi precioso... índio vive com o tereré na mão...” (parágrafo 5), dizendo-se conhecedor e apreciador da erva mate antes de os brancos chegarem. O fato de conhecer a planta não o exime de ter assimilado os procedimentos de cultivo e preparo do produto para ser consumido sob forma de tereré (“... até o tereré dos índios vem dos brancos...” (parágrafo 12). Ora comete uma apropriação tão completa do discurso do branco, que incorpora em paralelo e por oposição ao valor sagrado do milho mole, o *saboró*, um valor comercial ao milho duro, escancaradamente pertencente à cultura branca e praticável exclusivamente em contato com ela. “... milho tem dois tipos: o *saboró* que é da gente, sagrado, e o duro que serve para vender...” (parágrafo 5).

Um ciclo de vida religiosa,... um como que ‘ano eclesiástico’, que acompanha as diversas atividades de subsistência, em especial as diferentes fases da cultura do milho.

(...)

Assim, entre os Kaiowá e os Nandéva do Sul do Mato Grosso, a lavoura do milho segue, em linhas gerais, o seguinte calendá-

rio: em maio, a roçada; de maio a junho, a derrubada da mata virgem; em agosto, a queima; de agosto a outubro, o plantio; de março em diante, a quebra. Isto vale para o milho duro, destinado à venda. O milho mole, saboró, já se colhe desde o princípio do ano; esta é a época do ‘mantimento novo’.

(...)

O Guarani tem plena consciência da distinção entre o milho saboró como elemento cultural tradicional e o milho duro, recebido de fora em época mais ou menos recente e que não foi possível rejeitar, uma vez que havia necessidade de produzir para o comércio, a fim de obter dinheiro. Ao milho saboró, de grão mole, que frutifica de dois a três e amadurece em quatro meses, inere caráter sagrado; considerado a principal dádiva dos seres míticos chamados Djakayrá (isto entre os Kaiowá), é também o que melhor se presta para a fabricação de chicha. (SCHADEN, 1974, p. 39-40).

Dos vivos, acho que sou o índio mais velho da Reserva... por vontade do general Rondon, sou capitão da aldeia até hoje... Antes o chefe era chamado cacique, mas depois a coisa mudou, mudou para capitão⁴... virei capitão!... cacique é palavra de índio puro; capitão é coisa nova... A capitania só passou a existir depois que os brancos chegaram... hoje em dia tanto faz: cacique e capitão é tudo a mesma coisa... Antes não havia necessidade de chamar cacique de capitão, cacique só bastava e todos respeitavam... o tempo foi passando, o povo daqui foi perdendo o costume e agora é capitão para cá, capitão para lá... cacique virou coisa dos antigos.... (parágrafo 6)

No parágrafo sexto, as palavras “cacique” e “capitão”⁵ aparecem disputando o *campo semântico*, procurando estabilidade na escala de valores do universo kaiowá. Capitão Ireño, antes cacique Ireño, afirma ter

4 Termo introduzido pelo SPI, pois tinha uma ligação com a hierarquia do exército por meio dos administradores do órgão tutelar.

5 “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 1977, p. 80).

“virado” capitão. Virar significa tornar-se, passar a ser, opera uma mudança de estado. Ao dizer que cacique é palavra de índio puro, Ireneo se atém apenas ao termo “palavra”, diferentemente de quando se refere à designação capitão, quando emprega o termo coisa, que significa fato, acontecimento. É como se ele mencionasse cacique apenas como *significante* (parte material do signo, a palavra) e capitão como *significante* mais *significado* (parte abstrata do signo, o conceito).²

O adjetivo “puro” em “*índio puro*” opõe-se a miscigenado, não genuíno, não autêntico. Como no texto aparece a palavra “nova” como oposição, podemos interpretar que a coisa “nova” contém esses componentes alterando o estado do índio “puro” e estabelecendo as ligações velho/puro, novo/misturado. Após admitir que “*a capitania só passou a existir depois que os brancos chegaram*”, afirma que “*capitão e cacique é tudo a mesma coisa*”, revelando uma dubiedade causada pela internalização dos novos valores. “Antes”, quando “*não havia necessidade de chamar cacique de capitão, cacique só bastava e todos respeitavam*”, havia uma tensão mais ou menos estável entre os valores, externalizada pelo sincretismo habilmente empregado como alternativa de resistência cultural. Tal sincretismo, ou seja, a equivalência atribuída a cacique e capitão estabeleceu-se como um contrato de aceitação do novo valor por parte do índio, com a condição de conservar o reconhecimento de um valor seu; cacique.

A relação entre *significante* (cacique) e seu *significado* incorporou um terceiro elemento cambiável (termo capitão), que passou a sobrepor-se como *significante*, sem, no entanto, conseguir penetrar no *significado* cristalizado de cacique, um referente praticamente inabalável na concepção de poder. Com o passar do tempo, o discurso começou a engendrar-se de modo a polarizar antagonicamente os destinatários em dois tipos de sujeitos: os assimiladores (índios) e os excludentes (brancos). O discurso de exclusão é um gesto acintoso de negação do outro, enquanto o discurso de assimilação é uma constante sustentação de uma imagem criada de um

nós hipotético a ser preservado na sua integridade. Duas forças são geradas a partir dessa prática discursiva intercultural: uma centrípeta, de visão assimilativa, que aproxima e inclui os interlocutores; outra centrífuga, que marginaliza e exclui os destinatários. O que acontece é a standardização e ingestão do “mesmo”, e a triagem e eliminação do “outro” ou qualquer coisa que não seja identificável no sentido de tornar idêntico, igual (LANDOWSKI, 1997, p. 7). Talvez seja por isso que o índio tente passar a ser o “mesmo” para o branco e o “outro” para si mesmo. “*O tempo foi passando, o povo daqui foi perdendo o costume...*”. Nesta fala Ireño enuncia de maneira bastante clara a gradação lenta do processo de assimilação de um novo paradigma. E quando usa a expressão “para cá e para lá” em “*agora é capitão para cá, capitão para lá...*” não consegue esconder um travo de contrariedade e auto-comiseração, principalmente ao dizer: “*...cacique virou coisa dos antigos...*”, entre os quais se inclui.

Ainda quanto a isso, ao classificar o Capitão Ireño como capitão, reconhecido como tal desde o tempo de Rondon, é possível estabelecer a hipótese de que, talvez ele mesmo tenha passado por uma situação como essa. O cargo de capitão de aldeia foi criado pelo próprio Rondon, com evidente motivação integracionista. Tratava-se, no início, de uma função semelhante à de intérprete, isto é, ele era o responsável pela comunicação entre o grupo e as autoridades (SPI e FUNAI). O capitão era selecionado pela sua capacidade no uso da língua portuguesa. Isso, no início. Depois, como era de se esperar, passou a ser utilizado como um meio de intervir na política interna do grupo. O capitão era favorecido pela sua possibilidade de definir a maneira como as relações do grupo com as autoridades ocorreriam. Tudo passava por suas mãos, ou boca e ouvidos, dando-lhe um poder contra o qual nem o cacique poderia competir. O poder passava do uso da língua guarani para o uso da língua portuguesa. O domínio do grupo se fazia de fora. Essa é a política contra a qual se tem insurgido nos trabalhos atuais de educação indígena (FERREIRA NETO, 1997, p. 8).

Sou irmão de Emílio Isnard, que foi cacique antes do General Rondon passar por aqui... depois que ele saiu, o Joaquim ficou como encarregado no seu lugar... Nunca deixei de ser capitão, mas houve épocas em que dividi a capitania com outros índios... eu sempre fui responsável pelo lado do Bororó, e eles pelo lado de lá... primeiro dividi com o índio Narciso Daniel, depois com o Ramão... Ramão é terena, e ele era encarregado do pessoal da Figueira, no Jaguapiru... Depois tiraram o Ramão e no lugar dele entrou o Biguá... do lado de cá, no Bororó, o Carlito, que era meu genro, também se encarregou do trabalho... Além dos capitães existiam os conselheiros... os conselheiros existem até hoje e são ajudantes da capitania... são os auxiliares dos capitães... é gente escolhida por alguns índios, para tomar conta de uma porção deles... são eles que conversam com os índios quando estes têm problemas... são eles que discutem as coisas importantes e se reúnem com o capitão para acertar tudo... então, de dentro da Reserva, mandando mesmo têm os capitães e os conselheiros... Tirando o índio, ainda tem outros que mandam aqui... o chefe do Posto da FUNAI; o pessoal de fora da Reserva como o chefe da polícia federal, o prefeito, as pessoas da missão... todos querendo ajudar a aldeia.... (parágrafo 7)

No parágrafo sétimo, Ireño segue discorrendo sobre a evolução das relações de poder entre os membros da tribo, ainda operando com os termos cacique e capitão: “*Sou irmão de Emílio Isnard, que foi cacique antes do General Rondon passar por aqui...*” “*Nunca deixei de ser capitão,...*”. O termo cacique é empregado quando Ireño se refere ao período anterior à chegada do General Rondon, conforme ele próprio afirma. Ao mencionar o período pós-chegada do General Rondon, emprega o termo capitão, enfatizando que nunca deixou de sê-lo, ou seja, que seu mandato é vitalício, conotando um arraigamento da função de cacique que parece extrapolar o marco temporal que se estabeleceu quando foi nomeado capitão. O termo “nunca” significa “em momento nenhum”, o que pode levar à interpretação de que ele sempre foi capitão, mesmo antes de passar a sê-lo institucionalmente. Era e não sabia. E se nunca deixou de ser ca-

pitão, era também capitão. Hoje é capitão Ireno, mas também é cacique Ireno. Há uma coexistência de “seres”, cuja ambiguidade, só não fica mais evidente por haver, em seu discurso, uma congruência entre eles. Capitão é um valor dado e cacique é um valor construído. Aí reside a diferença fundamental entre elementos aparentemente correspondentes. A grande dificuldade que o índio tem em encontrar a fronteira que delimita o espaço de sua alteridade é justamente o fato de esses limites não serem rígidos, por abarcarem traços partilhados.

Uma outra face de sua própria identidade se distingue como uma figura do *outro* no interior de si mesmo. Ele se reconhece no *outro*, ou se descobre a si mesmo como *outro*. Na tentativa de estreitar a rigidez dos limites de sua identidade, lidando ao mesmo tempo com valores tão distintos, esse sujeito realiza uma remodelagem de seu conceito de realidade por meio de mecanismos de reparo e expulsão de elementos de difícil assimilação, percorrendo o caminho em que sua memória foi construída e reconstruída como parte de sua consciência. Os componentes míticos de sua vida, expostos às estocadas da razão branca, sofrem uma desvalorização, ou mesmo um alijamento, perturbando seu equilíbrio interno. No final do parágrafo, ainda abordando a hierarquia de poder que se estabeleceu dentro da aldeia após a chegada de Rondon, Ireno enumera as autoridades da seguinte forma: *“Tirando o índio, ainda tem outros que mandam aqui... o chefe do Posto da FUNAI; o pessoal de fora da Reserva como o chefe da polícia federal, o prefeito, as pessoas da missão... todos querendo ajudar a aldeia...”*. Ao empregar o verbo “tirar” que significa subtrair, pôr fora, Ireno coloca os índios na situação de excluídos. Ainda que ele não usasse essa palavra que isola tão marcadamente o primeiro termo (os índios) dos demais constantes na enumeração, essa cisão ficaria evidente pela própria natureza das instituições elencadas, que são todas pertencentes à cultura branca, concebidas sob preceitos e valores totalmente diferentes. O poder exercido por essas instituições e pelos índios,

apesar de não serem excludentes, desqualifica-se, neutralizando-se por não reconhecerem, uns nos outros, a autoridade que o código de valores de cada um constrói. Evidentemente esse “desacato” é velado, pois mesmo classificando a todos de maneira generalizada como “*o pessoal de fora*”, que é uma expressão que denota intromissão, aproximação indesejada, autoridade não autorizada, logo a seguir ele se coloca como crítico e insatisfeito dizendo “... *todos querendo ajudar a aldeia...*”, sintomaticamente após uma pausa, que o sinal dado pelos três pontos das reticências não revela se foi longa ou breve. Interessante é notar que Ireño cita a exclusão dos índios em 3ª pessoa, como se não fosse um deles, como se não tivesse sido atingido, como um espectador. Essa prática vai se estender ao longo de toda a sua fala.

A fala entre os Guarani é o resultado de um processo de formação individual que necessita ser tomado desde o ponto de vista dos próprios Guarani. A habilidade no uso das palavras e dos conceitos das palavras é adquirida da passagem para estágios diversos e sucessivos da formação de pessoas. Não há, entre os Guarani, uma educação de pajés; eles se formam cumprindo esses estágios. A capacidade de realizar curas, por exemplo, vincula-se diretamente à capacidade de prolongar seu pensamento em análises detalhadas da realidade circunstancial, que vai desde o conhecimento das plantas e dos animais até a origem das almas e das relações sociais. Sensibilidade, lucidez, sabedoria são qualidades presentes em todos os indivíduos; sua manifestação, entretanto, é permitida apenas àqueles que tenham adquirido o grau necessário para tanto. Há vários casos de indivíduos não-índios que optam por uma nova identidade étnica, guarani no caso, e, saltando as etapas necessárias para sua formação como pessoa, assumem liderança e se tornam porta-voz do grupo. Não há quem os reprima, pois isso não faz parte da cultura guarani, mas tampouco há quem acredite neles. A função de cacique é, via de regra, hereditária, a de pajé é construída e a de capitão definida de fora para dentro. Aliás, nem mesmo o termo ‘cacique’ é de origem guarani, eles usam expressões como *ore rekoa ruvíxá*, *ore ramõi*, *ore rekoa ramõi*,

dentre outras, significando ‘o maior de nossa aldeia’, ‘nosso protetor’ e ‘protetor de nossa aldeia’, respectivamente. (O que nos permite acrescentar a palavra ‘chefe’, ‘comandante’, ‘presidente’ ou qualquer outro nome de posição dirigente, ao rol das palavras inexistentes na língua guarani). (FERREIRA NETO, 1997, p. 8)

Agora sou um capitão velho, mas todos me respeitam pela idade... só que tem os outros dois que mandam junto com os conselheiros... esses estão com a força, enquanto eu estou com a sabedoria... são eles que se encarregam dos trabalhos, e mesmo sendo índios, tem um que é funcionário e recebe da FUNAI... Junto com eles tem também o chefe do posto da FUNAI, mas este não é índio... este faz a ligação entre as autoridades de fora e o povo da aldeia... Tanto os capitães como os conselheiros de hoje trabalham de um jeito diferente do nosso... Antes o conselho era formado de poucas pessoas... os capitães guardavam mais a aldeia... Agora está tudo diferente... hoje em dia tudo é mais complicado... Não dá mais para voltar a ser o que era antes: tem muito índio na Reserva, muita gente... e existem até brancos morando por aqui..... (parágrafo 8)

A abordagem que Ireno faz de sua posição em relação “*aos outros dois que mandam*” e em relação ao jogo de poder que se forma entre eles (“... *esses estão com a força, enquanto eu estou com a sabedoria...*”) revela a relatividade dos valores em função do tempo. Ao dizer: “*Agora sou um capitão velho, mas todos me respeitam pela idade...*”, Ireno emprega o adjetivo “velho” após o substantivo, posição que encerra o sentido de “desusado”, “antiquado”. A conjunção adversativa *mas* inaugura uma expressão que processa a restauração dessa afirmação depreciativa, ao mesmo tempo em que demonstra o papel do tempo em relação à escala de valores da cultura guarani. Na primeira oração desse primeiro período do parágrafo, “*o tempo é tido como uma força de destruição, que arruína tudo que é tido como eufórico*” (FIORIN, 1996, p. 128). Na segunda oração do mesmo período, o respeito pela idade imprime uma nova conotação à ação

do tempo, substituindo seu aspecto perecível pelo aspecto dignificante, e sua função de esvaziamento pela função de preenchimento, tão bem traduzida pelo capitão, mais adiante, pela palavra sabedoria em: “...*esses estão com a força*” (que o tempo arrefece), “*enquanto eu estou com a sabedoria...*” (que o tempo amalha). Além do mais, ainda na primeira oração, a fala do capitão: “*Agora sou um capitão velho*” contém o pressuposto, por conta do advérbio de tempo *agora*, de que ocorreu uma transformação, de que em um outro momento que não *agora*, em um *antes*, ele não era um capitão *velho*, mas sim o *capitão*, livre do adjetivo *velho* e de todas as suas implicações semânticas. Vale acrescentar a essa observação sobre o advérbio *agora* o emprego de uma sequência de verbos no presente que estampam uma situação a que se poderia chamar desfavorável e que ele classifica eufemisticamente como “*diferente*”. Quando enuncia “*hoje trabalham de um jeito diferente do nosso...*”, a neutralidade que o adjetivo “*diferente*” a princípio parece conter dissipa-se na oração seguinte, em que a expressão “*guardavam mais a aldeia*” se opõe a ele, pressupondo o significado “*guardam menos a aldeia*”. A sequência das duas orações seguintes: “... *Agora está tudo diferente... hoje em dia tudo é mais complicado*” coloca os adjetivos “*diferente*” e “*complicado*” em paralelo, em uma situação sinonímica, o que constitui uma reiteração da postura crítica em relação à situação atual do capitano. Todo esse contexto que precede o enunciado: “*Não dá mais para voltar a ser o que era antes*” permite que ele seja interpretado como uma lamentação. O que Irene demonstra não saber, no entanto, e que os motivos apresentados por ele (“*tem muito índio na Reserva, muita gente... e existem até brancos morando por aqui*”) não são a real justificativa para a impossibilidade de retorno à situação anterior. Afinal, elas são, de alguma forma, reversíveis, ou seja, a população indígena da Reserva pode diminuir, bem como os brancos podem deixar de morar por lá. Entretanto, mesmo que isso chegue a acontecer, “*Não dá mais para voltar a ser o que era antes*”, porque é irremediável a irreversibilidade do

tempo, porque o que “*era*” não é mais, é o passado; “*voltar a ser*” é tentar resgatar o presente que não permaneceu. É “*o ser e o não ser do tempo e a medida do que não é*” (FIORIN, 1996, p.129).

Vou contar um pouco como era a vida naquele tempo... etal... a vida era bonita mesmo... índio trabalhava plantando mandioca, batata, cana, banana, amendoim... usava a terra para plantar alimentos... não para outras coisas!... Naquele tempo o índio era rico, porque tinha muito bicho do mato por aqui... mas agora acabou, porque nem o passarinho tem mais né?... hoje, no lugar do passarinho, a gente tem que criar galinha, pato e porco... naquele tempo tinha tudo, não é?... mas agora... então, precisa trabalhar plantar, vender, comprar vaca para dar leite... (parágrafo 9)

Ao propor-se a “*contar como era a vida naquele tempo*”, Ireneo estabelece um marco temporal, um antes e um agora, um pretérito e um presente, sem declarar explicitamente o ponto de referência tomado por ele para delimitar essa decisão cronológica, ou seja, a partir de quando o “*antes*” passou a ser “*agora*”. Nota-se a interrupção de uma situação inicial favorável, que, por meio de verbos no pretérito imperfeito, o Capitão vai compondo em oposição à situação atual, de “*agora*” assim configurada: “*a vida era bonita mesmo...*”, “*... usava a terra para plantar alimentos... não para outras coisas!...*”, “*o índio era rico, porque tinha muito bicho do mato por aqui...*”, “*... naquele tempo tinha tudo, não é?...*”. Implícitas na sequência de afirmações, as pressuposições dão o perfil da situação atual, que, por oposição, seria: “*a vida é feia mesmo...*”, “*... usa-se a terra para outras coisas... não para plantar alimentos!...*”, “*o índio é pobre, porque tem pouco bicho do mato por aqui...*”, “*... nesse tempo não tem nada, não!...*”. Por sua vez, a narração do panorama da situação atual: “*mas, agora acabou, porque nem o passarinho tem mais, né?...*” (“*... mas agora...*” precedido por “*naquele tempo tinha tudo, não é?...*”)

ratifica essa oposição, gerando novas pressuposições: “*antes não tinha acabado, tinha até passarinho, né?...*”, “*naquele tempo tinha tudo.*” As duas afirmativas: “*... hoje, no lugar do passarinho, a gente tem que criar galinha, pato e porco...*” e “*... então, precisa trabalhar, plantar, vender, comprar vaca para dar leite...*” revelam, também por oposição, que *antes* a relação do índio com o seu meio ambiente era harmonioso, espontâneo e livre, com o usufruto natural dos meios de subsistência por meio da coleta e da caça, atividades essencialmente extrativistas e despojadas de qualquer tipo de imposição ou preocupação. O emprego da expressão *tem que* para definir essa imposição de atividades denuncia o desgosto com que elas são desenvolvidas, que por sua vez revela o antagonismo travado no interior da cultura guarani, por conta da necessidade de adotar novos hábitos e costumes tão díspares e tão rejeitados. Se assim não fosse, em lugar do verbo *ter* Ireneo poderia ter empregado um outro verbo, de valor semântico que representasse maior aceitação e adaptação em relação às atividades, como, por exemplo, o verbo *poder*, que conotaria, além da aceitação, a realização de um desejo, de uma necessidade: “*... a gente pode criar galinha...*”; “*... então, pode trabalhar, plantar...*”. Contrariamente, o verbo *ter* indica contrariedade em relação ao desejo do índio e suas necessidades. Ao mesmo tempo em que gera um conflito interior, o desempenho contrariado das novas funções produz obviamente um resultado insatisfatório que, em cadeia, produz uma imagem negativa do índio, de indolência e incompetência.

Antigamente a vida também era difícil... mas para o índio a vida nunca foi fácil... antes não tinha todas essas coisas do branco que tem hoje... índio plantava para comer... e conseguia as coisas que precisava por aí... A terra era grande... tudo isto aí era do índio e ele podia pegar o que quisesse dela.... (parágrafo 10)

A narração implica a memória.

Por conseguinte, quando contamos, o que sai de nossa memória não é a realidade mesma (*res ipsae*), que não é mais, mas palavras nascidas das imagens que formamos dessas realidades (*verba concepta ex imaginibus earum*), que, atravessando nosso espírito, deixaram traços (*vestigia*) de sua passagem (AGOSTINHO, XVIII, p. 23). (FIORIN, 1996, p. 132)

Ireno, neste décimo parágrafo, opera um prolongamento da oposição instaurada a partir do parágrafo 8, entre o antes e o depois, entre o passado e o presente. Todos esses fatos passados que ele vai presentificando por meio da linguagem vão se instalando em um “*presente alargado*” (FIORIN, 1996, p. 132), capaz de conter a manifestação de todas as suas impressões de espírito. Seus 92 anos dão autoridade à sua fala, porque essa grande extensão de tempo dotou-o de mais elementos para fazer uma avaliação mais abrangente da situação do índio. Entretanto, a dicotomia que ele colocou tão bem marcada no parágrafo anterior, entre vida boa no passado/vida ruim no presente, parece diluir-se na incoerência entre as partes desse parágrafo. Ele começa afirmando que “*Antigamente a vida também era difícil...*”, que “*para o índio a vida nunca foi fácil...*”, tais afirmações neutralizam a oposição entre “*antigamente*” e “*hoje*”. O advérbio “*nunca*” ratifica essa neutralização e estende as dificuldades do índio a todo e qualquer tempo, isto é, “*nunca*”, em tempo algum a vida foi fácil para o índio. A terceira oração: “*... antes não tinha todas essas coisas do branco que tem hoje...*” é uma justificativa para as dificuldades de antigamente, ou seja, a vida do índio era difícil porque não contava com as facilidades de “*essas coisas do branco que tem hoje...*”. Ao mesmo tempo, ela precede uma série de fatos que ilustram a vida do índio “*antes*” de chegarem “*essas coisas do branco que tem hoje...*”, conduzindo a uma interpretação oposta, em que afirmativas como “*índio plantava para comer... e conseguia as coisas que precisava por aí...*” pintam o panorama de uma vida simples e

descomplicada, ou seja, fácil. A incoerência que parece conter o enunciado, se na verdade é a manifestação de um grande paradoxo: antigamente a vida era difícil porque “*não tinha todas essas coisas do branco que tem hoje*”, ou seja, as facilidades tecnológicas e dos produtos industrializados; hoje a vida é difícil porque, “*todas essas coisas do branco que tem hoje*” não é possível “*plantar apenas para comer*”, é preciso plantar para vender também, o excedente; não é possível “*conseguir as coisas que precisam por aí*”, é preciso ter valores (dinheiro) para obter “*outros valores*” em trocas; “*A terra, que era grande*” tornou-se terra pequena; “*tudo isso aí*”, que “*era do índio*”, deixou de sê-lo; e se “*ele podia pegar o que quisesse dela*”, hoje ele não pode mais. A grande dificuldade do passado era não ter recursos em uma forma de vida simples. A grande dificuldade hoje é a obtenção desses recursos, que impossibilita a manutenção da vida simples.

Com a chegada dos primeiros fazendeiros, os índios começaram a aprender o gosto de outras coisas: sal, café, carne, sabão... estas coisas nós aprendemos depressa, coisas boas, não é?!... Havia uns poucos fazendeiros por perto e a gente se dava bem... eles davam alguma coisa que a gente precisava... foi bom enquanto eles ficaram para lá, e nós para cá... Mas, tenho que dizer que com os brancos também vieram muitos problemas... não foram só coisas boas que aconteceram, não!... (parágrafo 11)

O velho capitão estabelece um marco a partir do qual os índios começaram a alterar o seu saber: “*com a chegada dos primeiros fazendeiros*”. “*Aprender o gosto*”, que Ireno declara “*nós aprendemos depressa*” por serem “*coisas boas, não é?!...*”, na verdade tem uma dimensão muito maior do que a rapidez que o capitão menciona, porque o “*gosto*” abrange o campo cognitivo, o campo passional e o campo físico-fisiológico. “*Aprender o gosto*” é passar a *saber*. Até aqui o ponto de vista de Ireno deteve-se nas relações intra-culturais, partindo dos próprios índios e de

suas ações. Considerando-se, porém, que em semiótica toda comunicação é uma manipulação, um outro programa se delineaia “*com a chegada dos primeiros fazendeiros*”: essa nova relação entre sujeitos passa a tratar de outro par actancial — destinador e destinatário.

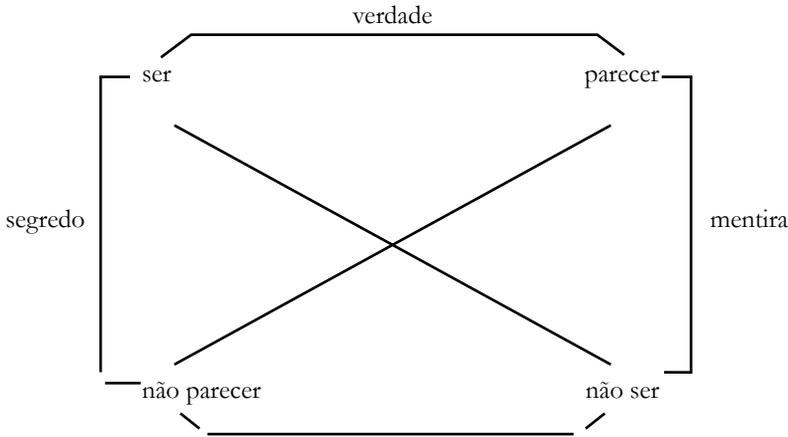
$$S_1 \rightarrow (S_2 \cup O \rightarrow S_2 \cap O)$$

(fazendeiro) (índio)

O Sujeito que doou valores modais (que modificam o modo de ser) é o destinador (“*eles davam alguma coisa que a gente precisava*”).

O Sujeito que recebeu valores modais é o destinatário, o que significa que ele passa a se colocar como sujeito da ação.

O papel do destinador, por mais despojado que possa parecer, é um papel factitivo, isto é, *faz saber*, antes *faz ser* (“*os índios começaram a aprender o gosto de outras coisas: sal, café, carne, sabão...*”). Exercendo um *fazer* persuasivo, o destinador propõe ao destinatário um contrato, que ele pode aceitar ou não a partir de seu fazer interpretativo. A manipulação realiza-se, assim, em duas fases; na primeira, fiduciária, o destinador faz o destinatário acreditar no objeto como valor (“*coisas boas, não é?!*”); na segunda, o destinador coloca o destinatário em situação de escolha forçada e altera sua competência (“*eles davam alguma coisa que a gente precisava*”). Note-se que até então os índios não precisavam de “*sal, café, carne, sabão*”, aliás, nem conheciam. A reação do destinatário, nesse momento, é interpretação, o que em semiótica significa *modalizar veridictoriamente*, ou seja, com base nos seus saberes, valores e crenças, avalia o que *parece ser*, o que pode tornar-se verdadeiro, passando do *parecer* ao *ser*, da *aparência* para a *imanência*.



Dessa forma, a relação inicial que se coloca como boa: “*Havia uns poucos fazendeiros, por perto e a gente se dava bem...*” é considerada verdadeira (“*foi bom enquanto eles ficaram para lá, e nós para cá...*”), ou seja, *era* e *parecia*; passou a ser mentirosa a partir do momento em que passou apenas a *parecer* e a *não ser* (“*mas, tenho que dizer que com os brancos também vieram muitos problemas...*”); até chegar a ser *falsa* (“*Não foram só coisas boas que aconteceram, não!...*”): *não parecia* e *não era*.

Como existia muita terra, nós índios podíamos viver mais livres... ah!... aqui era uma mata só... e nós um punhadinho de famílias... Naquele tempo o índio podia ir solto por aí... andar de lá para cá... era tão diferente!... Tinha coisa boa, apesar da gente não ter o sal, o sabão... mas a comida não faltava enquanto a gente estivesse trabalhando na terra... Índio precisa de terra... de terra grande, viu?... O índio gosta de terra com mato, com árvores, com bichos, com frutas: isso sim é coisa de índio... é assim que o índio gosta de viver na natureza... Não dá mais para voltar a ser o que era antes... Tudo mudou bastante... os índios cresceram muito e os brancos também... os brancos começaram a vir para a terra dos índios e houve muito problema... problema para o índio... então havia vantagens e desvantagens... Nós gostamos dos brancos bons, eles fazem coisas

para ajudar os índios, mas mesmo assim o índio está pobre... hoje precisamos do branco e da cidade para tudo... não dá mais para viver sem sal, sem café, sem a comida do branco... até o tereré dos índios vem dos brancos... o índio precisa de roupa, porque não pode mais andar como antes, e então tudo depende do branco... não é como antes... ah!, não é não!.... (parágrafo 12)

O parágrafo doze contém os três estados do índio, a saber: um estado inicial, pré-contato com a cultura branca; estado de contato formal e um estado pós-contato, de perene convívio.

A narração de Ireno a respeito do estado inicial do Kaiowá abre o parágrafo com períodos com verbos no pretérito, retratando uma situação privilegiada da tribo: *“Como existia muita terra, nós índios podíamos viver mais livres... ah!... aqui era uma mata só e nós um punhadinho de famílias... Naquele tempo o índio podia ir solto por aí... andar de lá para cá...”*. O período seguinte, *“... era tão diferente!”*, estabelece uma oposição que pressupõe uma situação contraditória em outro tempo, o presente. Então, contraditoriamente a essa situação inicial, no passado, hoje se tem: *“Como não existe muita terra, nós índios não podemos viver livres... ah!... aqui não é uma mata só... e nós não somos um punhadinho de famílias... Hoje o índio não pode ir solto por aí... andar de lá para cá...”*. A seguir, Ireno enuncia: *“Tinha coisa boa, apesar da gente não ter o sal, o sabão...”* estabelecendo um marco, por meio dos dois tempos verbais, entre as coisas de agora (*“apesar da gente não ter o sal, o sabão...”*) e de então (*“Tinha coisa boa...”*), mostrando haver entre elas uma relação de exclusão recíproca, ou seja, *“tinha coisa boa, mas não tinha o sal, o sabão”*, tem o sal e o sabão, mas não tem mais coisa boa. A afirmação seguinte: *“mas a comida não faltava enquanto a gente estivesse trabalhando na terra...”*, parece apontar a preferência pela situação anterior, entre as duas excludentes. A sequência de períodos a seguir é uma sucessão significativamente empregada com a função de representar

a condição atemporal e inabalável do índio em relação ao seu universo cultural: “... *Índio precisa de terra... de terra grande, viu?... O índio gosta de terra com mato, com árvores, com bichos, com frutas: isso sim é coisa de índio... é assim que o índio gosta de viver na natureza...*”. O emprego da expressão “o índio” como sujeito, ao mesmo tempo em que lhe empresta uma conotação de indeterminação, contém um significado abrangente, que inclui todo e qualquer representante da tribo kaioiwá. O período “*não dá mais para voltar a ser o que era antes...*” encerra a narrativa do estado inicial do índio, enquanto os cinco períodos seguintes configuram a situação de contato formal: “... *Tudo mudou bastante... os índios cresceram muito e os brancos também... os brancos começaram a vir para a terra dos índios e houve muito problema... problema para índio...*” Os verbos “*mudou*”, “*cresceram*”, “*começaram a vir*” e “*houve*”, encerram semanticamente uma mudança de estado. Os períodos seguintes e finais do parágrafo dizem respeito ao período pós-contato, de convívio contínuo. Os verbos no presente traduzem um momento de referência mais longo do que o momento da enunciação. O advérbio “*hoje*” traduz essa extensão da temporalidade dos fatos, com o sentido de atualidade. A expressão comparativa em “... *não pode mais andar como antes*” é outra marca do presente de continuidade.

Nesse parágrafo, ao narrar as mudanças porque passaram os kaioiwá, Ireno incorre em uma descrição, porque se detém menos na ação e mais no estado do índio, destacando, assim, o valor que atribui a ele, ao mesmo tempo em que consegue cristalizar uma imagem aos olhos do interlocutor. Ora para se enaltecer, ora para se fragilizar, o capitão traça um perfil do Kaiowá impregnado de valores e características da cultura branca, principalmente o trabalho. Até mesmo ao referir-se ao passado, quando ainda nem tinha contato com o branco, deixa transparecer esses valores, como a posse da terra, como se tivessem efeito retroativo. Essa voz do branco que se instala em duas falas, além de apropriar-se desse

sujeito, passa a funcionar como novo código de leitura e apreensão do mundo e dos valores. “... *A terra era grande... tudo isso aí era do índio e ele podia pegar o que quisesse dela...*” (parágrafo 10). Esse tipo de pensamento passa a existir somente após o contato com o branco e a perda de grande parte do território. Na época, a terra para ele não tinha tamanho, nem valor como propriedade e fonte de bens.

Agora, esse pouquinho que se vê aí é tudo o que o índio tem... A Reserva é um lugar apertado para tanto índio e para a família dele... tem muita gente... tem até gente que não é índio!... Hoje, a vida do índio é a rocinha, uma criaçãozinha... e só!... tem que cuidar desse pouquinho que restou... isso para aquele que tem, né?... O índio deveria ficar por aqui tomando conta do que é seu e pronto... mas nem isso os índios querem fazer!... não é como antes... tem coisas boas do branco que o índio quer, mas tem coisas ruins dos brancos que atrapalham muito a vida da família do índio... (parágrafo 13)

A partir dos advérbios “*agora*” e “*hoje*”, Ireno tenta retratar a situação do índio em um aspecto mais pontual, imprimindo nela um sentido de resultado, quase que de consequência, considerando-se o ponto de vista negativo que ele toma em sua fala. Os termos no diminutivo, “*pouquinho*”, “*rocinha*”, “*criaçãozinha*”, assinalam o grau da expoliação que o Kaiowá sofreu a partir do contato, ou seja, do desapossamento. O que parece mais relevante, no entanto, é a maneira como o cacique enuncia o índio como *sujeito de estado*: “*O índio devia ficar por aqui tomando conta do que é seu e pronto... mas nem isso os índios querem fazer!... não é como antes... tem coisas boas do branco que o índio quer, mas tem coisas ruins...*”. Analisando: o índio não é um *sujeito real* (que realiza ações) porque não realiza a *performance* (conjunto de ações); tampouco é um *sujeito atual* (não possui as qualificações modais (competências) para fazê-lo) porque não *sabe* nem *pode* realizar a *performance* (“*tomar*

conta do que é seu”, “*isso para aquele que tem, né?...*”), pois não possui os elementos necessários para manter a própria soberania sobre seu território e lidar com as situações novas que se apresentam periodicamente em relação à posse da terra a partir do contato com o branco. Resta-lhe a condição de *sujeito virtual*, considerando-se que ele *deve* ficar tomando conta do que é “*seu*”. Neste momento apresenta-se um conflito, porque *dever* é o *querer* imposto em relação ao objeto terra, de cujo valor investido pelo homem branco ele não compartilha. Por isso ele não realiza a *performance*, porque ele não incorpora os valores que lhe são propostos, isto é, ele *não crê*. Por outro lado, ele “*quer as coisas boas do branco*”, sem passar de ser um *sujeito virtual*, porque ele apenas *quer*, não *pode* nem *sabe* como entrar em conjunção com seu objeto valor (“*coisas boas do branco*”), ou seja, não é um *sujeito atual, atualizado*. Sendo assim, não chega a ser um sujeito realizado, um *sujeito real*, isto é, o sujeito que realiza a *performance*. Esse estado do sujeito *virtual* é importante porque, ao mesmo tempo em que aponta o insucesso do programa de *performance* e, conseqüentemente, do programa de *competência*, coloca o índio apenas como uma possibilidade em relação à cultura branca.

O índio acabou sem muito do que gostava e também sem as coisas do branco... Hoje estamos mal, mas poderia ser ainda pior... Primeiro tudo era difícil, mas índio tinha liberdade... depois chegaram os brancos, e aí tudo se complicou... depois chegou mais índio, a gente foi se apertando na aldeia e tudo ficou mais difícil ainda... Antes de demarcar as terras, tinha algum problema, porque como têm brancos bons tem também cada um!... e um branco mau faz tanto estrago!... mas enquanto era pouquinho dava para todo mundo... Depois os fazendeiros foram chegando cada vez mais e a gente teve que sair... a terra foi encolhendo até que o índio decidiu arrumar trabalho nas fazendas para poder comprar comida... comprar sal, carne... (parágrafo 14)

O sentido de resultado que Ireno conseguiu dar ao retratar a situação do índio no parágrafo anterior parece mais claro agora nesse parágrafo, ao empregar o verbo “*acabou*” em “*o índio acabou*”. É o sujeito em disjunção com o objeto, resultado do programa de privação, que se situa hierarquicamente dentro do programa narrativo.

Ninguém se apropria de um objeto sem que outro sujeito seja espoliado dele. Os valores circulam num universo fechado e se deslocam. Quando Ireno enuncia que “*O índio acabou sem muito do que gostava e também sem as coisas do branco...*”, está buscando uma maneira muito própria de descrever o programa de espoliação que o índio sofreu. Além desse programa, um outro, de aquisição (ainda que frustrado), delinea-se nas últimas palavras do período: “*e também sem as coisas do branco...*”. A seguir Ireno declara objetivamente o estado do sujeito: “*... Hoje estamos mal*”, que é o resultado do arranjo de modalizações que esse sujeito sofreu. Por ter dito anteriormente que “*acabou sem muito do que gostava e também sem as coisas do branco...*”, deduz-se que o conjunto das paixões que o acomete em “*Hoje estamos mal*” é o resultado de uma relação polêmica, em que sujeito e anti-sujeito disputam o mesmo objeto. Considerando-se que os objetos são valores e, ainda, que os valores se distinguem por serem descritivos ou modais, ou seja, aqueles são buscados como valores finais e estes são buscados como meio de obter os valores descritivos, identifica-se nitidamente, além do antagonismo entre os sujeitos, uma discrepância não menos polêmica entre a concepção de valor do índio e do branco: para este, a terra tem valor modal, para aquele, a terra tem valor descritivo. Além do esquema organizado das relações actanciais, sobrepõe-se um jogo de modalizações contínuo e crescente, tão bem metaforizado por Ireno em: “*A terra foi encolhendo até que o índio decidiu arrumar trabalho nas fazendas para poder comprar comida...*”. O período: “*Depois os fazendeiros foram chegando cada vez mais e a gente teve que sair...*” imprime, juntamente com a metáfora, tamanha plasticidade ao

processo de contato cultural, que poderia ser assim representado graficamente.

Depois que se acertou a linha da Reserva, melhorou um pouco, mas mesmo assim o branco não deixa os índios em paz na sua terra... A grande dificuldade do índio é viver da rocinha e saber que se sair da aldeia tudo vai piorar e ele não tem para onde ir... a lavoura do índio, o punhadinho de coisa que ele planta, o faz ficar no mesmo lugar e sem recurso para progredir... se o índio sai da Reserva para ir fazer a xanga, ir trabalhar nas fazendas ou usinas dos brancos, ele tem que deixar a mulher e os filhos tomando conta da casa e da rocinha... não é a mesma coisa... A mulher tem que olhar os filhos e não dá para plantar... e os filhos têm que ir para a escola... então se ele vai para a xanga, a rocinha se perde... O índio teve que aprender a viver como o branco sem ser branco e também lutar para não deixar de ser índio... Índio quer ser índio, não quer ser branco... ah! não quer não... mas não dá para voltar... (parágrafo 15)

No final do parágrafo, Ireno descreve a seu modo os enunciados de estado em que se encontram os índios: “*O índio teve que aprender a viver como branco* (dever ser branco) *sem ser branco e também lutar para não deixar de ser índio...* (não querer não ser índio) *Índio quer ser índio,* (querer ser índio) *não quer ser branco...* (não querer ser branco) *Ah! Não quer não... mas não dá para voltar...* (não poder ser índio).

Conclusão

“*Tì tò mèn aei, génesin dè ouk ékhon; kaí tò gignòmenon mèn kaí apollýmenon, óntons dè oudépoté ón;*”⁶ (Platão)

Seria preciso ouvir como eles falam, comer como eles comem, dormir como eles dormem, sonhar como eles sonham, inter-

6 O que é sempre, sem possuir origem? Que é o que será e o que foi, mas realmente nunca é?

pretar os sonhos como eles interpretam... Está claro que nem tudo é possível. Meu primeiro contato com os Guarani deu-se em 1984, na aldeia de Tekoa Porã, no ES. Desde então eu procuro compreendê-los. Mas eu não sou Guarani, nem eles são outra coisa senão Guarani. Assim, além do contato direto, a necessidade imperiosa de tradução de referências culturais é fundamental para o intercuro entre povos diferentes. A análise dessas referências, linguísticas e não linguísticas, é um caminho possível para a intercompreensão mútua. Se há outros caminhos, não tenho notícia de bons resultados. (FERREIRA NETO, 1997, p. 8)

Esta epígrafe é a análise do valor deste trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo em que traduz o modesto sentimento de limitação que nos acomete ao tentarmos esboçar algumas considerações conclusivas. Não obstante o aparato teórico-metodológico escolhido seja bastante adequado e eficiente, é importante considerar algumas restrições como: o texto analisado é um registro de história oral, gravado, transcrito, é a fala de um índio, em português, dirigida a um branco, numa situação especial, formal, de entrevista. Guardadas, portanto, as condições de produção, teçamos as reflexões a seguir.

Enquanto Ireno enuncia uma colagem de recortes ideológicos e culturais, que flutua na superfície do discurso, deixa transparecer que reluta no interior de uma massa heterogênea de conceitos desequilibrados, resultantes de uma resistência a – ou dificuldade em realizar – um processo de reformulação que absorva os novos valores, ao mesmo tempo em que redimensione os já internalizados e os devolva, todos, em um caudaloso discurso alternativo. Dessa forma, os valores se deslocariam dentro do fechado universo de sua identidade, configurando uma nova representação da realidade, que, antes de ser uma deformação de seu conjunto de características, constituiria um hábil mecanismo de preservação.

A constância do contato intercultural dotou-o da capacidade de internalização da formação discursiva do branco, que pressupõe a concomi-

tante absorção de sua formação ideológica. Contudo, a assimilação dessas formações ocorreu de forma refratária, principalmente no que diz respeito à nitidez da fronteira entre as formações discursivo-ideológicas próprias do índio, preexistentes, e as formações migratórias da exterioridade.

Ireno travou contato com a cultura branca já amadurecido, quando sua formação já estava consolidada, o que permitiu a ele manter certa impermeabilidade, mantendo a interferência na superfície do discurso, cometendo mais uma apropriação preponderantemente de palavras, com a intenção de transcodificar suas idéias, que uma apropriação concreta, do discurso como um todo, que arrasta com as palavras a carga semântico-ideológica de sua representação de mundo (SCHADEN, 1974, p. 60). Uma comprovação disso situa-se no final de sua fala, no parágrafo 42, em que ele diz: “... *ouvi dizer que tem mais de cento e sessenta pessoas da Reserva que já tentaram se matar... Não sei por que é que isso acontece... será que não é por causa do fim do mundo?... Cristo disse que o mundo vai acabar no ano 2000... já está quase no fim, não está?... quantos anos faltam?...*”, em que seu alheamento denota o distanciamento ideológico que ele mantém da fala.

A partir do primeiro contato entre os índios e os brancos (Capitão Ireno recebeu Rondon em sua primeira visita aos índios guarani-kaiowá de Dourados), estabelece-se uma sequência temporal de contato cultura: num dos extremos, no princípio, tem-se Ireno e seus contemporâneos; no outro extremo, tem-se a geração da década de 90, mais exatamente os jovens, a que ele se refere ao abordar o assunto suicídio. Esse contato contínuo e estreito dos índios com as duas culturas provoca um apagamento de seus próprios valores e uma opacidade dos recortes de seus moldes culturais. Sendo assim, na idade não adulta, quando a latência de valores se converte na construção da própria identidade, o indivíduo assume desordenadamente valores conflitantes, comprometendo sua identidade com essa ambiguidade. Sem identidade, que no dicionário consta como “*conjunto de*

caracteres que fazem reconhecer um indivíduo; qualidade de idêntico, igualdade”, estabelece-se uma oposição entre *ser* e não *ser*, sendo *ser* uma representação discursiva de natureza ideológica que não encontra homologação no *viver*, que é a manifestação de *ser*.

Considerando-se que as reações às modalizações dependem da cultura, do espaço e do tempo, entre outros fatores, deve-se reconhecer que a resposta dada ao feixe de estímulos, que o contato constante encerra, possui uma série de nuances que representam diversas combinatórias que particularizam as referidas reações (GREIMAS, 1983, p. 21). Esses são componentes que fazem tão singular o discurso de Ireno, o qual se limita a uma sutil reprodução que apresenta o discurso do branco na fala do índio.

Ireno nada mais é do que uma possibilidade dedutível da identidade guarani. Ele aceita as novas representações oriundas do contato intercultural, não demonstrando ter desenvolvido uma capacidade crítica, que o tornasse capaz de identificar as configurações ideológicas, que precedem toda forma de dominação, de resistência, e até de correntes de influência recíprocas. Assim, Ireno se instala num perímetro relativamente neutro, operando à margem da *tensividade* das probabilidades, fechado como um sintagma. Essa condição não o coloca em situação de desprestígio, ela simplesmente revela o modo diferente com que ele opera com a diferença, sem deixar, contudo, de evidenciar uma atitude passiva (que conduz à neutralidade).

Se quiserem que eu tenha um misticismo, está bem, tenho-o./ Sou místico, mas só com o corpo./A minha alma é simples e não pensa./O meu misticismo é não querer saber./ É viver e não pensar nisso./Não sei o que é a Natureza: canto-a./Vivo no cimo dum outeiro/numa casa caiada e sozinha,/E essa é a minha definição. (PESSOA, 1980, p. 56).

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

FERREIRA NETO, W. **Arguição do relatório de qualificação**. 1997 (datilografado).

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

GREIMAS, Algirdas Julian. **Du Sens II: essais sémiotiques**. Paris: Seuil, 1983.

LANDOWSKI, Eric. **Présences de l'autre**. Paris : P.U.F, 1997.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo : EDUSP, 1974.

WENCESLAU, Marina Evaristo. **O índio Kaiowá: suicídio pelo Tekohá**. Tese de Doutorado, USP,

Linguística e Transculturalidade

REPORTAGEM: UM ESTUDO DO DISCURSO IMPRESSO SUL-MATO-GROSSENSE

Vânia Maria Lescano Guerra¹
Vanessa Amin²

Eu sou um *artificier*. Eu fabrico qualquer coisa que possa servir para um cerco, uma guerra, uma destruição. Eu não sou pela destruição, mas por deixá-la passar, para que possa avançar e derrubar muros. Um *artificier* é inicialmente um geólogo. Ele olha as camadas de terra, as dobras, as falhas. O que é fácil de escavar? O que resistirá? (FOUCAULT, Michel, 2004, p. 82).

Introdução

Proporcionar ao público o acesso aos fatos é o papel desempenhado pelos veículos de comunicação na sociedade atual. Porém, esses veículos não são simples meios de transmissão de informações, mas ins-

1 Docente do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Três Lagoas (CPTL) e pesquisadora da FUNDECT. Atualmente é Pesquisadora Colaboradora no IEL, UNICAMP, onde realiza estágio pós-doutoral.

2 Mestre em Letras pela UFMS, *campus* de Três Lagoas, área de Estudos Linguísticos. Docente no curso de Jornalismo e Assessora de Imprensa da Universidade Anhanguera (UNIDERP), Campo Grande (MS).

tuições organizadas, nas quais ideologia e poder caminham lado a lado, influenciando o processo de produção de sentidos.

O objetivo deste artigo é problematizar o processo identitário de dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul – “Correio do Estado” e “O Progresso” – por meio da análise do gênero do discurso Reportagem, utilizado no suporte, e das discursivizações sobre a disputa que envolveu os dois principais candidatos ao Governo do Estado, nas eleições de 2006, a saber, André Puccinelli (PMDB) e Delcídio Amaral (PT). Para isso, estudamos os aspectos verbais e os deslizamentos de sentido no gênero Reportagem de edições dos dois impressos publicadas entre 21 de setembro e 3 de outubro de 2006, escolhendo aquelas mais relevantes para o objetivo do trabalho e que citaram os dois candidatos em questão.

A discussão dos conceitos-chave envolve a consideração de disciplinas já tradicionais, como a Comunicação, e um esforço inter e transdisciplinar com a Linguística e a Análise do Discurso de origem francesa (AD). Assim, para realizar a pesquisa, consideramos que a análise deve ir além da materialidade do discurso, buscando no arquivo as regras, práticas, as condições de produção e o funcionamento, as relações de saber-poder por meio do corte horizontal de mecanismos e da leitura horizontal das discursividades. Nessa direção, também levantamos informações sobre a história e a linha editorial de cada um dos dois veículos de comunicação.

Para Gregolin (2004), a análise da produção de identidade na mídia requer que consideremos a relação entre o enunciado e o arquivo, no sentido foucaultiano. O conceito de enunciado é posto em funcionamento pelo historiador do presente para realizar seu trabalho de “escavação arqueológica” dos discursos como acontecimentos discursivos. É concebido como a unidade mais elementar de uma formação discursiva, sendo localizável, logo, na instância do discurso. Daí ser entendido como o exercício de uma

função enunciativa, que permeia a linguagem, viabilizando que uma frase, uma proposição ou um ato de fala irrompam no tempo e no espaço, com conteúdos concretos.

Posteriormente, passamos às conclusões delineadas a partir dos dados levantados e das análises feitas, em que pudemos comprovar que as premissas da imparcialidade e do equilíbrio na cobertura jornalística permanecem ainda como mitos escondidos atrás de escolhas aparentemente neutras ao leitor comum.

1. Referencial teórico

A Análise do Discurso (AD) de origem francesa, que preconiza um quadro teórico que alia o linguístico e o sócio-histórico, surgiu em meados da década de 1960. Porém, foi consagrada em 1969, com a publicação do número intitulado *A Análise do Discurso* da revista *Langages* e, principalmente, com o livro *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux. Em seu quadro epistemológico, articula três áreas do conhecimento científico: o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise (GREGOLIN; BARONAS, 2003, p. 3).

Dessa ótica, temos como hipótese de trabalho o que é exatamente o conjunto de reflexões polissêmicas que presentifica múltiplas vozes e produções de sentidos acerca da reportagem. Como ator social com voz e posicionamentos próprios sobre o assunto, com lugar respeitado de diálogo com os leitores, a reportagem, muito mais do que simples comentário sobre uma obra ficcional, mostra-se como espaço de expressão da dinâmica das lutas hegemônicas de um tempo e lugar. Conforme afirma Pêcheux (1993, p. 79), é impossível analisar um discurso como um texto, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma; é preciso referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições

de produção. Tendo em mente que o “lugar” determina a força dos argumentos e influencia a maneira como são recebidos, estudamos a prática discursiva adotada pelo jornal para mediar o processo de comunicação.

Para Barbosa (2006, p. 67-8), o pesquisador em AD tem que enfrentar o desafio de tentar explicitar seu objeto de investigação, situar-se no interior de uma abordagem linguística e, ao mesmo tempo, no exterior dela, uma vez que o foco de suas reflexões não se esgota na materialidade linguística. O pesquisador chega até a constituição dos discursos e aos enunciados possíveis, a partir de uma análise discursiva que só emergirá se levar em consideração que os discursos possuem uma existência material, são constituídos pelas regras da língua e também por aquilo que foi dito de fato. Assim, ao trabalhar com veículos de comunicação, especificamente com o discurso de informação ou jornalístico, o analista poderá constatar que o mesmo é atravessado pela interdiscursividade. De acordo com Mالدیدier (2003), “o interdiscurso não é nem a designação banal dos discursos que já existiram antes nem a ideia de algo comum a todos os discursos” (idem, p. 51), mas o interdiscurso é que designará “o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em relação com as formações de dominação, subordinação, contradição”.

Também é característica do discurso jornalístico a heterogeneidade, segundo Authier-Revuz (1990). A presença localizada de outro discurso no fio do discurso será chamada de heterogeneidade mostrada, que pode ser ainda subdividida em marcada ou explícita, quando se encontra assinalada por meio do discurso direto ou indireto, do uso das aspas ou glosas; e a não-marcada por meio do discurso indireto livre, ironia, alusões, segundo a autora. Ela remete ainda à heterogeneidade constitutiva, quando o discurso encontra-se dominado pelo interdiscurso (1990). Temos especialmente no jornal impresso a presença evidente da heterogeneidade em todas as suas formas.

Diante dessa multiplicidade de vozes, a mídia impressa reconstrói os fatos segundo critérios próprios, pois não há espaço para inserir tudo o que acontece nas sociedades. Portanto, é feita uma seleção de fatos e dado tratamento ao conteúdo que irá ao ar ou que será publicado. “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19). O discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que usa uma linguagem racional aparentemente transparente, pretende despertar o interesse das pessoas por meio da sensibilização afetiva, apresentando uma linguagem mergulhada na opacidade.

Ao observarmos as marcas identitárias dos veículos de comunicação de massa, incluindo-se aí o jornal impresso, observamos que eles se posicionam como porta-vozes e intermediadores dos discursos presentes na sociedade. Utilizam estratégias de apagamento da sua individualidade por meio da adoção dos conceitos de objetividade e neutralidade, do uso da terceira pessoa na elaboração do discurso jornalístico, da inserção dos discursos dos diversos atores sociais para construir uma imagem de mediadores. Segundo Lopes (1990, 25), devemos estar atentos ao fato de que essa mesma instância reproduz o seu discurso e o discurso de outros enunciadores e estará intimamente ligada a essa dualidade. Por ter uma voz própria, ela manipulará as estratégias, aproximando-se dos discursos com os quais se identifica e se distanciando dos outros que não aplaude.

Para Hall (2000), a *identidade* é (re)construída, adaptada, significada continuamente nos discursos, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas. Para Pêcheux (2002, p. 54), para se enunciar de forma nova e diferente, é preciso enunciar de uma identidade, ou “forma- sujeito” (PECHÊUX, 1999), na linguagem da AD, que nunca antes fora enunciada, e esse novo se dá nas “redes de memória dando lugar a filiações identificadoras” (PECHÊUX, 2002, p.54). Essa nova identidade precisa constituir-se numa tensão de relações, negociando relações diante da(s) outra(s), por

oposição ou aliança, sendo considerada como uma construção histórica no bojo da luta de classe e das relações de poder.

Entretanto, conforme Moita Lopes (2002, p. 36) “os processos discursivos constroem certas identidades para terem voz na sociedade embora estas possam se alterar em épocas diferentes”. Ainda para o autor, “as pessoas têm identidades múltiplas na sociedade. As mesmas pessoas são inscritas em práticas discursivas diferentes por meio de identidades sociais diferentes e contraditórias”. Vislumbrar a constituição do sujeito particularmente em um ambiente de instabilidade discursiva é considerar, assim como Hall (2004), Silva (2000) e Coracini (2007), que a identidade é uma celebração móvel, despossuída, da ótica da AD, da origem do que diz e da consciência total nesse processo. Ilusões que não são necessárias, como afirmam alguns analistas, delineando um imperativo, mas são constitutivas.

Para Lopes (1990, p. 45), há ainda outro aspecto a ser levado em consideração na enunciação jornalística: o silêncio. É um silêncio que não cessa de se deslocar, à medida que o jornalismo prossegue incansavelmente a sua representação discursiva. Embora logicamente prévio, o silêncio percorre, no entanto, de uma ponta a outra, todo o discurso jornalístico. É, no fundo, com esse silêncio que o discurso jornalístico dialoga. Além dos modos constitutivos de dizer, há outras categorias de silêncio que atravessam as formas de expressão, tais como elipses e reticências (LOPES, 1990, 57).

Muito mais fáceis de identificar, essas modalidades de silêncio abrem lacunas nas unidades significantes, a partir da cadeia de expressões linguísticas, unidades que a audiência é levada a complementar, assumindo, assim, um papel ativo, tanto na reconstituição da cadeia das formas significantes elididas, quanto na elaboração de um sentido comum. Isso está intimamente ligado aos aspectos da argumentação e da persuasão constitutivos do discurso jornalístico.

Para Orlandi, (1999, p. 59-71), a memória é constituída por silêncios, silenciamentos, sentidos não ditos e silêncios a não dizer. Por seu caráter simbólico, o discurso age politicamente nos indivíduos, interferindo diretamente em suas crenças e práticas cotidianas. A irrupção de um novo acontecimento discursivo pode vir a desencadear, numa sociedade, novos modos de ser e agir. Porém, o sentido não é dado pelo sujeito de forma deliberada, pelo contrário, é delimitado e regido pelas instituições, conforme os interesses do momento.

A instância midiática estabelecerá um posicionamento seja por meio dos interdiscursos, dos “conteúdos”, dos modos de citação, do silêncio e até mesmo na escolha dos gêneros do discurso. Na perspectiva da AD, apostamos que o posicionamento refere-se à instauração e à conservação de uma identidade enunciativa que não é fechada. Serão os valores que o sujeito do discurso defende e a posição que ele ocupa no campo discursivo que caracterizarão sua identidade.

Em uma sociedade onde existem inúmeros veículos de comunicação, tomando, por exemplo, o estado de Mato Grosso do Sul, que possui mais de sete impressos diários, cada um desses jornais busca se firmar junto aos leitores por meio da consolidação de sua identidade. Sabemos que o leitor não compra um jornal, mas o “Correio do Estado” ou “O Progresso”, enfim, aquele que tem sua preferência, com o qual se identifica. Temos, assim, o estabelecimento de uma relação simbólica construída pelo jornal com o seu público. Essa relação tem como base a credibilidade, e a credibilidade está relacionada diretamente ao conceito de objetividade, de fazer os fatos falarem por si, ou seja, a realidade estampada como ela é nas páginas impressas do periódico e sem interferência (LOPES, 1990). Esse efeito de sentido é buscado por meio do apagamento da voz do jornal, da construção do discurso em terceira pessoa, como já dissemos, além da preferência por gêneros do discurso jornalístico que se classificam na modalidade de relato ou informativos, como é o caso da reportagem.

Para Sodré e Ferrari (1986, p. 15), a reportagem deve apresentar algumas características principais como a forma narrativa de maneira predominante, o relato humanizado, o texto mais impressionista e a objetividade na narração dos fatos. Eles apontam três tipos fundamentais de reportagem. A primeira delas é a reportagem de fatos (*fact-story*), na qual o jornalista relata o fato ocorrido de maneira objetiva e redige o texto na forma de pirâmide invertida, narrando os fatos de forma sucessiva na ordem do mais importante para o menos importante. A segunda forma é a reportagem de ação (*action-story*) que permite maior envolvimento do leitor, pois o relato é feito de forma movimentada, com descrição das cenas (como em um filme), mobilizando, inicialmente, o aspecto mais atraente e depois a exposição dos detalhes restantes. Em terceiro lugar, aparece a reportagem documental (*quote-story*), em que o relato é apoiado por citações que completam e esclarecem o fato e o fundamentam.

2. Análise e discussão dos dados

2.1. Os jornais “Correio do Estado” e “O Progresso”

As condições de produção, conforme definidas por Pêcheux (1993, p. 52), compreendem os sujeitos do discurso, a situação de enunciação e a memória. Elas correspondem ao contexto imediato, ao contexto sócio-histórico e ideológico; nesse caso, também temos o papel da mídia dentro da nossa sociedade. A busca por notícias não é recente na história da humanidade: o papel do jornalismo foi constituído historicamente, tendo passagens determinantes em diversos momentos. Além disso, podemos incluir o imaginário social sobre a mídia, entendida como aquela que detém a informação e o poder de divulgá-la à sociedade. Atualmente, a veracidade de um acontecimento pode ser dada por seu relato na mídia, a exemplo do que vemos em dizeres como: “Aconteceu mesmo! Deu no jor-

nal da noite!” Assim as condições de produção de uma matéria jornalística compreendem fatores diversos, entre os quais ressaltamos algumas formas de controle da interpretação dos dois jornais analisados, vinculadas ao fato dos jornais se identificarem como porta-vozes dos interesses sociais e às estratégias de manipulação dos sentidos dos discursos veiculados por eles.

Ao buscarmos informações históricas nos arquivos de ambos os jornais – “Correio do Estado” e “O Progresso” – verificamos que o seu surgimento esteve atrelado a questões políticas.

Fundado em 7 de fevereiro de 1954, em Campo Grande, MS, o jornal “Correio do Estado” nasceu vinculado ao grupo político integrante da União Democrática Nacional (UDN). Em 1957, devido à crise financeira e desinteresse dos proprietários, a direção do jornal passou para o gerente José Barbosa Rodrigues que iniciou uma nova fase do periódico, redimensionando o jornal e consolidando-o no mercado. Hoje, é líder na preferência dos leitores segundo pesquisas (Ibope, Tendência Vox, Ibrape) e é o mais antigo diário de Campo Grande com circulação ininterrupta. O jornal “Correio do Estado” foi o primeiro passo para a criação de um dos grupos de comunicação mais importantes de Mato Grosso do Sul – o Grupo Correio do Estado, que, sob a administração de José Barbosa Rodrigues, adquiriu a “Rádio Cultura”, fundou a “94 FM” e a “TV Campo Grande”. Após a morte de José Barbosa Rodrigues, em 2003, o grupo passou a ser dirigido pelo seu filho Antônio João Hugo Rodrigues que, atualmente, também é presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e suplente do senador Delcídio do Amaral.

Em seu expediente, o jornal “O Progresso” se auto-intitula como “o mais antigo do Estado e de maior circulação no interior”. O primeiro exemplar data de 22 de fevereiro de 1920, época na qual era publicado quinzenalmente, no município de Ponta Porã, no então sul de Mato Grosso, e tinha como fundador o advogado e jornalista José Passos Rangel Torres. Porém, em 1930, Passos resolveu interromper a circulação do jornal

por causa de ameaças políticas feitas à família. Um de seus filhos, Weimar Gonçalves Torres, ao mudar-se para o município de Dourados, reabriu o jornal “O Progresso” em 21 de abril de 1951. Weimar tinha forte envolvimento político, era filiado ao Partido Social Democrático, exerceu mandato de vereador no município e sempre se engajava em campanhas. Depois de sua morte, em 1969, a esposa Adiles do Amaral e o sogro Valdemiro do Amaral assumiram o comando do jornal. Atualmente, o jornal é dirigido por Adiles Torres do Amaral e tem como diretora-superintendente sua filha Blanche Torres.

Em 2006, ocorreram eleições para cargos do governo executivo federal e estadual e para a Assembléia Legislativa e Congresso Nacional. Em Mato Grosso do Sul, as eleições para governo do Estado foram definidas em primeiro turno, no dia 1º de outubro, com a vitória do candidato André Puccinelli (PMDB). A campanha política foi marcada pela disputa entre Puccinelli e o senador Delcídio do Amaral Gomez (PT). Na ocasião, o Estado era governado por José Orcírio dos Santos (PT) que se licenciou do cargo para apoiar a candidatura de Delcídio.

Puccinelli é médico e iniciou carreira pública atuando na Secretaria Estadual de Saúde de 1983 a 1985, durante o governo de Wilson Barbosa Martins (PMDB). Foi eleito deputado estadual por dois mandatos: de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995. Depois, elegeu-se deputado federal e em seguida administrou a capital, Campo Grande, por oito anos (1997-2004). Conseguiu, em 2004, eleger o seu sucessor Nelson Trad Filho (PMDB) em primeiro turno. E passou dois anos se preparando para as eleições de 2006. Possui um patrimônio pessoal declarado de R\$ 2.376.655,78, segundo informações do TRE-MS e gastou por volta de R\$ 15 milhões com a campanha ao governo do Estado. Sempre apareceu nas pesquisas com larga vantagem e grandes chances de vitória no primeiro turno das eleições. Apesar de atualmente no PMDB, Puccinelli já foi filiado ao PSDB sul-mato-grossense.

Nascido em Corumbá, MS, em 8 de fevereiro de 1955, Delcídio do Amaral Gómez estudou por um tempo na cidade e depois se mudou para São Paulo. Concluiu a faculdade de Engenharia Elétrica em 1978 e seguiu carreira profissional no setor, tratando especificamente de questões de energia, em empresas e usinas que o levariam a conhecer o Brasil e o mundo. Em 1994, ocupou a Secretaria Executiva do Ministério das Minas e Energia, ao final do governo do presidente Itamar Franco tornou-se ministro de Minas e Energia, e depois ocupou a Diretoria de Gás e Energia da Petrobras. Convidado pelo governador Zeca do PT, deixou a diretoria da Petrobras e retornou ao Mato Grosso do Sul para estar à frente da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Habitação. Filiou-se ao PT e venceu a convenção para ser o candidato do partido ao Senado.

Nas eleições de 2002, Delcídio derrotou um dos políticos sul-mato-grossenses mais tradicionais, o ex-governador Pedro Pedrossian, e conseguiu um feito, por ser, até então, um nome praticamente desconhecido da maioria na região. Em 2006, licenciou-se do Senado e candidatou-se ao cargo de governador. Se, nacionalmente, o PMDB é aliado do governo do PT de Lula, em Mato Grosso do Sul, os dois partidos são adversários. Essa rivalidade permeou toda campanha política, marcada por enfrentamentos diretos e indiretos entre os dois candidatos.

2.2. O gênero Reportagem e o processo identitário

Melo (1994, p. 29) define o gênero reportagem como o relato ampliado de um acontecimento, no qual o jornalista procura oferecer mais detalhes sobre um fato que já ocorreu e também lhe permite maior interpretação. Ao redigir uma reportagem, ele deve se preocupar em oferecer vários pontos de vista, muitas vezes contraditórios, e, para isso, deve sair da redação, presenciar o acontecimento e, além disso, buscar entrevistas,

dados, tudo que for necessário para oferecer ao leitor uma informação mais contextualizada. Na reportagem, há a preocupação em responder as seis perguntas básicas da apuração jornalística: o que aconteceu, quem se envolveu, quando, onde, como e por que, sendo essas duas últimas questões, as mais exploradas.

O gênero reportagem manifesta-se em todos os veículos de comunicação: jornais, revistas, televisão, rádio e Internet. Nos veículos midiáticos analisados neste artigo, “Correio do Estado” e “O Progresso”, foi o gênero do discurso mais utilizado para relatar fatos envolvendo os dois candidatos mencionados. A escolha desse gênero indica maior interesse dos jornais em repercutir amplamente os acontecimentos do cenário eleitoral, porém com posturas diferenciadas, como poderemos observar a seguir.

As duas primeiras reportagens que destacamos relatam a participação dos candidatos nas comemorações do aniversário do município de Corumbá e foram publicadas no dia 22 de setembro de 2006. A primeira diferença na cobertura pode ser verificada nos títulos: enquanto o jornal “O Progresso” opta por um título genérico e aparentemente mais neutro: “Campanha descamba para os ataques e agressões pessoais”, o “Correio” prefere citar o nome dos candidatos: “André **invade** o palanque de Delcídio”, em uma identificação de quem seria o sujeito. Há também diferença nos subtítulos: “André Puccinelli **reage** e diz que quer vencer o petista Delcídio Amaral em Corumbá”, em “O Progresso”; e “Aniversário de Corumbá: presença de candidato do PMDB irritou petistas”, no “Correio do Estado”.

Ao analisarmos os dois verbos utilizados para expressar a ação de Puccinelli, que nos fornecem pistas sobre o posicionamento dos jornais, verificamos que o “Correio” quando utiliza o verbo **invadir**, compreende a presença do candidato peemedebista no palanque em Corumbá como uma afronta ao candidato petista e contribui para a construção de uma imagem negativa de Puccinelli. Ao utilizar o verbo **reagir**, “O Progresso” atribui um efeito de sentido bem diferente do que foi construído pelo

jornal “Correio do Estado”. No discurso do jornal “O Progresso”, André Puccinelli reagiu, opôs-se a outra ação que lhe foi contrária (FERREIRA, 1999, p.552), que será revelada na reportagem e que contribuirá para a construção de uma imagem positiva do candidato, segundo nossas análises.

Ao compararmos as reportagens, é possível observar a diferença permeando as formações discursivas dos dois jornais. É o que podemos observar no trecho do jornal “Correio do Estado”:

(01) O candidato do PMDB ao governo do Estado, André Puccinelli, “invadiu” ontem o palanque em que estava o seu rival, Delcídio do Amaral (PT), e o governador licenciado José Orcírio dos Santos (PT), no desfile de comemoração do aniversário de Corumbá. A presença de André provocou confusão e constrangimento. Dois dias depois de xingá-lo de filho da p..., André foi cumprimentar Delcídio. Mas, não deixou de provocá-lo, dizendo-lhe ao pé-do-ouvido que iria desmanchar tudo o que o candidato petista vem fazendo no interior (Correio do Estado, A3, 22/09/2006).

Por outro lado, o jornal “O Progresso” traz o seguinte excerto:

(02) O candidato do PMDB à sucessão estadual, André Puccinelli, reagiu às ofensas dos adversários, feitas por meio de panfletos apócrifos, dizendo que agora quer derrotar Delcídio do Amaral (PT) em seu próprio domicílio eleitoral, Corumbá, onde esteve participando ontem das comemorações dos 228 anos de fundação do município (O Progresso, A3, 22/09/2006).

Enquanto o primeiro veículo ressalta as provocações do candidato André Puccinelli a Delcídio do Amaral, o segundo salienta que o ex-prefeito reagiu às ofensas do adversário, apresentando dois recortes completamente distintos do mesmo evento e que revelam diferentes posicionamentos dos jornais com relação ao acontecimento. O “Correio do Estado”, ao trazer o recorte que ressalta a atitude provocatória do candidato peemedebista, aproxima-se do discurso oficial e contribui para a des-

valorização da imagem de Puccinelli. “O Progresso”, ao trazer o recorte que enfatiza a reação de Puccinelli às ações ofensivas dos seus adversários, aproxima-se do seu discurso e contribui para a construção de uma imagem negativa do candidato petista. Verificamos também que o “não-dito”, o apagamento de aspectos do acontecimento discursivo é marcante, em ambos os jornais, para traçarmos o seu perfil identitário e constatarmos que há marcas ideológicas nas escolhas dos discursos e na omissão, no silenciamento utilizado pelos dois impressos.

A reportagem do “Correio” traz o discurso do candidato Delcídio do Amaral que “considerou um despropósito a atitude de André de subir no palanque”. Esse “despropósito” é superdimensionado pelo veículo ao descrever a ação do governador José Orcírio que **se irritou** com a presença do peemedebista e **deu as costas** para ele; e ao introduzir o discurso da mãe de Delcídio que ficou “furiosa com a presença de André no palanque, pois está ofendida em ser chamada de p... pelo candidato do PMDB”.

Na mesma reportagem, é relatado que Puccinelli “aproveitou para atacar” o próprio jornal “Correio do Estado” por ter reproduzido reportagens publicadas em outro veículo de comunicação (jornal “Correio Braziliense”) sobre denúncias de corrupção durante sua administração enquanto prefeito da Capital. O jornal poderia restringir-se ao uso do verbo **atacar**; porém, ao optar pela construção “**aproveitou para atacar**”, provoca o efeito de sentido que vem reforçar a agressividade do candidato peemedebista, que “invadiu o palanque” e “xingou de filho da p...” e que, ainda, se coloca na posição de vítima do agressor. Esse recorte também nos dá pistas sobre os conflitos de interesse existentes entre o então candidato André Puccinelli e o jornal “Correio do Estado”:

(03)“Isto é próprio de quem mente, está estampado até com impressões digitais, o que nos demonstra que o “Correio do Estado” continua mentindo. É um despropósito tamanho, mas para quem está com

mais de 60% o jeito é relevar”, afirmou o candidato peemedebista (Correio do Estado, A3, 22/09/2006).

Verificamos, também, que a reportagem de “O Progresso” concede mais espaço ao discurso de André Puccinelli em sua chegada à cidade de Corumbá, a saber: “[...] conclamaremos **nosso adversário** que **não é nosso inimigo** para que **se junte na melhoria do futuro de Mato Grosso do Sul**” ou “agora a pretensão é um pouquinho maior, do empate passarmos à vitória” e que o candidato teria afirmado que se ganhasse iria comemorar em Corumbá com uma grande pescaria, enunciado destacado entre as colunas de texto da reportagem, chamado de “olho”. Ao recortar e transcrever esses trechos do discurso de Puccinelli, e não relatar as provocações que aconteceram no palanque, o jornal “O Progresso” assume um posicionamento diferente do “Correio”, ressaltado pela recuperação dos números das pesquisas que indicam a liderança de André na disputa eleitoral e do episódio da apreensão dos “panfletos ofensivos contra a honra do candidato André Puccinelli”, por meio do relato integral em cinco parágrafos.

Vale dizer que o discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem (MAINGUENEAU, 1993, p. 56).

As fotografias também merecem ser destacadas. O jornal “O Progresso” escolheu uma imagem sorridente do candidato André Puccinelli, acompanhado da candidata ao senado Marisa Serrano, diante de dois eleitores que também estão sorrindo, construindo um efeito de sentido contrário ao do que está apontado na reportagem. Já o “Correio” usa a imagem dos candidatos no palanque com Puccinelli ao lado de Marisa

Serrano, em um plano mais próximo, ambos sorrindo; no canto direito, o governador José Orcírio surge com expressão facial séria e Delcídio do Amaral com a mão na face. A fotografia não retrata a invasão e/ou as agressões relatadas na reportagem.

As pesquisas de intenção de voto também foram tema de duas reportagens publicadas, com chamada na primeira página, nos dias 24 e 25 de setembro, no jornal “Correio do Estado” e no “O Progresso”, respectivamente. Vale ressaltar que a pesquisa relatada no “Correio do Estado” foi realizada a pedido do veículo para a empresa Tendência e a que foi relatada no jornal “O Progresso” foi realizada pelo Instituto de Pesquisa de Mato Grosso do Sul (IPEMS).

Com o título: “André **amplia** vantagem sobre Delcídio”, e o subtítulo: “Sucessão estadual: O candidato do PMDB **avançou** para 58,8%, **podendo ganhar** no primeiro turno, enquanto seu rival, do PT, **permaneceu** estável nos 28,7% na corrida eleitoral”, o “Correio” dedica os três primeiros parágrafos da reportagem ao relato dos resultados das pesquisas atribuídos aos dois principais candidatos. Ao utilizar a construção **podendo ganhar**, em vez de **devendo ganhar**, o jornal provoca o efeito de sentido de imparcialidade, pois o verbo “poder”, nesta construção, remete mais à probabilidade do que o verbo “dever”, numa visível estratégia discursiva em que fica evidente a construção de certo distanciamento.

Do mesmo modo que se torna impossível aceitar uma concepção de transparência da linguagem (considerando-se que ela se encontra em - e é determinada por - um contexto institucional), cujo sentido se caracterizaria pela literalidade (PÊCHEUX, 1993), também não há como acatar uma concepção de transparência do jornalismo impresso que prega a existência da informação como transcrição fiel da realidade. Ora, se a linguagem, que é componente essencial do jornalismo, não é transparente, só esse fato já seria suficiente para afirmar que o próprio jornalismo não é transparente. Isto é, para compreender os sentidos desses textos, é preciso ter acesso

ao arquivo, ou seja, ao conjunto de textos produzidos e pertinentes a esta questão e também ao conjunto de textos produzidos por certo autor para que a remessa de dizeres já-lá construa uma teia intertextual de sentidos que faça circular as várias possibilidades de leitura e apresente os textos como ecos de uma cadeia (ROMÃO, 2002). Para o leitor ingênuo, que lê os fatos do jornal de maneira estanque e não tem acesso às marcas dessa memória do dizer, o discurso midiático impresso passa a ser apenas uma somatória de fatos sem encadeamento, sem possibilidade de “lincagem” e sem gesto de interpretação, e passa a ser interpretado pela leitura literal das palavras.

No quarto parágrafo, o jornal destaca que, se as eleições ocorressem naquele dia, Puccinelli seria eleito e o PMDB reconquistaria o poder depois de oito anos de comando do PT. Poderíamos considerar uma abordagem positiva para André Puccinelli, não fosse a utilização do verbo **reconquistar** e a recuperação do fato histórico e discursivo, que relata a sua desistência à disputa e derrota da candidata apoiada pelo PMDB para o então governador José Orcírio, em 2002, como se segue:

(04) Em 2002, André desistiu de concorrer às eleições, deixando a missão para a atual candidata ao Senado, Marisa Serrano (PSDB). Ela foi derrotada pelo governador José Orcírio dos Santos (PT), que acabou se reelegendo (Correio do Estado, A4, 24/09/2006).

“André tem 63% dos votos, aponta IPEMS” e “O ex-prefeito venceria em primeiro turno com 69,55% dos votos da Capital e 59,88% do interior” são o título e o subtítulo da reportagem sobre o resultado das pesquisas eleitorais publicada no jornal “O Progresso”. O enunciado traz informações detalhadas sobre a metodologia da pesquisa, aponta as intenções de voto na Capital e no interior e veicula uma informação que julgamos pertinente destacar: “A pesquisa revela que 68,25% dos eleitores entrevistados e que declararam voto para o Puccinelli **têm curso superior incompleto. Já a maioria do eleitorado de Delcídio é analfabeto**

(38,33%)”. Tendo em vista que os relatórios das pesquisas apresentam variáveis de sexo, idade, escolarização e renda, ao recortar apenas a referida variável, o jornal se posiciona em relação aos dois candidatos, construindo uma imagem mais favorável ao candidato do PMDB, remetendo ao “já dito”, ao interdiscurso de que quanto mais escolarizado, mais capaz e crítico se torna o cidadão. A abordagem favorável também é reforçada pela menção ao bom desempenho do candidato do PMDB nos três últimos parágrafos, em que é relatada sua liderança na pesquisa estimulada, na espontânea (pesquisa não direcionada) e o menor índice de rejeição com relação a todos os outros candidatos.

A cobertura do debate realizado no dia 26 de setembro pela TV Morena (filiada à Rede Globo) foi destaque nos jornais analisados. O “Correio do Estado”, na edição do dia 27 de setembro, articula estratégias discursivas mais visíveis na construção da identidade do veículo, no que tange à eleição para o Governo do Estado. Com o título “André foge do confronto e incorpora propostas do PT”, a reportagem mobiliza uma crítica ao debate realizado pela “TV Morena” e ao desempenho do candidato do PMDB: “o debate foi inócuo, sem empolgação e sem discussão aprofundada dos principais temas que permeiam os planos de governo”. Na reportagem, o “momento mais quente” do debate foi quando o candidato Delcídio do Amaral questionou o candidato Puccinelli sobre a contratação de uma empresa de outro Estado, para confecção de uniformes de escolas da rede pública.

A esse fato específico, são dedicados três parágrafos da reportagem. Vamos destacar os verbos escolhidos pelo jornal para remeter ao discurso e à ação de Puccinelli durante o debate: “**fugiu** do confronto”, “**incorporou** as propostas petistas como se fossem suas” e “**não respondeu** à pergunta”. Verificamos os efeitos de sentido de desvalorização da imagem provocados pelas escolhas: **fugir**, no sentido de se desviar e que remete ao interdiscurso da covardia, da fraqueza; **incorporar** que significa juntar,

reunir, mas, no discurso é empregado no sentido de se apoderar de algo que não é seu. O “não”, posicionado antes do verbo **responder**, atua como índice de polifonia e articula marcadamente o outro do discurso, a voz do jornal, que se manifesta de modo a repreender a atitude do candidato em não responder às perguntas.

O veículo relata que a postura do candidato do PMDB tornou o debate “frio” e ataca também a organização da “TV Morena”, que pertence ao Grupo Zahran, concorrente do Grupo “Correio do Estado”: “O esquema de sorteio adotado pelo debate proporcionou poucos momentos de embate entre Delcídio e André”, marcando explicitamente a voz do jornal e o seu posicionamento de desaprovação ao acontecimento.

De nossa ótica, é mais coerente, então, a concepção de mídia impressa, assim como a de linguagem, atravessada por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua. Consequentemente, só se pode falar de notícia/informação como recortes de uma certa realidade.

O jornal “O Progresso” repercutiu os resultados do debate na edição do dia 28 de setembro. O título “Candidatos avaliam como positivo o debate na TV”, o subtítulo “Os cinco candidatos responderam perguntas relacionadas a vários temas” e a reportagem constroem sentido distinto da reportagem publicada pelo “Correio do Estado” e analisada anteriormente, o que pode ser observado já nos primeiros parágrafos:

(05) Os cinco candidatos ao governo de Mato Grosso do Sul foram unânimes em avaliar como positivo o debate promovido pela TV Morena, na noite de terça-feira. [...] Durante as discussões André Puccinelli (PMDB), Delcídio do Amaral (PT), Carlito Dutra (PSOL), Tito Lívio (PV) e Elizeu Amarilha (PSDC), além de expor suas propostas, responderam perguntas relacionadas a vários temas como educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura, dívidas públicas e investimentos de um modo geral (O Progresso, A5, 28/09/2006).

Também destacamos as seguintes escolhas lexicais para reforçar a aprovação ao evento, estampada também por meio da heterogeneidade marcada de discursos de cada um dos cinco candidatos, para sustentar a avaliação positiva: “Carlito Dutra avaliou o debate como **importante**”, “Para Delcídio o debate foi **excelente**”, “André Puccinelli **parabenizou** os organizadores do evento”, “Para Tito Lívio, o debate foi **importante**” e “Elizeu Amarilha considerou o debate **excelente**”. Além de provocar um efeito de sentido positivo ao evento, a estratégia discursiva adotada – dar voz aos cinco candidatos na reportagem – surge como uma construção discursiva para “aproximar” o jornal da missão apontada na linha editorial, ou seja, a de apresentar um noticiário “objetivo e imparcial”.

Tais análises comprovam a existência dessas estratégias minuciosamente formuladas que possuem o intuito de construir uma imagem de credibilidade e de seriedade dos jornais e das notícias que veiculam. Vale dizer que a proposta de Pêcheux (1993, p. 81) para que olhemos quais são os procedimentos de montagem do discurso e que representações eles constroem do mundo, leva-nos a considerar que o nosso olhar para o mundo não se dá diretamente: nós o percebemos conforme os discursos que falam dele; vemos um mundo rotulado de alguma forma, pensado de certa maneira – ou seja, interpretado. A relação proposição/mundo constitui significações e ressignificações. Entretanto, é certo também que o que se abandona é uma imagem legível na transparência das palavras, enquanto que o discurso que constitui essa imagem deixa-a opaca e muda, por ter-se perdido na memória um trajeto de leitura.

Ao pesquisar sobre a linha editorial, confirmamos que ambos os jornais assumem posição de porta-vozes e se identificam como defensores dos interesses da sociedade sul-mato-grossense por meio da produção de um discurso que se pretende objetivo. Mais especificamente, os diretores do jornal “Correio do Estado” definem que sua linha editorial sempre foi pautada pela defesa dos interesses locais, na qual prevalecem os interesses

da sociedade, o princípio da independência editorial, a opinião circunscrita apenas aos editoriais e um noticiário objetivo e isento. No jornal “O Progresso”, segundo seus diretores, os princípios que norteiam o seu fazer jornalístico, desde a fundação, e que permeiam a linha editorial são: ética, imparcialidade, transparência, verdade e credibilidade. A imparcialidade do noticiário também é um dos fatores apontados pelo editorial como “forte” para a identificação do leitor com o veículo e a credibilidade e tradição mantidos durante os quase 60 anos de existência.

Para nós, a AD surge como uma disciplina que propõe problematizar as maneiras de ler, considerando a opacidade como característica da linguagem. Ao mediar a relação com o texto, a AD possibilita que se vislumbre formas de significação que seriam invisíveis sem os dispositivos teóricos de análise fornecidos por essa disciplina. Assim, no jornalismo, investigar não significa alcançar a objetividade e a imparcialidade, significa poder informar, produzir notícias, com maior conhecimento de causa, mas nunca perdendo de vista que os efeitos de sentido aí produzidos constroem essas verdades, e os sujeitos são efeitos discursivos. Não se trata de adotar uma atitude protecionista para impedir que uma “má” informação invada e sufoque a “boa”. Importa, pelo contrário, “multiplicar os trajetos e as possibilidades de ir e vir. [...] O que não significa, como frequentemente se teme, uniformização e nivelamento por baixo. Significa, sim, diferenciação e simultaneidade de redes diferentes”. (FOUCAULT, 2000, p 143).

Considerações finais

O estudo dos gêneros do discurso jornalístico é alvo de discussão e controvérsia entre os próprios pesquisadores da área de comunicação. Separados por meio de classificações, que remetem à dicotomia entre *informação* e *opinião* ou *relato* e *comentário*, quando analisados, verificamos que até mesmo os textos tidos como informativos ou de relatos, como o

gênero Reportagem, pesquisado neste artigo, registram a voz do jornal, o seu posicionamento.

No estudo em questão, escolhemos dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul – “Correio do Estado” e “O Progresso” – que apresentam trajetórias importantes na história da sociedade regional. Observamos, por meio da articulação das condições de produção dessas duas instâncias, do levantamento sobre o surgimento dos veículos, que ambos possuem raízes políticas e, posteriormente, por meio das análises ficou evidenciado que se posicionam de forma subjetiva, ao retratar um acontecimento dessa natureza. As duas mídias constroem identidades distintas e isso foi constatado na investigação dos aspectos verbais e dos deslizamentos de sentido do gênero discursivo Reportagem.

Se o discurso pode ser considerado como o lugar em que se realiza a ideologia, da ótica da AD, não há como o discurso jornalístico escapar disso. Imparcialidade, verdade e objetividade são as principais palavras que guiam o trabalho dos repórteres na produção e redação de notícias. Porém, notamos, ao analisar as instâncias de produção midiáticas, que há um posicionamento mobilizado pelos interdiscursos, por meio da heterogeneidade, do enquadramento da memória, do silêncio, na escolha dos conteúdos e até mesmo na escolha dos gêneros de textos. Certamente, esse posicionamento refletirá a identidade dessas instâncias.

Porta-voz da sociedade sul-mato-grossense é a identidade assumida pelos dois periódicos em sua linha editorial. Assim, os discursos veiculados por ambos deveriam refletir as diversas vozes da sociedade de forma equilibrada, além, de refletir no suporte os anseios, inquietações, problemas dos cidadãos do Estado, uma vez que é esse o papel ressaltado por ambos em sua linha editorial. O “Correio do Estado” e “O Progresso” sempre se colocam como aqueles que procuram levantar as bandeiras da comunidade regional, pautar pelos desejos da maioria, e defendem que isso só é possível porque possuem como traços identitários a objetividade,

a isenção, a imparcialidade. Tais traços, segundo a linha editorial, estão presentes no noticiário.

Porém, ao observarmos a materialidade linguística, por meio dos interdiscursos, da memória discursiva, da heterogeneidade, do aspecto verbal e dos deslizamentos de sentido presentes no discurso dos jornais, deparamo-nos com estratégias argumentativas muito marcadas nas reportagens e que afastam o noticiário de sua função informativa. O “Correio do Estado” se posiciona de maneira desfavorável ao candidato do PMDB, mas ao mesmo tempo não chega a contribuir efetivamente para a construção de uma imagem positiva do candidato do PT, Delcídio do Amaral. Já o jornal “O Progresso” se aproxima do discurso de André Puccinelli, num posicionamento favorável a este candidato. Ao interpelar o leitor por meio dos gêneros de relato ou informativos, os jornais estabelecem um contrato no qual se colocam como sujeitos detentores do saber e do poder de informar os cidadãos, por meio da “reprodução fiel” dos fatos. Aos olhos dos leitores comuns é isso o que realmente acontece e os traços argumentativos podem passar despercebidos: é uma forma sutil de impor sua ideologia e persuadir o público.

Especialmente no que diz respeito ao gênero Reportagem, a análise apontou determinados recursos, o *como dizer* dos textos, que tomamos como marcas linguísticas desse gênero. A princípio, a reportagem se restringiria ao relato ampliado do fato histórico, implicando uma contextualização. Mas, os textos analisados vão além. Pudemos constatar, por meio das escolhas verbais e dos deslizamentos de sentido, que tais estratégias contribuem para criar o efeito de sentido historicamente construído e não decorrente do significante linguístico, uma vez que para a AD a língua não é autônoma, tampouco completa (GUERRA, 2006, p. 201-2).

Enfim, mesmo sem o intuito de encontrar resposta(s) definitiva(s) sobre os modos pelos quais os dois jornais construíram a representação

das Eleições de 2006, em Mato Grosso do Sul, o presente trabalho vem cumprir seu papel de trazer para a pesquisa acadêmica um tema que, provavelmente, se esconderia por muitos outros anos nos arquivos históricos dos veículos estudados: esperamos mais pesquisas que possam iluminar nossas questões, cientes de que esse é um aspecto complexo que merece outras problematizações

Referências Bibliográficas

André amplia vantagem sobre Delcídio. **Jornal Correio do Estado**. Campo Grande, 24 de setembro de 2006, p. A4.

André foge do confronto e incorpora propostas do PT. **Jornal Correio do Estado**. Campo Grande, 27 de setembro de 2006, p. A 5.

André invade o palanque de Delcídio. **Jornal O Progresso**. Dourados, 22 de setembro de 2006, p. A3.

André tem 63% dos votos, aponta IPEMS. **Jornal O Progresso**. Dourados, 24 de setembro de 2006, p. A4.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Estudos da Linguagem, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BARBOSA, Pedro L. N. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: BARBOSA, Pedro L. N. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p.67-92.

Campanha descamba para os ataques e agressões pessoais. **Jornal Correio do Estado**. Campo Grande, 22 de setembro de 2006, p. A3.

Candidatos avaliam como positivo o debate na TV. **Jornal O Progresso**. Dourados, 28 de setembro de 2006, p. A 5.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Trad. Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, Maria J. R. F. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade, línguas (materna, e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI:** dicionário de língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Archivio Foucault*. vol. 3. **Estetica dell'esistenza, etica, politica:** a cura di Alessandro Pandolfi. Trad. Selvino José Assmann. Milano, Feltrinelli, 1994, p. 137-144, setembro de 2000.

_____. Entrevista realizada por Roger-Pol Droit. **Le Point**, 1º de julho de 2004, p. 82-93.

GREGOLIN, Maria do Rosário V.; BARONAS, Roberto L. (Org.). **Análise do discurso:** as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. O enunciado e o arquivo: Foucault – (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro N. (Orgs.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

GUERRA, Vânia M. L. O legado de Michel Foucault: saber e verdade nas Ciências Humanas. In: GUERRA, Vânia M. L.; NOLASCO, Edgar C. (Orgs.). **Discurso, alteridades e gênero.** São Carlos: Pedro & João, 2006, p. 201-214.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediação cultural. Trad. Adelaïne La Guardia Resende et. al. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LOPES, Sonia Aguiar. **Sobre o discurso jornalístico:** verdade, legitimidade e identidade. 1990. 231p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/ECO.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Trad. Freda Idursky. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1993.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOITA LOPES, Luiz P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas: Mercado das Letras, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Fañçoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 61-161.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ROMÃO, Lucília M. S. **O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação.** 2002. 310f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-69.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria H. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

Linguística e Transculturalidade

REPENSAR O ENSINO
E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
EM CONTEXTO DE FRONTEIRAS:
ALGUMAS REFLEXÕES DISCURSIVAS
E PÓS-COLONIAIS¹

Marcos Lúcio de S. Góis²

1. Introdução

Nesta Introdução, em primeiro lugar, faremos breve apresentação para, em seguida, tratarmos de modo geral do porquê de nossas escolhas teórico-metodológicas e da importância de se (re)pensar as questões que serão expostas.

Em Análise do Discurso (AD), quando um analista se propõe a ler um texto, não está interessado necessariamente em saber “o que o

1 Este texto pretende ser o início de uma série de reflexões que visa estudar os mecanismos discursivos da racionalidade ocidental que determinam o que pode e deve ser dito numa situação de fronteira, seja esta espacial ou simbólica. O trabalho está em fase de desenvolvimento na Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados, em Dourados, MS, Brasil, com o seguinte título: *Práticas discursivas do pensamento abissal*: discurso, história e jogos de poder e saber. uma versão levemente modificada deste trabalho foi apresentada no II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, realizado de 6 a 11 de outubro de 2009, na Universidade de Évora, Portugal.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil.

autor quis dizer com”, e sim “como este texto significa”. Quer compreender como, de que forma um determinado texto circula; onde circula; a quem se dirige; de que forma é lido; por que dessa forma e não de outra; e assim por diante. O resultado final esperado por um analista nunca é só a interpretação de um texto, deseja-se, sim, conforme atesta Orlandi, compreendê-lo: “Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente” (ORLANDI, 1996, p. 11). Em nossos últimos trabalhos (GÓIS, 2007 e 2009; GÓIS e MOREIRA, 2008), temos defendido que nós, ocidentais, ao dizermos algo, o fazemos a partir de uma relação de afeição ou de resistência a algo que designamos, emprestado aos estudos pós-coloniais, por racionalidade ocidental capitalista. Ao dizermos, atualmente, o fazemos em posição ou oposição a esse tipo de lógica; nunca plenamente conscientes, é certo, tendo como pressuposto que o dizer silencia sempre; e o analista de discursos se interessa pelos silenciamentos no e do dizer. A língua possui, para os teóricos e pragmáticos da AD, autonomia relativa; os processos discursivos realizam-se nela como um lugar material.

A respeito da racionalidade ocidental capitalista, consideramos que a partir inclusive do século XIX, a ciência moderna vem estreitando seus laços com o modo de produção capitalista, a ponto de um conjunto de tecnologias ser criado para cada vez mais legitimar um tipo de discurso hegemônico, que tende a silenciar o que é divergente, o que é diverso. Não trataremos aqui dos detalhes dessa afirmação porque essa relação é um dos enlaces de algumas de nossas atuais reflexões. Todavia, é possível adiantar que significativa parte dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos e das investigações em pós-colonialismo tem pesquisado os alcances da influência do capitalismo no mundo; para nós, a função principal desta proposta de trabalho é ajudar na compreensão das práticas do discurso hegemônico e as resistências a ele, no que diz respeito à língua Portuguesa e seu ensino.

O que tem nos atraído nas recentes investigações em estudos discursivos e pós-coloniais é a possibilidade de indagarmos a respeito de diferentes discursos de produção de não-existência. Assim, no caso específico deste texto, compartilhamos da visão de Santos para quem a *monocultura do saber e do rigor do saber científico*, às quais, nos parece, muitos dos discursos sobre as práticas de trabalhos com indígenas encontram-se atrelados, são certamente a forma mais forte de produção de não-existências no Ocidente. A respeito da *monocultura do saber*, Santos (2003, p. 12) afirma que ela

É o modo de produção de não-existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as “duas culturas” reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura³.

Essas considerações nos permitiram indagar sobre as práticas tanto discursivas quanto não-discursivas que legitimam a *monocultura do saber e do rigor científico* em nossa sociedade, além de outras monoculturas. Pleiteamos que a instituição escolar e os meios de divulgação de massa são as duas principais forças encarregadas, no Ocidente, de propagar o discurso hegemônico. Assim, como hipótese, consideramos o professor, enquanto sujeito enunciativo, um dos agentes mais representativos de divulgação do pensamento produzido no Ocidente pela ciência moderna e/ou pela tradição (ensino de gramática normativa, por exemplo), dada sua posição singular de mediador entre a ciência e a sociedade.

3 Cf. também Santos: 1996; 2002; 2004; 2006; e Bloch: 1995.

Se considerarmos que esse lugar de destaque ocupado há pelo menos 150 anos pela *monocultura de saber* não teria o privilégio que tem numa “cidadania global”, então se torna fundamental não só “estudar os processos de construção do conhecimento nas relações mantidas no interior das práticas sociais”, como em geral fazem os centros de pesquisa no Ocidente, mas começar a trabalhar por uma efetiva *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2003), e assim contribuir para que os saberes locais e saberes globais (MIGNOLO, 2001; 2003; 2004) possam levar à formação de uma cidadania global. Essa e outras indagações, bem como suas possíveis respostas, que não raras vezes levam a outras tantas dúvidas, são ainda embrionárias e carecem de muito trabalho investigativo. De qualquer modo, trabalharemos a partir da máxima de que o papel do analista de discursos não é só analisar discursos; é, ao fazê-lo, provocar reflexões de âmbito social.

2. O ensino de línguas não é uma ilha: dos fundamentos e justificativa

Boaventura de Sousa Santos, renomado sociólogo português, tem constantemente afirmado que não há justiça social sem justiça cognitiva, compreendendo esta como “justiça entre os diferentes saberes”. Para mais ou menos situar o leitor diante dos trabalhos que queremos desenvolver e aprofundar, interessa-nos compreender as transformações sociais e econômicas que se redesenam neste início de século XXI, produzidas pelas grandes mudanças geopolíticas ocorridas de modo particular durante o século XX, e apontam para um “século das diferenças”, canalizando nossos esforços para pensar as relações sociais a partir dos discursos produzidos pela nossa sociedade; como recorte disso, trataremos de temáticas que envolvem atores sociais de discursos contra-hegemônicos, em especial os indígenas. Em resumo, o desejo é responder à pergunta: o que um analista do discurso tem a dizer sobre nossos problemas sociais?

São três os motivos para essa escolha: em primeiro lugar, acreditamos que não é possível pensarmos em uma transformação social sem considerarmos o universo de silenciados pelo discurso hegemônico; em segundo, os estudos pós-coloniais têm demonstrado que vêm dos movimentos sociais contra-hegemônicos as mais veementes vozes contrárias à globalização neoliberal; em terceiro, para que outro mundo seja possível, consideramos essencial conhecer os mecanismos discursivos e também não-discursivos que fazem com que uma determinada ideologia, no caso a ideologia hegemônica do Ocidente, seja propagada, problematizando-a. Afinal, se nenhuma ciência é uma ilha, tampouco, o discurso e o ensino de língua, sobretudo a do colonizador.

2.1. Boaventura de Sousa Santos: uma leitura de seu projeto sociológico

Em conferência proferida na Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, no dia 6 de março de 2007, o sociólogo Santos fez questão de enfatizar uma de suas máximas sociológicas: estamos vivendo uma época de “perguntas fortes” para “respostas fracas”, e usa como exemplo a figura de uma linha que atualmente divide as “coisas” no mundo. Santos chamou “linha abissal”, e, para ele, ela separa dois lados de um universo (ao qual chamaremos ilha), à semelhança de alguns exemplos já canônicos: Tratado de Tordesilhas, Ocidente e Oriente, Norte e Sul, branco e negro, desenvolvido e subdesenvolvido, país central e país periférico, heterossexual e homossexual, o certo e o errado (em língua) e assim por diante.

Um dos lados da ilha é o lugar da regulamentação e da emancipação; o outro lado, o da apropriação e da violência. Uma linha divide essa ilha em duas partes: o que é certo e legal do que é errado e ilegal. A questão é que quem, ou o quê, está deste lado é considerado superior e, portanto, acaba por determinar o que é legal e o que não é. E isso leva a que o Outro não possua representatividade para o pensamento abissal, uma

vez que este não aceita a co-presença, além de precisar constantemente instrumentalizar-se para manter essa divisão e, desse modo, sustentar seus interesses, a própria divisão⁴.

Em síntese, para Santos o “pensamento abissal” é uma das mais marcantes características do pensamento ocidental moderno, ao fazer com que somente um dos lados da ilha tenha uma existência, uma realidade⁵. O outro lado é inexistente. E se é inexistente, tudo o que é produzido por este é, inclusive o que diz, radicalmente silenciado. E aí entra um ponto bastante importante para nosso trabalho: ao postular que há negação radical, postula-se também que exista uma ausência radical, designada por Santos como “ausência de humanidade”. Dito de uma maneira parcialmente diferente, a exclusão torna, ao mesmo tempo, radical e inexistente o Outro, a voz do Outro, a língua do Outro, uma vez que “seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (SANTOS, 2008, p. 9). Para esse sociólogo, porém, não é possível pensar a “humanidade moderna” sem considerar essa “sub-humanidade moderna”. Em suas palavras: “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (Idem, *ibidem*).

Esse pensador lusitano parte do argumento de que essa não é uma realidade particular do período colonial, mas que é tão verdadeira hoje

4 Peter Burke (2003, p. 11) faz a seguinte afirmação, ao comentar as idéias do cientista polonês Ludwik Fleck, que vem dialogar com nosso raciocínio: “O que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico”.

5 Santos (2008, p. 1) afirma: “Não pretendo que o pensamento moderno ocidental seja a única forma de pensamento abissal. Pelo contrário, é muito provável que existam, ou tenham existido, formas de pensamento abissal fora do Ocidente. [...]. Defendo apenas que, abissais ou não, as formas de pensamento não-ocidental têm sido tratadas de um modo abissal pelo pensamento moderno ocidental”.

como outrora. Para ele, existem “linhas abissais” no pensamento moderno ocidental operando a divisão entre “mundo humano” e “mundo sub-humano”, “de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (SANTOS, 2008, p. 9). Ou, em outros termos, enquanto se criam ao negar o outro lado da ilha, os princípios e práticas hegemônicos impossibilitam uma co-presença entre os dois lados da linha. Atualmente como na época colonial, “a civilidade legal e política deste lado da linha baseia-se na existência da mais absoluta incivilidade do outro lado da linha” (Idem, *ibidem*).

Essa divisão também é possível de ser pensada ao adentrarmos o universo do ensino da Língua Portuguesa aos indígenas, seja enquanto disciplina seja enquanto mediadora de outras disciplinas, em que os abismos precisam ainda ser estudados de modo mais profundo.

Na tentativa de exemplificar o que afirmamos, vamos considerando a escola, do básico ao superior, como uma das formas do “lado civilizado da ilha”; então, as práticas produzidas por ela tendem a reproduzir, difundir, propagar o discurso hegemônico e, como isso, contribuir para excluir e silenciar outros dizeres, outros saberes. Os silenciamentos de vozes produzidos na escola é uma das inúmeras formas de manterem-se nítidas as linhas que separam os dois lados da ilha, sobre a qual discorreremos há pouco. O motor principal da exclusão é o pensamento único e exclusivamente voltado para o mercado de trabalho presente na Universidade, formadora de professores⁶, por exemplo. Em linhas gerais, as universidades formam

6 A título de nota, quando se fala de “inclusão” em Educação, em geral significa incluir para silenciar, para apagar as diferenças, para tornar ausente “aquilo” que está fora dos padrões hegemônicos, seja no campo epistemológico, seja no campo social, político, jurídico e/ou, de modo muito especial, linguístico. Para Santos (2008, p. 3), “o conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente dependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis”. O conhecimento, portanto, precisa ser policiado, e o

profissionais apenas para executarem um conjunto de práticas pré-determinadas, e “não para aprender a reconstruir conhecimento com devida autonomia” (DEMO, 2004, p. 7). Na aparente formação, há mera instrução: “O que se reproduz na universidade de modo instrucionista não é formativo, mas apenas funcional e subserviente ao mercado” (Idem, p. 6).

Propondo-se a aprofundar as discussões sobre o pensamento abissal, Santos (2008, p. 10) estabelece, então, três pontos argumentativos:

1º) a tensão entre regulação e emancipação⁷ continua a coexistir com a tensão entre apropriação e violência, ao ponto de a universalidade da primeira tensão não ser questionada pela existência da segunda;

2º) as linhas abissais continuam a estruturar o conhecimento e a legalidade modernos;

3º) estas duas linhas abissais são partes constitutivas das próprias relações e interações políticas e culturais de origem ocidental no sistema mundial moderno.

Para sintetizar, Santos diz que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas de amizade (*amity lines*) que separavam o Velho Mundo do Novo. E continua:

A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve,

professor, para o pensamento abissal, é figura das mais significativas, uma vez que cabe a ele um dos papéis de “vigilante” desse conhecimento único e excludente.

7 Santos afirma (2008, p. 2): “Esta tensão representa o outro lado da discrepância moderna entre as experiências actuais e as expectativas quanto ao futuro, também expressas no mote positivista da “ordem e progresso”. O pilar da regulação social é constituído pelo princípio do Estado, princípio da comunidade e princípio do mercado, enquanto o pilar da emancipação consiste nas três lógicas da racionalidade: a racionalidade estético-expressiva das artes e literatura, a racionalidade instrumental-cognitiva da ciência e tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito”. Esta questão também está discutida em *Crítica da razão indolente* (2002).

por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2008, p. 10).

Isso considerando, para existir uma sociedade global, precisamos de cidadãos críticos e emancipado(re)s. Do ponto de vista analítico-discursivo, é preciso considerar as inúmeras discursividades político-econômicas que legitimam o *status quo* da instituição escolar e, ao colocá-las em evidência, trabalhar para que outras verdades coabitem o mesmo universo escolar.

Com relação às questões indígenas, nosso interesse em particular, o que se aplica à educação se aplica a elas, em vários sentidos. De todo modo, torna-se fundamental considerar que há muitas relações de poder e de saber (FOUCAULT, 1996; 1999; 2000) envolvidas nas práticas que legitimam as políticas indigenistas, bem como que tornam legais os cursos escolares. Estamos considerando como hipótese de trabalho que aquilo que governa um, governa o outro; as práticas no Ocidente estão muito mais entrelaçadas do que em geral se supõem; e é por isso que nos propomos investigar práticas discursivas e não-discursivas que no Ocidente tornam tão proeminente o pensamento centrado na razão ocidental capitalista.

Para aqueles que acompanham as políticas indigenistas brasileiras, não é difícil perceber que há nelas fortes relações de poder. No entanto, consideramos que se há um lado da ilha que tenta a todo custo deslegitimar os direitos e, mais importante, a dignidade dos indígenas, ao mostrar as forças deste lado da ilha, é certo que o outro lado se mobiliza. Com Foucault, também partilhamos da premissa de que a existência do poder pressupõe a resistência ao poder. E isso merece algumas indagações:

– quais discursos político-econômicos estão sendo defendidos quando se fala em políticas indigenistas? Realmente há uma preocupação com a diversidade, sobretudo no que se refere às línguas, de povos indígenas?

– por que o discurso hegemônico é tão forte no que diz respeito ao controle e à vigilância? Em que reside sua força?

– e assim ecoa uma indagação de Morin (2002, p. 45): “Não deveria o novo século se emancipar do controle da racionalidade mutilada e mutiladora, a fim de que a mente humana pudesse, enfim, controlá-la?”.

Acreditamos que essas e outras perguntas merecem “respostas fortes” que vão além do pensamento abissal e da visão simplista a respeito de políticas indigenistas atuais; e o desejo é problematizá-las.

2.2. A língua portuguesa e o universo de fronteiras: questões indígenas, discursivas e pós-coloniais em Mato Grosso do Sul

Para colocar em movimento nossos apontamentos, partimos do princípio de que os estudos acadêmicos precisam contemplar outras possibilidades de existência, por isso do esforço em colaborar com uma justiça cognitiva global e com uma cidadania igualmente planetária. Portanto, vemos necessidade de pensar alternativas à lógica ocidental capitalista vigente, e por isso nossa discussão centra-se na co-relação entre estudos discursivos e estudos pós-coloniais, nos fundamentando, sobretudo, em Boaventura de Sousa Santos. O desejo é, partindo de diversas formas materiais de discursos contemporâneos, procurar compreender as relações de poder e de saber presentes nelas.

Que fique claro: não objetivamos fazer sociologia tampouco linguística no sentido estrito dos termos; queremos trabalhar no campo das reflexões discursivas, pela Análise do Discurso de orientação francesa. Considerando o discurso com um efeito de sentido entre locutores, devemos considerar a linguagem tendo forte relação com a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos. A AD francesa é uma disciplina que faz

dialogar as ciências da linguagem (Linguística) e a ciências sociais (Sociologia). O estatuto dessa relação, conforme atesta Orlandi (1996a; 1996b), é que dá singularidade ao campo do saber chamado AD. Em outros termos, o analista de discursos lida o tempo todo com o conhecimento produzido pela linguística e pela sociologia, além de outros conhecimentos, procurando compreender as inúmeras práticas discursivas e, por extensão, não-discursivas que regem nossa sociedade ocidental. Em síntese, ao analista de discurso compete colocar em evidência a contradição entre os diferentes saberes, e assim produzir outra forma de se compreender o mundo, outra forma de conhecimento.

2.2.1. Breves Apontamentos: para precisar os objetivos

A perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí nosso interesse em investigar os discursos produzidos em nossa atualidade pela perspectiva dos estudos pós-coloniais e da geopolítica do conhecimento (DUSSEL, 1995; MIGNOLO, 2001), ampliando-a. Esta proposta de trabalho pretende partir de uma geopolítica do conhecimento para uma geopolítica discursiva do conhecimento⁸.

8 A necessidade de se considerar uma “Geopolítica Discursiva do Conhecimento” surgiu durante a elaboração de nossa tese de doutorado, na Unesp de Araraquara, sob orientação no Brasil da Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin e, em Portugal, do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, como resposta possível a uma das muitas perguntas que não encontravam retorno em nossa investigação. Nesse caso, o embarço estava materializado na seguinte pergunta: como pensar as atuais mudanças geopolíticas partindo do princípio de que as teorias modernas, de cunho eurocêntrico, não são suficientes para pensar os discursos contra-hegemônicos. Apesar de ter sido mencionada, essa proposta não foi desenvolvida por vários motivos, dos quais mostraremos dois: 1º) não era o tema central de nossas discussões tampouco era um dos objetivos almejados; 2º) e mesmo que fosse, desenvolver uma “Geopolítica Discursiva do Conhecimento” é trabalho de considerável

Não há novidade em dizer que muitas transformações sociais, políticas, econômicas estão ocorrendo no mundo, cuja tendência é se avolumarem nos próximos anos. Pelo menos nas últimas três décadas, uma das mais marcantes manifestações dessas mudanças é emergência de grupos sociais historicamente excluídos da racionalidade construída no Ocidente, cujo ápice se deu com o advento, a partir do século XVI, daquilo que vimos designando simplesmente por lógica ou racionalidade ocidental capitalista. De modo bem sucinto, o fenômeno social-político-econômico que motivou essa emergência foi, segundo alguns autores, a Globalização ou, conforme preferem alguns estudiosos, inclusive Santos, Globalizações⁹.

Diante disso, acreditamos ser fundamental também estudar os discursos e as práticas da Educação voltadas A indígenas nesta época de transformações sociais, políticas e econômicas. O que podemos afirmar, dentro de certa margem de (in)certezas, é que algumas práticas discursivas e não-discursivas relacionadas aos atores sociais envolvidos nessa temática sofrerão, dentro de pouco tempo, reestruturações para se adaptar a uma nova realidade, ainda incerta, mas cujos sinais vêm se redesenhando pelo menos desde a década de 1970. Diferentemente talvez das mudanças tecnológicas, as mudanças sócio-educacionais levam certo tempo para se firmarem, pois exigem muitas negociações de diversas ordens, sendo estas sempre relações de poder.

A gênese de nossas reflexões está nos seguintes artigos de Santos: "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências" (2003; 2006) e no "Para além do pensamento abissal" (2008), nos quais

fôlego, altamente multidisciplinar, e não haveria tempo suficiente e nem capacidade teórica e investigativa para darmos cabo de tal tarefa.

9 Santos trata o termo globalização como "globalização neoliberal", e diz que no mundo existem outras iniciativas que fazem com que o termo seja incompleto/inadequado, preferindo globalizações. Cf. Santos, 2002, de modo particular o capítulo 1: *Os processos da globalização*.

o autor corrobora que uma das características da racionalidade ocidental foi ter contraído o presente e expandido o futuro. Para esse autor, nesses textos, a "contração do presente, ocasionada por uma concepção de totalidade, transformou o presente num instante fugidivo, entrincheirado entre o passado e o futuro" (SANTOS, 2003). E acrescenta que de igual maneira, "a concepção linear do tempo e a planificação da história, permitiram expandir o futuro indefinidamente". Para Santos, "quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente".

Essa observação nos leva a considerar a possibilidade de algumas das atuais políticas e práticas indigenistas, de modo particular as relacionadas ao ensino em contexto de fronteira, estarem vinculadas às tecnologias criadas no Ocidente para expandir o futuro. Como hipótese, pensamos que uma das principais manifestações dessas práticas foi colocar em xeque as identidades indígenas, transformando suas questões em objetos de um sistema de produção e consumo "o Ocidental", fim que, a nosso ver, não atende mais ao conjunto das realidades mundiais que se tornam (mais) visíveis. Um dos nossos objetivos, atualmente, é buscar confirmar ou refutar essa afirmação.

Creemos existir uma discrepância entre aquilo que a lógica ocidental capitalista propõe, por meio de diversas práticas discursivas e não-discursivas, e aquilo que de fato oferece ou pode oferecer. Santos nos lembra que no Ocidente moderno criou-se uma discrepância entre experiências e expectativas. Esse autor afirma que nas sociedades pré-modernas, era comum quem nascesse pobre, morresse pobre; quem nascesse analfabeto, morresse analfabeto. Na sociedade moderna, por sua vez, tornou-se possível ao pobre e analfabeto de nascimento, morrer rico e letrado, respectivamente. Essa mudança causada pela modernidade teve seus efeitos positivos, pelo menos nos últimos 150 anos, em que as expectativas foram, no Ocidente, sempre maiores do que as experiências. O problema está, ainda

conforme Santos (2003; 2006), justamente no fato de que o fosso criado entre experiências e expectativas tornou-se tão grande ao longo dos anos que atualmente vivemos num sistema em que “as experiências tendem a ser, mesmo que mediócras, melhores que as expectativas”, criando-se a ilusão de futuro. Santos (2003) exemplifica dizendo que “quando se fala em uma reforma da seguridade social, isso é para pior. Quando se fala em reforma da saúde, é para pior. Uma reforma da educação, naturalmente é para pior. Quem perde o emprego, não tem grandes expectativas de ter um emprego melhor”.

A partir da idéia de que foi dada à ciência moderna “o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso” (SANTOS, 2008, p. 3), pensamos que essa emergência tratou de silenciar outros saberes, outros dizeres, outras línguas, marginalizando-os. E talvez a principal evidência dessa afirmação seja o fato de que o conhecimento foi, no Ocidente, fragmentado em disciplinas. E dentre estas, aquelas ligadas ao campo das chamadas ciências naturais (física e química), das ciências biológicas (biologia) e do campo jurídico (direito) se tornaram as representantes máximos do pensamento abissal. Assim, outros universos do saber ligados ao social, ao filosófico, ao religioso e ao linguístico foram rebaixados a simples instrumentos, este é o caso dos estudos da linguagem, dos estudos sócio-históricos (sociologia e história) ou da metafísica e das religiões (filosofia e teologia).

No Ocidente, não só as disciplinas, mas as próprias profissões ligadas ao domínio do pensamento hegemônico tiveram uma proeminência sobre as demais. Assim é que, na lógica ocidental capitalista, discursos sobre o universo semântico da medicina, das engenharias e do direito se sobressaíram em relação àqueles ligados à história, filosofia, teologia, e, no caso particular de nossas investigações, à linguagem e saberes indígenas. Um segundo objetivo de nossa pesquisa é, para longo prazo, investigar as práticas que confirmem essa hipótese.

Parafraseando Baronas (2006, p. 22), precisamos começar a considerar, sim, uma resistência política, quando se trata de políticas e práticas que têm por base o ensino de Língua Portuguesa. Não obstante, sem deixar de levar em conta que esta precisa ter como postulado a resistência epistemológica (SANTOS, 2008, p. 20). Em outros termos, para que de fato haja uma justiça social global, é preciso fazer valer uma justiça cognitiva global, conforme já mencionamos.

Se, por exemplo, durante muito tempo houve na instituição escolar um silenciamento para os avanços dos estudos linguísticos (BARONAS, 2006) e sócio-educacionais (jamais deixaram de ser “selvagens” para/na escola), é essencial tornar emergentes não só os estudos da língua(gem) bem como os das humanidades. É fundamental, a nosso ver, praticar uma sociologia das emergências (SANTOS, 2006) das práticas não-hegemônicas. Para tanto, consideramos de grande relevância ampliar simbolicamente os sinais, pistas e tendências latentes que, conquanto embrionárias, fragmentadas e dispersas, “apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo” (SANTOS, 2008, p. 21).

Tentaremos ilustrar essas afirmações, considerando que os diversos campos do saber devem trabalhar para problematização de uma cidadania global.

Apresentaremos a seguir um caso particular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): ela oferece, dentro de uma surpreendente e excelente política de ações afirmativas, um curso de Licenciatura Indígena, que visa formar professores indígenas para atuarem nas escolas das respectivas aldeias, guarany e kaiowá.

Em primeiro lugar, a exclusão social deve ser sempre considerada como um produto de relações de poder desiguais, e, portanto, as iniciativas de inclusão implicam “a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos” (SANTOS, 2008, p. 22) e linguísticos (GÓIS,

2008). Desse modo, se baseiam, de maneira simultânea, “no princípio da igualdade e no reconhecimento da diferença”. Todavia, em segundo lugar, se a Universidade se importar meramente em cumprir seu atual papel, que é o de ajudar a propagar as práticas discursivas e não-discursivas do pensamento abissal, em nada ajudará na construção de uma cidadania global. Consideramos fundamental que a Universidade também aprenda com aqueles aos quais quer incluir. Que ela não ajude a silenciar. Dito de outro modo, é preciso que as políticas de ação afirmativa sejam políticas contrárias ao pensamento abissal, que elas sejam pós-abissais. Ou, em outros termos:

O pensamento pós-abissal parte do reconhecimento de que a exclusão social no seu sentido mais amplo toma diferentes formas conforme é determinada por uma linha abissal ou não-abissal, e que, enquanto a exclusão abissal definida persistir, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista (SANTOS, 2008, p. 23).

É fundamental reconhecer que em muitas políticas, o que pode ser o caso da UFGD, a inclusão esconde o discurso do pensamento abissal. É necessário, desse modo, que haja sempre “o reconhecimento da persistência do pensamento abissal” para que seja igualmente possível “começar a pensar e a agir para além dele. Sem este reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo que continuará a reproduzir as linhas abissais, por mais anti-abissal que se autoproclame” (SANTOS, 2008, p. 23). (Re)significando, usando para isso o exemplo da presença indígena na UFGD como metáfora, as políticas educacionais bem como suas metodologias de ensino precisam aprender com os indígenas (com o outro lado da ilha) usando uma linguagem indígena. Dizendo de modo mais objetivo: é preciso tornar evidente outros discursos, que não hegemônicos.

E a Língua Portuguesa nesse contexto?

Esta tem sido, de longa data, e não é diferente na Licenciatura Indí-

gena, a mediadora entre os saberes ocidentais (física, matemática, química, biologia, e assim por diante) e os indígenas, e é também, historicamente, a língua do colonizador. Por isso torna-se fundamental aceitar que não poucas vezes, e isso a prática tem-nos ensinado, a Língua Portuguesa, nos moldes de como é ensinada em escolas não-indígenas, quando reproduzida em escolas indígenas, tende a ser mais uma das práticas do pensamento abissal. Por isso é muito importante que políticas de ensino de Língua Portuguesa e das demais disciplinas por ela mediadas, sobretudo na formação de professores indígenas, levem em consideração os avanços linguísticos, no que se refere ao ensino de línguas em contexto de fronteira, e as discussões promovidas pela analítica do discurso e pelos estudos coloniais e pós-coloniais.

3. Palavras finais

Pela própria natureza deste texto, que visa levantar questões para começar a problematizá-las, o objetivo-mor foi abrir possibilidades de diálogo. Buscamos situar alguns dilemas e tensões atuais no que se referem às práticas educacionais sobre o ensino e o ensino de Língua Portuguesa, identificar alguns discursos que fundam o pensamento abissal sobre a educação e o ensino, para compreender o papel social e político da Língua Portuguesa e dos estudos da linguagem no atual contexto de erosão tanto da cidadania, quanto da soberania do Estado-nação. Consideramos que há necessidade de se discutir o potencial emancipatório do ensino de língua em defesa de uma cidadania global e de pensar o papel dos estudos da linguagem e das humanidades nas discussões sobre educação e ensino. Para tanto, é preciso levantar outras frentes de investigação no campo das linguagens (de discursos) neste início de século XXI, aproximando-o dos estudos coloniais e pós-coloniais.

Assim, compartilhamos, a título de ilustração, com Baronas (2006, p. 23) a ideia de que “não faz sentido transformar os cursos de Letras

ou qualquer outro curso das humanidades num supermercado que vende informações linguísticas e literárias ou numa indústria que as fabrica, por exemplo”, uma vez que essa é uma prática comum do pensamento abissal, ou seja, mercantiliza-se tudo, inclusive o saber. Novamente fazendo nossas as palavras dele, para estudar as questões relacionadas às línguas e literaturas em contexto de fronteiras, é muito relevante enfatizar o uso consciente e responsável dos saberes, dos conceitos, das ideias, com a finalidade de desenvolver nos cidadãos deste século XXI uma atitude emancipatória.

Referências Bibliográficas

BARONAS, R. L. Notas sobre um tratamento didático ético-emancipatório do português. **Signótica**. Goiânia: UFG, n. 2, 2006. p. 21-36. (Edição Especial).

BLOCH, E. **The principle of hope**. Cambridge: MIT Press, 1995.

DEMO, P. Ensino Superior no Século XXI: direito de aprender. In: **REFLEXÕES 2004**. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2004-1/documentos/04-Ensino-Superior-no-Seculo-XXI-Pedro-Demo.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **1492**: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GÓIS, M. L. S. **De como a raposa encontrou a Serra do Sol**: discurso, memória e identidade, 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2007.

_____. Por uma cidadania global: educação e pensamento pós-abissal. **III Seminário Internacional Fronteiras Étnico – Culturais**, 2008, Campo Grande - MS. Anais..., Campo Grande, MS: UCDB, 2008, v. 1, p. 142-156.

_____; MOREIRA, K.H. A presença de Boaventura de Sousa Santos nas pesquisas brasileiras em educação. **Conferência Internacional: Educação, Globalização e Cidadania**: novas perspectivas da Sociologia da Educação. João Pessoa, PB: UFPB. De 19 a 22/02/2008. Disponível em: <<http://www.socieduca-inter.org/cd/gt12/004.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

MIGNOLO, W. **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo/Duke University, 2001.

_____. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

ORLANDI, E. P. (Org.) **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1996a.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008. Disponível também em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: 15 mar. 2008.

_____. **Gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível também em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em 2003.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AÇÕES DE EXTENSÃO EM MS

Adair Vieira Gonçalves¹
Alexandra Santos Pinheiro²

1. Introdução

Como professores responsáveis pela disciplina de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literatura, respectivamente, acompanhamos, há algum tempo, o trabalho de professores de Língua Portuguesa e de Literatura nas escolas públicas da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul. Dentre as dificuldades, o que mais chama a atenção é a falta de fundamentação teórico-metodológica que norteia a prática do professor do Ensino Básico. Diferentemente do que dizem alguns, na escola pública existem professores sérios, comprometidos em cumprir de forma digna o seu papel, mas a falta de sustentação teórica inviabiliza, muitas vezes, o bom resultado de seu trabalho.

1 Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integrante do grupo de pesquisa “Gêneros textuais e ferramentas didáticas para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa” (projeto financiado pelo CNPQ), liderado pela prof. Dr^a Elvira Lopes Nascimento. E-mail: adairgoncalves@uol.com.br.

2 Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados. Doutora em Teoria Literária pela Unicamp e membro do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Literários e Culturais. E-mail: alexpin24@yahoo.com.br.

Desta forma, quando o MEC, em parceria com o Ministério da Cultura, lançou o edital n. 01/2008 PROEXT MEC/CULTURA (Brasília, 24 de Setembro de 2008), vislumbramos a possibilidade de atuar, de forma mais próxima, num diálogo permanente entre a intervenção teórica e a orientação da prática docente. Vale lembrar que a escolha das escolas privilegiou aquelas que já mantinham parceria conosco em relação ao estágio de nossos acadêmicos. De forma geral, ao propor o projeto: “Formação Continuada de professor: caminhos para o Letramento”, objetivávamos demonstrar que os cursos de licenciatura deveriam pensar em formas de acompanhar a prática do professor, para garantir, assim, que as teorias propostas sejam efetivamente ressignificadas e, após reflexão, incorporadas pelos professores da Educação Básica em suas práticas educativas.

Diante do exposto, gostaríamos de explicar como o projeto foi pensado, quais os desafios que precisaram/precisam ser superados e, finalmente, partilhar os resultados conquistados. Enquanto os acadêmicos do 4º ano de Letras/Facale³ atuam junto aos alunos dos ensinos Fundamental e Médio, os professores responsáveis pelo Estágio de Língua Portuguesa e Literatura trabalham em duas frentes: 1) Na orientação dos acadêmicos que fazem sua regência junto às instituições públicas; 2) na mediação de reflexões teórico-metodológicas sobre o Letramento entre os professores das instituições parceiras (no caso, de escolas da rede pública de ensino da cidade de Dourados). Com o trabalho, propiciamos o diálogo com a sociedade (docentes e alunos das respectivas escolas atingidas pelo projeto), oferecendo aos professores aparato teórico-metodológico e enfatizando a concepção sócio-interacionista de linguagem, como preceituam os Parâmetros Curriculares Nacionais).

Partimos do pressuposto de que um curso de licenciatura, por mais estruturado que seja, não forma professor com bagagem teórico-metodológica para o ensino de Língua e Literatura. Como professores

3 Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, onde os docentes estão lotados.

universitários, responsáveis por preparar educadores em duas diferentes habilitações (português-literatura e português-ínglês), concordamos que o processo de preparação para o início da carreira docente não absorve toda dinâmica necessária para a efetiva formação desses profissionais. Na realidade, independentemente do nível em que se leciona, fazemos parte de um grupo de profissionais que deve se atualizar constantemente. Em muitas universidades, já existem grupos de professores responsáveis por atender às dúvidas de seus egressos. Nada mais justo, uma vez que, ao se deparar com a dinâmica da prática, os novos educadores sentem-se desorientados e angustiados.

Portanto, foi por esse pressuposto, o de garantir o acesso à teoria do Letramento (SOARES, 2007; COSSON, 2006; AGUIAR, 2004) também acompanhar a inserção dessa teoria nas atividades práticas dos professores, que iniciamos a tarefa de encontrar caminhos para levar o Letramento até as escolas públicas de Dourados.

2. Caminhos para o(s) Letramento(s): língua e literatura

As escolas são instituições às quais a sociedade delega a responsabilidade de prover às novas gerações das habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes consideradas essenciais à formação de qualquer cidadão. Baseando-nos em pesquisas de Kleiman (2001/2003), Rojo (2006), e Soares (2003), podemos afirmar que a relação entre escola e letramento é complexa. Há uma espécie de ‘controle’ da escola, ao invés de expansão das práticas sociais. O que as autoras citadas defendem é que o LETRAMENTO ESCOLAR seria insuficiente para medir e avaliar as habilidades de leitura e de escrita. Em países como o Brasil, o funcionamento inconsistente e discriminatório gera padrões múltiplos e diferenciados de aquisição do letramento, que seria:

(...) o *estado* ou *condição* de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que esta concepção acrescenta às anteriormente citadas é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado *estado* ou *condição* de inserção em uma sociedade letrada (SOARES, 2002).

Desse modo, tendo ciência de que, na escola, poucos professores trabalham atividades que contemplem este tipo de letramento, pensamos em avançar para práticas sociais em que os docentes e estudantes envolvidos pudessem utilizar-se para suas vidas. Entendemos, desse modo, que o docente/discente inserido em práticas sociais de leitura/escrita de gêneros diversos que circulam socialmente (da esfera literária e não literária, como sugerem os PCNs 1997/1998) deveria ser considerado uma pessoa letrada. Compreendemos, ainda, que o direito ao acesso à leitura e à dinâmica que lhe envolve deve ser inalienável do homem, em época de extrema competitividade e globalização.

Sendo assim, os gêneros (literários ou não) orais e escritos foram o ponto de partida para os letramentos que estão sendo posto em prática neste projeto de extensão. Para o presente texto, enfocaremos duas experiências: uma sobre o ensino da literatura e outra com enfoque no ensino de língua materna. Quais os desafios de abordar esse tema entre os professores que aceitaram nos acompanhar nesse projeto de formação continuada? Que resultados podemos esperar desse tipo de ação? São basicamente sobre essas duas questões que o presente artigo pretende discorrer, respondendo a essas inquietações a partir da reflexão sobre o professor-leitor e sobre o Ensino de Literatura na educação Básica.

3. Língua Portuguesa: letramento e formação docente por meio de Sequências Didáticas

Em relação ao trabalho de Língua Portuguesa, baseamo-nos no que prescrevem os documentos oficiais e respectivas orientações curriculares. Tomando os gêneros como objeto de ensino e o texto como unidade, fizemos uma intervenção didática por meio de sequências didáticas, daqui para frente, SD. A opção pelo instrumento deveu-se a dois fatores. Primeiramente, segundo Dolz & Schneuwly (2004), as SDs são um conjunto planejado, sistematizado para o ensino de gêneros orais e escritos, ferramenta adequada a nossos propósitos. Assim, com as SDs evitaríamos o ensino compartimentalizado, em blocos, como é a prática do ensino brasileiro, em geral. Sobretudo, o ensino por SD seria “novo” para os docentes. Muitos afirmaram não conhecer a ferramenta. A nosso ver, as SDs são uma forma privilegiada de organização didática, por possibilitar uma imersão na aprendizagem de um determinado gênero, pelo recorte das propriedades de ação, discursivas e linguístico-discursivas do gênero. Uma SD, de acordo com Dolz & Schneuwly (2004), configura-se, esquematicamente:

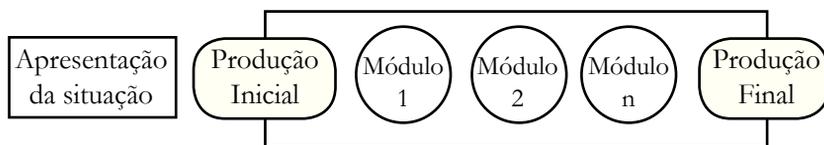


Figura 1: esquema prototípico de uma SD.

Parte-se de uma situação de comunicação, produção de um resumo neste caso, e, a partir das dificuldades mapeadas na produção inicial, aplica-se uma série de módulos/ateliês para o desenvolvimento de capacidades: de ação, discursivas e linguístico-discursivas. Em seguida, pede-se a produção final para avaliação das capacidades atingidas. Procuramos estabelecer uma situação de comunicação concreta, a mais próxima possível

do que ocorre em situações extraescolares. Para a situação de escrita, solicitamos aos docentes que produzissem um resumo, a partir de um texto levado à sala pelo docente formador. Como interlocutor, deveriam pensar no conteúdo prioritário para um leitor que não conhecesse o texto-base.

Segundo Barbosa (2001,p. 213),

as SDs estão se constituindo como um gênero em emergência. Para a autora, “no caso específico do ensino de língua materna, articulado em torno dos gêneros do discurso, as sequências didáticas focaram certos gêneros- que seriam o conteúdo temático dessas sequências- através da exploração de elementos do contexto de produção, do conteúdo temático, da forma composicional e do estilo do gênero em pauta- o que seria parte do conteúdo temático e da forma composicional dessas sequências didáticas

Com as SDs, não há o ensino compartimentalizado, típico das aulas de Língua Portuguesa e Literatura, por exemplo, no Ensino Médio. Neste grau de escolarização, são frequentes as divisões em “frentes”, aulas de gramática, redação e Literatura, e, em instituições privadas, com dois ou três docentes, cada um assumindo uma parcela do currículo. Esclareçamos que, para o nosso objetivo, as SDs são atividades de produção, leitura e análise linguística; mas, diferentemente de outras práticas, todas os módulos/ateliês estão articulados, com o fito de levar o estudante e, no nosso caso, levar o docente-professor à mestria de um gênero X.

Como material didático⁴, utilizamos a SD produzida por Machado (2004a). No referido material, há atividades para o desenvolvimento de

4 Evidentemente, no espaço de cinco meses de formação continuada, muitas outras atividades foram propostas e, em maior ou menor grau, na maioria delas, obtivemos êxito. Dentre estas, propusemos atividades de coesão referencial e sequencial, utilizando textos sociais adequados ao nosso público de formação. Trabalhamos também a compreensão de textos, e, por meio de uma reflexão de Marcushi, refletimos sobre questões (in) devidas que fazemos em aulas, avaliações que, muito frequentemente, são repetições do que aparecem nos livros didáticos de Língua Portuguesa e Literatura.

capacidades de ação (módulo 1 e 2, por exemplo), atividades para o desenvolvimento de capacidades discursivas, e, por fim, atividades linguístico-discursivas. Vejamos a síntese no quadro abaixo:

Gênero: Resumo Nomes dos módulos	Nº do módulo¹	Aplicação em sala de aula	Objetivo do módulo²
1ª versão do texto ³	-	6/05/2009 ⁴	Delimitar as capacidades de que os alunos dispõem e orientar a SD.
O Gênero resumo	1	20/05/2009	Apresentar as características básicas de um resumo e diferenciar um bom de um mau resumo
O Gênero resumo escolar/acadêmico e outros gêneros	2	20/05/2009	Pretende mobilizar representações dos mundos físicos e sociais (contexto de produção dos textos) e constatar os possíveis suportes do gênero.
Sumarização: processo essencial para a produção de resumos	3	20/05/2009	Objetiva-se estudar, por meio de exercícios práticos, um processo essencial para a produção de resumos: a sumarização.
A influência dos objetivos na sumarização	4	20/05/2009	O objetivo do módulo é esclarecer que se resumem textos tendo como foco o destinatário.
A compreensão global do texto a ser resumido	5	27/05/2009	Objetiva-se estudar neste módulo a compreensão global de um texto a ser resumido
A localização e explicitação das relações entre as idéias mais relevantes do texto	6	27/05/2009	O objetivo maior é estudar os mecanismos de textualização: conexão e segmentação, ou seja, buscam-se explicitar as relações entre as idéias mais relevantes do texto.
Menção ao autor do texto resumido	7	27/05/2009	Pretende-se avaliar a retomada anafórica, ao referir-se ao autor do texto. (coesão nominal)

Atribuição de atos ao autor do texto resumido	8	27/05/2009	Verificar a atribuição de atos ao autor do texto (processo de gerenciamento de vozes).
Recapitulação dos procedimentos para a produção do resumo	9	27/05/2009	Discutir, em conjunto com a turma, características peculiares ao gênero estudado
Apresentação e discussão da lista de constatações/ controle e produção final do gênero.	-	27/05/2009	Verificar a aprendizagem do gênero, após a SD ⁵ .

Quadro 1: O movimento/objetivos da SD sobre o gênero Resumo

Com os objetivos supracitados, a aprendizagem foi significativa. Além de nunca terem estudando sob a forma de SD, muitos alegaram desconhecer, na íntegra, o gênero resumo escolar/acadêmico”. Seguem alguns depoimentos de docentes:

“Achei que sabia escrever resumo, mas só aprendi agora” (Professor X);

“Na minha época, falavam que para resumir era só copiar as partes principais de um texto” (Professor Y);

“Achava que era somente grifar as partes principais e copiar depois” (professor Z).

Sabemos, obviamente, das limitações das SDs no ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Seria extremamente complicado, por uma série de fatores, substituir os livros didáticos pelas SDs. Além disso, os custos de uma SD inviabilizam sua aplicação sistemática, principalmente, em escolas públicas. É preciso, porém, encontrar alternativas. De posse do aparato mínimo teórico-metodológico, os docentes podem construir suas próprias SD e não aplicá-las *a priori*, sem levar em conta o nível da turma. Há várias iniciativas nas instituições federais (UFGD, UFPR, UFPE) e esta-

duais (UEL, UNICAMP), além de instituições privadas (PUC-SP, PUC-MG) que, há alguns anos, começaram a descrever e transpor didaticamente gêneros para o ensino de Língua Materna e Língua Estrangeira-Inglês. De posse dessas alternativas, cabe ao docente selecionar SDs que sejam adaptáveis ao currículo escolar, ao plano de curso, etc.

4. Letramento Literário

Partimos do pressuposto de que se faz necessário conhecer tanto as práticas de letramento literário presentes na escola quanto as práticas de letramento literário presentes em diferentes lugares sociais. Apenas assim será possível contribuir para pensar nas relações entre essas duas esferas, escola e vida social, fazendo-as convergir para a formação de indivíduos com graus de letramento cada vez maiores. Entendemos que a educação literária abarca não apenas o preparo do estudante para interagir com textos escritos já consagrados pela historiografia, como também seu preparo para leitura de outras formas ficcionais que permeiam sua cultura e seu tempo.

Em se tratando de letramento literário, vale ressaltar que,

Para a apropriação do conceito de letramento aos estudos literários, estabelecemos a pertinência do sintagma *letramento literário*, sendo esse compreendido como o conjunto de práticas sociais que usam a escrita ficcional ou escrita literária enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos e para objetivos específicos. A escrita literária foi conceituada por meio do estabelecimento de três aspectos: 1) a presença de ficcionalidade; 2) a caracterização da escrita enquanto uma modalidade discursiva própria, presente não apenas em textos escritos (grafados ou impressos), mas em modalidades híbridas que associam sons, imagens, movimentos, etc. (ZAPPONE, 2008, p. 31).

Alguns exemplos de práticas sócias de escrita e de leitura em que aparece a Literatura seriam os causos, as lendas de uma determinada comunidade, as novelas televisivas, o cinema, as series voltadas ao público adolescente, os desenhos animados. Principalmente entre as meninas, contamos com os cadernos de poemas escritos por elas ou copiados de autores da tradição literária ou da tradição popular. Quando pensamos em *Letramento Literário*, portanto, pensamos na necessidade de se mostrar, ao educando, que a Literatura faz parte de suas relações cotidianas. Defendemos que a democratização existe quando a tradição literária se faz conhecer. Acreditamos que apenas a tradição não forma leitores. É preciso dialogar com a tradição popular e com as práticas sociais do sujeito para que a tradição literária seja ressignificada.

Para se pensar a importância da Literatura na Formação do estudante dos ensinos Fundamental e Médio, faz-se necessário, num primeiro momento, recuperar algumas concepções de Literatura para depois analisar a sua atuação. Com base nas funções da Literatura apresentadas por Antonio Cândido (1973) e Roland Barthes (1980), e com base, ainda, na pesquisa de estudiosos do Ensino de Literatura, desenvolveremos um debate que pretende trazer à tona questões como: o lugar da Literatura nos Parâmetros Curriculares; a formação docente; e o lugar da Literatura nos ensinos Fundamental e Médio, abordando, nesse último tópico, a questão da metodologia e da seleção de obras.

Diante de uma sociedade tecnológica, com importantes descobertas científicas, em que o indivíduo, na mais tenra idade, tem acesso à *internet* e a partir dela ouve música, joga, assiste a filmes, conhece lugares e pessoas, por que insistir na Literatura (no livro literário)? Por que se empenhar para que nossos alunos (e nós também) tenhamos na obra literária uma opção para o prazer, para o conhecimento e para a formação subjetiva e social? Nas palavras de Roland Barthes, encontramos um primeiro argumento em defesa da permanência ou da implantação da leitura literária: “Se, por não sei quê de excesso de socialismo ou barbárie, todas

as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário” (BARTHES, 1980, p. 18).

A afirmação do estudioso pode ser sustentada, inclusive, com a Teoria da Literatura Comparada, responsável por mostrar o quão tênue é a fronteira entre a Literatura e outras áreas do saber: pintura, música, antropologia, sociologia, psicologia, História, etc. Todavia, nem o depoimento de Barthes nem a Literatura Comparada são suficientes para amenizar a chamada crise de leitura debatida no Brasil desde a década de 70 do século XX. Regina Zilberman (1982) mostra algumas contradições em relação à chamada crise de leitura. De acordo com sua pesquisa, nesses anos 70, quando iniciaram efetivamente as reflexões sobre a (não) leitura, acontecia o crescimento da população urbana, decorrente da oferta de trabalho nas indústrias. Esse aumento da população, por sua vez, exigiu uma reformulação da estrutura escolar, devido à ampliação do número de alunos. Dentre as novas propostas pela reforma de ensino instituída na nesse período, o texto literário ganha destaque em sala de aula, as editoras passam a investir na publicação de obras infantis e um elevado número de livros passa a circular nos acervos escolares.

O apontamento histórico apresentado demonstra que, aparentemente, não há lugar para a chamada crise de leitura. Se houve o aumento do público leitor e a ampliação na oferta de obras literárias, onde estaria a crise? De acordo com Zilberman (1982), a contradição instalava-se na recusa à leitura. O público leitor, em potencial, não demonstrava interesse pela leitura das obras literárias. Essa recusa, infelizmente, ainda é a motivação para o debate acerca do ensino de Literatura. A diferença é que ao debate são acrescentados outros (não) leitores: os professores e a família.

Nos cursos de formação de professores, insistentemente lembramos que só ensinamos o quanto realmente sabemos, e com as crianças e adolescentes, a política do “faça o que eu digo, não o que eu faço” não emplaca. Mesmo assim, é comum ouvirmos depoimentos em que os pro-

fessores colocam-se como sujeitos desmotivados financeiramente e desvalorizados demais para trocar a novela das oito por uma Literatura: “é minha hora de lazer”, afirmou, no ano passado, uma professora da 4ª série, do município onde trabalhávamos.

De certa forma, essa professora tem razão. Embora a obra literária possa, como aponta Antonio Cândido (1973), contribuir para refletir sobre a vida e o mundo, oferecendo mecanismos para compreender nossas subjetividades, nossas alteridades, a questão da sexualidade, da morte e da ética, para citar apenas alguns pontos, o ato de ler é um processo trabalhoso que exige “esforço, treino, capacitação e acumulação” (AZEVEDO, 2006, p. 34).

Já que entramos no debate sobre leitura, antes de analisar o lugar da Literatura nos Parâmetros Curriculares (1997-1998), é importante apresentar o que entendemos por leitura e leitor. Sobre a definição de leitura, optamos pela de Eni Orlandi (2006), que, pela visão da Análise do Discurso, define a leitura como “compreensão, não apenas decodificação”. A leitura seria o momento crítico da construção do texto, um processo de interação verbal que faz desencadear a assimilação dos sentidos. O leitor, por sua vez, é aquele que consegue atribuir sentido a um diversificado número de textos. É leitor aquele que, devido à familiaridade com o texto consegue diferenciar os tipos de gêneros literários e não-literários e os motivos que o levam a escolher uma leitura em detrimento da outra.

É por isso que a professora supracitada tinha razão ao distanciar leitura de prazer. Para que a leitura seja inserida como uma forma de aproveitar o tempo livre, ou seja, para que seja vista como lazer, faz-se necessário que o indivíduo torne-se um leitor, e esse processo, como vimos, exige esforço e dedicação. É necessário saber por que lemos, precisamos atribuir sentidos ao que lemos, e isso exige prática, treino, acúmulo de informação, raciocínio. A arte literária, se observada pela afirmação de Barthes, deveria fazer parte do ambiente familiar e escolar desde os primeiros meses de vida. Essa afirmação pode parecer utópica, mas não é. Ela está

fundamentada em um referencial teórico que nos permite acreditar que a democratização do ensino exigiria um repensar sobre nossa história sócio-econômica de exclusão.

Sobre o debate a respeito do ensino de Literatura, a problemática mais simples de ser resolvida é a que valida a sua inserção na sala de aula. Além de contarmos com um arcabouço teórico que sustenta a sua importância para a formação ética, psicológica e cognitiva do cidadão, a temos também amparada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. O complicador é convencer os professores a ser tornarem leitores para contribuir de forma significativa na formação de alunos leitores. Essa é uma questão que exige de nós uma compreensão sócio-histórica que envolve o professor (não) leitor; exige, ainda, discutir a injusta distribuição de renda praticada no Brasil. Queremos salientar que não é possível atribuir ao educador a culpa pela falta de uma política escolar que priorize a leitura para formação dos alunos. Por outro lado, não podemos pensar em políticas de leitura se o mediador entre o livro e o educando (e aqui entra professor e país) demonstrar pouca ou quase nenhuma familiaridade com a leitura.

No Ensino Fundamental (principalmente do 6º ao 8º ano), caracteriza-se por uma formação menos sistemática e mais aberta do ponto de vista das escolhas, quando se misturam livros que indistintamente denominamos “literatura infanto-juvenil” a outros que fazem parte da literatura dita “canônica”, legitimada pela tradição escolar, inflexão que, quando acontece, se dá, sobretudo, nos últimos anos desse segmento (8 ou 9 anos) (Cf. *Orientações curriculares para o ensino médio*, 2006).

A Literatura contribuiria para desenvolver nos estudantes todas as competências e habilidades estipuladas pelos PCN: representação e comunicação; investigação e compreensão; contextualização sócio-cultural. Um olhar mais atento às propostas curriculares, todavia, indica que o conteúdo pretendido para o Ensino de Literatura não possibilita desenvolver a competência da expressão e interpretação do texto. Como demonstram as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (2006), o texto literário

é secundário, o foco principal é dado à história, às escolas e às tendências literárias. Marisa Lajolo (2002) também aponta para a necessidade de se discutir a historiografia do texto e tratar das críticas feitas a uma determinada obra, mas lembra que essas questões não devem substituir a leitura e a interpretação da obra literária: “é fundamental interpretá-lo, perceber os impasses individuais (leitor com ele mesmo) e sociais que a obra oferece”.

Mesmo que a proposta dos Parâmetros Curriculares precise ser repensada em relação ao Ensino de Literatura, a disciplina está lá, apresentada como importante instrumento de formação do indivíduo. Quando o professor atua em sala, ele, geralmente, baseia-se nos fragmentos literários encontrados nos livros didáticos e na síntese das características literárias na qual determinado autor e obra está inserido. Mas como formar professores leitores? Quem trabalha com formação continuada sabe que a tarefa não é das mais simples. Nos cursos eles esperam “receitas” de como ensinar: “Como fazer com que os alunos gostem de poesia?”; “como trabalhar o Romantismo com jovens do século XXI?”. Perguntas desse tipo poderiam encher folhas de papel, e a resposta a elas costuma ser dada a partir de uma única pergunta: “Qual o último livro literário você leu?” Como geralmente são poucos os que se lembram do último título lido, o encontro começa com o tema “a importância do professor-leitor”.

Vale retomar a importância do Estágio Supervisionado em Literatura. Nessa disciplina, os estagiários podem ser orientados em projetos de extensão e pesquisa que lhes possibilitem perceber a diferença entre um professor-leitor e um professor-não-leitor. Se conseguirmos que ele adote a postura do professor-leitor, teremos mais um aliado na construção de uma escola verdadeiramente democrática.

Pelas ponderações levantadas até o momento já percebemos a principal direção metodológica para o Ensino de Literatura, a leitura do texto literário. Marisa Lajolo (2002) lembra que em nome da “motivação”, as obras literárias são, muitas vezes, dadas de forma equivocada na sala de aula. A autora lembra que o primeiro contato com o texto literário deve

ser a partir da leitura dele, não de seus fragmentos. Dramatizações, perguntas sobre o enredo, sobre a época, palavras cruzadas e outras atividades não devem substituir a leitura individual.

5. Primeiros resultados: em busca de Caminhos para o(s)letramento(s)

Muitas são as dificuldades de execução, num projeto que envolve, ao mesmo tempo, diversas ações extensivas: formação continuada de docentes, formação de graduandos para atuar juntos aos alunos das escolas atendidas, etc. Entretanto, mais que dados quantitativos, os dados qualitativos nos encorajam. Ensinar por SDs, como a exposição citada no item 3 deste artigo, nos anima a continuar investindo em ações de extensão que envolvem a formação docente, tendo como construto teórico os gêneros textuais (BAKHTIN, 2000), mediados por SD aplicáveis e transpostas para o ensino.

Em relação à literatura, não queremos entrar em todos os procedimentos metodológicos para que seu ensino se concretize em sala de aula, apenas citaremos a pesquisa de Bordini e Aguiar (1988) a fim de mostrar que há fundamentações teóricas que possibilitam ao educador se sentir seguro com o ensino da disciplina. Os passos que antecedem a leitura integral da obra literária sugeridos por Bordini e Aguiar (1988) são: o professor deve proceder à seleção das obras, considerando a idade e o interesse de um determinado grupo de alunos. Nesse sentido, a faixa-etária que nos interessa é a dos 9 aos 17 anos, que corresponde ao período em que, aos poucos, a criança começa a romper com o estágio de fantasia e vai exigindo leituras com conteúdo intelectual, literatura engajada, romances históricos. Respeitar a faixa-etária e compreender os interesses que norteiam cada fase seria, então, um primeiro procedimento metodológico para o trabalho com a leitura; o segundo seria oferecer a eles a leitura indi-

vidual do texto e, em seguida, dar-lhes a oportunidade de expressarem as impressões que o texto oferece. As autoras seguem com várias sugestões de atividades; contudo, nenhuma delas será bem sucedida se, durante a seleção das obras, o professor não tiver o seu momento individual de leitura.

O projeto “Formação Continuada de professor: caminhos para o Letramento” tem apenas seis meses de vida, e já podemos comemorar resultados positivos. De modo geral, foi surpreendente a forma como a prefeitura da cidade abraçou o projeto. Esse é um aspecto do trabalho de formação continuada que merece destaque: a parceria entre órgãos públicos e universidades. O trabalho das seis bolsistas junto às escolas também tem dado certo. As acadêmicas têm a função de atender grupos de alunos que apresentem dificuldades com a questão da linguagem situada em práticas sociais significativas. Cada bolsista ficou responsável por pessoas numa escola para garantir o êxito do trabalho.

A partir de atividades de Letramento (não apenas o literário) elas procuram compreender a dificuldade de cada aluno e orientá-los em dinâmicas que façam sentido também em suas práticas sociais, não apenas no que se refere ao escolar. Sobre as atividades de Letramento Literário, o objetivo é valorizar a literatura oral, a contação de história e de trazer para sala de aula os enredos e personagens da telenovela (a exemplo de *Malhação*) que fazem parte de suas práticas sociais. As acadêmicas têm a função de ensinar a ler Literatura, como sugere Rildo Cosson (2006), para garantir o processo de formação de leitores entre esses educandos. As atividades diferenciadas têm dado certo. Por outro lado, a participação e a assiduidade dos alunos demonstram que, quando trabalhamos com o que efetivamente faz sentido para o estudante, a escola torna-se mais atrativa e, por que não dizer, acessível.

Tanto as orientações para as acadêmicas envolvidas no projeto quanto o curso ministrado para os 150 professores são pensados no sentido de oportunizar reflexão sobre uma prática docente que faça sentido para os estudantes. Em especial sobre o Letramento Literário, aproveita-

mos o momento de formação para resgatar a trajetória de leitor literário dos acadêmicos e dos professores. Ao mesmo tempo, procuramos despertar entre os que ainda não se encontraram com o livro, o desejo de principiar a sua formação, uma vez que só teremos a efetivação do Ensino de Literatura nas escolas se for possível contar com o trabalho de professores leitores. Vale lembrar, mais uma vez, que essa prática só poderá ser atingida a partir de uma reflexão pautada num referencial teórico sustentado na importância da Literatura para a formação social, psicológica e cognitiva do cidadão e que corrobore para que o professor tenha uma prática docente sustentada por pesquisa. Assim, fica acertada a teia que sustenta o Ensino de Literatura: políticas públicas, professor leitor, leitura de texto e não de fragmento. Ficamos na torcida para que essa malha origine um cidadão leitor, aquele que se insere politicamente, compreende-se como agente histórico, transforma-se e transforma a realidade que o cerca.

“Formação continuada de professor: caminhos para o Letramento” pretende somar esforço, dentro da realidade de Dourados, com outros projetos de formação que trabalham para que as práticas de leituras nas escolas sejam repensadas e para que a linguagem ultrapasse os limites dos muros escolares, possibilitando ao educando trazer para sala de aula motivações que cercam suas práticas sociais.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, V. T. de (Coord.). **Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. (Educador em formação).

AZEVEDO, Ricardo. “Razões para a formação de leitores”. In: SOUZA, Renata Junqueira (org.). **Caminhos para a formação do leitor.** São Paulo: DCL, 2004.

BARBOSA, J. P. **Trabalhando com os gêneros do discurso: uma perspectiva enunciativa para o ensino de Língua Portuguesa.** 2001.

233f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARTHES, R. **Aula.** São Paulo: Cultrix, 1980.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1952/1953].

BORDINI, M. da G. e AGUIAR, V. T. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Companhia Nacional, 1973.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1 - modos de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1999.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004 .

FAZENDA, I. A. **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas, SP: Papirus, 1991.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio, uma perspectiva construtivista.** 24. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 2002.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resumo.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, A. (Org.). **Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro.** Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFGM, 2003.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, S. G.; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ZILBERMAN, R. e MAGALHÃES, L. C. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1987.

ZILBERMAN, R. (Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

